

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

KELLY CRISTINE MARTINS DOS SANTOS

**AS MARCAS DO DISCURSO DAS MULHERES MILITANTES NEGRAS:
a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**

RECIFE

2021

KELLY CRISTINE MARTINS DOS SANTOS

**AS MARCAS DO DISCURSO DAS MULHERES MILITANTES NEGRAS:
a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora na Universidade Católica de Pernambuco no Brasil, como parte integrante para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da UNICAP, na linha de pesquisa 2 – Processos de organização lingüística e identidade social.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Análise de Discurso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nadia Pereira da Silva
Gonçalves de Azevedo

RECIFE

2021

S237m

Santos, Kelly Cristine Martins dos

As marcas do discurso das mulheres militantes negras :
a interseccionalidade de gênero e raça na produção das
identidades contemporâneas / Kelly Cristine Martins dos
Santos, 2021.

246 f.: il.

Orientadora: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Doutorado em Ciências da Linguagem, 2021.

1. Análise do discurso. 2. Mulheres negras - Discursos.
3. Mulheres – Identidade. 4. Movimentos sociais. 5. Raças.
I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB4/1338

KELLY CRISTINE MARTINS DOS SANTOS

**AS MARCAS DO DISCURSO DAS MULHERES MILITANTES NEGRAS:
a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Ciências da Linguagem em 24/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

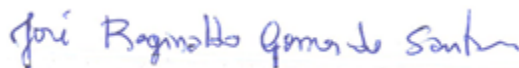
Aprovada em 24/02/2021



Prof. Dr^a. Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo
Orientadora - Fonoaudiologia – UNICAP



Membro externo: Prof. Dr^o. Arthur de Araújo Filgueiras (UNINASSAU)



Membro externo: Prof. Dr^o. José Reginaldo Gomes de Santana (IFPE)

Membro interno: Profa. Dr^a. Valdenice José Raimundo (UNICAP)



Membro interno: Profa. Dr^a. Rossana Regina Guimarães Ramos Henz (UNICAP)

RECIFE

2021

DEDICATÓRIA

À Deus, aquele que tem cuidado, me possibilitado e sustentado todos os meus sonhos.

Aos meus pais, por serem as minhas asas e me possibilitarem voar quando me ensinaram o valor da educação, sem mesmo terem tido a oportunidade de desfrutar dela.

AGRADECIMENTOS

Grata estou a Deus, porque aprendi desde a minha infância, que Ele é um Deus realizador de sonhos! Obrigada por realizar mais esta tão grande conquista em minha vida. Estudar para mim, nunca foi um fardo, mas um passo para me transformar e transformar aqueles que estão ao meu redor!

Aos meus pais, Eliane e Gerinaldo, por serem as minhas asas e me possibilitarem voar quando me ensinaram o valor da educação, sem mesmo terem tido a oportunidade de desfrutar dela.

Aos meus irmãos Diana e Gerivaldo, meu cunhado e minhas lindas sobrinhas que têm alegrado o meu coração desde que chegaram em minha vida.

A minha querida professora e orientadora Nadia Azevedo, a mulher que rege as nossas vidas com o coração.

Aos queridos amigos de turma que tornaram cada aula assistida e compartilhada, os momentos mais divertidos que um campus pode nos proporcionar. Obrigada por esses quatro anos juntos: Arthur, Carminha, Claudemir, Cristiane, Érica, José Reginaldo, Victor, Adalgisa, dentre outros.

A Profa. Dra. Valdenice José Raimundo (UNICAP), a Profa. Dra. Rossana Regina Guimarães Ramos Henz (UNICAP), ao Prof. Drº. Arthur de Araújo Filgueiras (UNINASSAU) e ao Prof. Drº. José Reginaldo Gomes de Santana pelas ricas contribuições na qualificação do projeto final da tese em 2020.

A todos os amigos que sonharam comigo este sonho me dando suporte direta ou indiretamente.

A alguns amigos muito pontuais que caminharam comigo duas milhas e não apenas uma neste processo: Fabiana Maria, Fabiana Carvalho, Johnny, Dani Sena, Pr. Paulo, Gleiciane Sousa, Guaraci, Daniele Leal, Bruna e Valéria Fontes.

A família Valença (parte da minha família também), que tem me enchido de alegria nestes últimos anos, bem como ao meu amor, Renato Valença, que tem sido o meu sorriso nos dias mais tensos.

A todas as mulheres fortes ou não, que passaram pela minha vida e deixaram marcas em mim que jamais pude esquecer.

A tantos amigos e colegas de trabalho que somaram para estarmos fechando esse ciclo, entre os quais, Profª Betânia, Tarciana, Profº. Edilson e Karla.

As minhas entrevistadas, e em especial, Taís Araújo, Djamila Ribeiro e Luiza Brasil, mulheres fortes e que de alguma forma fizeram com que as suas vozes reverberassem e extravasassem os limites impostos por uma sociedade muitas vezes desumana e nada igualitária.

'Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (Sojourner Truth).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo promover a análise do discurso e os efeitos de sentido das mulheres negras militantes em destaque nas mídias sociais, com militância na área da negritude. Para escolha dessas militantes, consideramos o tempo de militância, a idade e seguidores diferenciados entre essas mulheres, tanto no Brasil, como nos Estados Unidos da América, num *corpus* constituído pelo discurso de 8 (oito) sujeitos, que estão sendo destaques nos últimos 10 anos, referentes ao contexto histórico brasileiro e americano, nas áreas de educação, literatura, mídia, moda. Busca-se, também, relacionar as condições de produção pertinentes que nos proporcione analisar as marcas discursivas presentes por cada entrevistado, acionando a memória discursiva, as interferências das formas de silêncio, bem como a relação da ascensão vivenciada através da história e os demais elementos que serão investigados. Para embasar este trabalho, trazemos autoras como Judite Butler, que nos ajudam a problematizar a categoria mulher como sendo um conceito que abarca inúmeras heterogeneidades, Avtar Brah, que compreende a racialização do gênero como um contorno que ainda faz da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença social, bem como Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Bell Hooks que ajudam a pensar conceitos de mulher negra e feminismo negro, dentre outros. Assim, investigamos de que posição-sujeito enuncia cada mulher negra militante analisada, seja através das três entrevistas semiestruturadas, ou das sete entrevistas veiculadas e coletadas em sites, nas redes sociais. A partir das análises há o cotejamento do processo de identificação, contra-identificação e desidentificação desses sujeitos analisados em relação à Formação Discursiva (FD) Precursora de mulher negra militante. A linha do discurso que fundamenta o estudo realizado é a Análise do Discurso Francesa, na abordagem pecheutiana, em diálogo com as Ciências Sociais, para demonstrar a importância da interseccionalidade nos âmbitos: gênero, raça e cultura. A pesquisa aponta que, dos sujeitos analisados, mulheres negras militantes, analisadas nesta tese, todas mostraram-se identificadas aos saberes inscritos à FD negro militante abordando o discurso fundante e outros que perpassam esta FD.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Marcas discursivas; Interseccionalidade; Mulheres negras; Gênero; Raça.

ABSTRACT

This thesis, aim promote discourse analysis and the meaning effects of militant black women highlighted in social media, with militancy in the are of blackness. For the choice of these militants, we consider the militancy time, age and different followers among these women, both in Brazil and in the United States of America, in a corpus constituted by the speech of 8 (tem) subjects, who are being highlighted in the last 10 years, reffering areas of education, literature, media and fashion. It is also sought to gather pertinent data to enable us to analyze the discursive marks present by each interviewee, triggering the discursive memory, the interference of the forms of silence, as well as the relationship of the ascension experienced through history and the other elements that will be investigated. To support this work, authors such as Judite Butler, who problematizes the category of women as a concept that encompasses countless heterogeneities, Avtar Brah, who understands the racialization of gender as a contour that still makes “race” an apparently unassailable marker of social difference, as well as Sueli Carneiro, Jurema Werneck as Bell Hooks who help to think concepts of black women and black feminism, among others. Thus, we investigated which subject-position enunciates each militant black woman analyzed, either through the three semi-structured interviews, or through the seven interviews broadcast and collected on websites, on social networks. From the analyzes, there is a comparison of process of identification, counter-identification and desidentification of these analyzed subjects in relation to the Discursive Formation (FD) Precursor of militant black woman. The line of discourse that underlies the study carried out will be the French Discourse Analysis, in the Pecheutian approach in dialogue with the Social Sciences, to demonstrate the importance of interseccionality in the áreas: gender, race and culture. The research points out that, of the analyzed subjects, militant black women, analyzed in this thesis, all show themselves identified to the knowledge registered to the militant black FD addressing the founding discourse and others that permeate this FD.

Keywords: Discourse Analysis; Discursive marks; Interseccionality; Black women; Gender; Race.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo promover el análisis del discurso y los afectos de significado de las mujeres negras militantes destacadas en las redes sociales, con militancia en el área de la negritud. Para la elección de estas militantes, consideramos el tiempo de militancia, la edad y los diferentes seguidores entre estas mujeres, tanto en Brasil como en los Estados Unidos de América, en un corpus constituido por el discurso de 8 (ocho) sujetos, quienes están siendo destacados en los últimos 10 años, refiriéndose al contexto histórico brasileño y estadounidense, en las áreas de educación, literatura, medios y moda. También se busca recabar datos pertinentes que permitan analizar las marcas discursivas presentes por cada entrevistado, desencadenando la memoria discursiva, la interferencia de las formas del silencio, así como la relación de la ascensión vivida a largo de la historia y los demás elementos que la afectan será investigado. Para apoyar este trabajo, autores como Judith Butler, que problematiza la categoría de mujeres como un concepto que engloba incontables heterogeneidades, Avtar Brah, que entiende la racialización del género como un contorno que aún hace de la “raza” un marcador aparentemente inexpugnable de diferencia social, así como Sueli Carneiro, Jurema Werneck y Bell Hooks que ayudan a pensar conceptos de mujer negra y feminismo negro, entre otros. Así, investigamos qué sujeto-posición enuncia cada militante negra analizada, ya sea a través de las tres entrevistas semiestructurada, bien a través de las siete entrevistas difundidas y recogidas en sitios web, en redes sociales. A partir de los análisis, se contrasta el proceso de identificación, contraidentificación de estos sujetos analizados en relación a la Formación Discursiva (FD) precursora de la mujer negra militante. La línea de discurso que sustenta el estudio realizado será el Análisis del Discurso Francés, en el enfoque pecheutiano en diálogo con las Ciencias Sociales, para demostrar la importancia de la interseccionalidad en las áreas: género, raza y cultura. La investigación señala que, de los sujetos analizados, mujeres negras militantes, analizadas en esta tesis, se muestran todas identificadas con el conocimiento registrado al FD negro militante que aborda el discurso fundacional y otros que permean este DF.

Palabras claves: Análisis del discurso; Marcas discursivas; Interseccionalidad; Mujeres negras; Género; Raza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Configuração gráfica da heterogeneidade.....	22
Figura 2 - Representação do jogo de formações	102
Figura 3 - Entrevista de Rachel Maia à Revista Exame	105
Figura 4 - Entrevista de Rachel Maia à Revista Exame	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso Francesa
AE	Aparelhos de Estado
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
AIRE	Aparelhos Ideológicos Repressivos do Estado
ARE	Aparelhos Repressivos do Estado
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PSDB	Partido da Social Democracia
SNIG	Sistema Nacional de Informações de Gênero

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 AS FASES DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS	21
2.1 As quatro fases do Movimento Negro	27
2.2 O movimento das mulheres negras: tendências e dilemas contemporâneos	36
2.3 Colonização e Racismo nos Estados Unidos da América X Brasil	41
2.4 O que é interseccionalidade?	53
2.5 O feminismo negro e a discriminação por gênero e raça.....	63
3 ANÁLISE DO DISCURSO DA LINHA FRANCESA E AS SUAS INTERFASES	69
3.1 Discurso e Ideologia	81
3.1.1 <i>As condições de produção do discurso, formações discursivas e ideológicas</i>	88
3.1.2 <i>As Formações Imaginárias e a Memória Discursiva/ Interdiscurso</i>	102
3.3 O Silenciamento da mulher negra e a perpetuação de locais de pertencimento	117
3.4 O Lugar de onde se fala – Mulheres Negras Militantes.....	119
3.5 O discurso negro militante e movimento das mulheres negras na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa	124
4 AS VOZES NEGRAS QUE REVERBERAM OUTRAS VOZES.....	131
4.1 Eu, mulher negra na moda	132
4.1.1 <i>Luiza Brasil</i>	132
4.1.2 <i>Alek Wek</i>	134
4.2 Eu, mulher negra na Literatura	135
4.2.1 <i>Chimamanda Adichie</i>	135
4.2.2 <i>Conceição Evaristo</i>	136
4.3 Eu, mulher negra na educação	137
4.3.1 <i>Angela Davis</i>	139
4.3.2 <i>Djamila Ribeiro</i>	140
4.4 Eu, mulher negra na mídia.....	142
4.4.1 <i>Taís Araújo</i>	146
4.4.2 <i>Beyoncé</i>	147
5 PERCURSO METODOLÓGICO	152
6 ANÁLISE DISCURSIVA DE SUJEITOS MULHERES NEGRAS MILITANTES	160
6.1 O sujeito mulher negra militante	160

7 EFEITO DE CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	232
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS AOS SUJEITOS DA PESQUISA:	233

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a minha vida, me deparei com grandes e fortes mulheres que me ensinaram que eu deveria lutar sempre. Eu não entendia bem naquelas situações que tipo de luta seria esta que eu deveria sempre travar. A minha mãe me ensinou que eu deveria “lutar” através do estudo, e assim o fiz. As minhas professoras me mostravam que eu tinha que “lutar” sempre para galgar novos espaços e que acreditasse no potencial que eu tinha. E, assim prossegui até entender que a luta que todas essas mulheres me incentivaram a lutar era a conquista do meu lugar, o meu lugar de fala, em uma sociedade tão racista e excludente quanto às mulheres e ao papel que elas podem exercer.

Pensei deveras sobre qual seria a linha de pesquisa de minha tese, afinal seriam quatro anos debruçada sobre algo que deveria amar, ou então, seria, apenas, mais um escrito. Foi quando finalmente, depois de várias mudanças de tema, fui indagada por minha orientadora, de maneira brilhante, sobre o que me fazia pulsar o coração. Passei alguns dias pensando em uma resposta e só me vinha a cabeça a minha história, a história de mulheres que me representam, que falam a língua de meu povo. E por que não representar essas mulheres ao ponto de nos fortalecermos tanto, que as nossas vozes reverberem as nossas dores, os lugares que gostaríamos de representar e estar?

Então, fui em busca dessas vozes, vozes de mulheres, que estão com os seus rostos sendo divulgados pela mídia e que foram colocadas em destaque, como representantes de outras vozes para representar uma luta que é nossa, uma luta que envolve as mulheres negras de forma geral. Como essas mulheres militantes negras se sentem? O que elas fazem? Como elas acham que as suas vozes representam as mulheres que não sabem como fazer para que as suas vozes também cheguem aos holofotes e sejam compreendidas?

Essas mulheres e as suas ações, então, começaram a fazer parte de minha vida e por quatro anos, eu tenho respirado essas falas, esses discursos e aprendido que somos sujeitos clivados, mas que representamos vozes e que estas vozes reverberam e são capazes de fazer vibrar o alicerce de uma sociedade.

Diante de algumas entrevistas veiculadas na internet, que eu sempre buscava ler ou escutar, senti uma motivação particular para o estudo sobre as mulheres negras militantes e as marcas presentes em seus discursos. A temática vinha sendo “gestada” há algum tempo devido à participação, ao longo desses anos, em diversas leituras realizadas e conversas direcionadas.

Minha preocupação em estudar a questão negra encontrou reforço a partir do acesso a algumas pesquisas realizadas sobre o negro na sociedade brasileira. “Visto, quase sempre como o “outro” ou aquele que demanda uma atenção diferenciada por causa da opressão sofrida; o negro, este “outro”, apresenta-se como aquele que está à margem da realidade social, sendo que sua integração no mundo do trabalho e em diversas áreas ainda é vista como algo a ser conquistado, e é desconsiderada a sua presença efetiva na construção deste país.

Saliento que muitas são as construções teóricas envoltas na concepção de ser mulher negra a partir de um olhar relacional das dinâmicas sociais e das ações coletivas. Os movimentos de luta e resistência ao longo de décadas questionam a história - a mesma contada no ambiente escolar e na universidade – em uma tentativa incansável de dar voz àqueles (as) que por muito tempo foram coadjuvantes na formação da sociedade brasileira. Em busca de referenciais objetivos, o estudo sobre o protagonismo das mulheres negras possui objetivo central de retirar da invisibilidade os feitos, as lutas e as conquistas daquelas que resistiram e resistem bravamente contra as investidas das relações implícitas e explícitas demarcadas na tríade interseccional: raça, classe e gênero, abordada nesta pesquisa. Por esse motivo, o estudo sobre as relações de gênero é fundamental também para se “[...] compreender algumas das raízes históricas da situação atual da mulher negra no Brasil, em particular da mulher trabalhadora e negra” (GIACOMINI, 2013, p. 21)

É mediante a realidade da mulher negra na sociedade, que procuro verificar quais foram as possibilidades e a trajetória de ascensão profissional e conseqüentemente social, mesmo que em um contexto adverso da sociedade racista, e se através do discurso foram deixadas marcas que representem a existência da discriminação de gênero e raça.

O desejo de pesquisar acerca do discurso das mulheres negras militantes em quatro diferentes áreas (mídia, literatura, educação e moda) teve como origem o momento no qual o discurso dessas mulheres ganhou espaço na mídia ao manter contato com outros sujeitos femininos que ocupavam a mesma posição de mulheres negras militantes, despertando-me a atenção ao perceber que cada um desses sujeitos enunciava a partir de uma posição sujeito diferente, entre mulheres e líderes.

Assim, tais posições-sujeito aguçaram a minha curiosidade e me questionei: Como o discurso desses sujeitos que são mulheres negras e militantes significa a partir da posição-sujeito na qual cada um deles enuncia? Que efeitos de sentidos são produzidos a partir do que há de diferente e em comum entre essas mulheres negras militantes? Se todas trazem um determinado já-dito cristalizado nos seus dizeres, como ele funciona? Todas estão na mesma

posição-sujeito? “Pois, o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 32).

A partir desse momento, deixarei de lado o *eu* para me juntar aos tantos autores e mulheres negras pesquisadas, que nos transformam em *nós* nessa pesquisa.

Nesse sentido, buscamos analisar como se mostram as posições-sujeito de mulheres negras militantes, num corpus constituído pelo discurso militante de 8 (oito) sujeitos envolvidos nesta pesquisa. A saber, composto por 4 (quatro) mulheres negras militantes americanas e quatro brasileiras.

Abordaremos para isto, as marcas do discurso que, segundo Orlandi (2008, p. 54), no livro *Discurso e leitura*, descreve que:

[...] as marcas que atestam a relação entre o sujeito e a linguagem, no texto, não são detectáveis mecânica e empiricamente. Os mecanismos enunciativos não são unívocos nem auto-evidentes. São construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico. As marcas são pistas (Ginzburg, 1980). Não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivista”, como na linguística (ORLANDI, 2008, p. 54).

Assim sendo, as marcas do discurso das mulheres militantes negras: a interseccionalidade de gênero e raça e classe na produção das identidades contemporâneas, inquietaram-nos ainda mais, para seguirmos em busca de uma profunda investigação e reflexão que respondesse às seguintes questões de pesquisa:

- (i) Como o discurso de gênero e/ou raça das mulheres militantes brasileiras e americanas significa?
- (ii) Como esses discursos articulam processos de construção, reconstrução e desconstrução da (s) identidade (s) da mulher na contemporaneidade?
- (iii) Que efeitos de sentidos produzimos a partir do que há em comum e diferente entre as militantes negras no Brasil e nos EUA?
- (iv) Será que militantes negras brasileiras e americanas pertencem à mesma Formação Discursiva (FD), falam de uma mesma posição?

Evidenciamos, assim, como principal questão a ser respondida neste trabalho, o modo como o discurso dos sujeitos mulheres negras militantes brasileiras e americanas funciona, pois para a Análise do Discurso de linha francesa, teoria e procedimento analítico deste trabalho, importa como o discurso funciona, por meio das marcas da historicidade presente

nele, pelo atuar da ideologia na exterioridade que é constitutiva de todo o enunciar, de todo o dizer. Levantamos, neste trabalho, o pressuposto de que as mulheres negras militantes no Brasil e nos EUA se encontram ao longo do curso de suas vidas em processos de identificação, no que tange a maior parte de seus discursos, o que não impede que elas viessem a se contra-identificarem em alguns momentos e começassem a fazer parte de outras formações discursivas, que não à FD precursora de mulheres negras militantes. Por isso, será considerado, em nossa pesquisa, o conceito abordado por Orlandi (2012), de que, nos processos de significação, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Visto que, da forma que se pensa a identidade na AD, não se entende como sendo “[...] uma essência, [pois] ela resulta de processos de identificação” (ORLANDI, 2010, p. 1). Ela fica refém de critérios que impõem determinados tipos de necessidade, como habitar em determinado espaço, ter determinadas características físicas, ocupar determinadas posições numa formação social; critérios como o de ter uma nacionalidade x, o de cidadania, o de pertencimento a um país.

Em conformidade com Santana (2019) é possível entendermos que o sujeito mulher negra militante, ao considerar as condições de produção que são da ordem da relação ideológica e do histórico-social, nessas condições, se constitui em processos de subjetivação e identificação no movimento da história, ou, mais precisamente, os processos de identificação do sujeito com posição-sujeito perante uma posição sujeito dominante, liga materialmente a ideologia e o inconsciente.

Ressaltamos que o processo de identificação, contra-identificação e desidentificação do sujeito em relação a uma determinada FD foi profundamente estudado e defendido por Pêcheux, na França e demais estudiosos da Análise do Discurso no Brasil, tais como Orlandi (1987, 1989, 2003, 2005, 2006, 2008, 2010, 2011, 2012, 2014, 2017), Indursky (1997, 2000a, 2000b; 2001, 2005, 2007) e Indursky *et al.* (2013)

Analizamos, assim, o discurso dessas mulheres investigando de que posição-sujeito enuncia cada mulher negra militante entrevistada, bem como investigando formações discursivas geradas dos discursos militantes negros e cotejando o processo de identificação, contra-identificação e desidentificação desses sujeitos entrevistados em relação à FD negro militante abordando o discurso fundante e outros discursos que perpassam esta FD. Também investigamos a heterogeneidade discursiva presente no discurso desses sujeitos.

Levantamos, nesse trabalho, a pressuposição de que as mulheres negras militantes no Brasil e nos EUA se encontram ao longo do curso de suas vidas em processo de identificação, no que tange à maior parte de identificação de seus discursos, o que não impede que elas

viesses a se contra-identificar em alguns momentos e começassem a fazer parte de outras informações discursivas.

Salientamos também que, para obtermos as respostas às questões de pesquisa presentes nesta tese, foi necessário no processo da construção de corpus procedermos a um processo de fatos discursivos, ou seja, entrevistas online, mudança desencadeada pela pandemia relacionada à COVID-19. O corpus é coletado a partir dos discursos dos oito sujeitos, que são mulheres negras militantes em voga na sociedade e atuantes também nas mídias sociais, presentes no Brasil e nos Estados Unidos, selecionadas pelos mesmos critérios e analisadas numa parceria interdisciplinar entre a Análise do Discurso de linha francesa e as Ciências Sociais, estabelecendo uma relação discursiva ao abordar a interseccionalidade: gênero, raça, classe e o lugar de fala, com abordagem em teóricos como Kimberlé Crenshaw e Djamila Ribeiro, dentre outros.

De acordo com Santana (2019), ao utilizarmos o termo “fatos” ao invés de “dados”¹, estamos recorrendo ao critério de exaustividade, ou seja, este termo:

[...] reportado por Orlandi (1989), apontado no livro “Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo”, no qual a autora tematiza a metodologia dentro do quadro teórico da AD em convergência com os quadros teóricos da Teoria da Enunciação, com abordagem de Eduardo Guimarães e da Sociolinguística, com abordagem em Fernando Tarallo. Assim, passamos a compreender que a Análise do Discurso tem uma relação como os dados de maneira não positiva, ou seja, os dados não são “objetivos”, trabalhando teoricamente com a relação entre o objeto empírico, específico de análise, e o discurso como objeto teórico (SANTANA, 2019, p. 72).

Assim sendo, o primeiro capítulo se propõe a situar o leitor acerca da história e lutas das mulheres negras e/ou feministas e militantes, bem como dos primeiros manifestos negros e seus discursos, perpassando pelas três fases do Movimento Negro até a contemporaneidade, permeando pelo movimento negro norte-americano. Nesta fase, o leitor verá a origem deste movimento e suas tendências e dilemas contemporâneos.

O primeiro capítulo também apresenta a discriminação de Raça e Gênero, adentrando no conceito de interseccionalidade defendido por Crenshaw, lembrando que:

¹ É possível verificarmos que Orlandi (2007a) substituiu o termo “dados” por “fatos”, em trabalhos posteriores, ao apontar que a noção de dados não possui um valor operatório positivo, porque a AD trabalha com processos de produção de evidências. Isso, “[...] em última instância, significa dizer que a noção de dado é, ela própria, um efeito ideológico do qual a análise de discurso procura desconstruir a evidência, explicando seus modos de produção” (ORLANDI, 2007a, p. 44).

Muitas nações como o Brasil e os Estados Unidos, têm promovido discriminações racial e de gênero. No entanto quando as leis não prevêm que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas. (CRENSHAW, 2004, p. 8)

No segundo capítulo, apresentamos a *Análise do Discurso de linha francesa (AD)*, seu surgimento e como se constitui essa disciplina da interpretação, ao longo dos anos. Apresentamos os seus postulados teóricos e analíticos, ao definirmos o que entendemos, nesta tese, por discurso, ideologia, sujeito, posições-sujeito, condições de produção do discurso, formações discursivas e imaginárias, interdiscurso/memória discursiva, silenciamento e o discurso militante. Mostramos ainda, o conceito de identidade e lugar de fala. Saberes, que são retomados no capítulo que analisará o *corpus* discursivo, contendo as entrevistas coletadas e disponíveis online, feitas aos sujeitos mulheres negras militantes no Brasil e na América do Norte.

O capítulo três tem um título bem convidativo: *As Mulheres Negras que reverberam outras vozes*, subdividido em quatro partes: *Eu, mulher negra na moda; Eu, mulher negra na mídia; Eu, mulher negra na literatura e Eu, mulher negra na educação*. Desta forma, será mostrado um retrato do desenvolvimento das mulheres negras militantes nessas áreas de destaque, constituídos pelo atravessamento do discurso machista, sexista e elitista que vem atravessando décadas e causado o silenciamento de muitas mulheres negras.

No quarto capítulo, apresentamos *aspectos metodológicos* que possibilitaram a inserção dos sujeitos entrevistados. Como se deu a passo a passo da pesquisa. Desse modo, explicitamos a tipologia do estudo, a pesquisa qualitativa. Nesse viés, mostramos como se procedem os fatos para o corpus discursivo e as técnicas de pesquisa efetuadas aqui, bem como os procedimentos de análise e as considerações éticas necessárias a uma pesquisa que envolve o ser humano.

Com efeito de fim, no quinto capítulo, trazemos as análises trabalhadas por meio do cotejamento do discurso militante negro mobilizado por quatro sujeitos negros militantes e atuantes no Brasil e quatro sujeitos militantes negros e atuantes no norte da América, perfazendo um total de oito sujeitos, numa análise feita que se constitui em uma parceria interdisciplinar entre a Análise do Discurso de linha francesa e as Ciências Sociais.

2 AS FASES DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Geralmente, a produção teórica contemporânea sobre os movimentos de mulheres negras, que temos acesso é também uma produção de autoras que se dizem, se fazem visíveis, audíveis e legíveis como mulheres negras. Em outras palavras, dizer do lugar desde onde se enuncia enquanto mulher negra é uma regularidade nestes trabalhos, o que por vezes expressa uma postura epistemologicamente reflexiva.

Partindo deste pressuposto, é perceptível que a enunciação desta mulher se entrelaça a denúncia do silêncio de grupos, grupos esses, socio racialmente excluídos da enunciação da produção de saber e ao engajamento para a construção de epistemologias alternativas. Essas mulheres negras militantes vêm com afinco, fazer uma tomada de posição e questionamentos coletivos não só na área de produção de conhecimento acadêmico, mas também requerer em diversas áreas o lugar ocupado pelo “outro” e pelas diferenças neste âmbito. Lugar que as diversas mulheres negras têm o direito de ocupar.

Neste percurso veremos associadas várias vozes e subjetividades de grupos socio raciais não representados nas epistemologias dominantes e que, na maior parte das vezes, aparecem como objetos de pesquisa, e não sujeitos de conhecimento.

A ativista intelectual e precursora do feminismo negro brasileiro, Lélia Gonzalez (1982) retrata com bravura, como as mulheres negras foram/são nomeadas e significadas historicamente por outras vozes: “O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (GONZALEZ, 1982, p. 25).

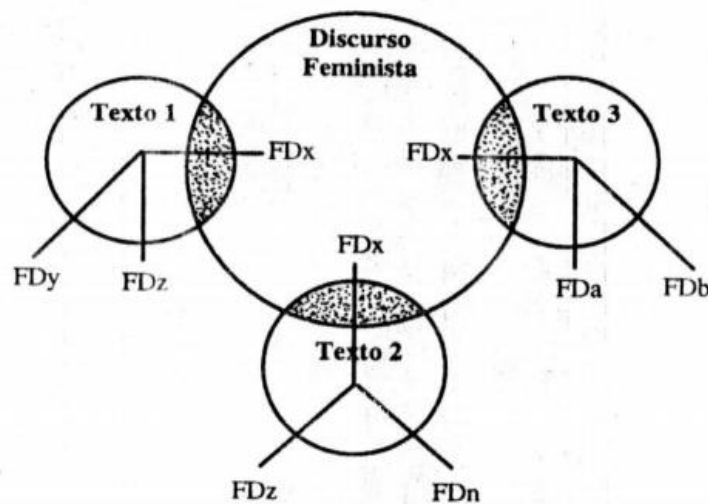
Então, neste capítulo, teremos uma retomada histórica dos movimentos negros e tudo o que esses movimentos e as suas diversas ondas nos proporcionaram em relação às conquistas. Os movimentos negros nos apontam algumas mulheres negras que foram representadas pelo servilismo e sexualidade, representados pela exploração masculina branca e, especificamente, a violência sexual presente no período da escravidão colonial, e que ainda irrompe na sociedade atual, perseguindo a historicidade, em uma relação de repetição e deslocamento de seus sentidos dominantes. Hooks (1995) já aponta a falta de mulheres negras e intelectuais e que ocupassem posições dominantes, um fator apresenta-se ainda longe do ideal e que lutamos para conseguir sanar este déficit histórico. É sabido que nos discursos dominantes, as mulheres negras aparecem por séculos retratadas através do discurso corpo-

trabalho e/ou como corpo-sexo. Conforme Bell Hooks (1995), em todos os casos, um “corpo sem mente” e “próximo à natureza”.

Segundo Cardoso (2012) este índice vem sendo agravado através da desvalorização e ocultamento quanto ao processo da produção intelectual de homens e mulheres negros (as). O autor apresenta a crítica feminista à ciência moderna ocidental, bem como a crítica das feministas negras, indígenas, lésbicas, não-brancas à produção feminista que as exclui, defendendo apenas uma epistemologia negra do sul, o que nos aponta para a heterogeneidade da posição sujeito mulher feminista.

Entretanto, devemos considerar conforme aponta Orlandi (1995), que o trabalho discursivo feminista é caracterizado como a FDx (Formação Discursiva), ²com sua configuração própria: x = feminista. Logo, o analista disporá de uma multiplicidade de textos que ele pode considerar no conjunto de textos que dizem respeito a FDx, considerando a configuração gráfica da heterogeneidade discursiva, conforme a figura abaixo, de acordo com Orlandi (1995)

Figura 1 - Configuração gráfica da heterogeneidade



Fonte: (ORLANDI, 1995, p. 116)

Orlandi (1995), aponta que o texto 1, o texto 2, o texto 3 que estarão atravessados por diferentes FDs: Fdx, mas também FDz, FDn, FDa, FDb, FDy, já que os textos são heterogêneos em relação às FD que os constituem Orlandi (1995). Esses pressupostos são importantes para construção da análise discursiva, pois essas diferentes relações produzem efeitos de sentidos diferentes, conforme estes discursos, segundo aponta Orlandi (1995), pois

² O conceito de Formação Discursiva será visto com maior detalhe no capítulo 2 deste trabalho e cotejado ao longo de toda pesquisa.

heterogeneidade do discurso feminista resulta assim do fato de que, no texto 1, a FDx convive com FDz e FDy, no texto 2, convive com FDa e FDb, e no texto 3, com FDz e FDn.

Podemos entender, segundo Orlandi (2001a) que o discurso é heterogêneo porque agrega em seu interior diferentes posições-sujeito, tendo em vista que a univocidade não é parte formativa de todo e qualquer dizer. Logo, ele é composto por diversas vozes que exprimem o dialogismo como componente presente. Assim sendo, compreendemos que todo dizer é determinado de fora, do exterior, do dialógico que lhe dá constituição. Por isso, crê-se que o que se enuncia estará sempre moldado por enunciados anteriores, aos quais eles estão respondendo, e, também, por subsequentes, que eles antecipam, pois, como atesta a autora, os enunciados serão sempre compostos por elementos de outros enunciados.

Sendo assim, compreendemos que o discurso não é originado no momento de sua produção, mas corresponde à retomada de dizeres que estão em outros lugares e nele se acomodam produzindo efeito de homogeneidade, o que se torna compreensível a partir da seguinte consideração:

[...] sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete, apenas, àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já dito mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela “amigável” ou antagonista. (INDURSKY, 2001, p. 27-28)

Mesmo após analisar a multiplicidade de textos que dizem respeito a FD Negro Militante, em seus diferentes discursos, como o fundante ou feminista, somos levados a refletir sobre a falta de representatividade da mulher negra no cenário atual. Isso acontece, porque vivemos em uma sociedade em que o machismo e o racismo são construções históricas naturalizadas no inconsciente coletivo. Sobre isso, temos inscritas na sociedade um sujeito do gênero feminino, de pele escura, sem privilégios sociais, sendo oprimida pela raça, pelo gênero e pela classe social. E, para confirmar tal teoria, basta voltarmos os olhos para a Literatura brasileira, por exemplo, para percebermos a falta ou inexistência de mulheres negras citadas por historiadores nos estilos de época que caracterizam algum momento histórico da literatura nacional. Diversos fatores influenciaram esse apagamento: a dominação masculina, que inferioriza as mulheres intelectuais, socialmente, economicamente etc. Todos estes fatores nos remetem também a uma reflexão sobre a promoção do silenciamento de

vozes e narrativas, visto que evidenciamos aspectos como a construção do machismo e do racismo, com um olhar atento sobre o papel do sujeito mulher negra na sociedade brasileira atual, diferentemente, da construída por escritores brancos, que durante séculos construíram o nosso enredo, passando assim, a questionar o “silenciamento” da voz feminina negra em âmbitos como a literatura, educação, mídia, e moda, e então, passamos a analisar como o “silenciamento” do sujeito feminino negro, fazendo uma associação das perspectivas discursivas nos âmbitos mencionados, evidenciando como efeitos raciais, de gênero e históricos-sociais, interferiram no silenciamento de vozes e narrativas, a partir dos dizeres e do lugar de enunciação, é possível construir um sujeito concreto questionado pela ideologia e pela historicidade.

Ao mobilizarmos os saberes das Ciências Sociais, vimos que já foi amplamente discutido na literatura que o feminismo nos dias atuais passou a incorporar uma extensa gama de discursos diversificados, resultando em uma grande variedade de feminismos. Contudo, como argumento anterior, essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações diversificadas.

Exemplificamos ainda através de Sueli Carneiro (2005) que trata a violência contra o negro, a partir da visão de Boaventura de Sousa Santos (2018), como epistemicídio, ou seja, uma estratégia de inferiorização intelectual dos negros, um atentado contra sua condição de sujeito de conhecimento e simultaneidade, ou seja, um modo de consolidação da supremacia intelectual da racialidade branca.

Deu-se durante a República (1889-2000) a organização do movimento negro com as suas etapas, os atores e suas respostas, amparadas pela produção intelectual das lideranças negras, como José Correia Leite, Francisco Lucrécio, Abdias do Nascimento, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, dentre outras. Este apanhado histórico se dá através de depoimentos, memórias e textos ensaísticos; com a finalidade de demonstrar que, em todo o período republicano, esse movimento vem empreendendo, dinamicamente, diversas estratégias de luta a favor da população negra.

A partir das reflexões de Ilse Scherer-Warren, pode-se caracterizar movimento social como um “[...] grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13). Mas, nesse cenário, como pode ser definido movimento

negro? Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (PINTO, 1993).

Entretanto, devemos salientar que para os movimentos negros, a “raça” é o fator que determina a organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. Além disso, o termo “raça” pode ser utilizado como identidade racial ou como mediações das reivindicações política e como elemento de mobilização. Ou seja,

O dilema racial brasileiro é um fenômeno estrutural e dinâmico que se concretiza em diversos níveis das relações raciais. Grosso modo, ele consiste na desqualificação do negro (preconceito) em razão de sua condição social (desigualdade) e, ao mesmo tempo, na sua impossibilidade de superá-la por deparar-se com barreiras diversas (discriminação) que levam à reprodução do ciclo de desigualdades raciais. Em outras palavras, o dilema racial se exprime na necessidade do negro em afirma-se coletivamente como raça para poder participar de forma igualitária da ordem social competitiva. Ao mesmo tempo, as condições de tal afirmação coletiva são solapadas, o que gera um círculo vicioso que aprisiona o negro nos porões da sociedade brasileira e nas camadas sociais inferiores. (LIE; BRYM; HAML, 2006, p. 229)

A busca do negro por sua afirmação, segundo Joel Rufino dos Santos, leva o negro a participar dos movimentos negros, que podem ser compreendidos como:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p. 157)

Diante de tais considerações, consideramos que as relações raciais e os estereótipos que a sociedade constrói em torno da mulher negra e do estereótipo de pessoas negras é atravessado pelo racismo, considerando este em seu caráter ideológico, o que nos conduz a reflexão de que não existe nenhum fator que torne esses caracteres espontaneamente visíveis,

estes são significados dentro de uma ideologia que lhes é preexistente, pois “[...] alguém só pode ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais” (GUIMARÃES, 2009, p. 47). Por isso, é importante pressupor que a noção de ideologia aqui discutida não é concebida como algo pertinente apenas ao campo das ideias, como se fosse apenas uma abstração que está muito distante dos sujeitos. Esta, ao contrário, deve ser compreendida como uma espécie de “consciência coletiva” que regula e regulamenta as nossas práticas sociais mais cotidianas, relacionando-se, dessa forma, com o modo como significamos as situações ao nosso redor.

A ideologia abordada neste trabalho, está associada também ao modo como construímos discursivamente nossa compreensão, uma vez que é através de seus efeitos que é estabelecido um ponto de significação, por meio do qual nos é possível saber, por exemplo, o que vem a ser um professor, um médico etc (PÊCHEUX, 1997). Dessa forma, é possível verificar a relação que o sujeito estabelece com a realidade, e que esta é atravessada por um imaginário, ou seja, tem a ver com a maneira como o sujeito enxerga e concebe uma imagem para seus interlocutores. Tal imagem, por consequência, conduz o modo como vai construir os efeitos de sentido ao utilizar-se da linguagem, dissimulando, o gesto de interpretação que conduz tal processo, como se o significado existisse desde sempre. Vista sob esse ângulo, “A ideologia, por sua vez, nesse modo de conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia.” (ORLANDI, 2005, p. 48). É possível acrescentar ainda que é nessa relação com a ideologia que se estabelece o chamado efeito de evidência.

Efeito este, que está associado ao modo como os sujeitos obviamente ao sofrerem o atravessamento do inconsciente constroem, por exemplo, seus gostos, considerando o belo ou não.

Desse modo, é pelo viés desse efeito de evidência, que, para um dado sujeito, em uma determinada conjuntura, um sentido qualquer lhe pareça evidente, havendo, assim, um processo de naturalização do sentido, ou seja, o efeito de verdade e de obviedade em torno de determinados sentidos que não são individuais, mas sim que circulam socialmente. É importante a ressalva de que não é que, através da emergência desse efeito de evidência, se instaure a inexistência de outros sentidos, estes são igualmente possíveis, entretanto é como se não existissem dentro de dada situação (SOUSA, 2016).

Ao considerarmos a própria definição de discurso, aqui considerado como efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2005), é possível situar as discussões raciais dentro do campo do discursivo, uma vez que existem dentro dessa dinâmica relações de poder capazes de demarcar hierarquias que, muitas vezes, são dissimuladas sob a forma de “naturalidade”. Ou seja, entendemos que essa diferenciação engendrada em torno da cor da pele e dos traços estéticos é muito mais um gesto de interpretação que um significado previamente dado. Ademais, essa pretensa naturalidade “[...] está presente em todas as hierarquias sociais, sendo um traço constitutivo das relações de dominação.” (GUIMARÃES, 2009, p. 33). Assim sendo, ao considerarmos a esfera racial, é visto que a intolerância em relação às pessoas negras faz parte dessa consciência coletiva que atua ideologicamente de modo a regular e regulamentar a dinâmica racial, a qual, muito embora tenha sido de algum modo reinventada, tem suas raízes no passado colonial, resultando, por essa razão, num “[...] modelo assimétrico de relações de raça, porque era um elemento necessário para basear as relações escravo-senhor, ou liberto-branco na ‘inferioridade natural’ dos negros” (FERNANDES, 2007, p. 91).

Salientamos, ainda, que trataremos nesta abordagem sobre movimento político de mobilização racial (negra), mesmo que este movimento assuma em muitos momentos uma face fundamentalmente cultural.

2.1 As quatro fases do Movimento Negro³

Ilse Scherer-Warren, caracteriza o movimento social como

Um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não, possuindo programa, objetivos ou plano comum, baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13).

Considerando a definição de Warren, podemos definir o Movimento Negro como a luta da comunidade negra pela efetivação de seus direitos, contra a discriminação e a segregação racial, econômica e cultural resultantes da formação social e econômica da sociedade ocidental.

³ Frisamos que o movimento negro no Brasil começou a surgir durante o período da escravidão, pois para defender-se das violências praticadas pelos senhores, os negros escravizados se uniram para buscar formas de resistência. Ao longo dos anos, o movimento negro se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas. Dentre esses movimentos, destacamos um dos mais conhecidos, que é o Zumbi dos Palmares, o Movimento Liberal Abolicionista. Entretanto, a nossa pesquisa aponta os movimentos a partir do ano de 1889.

Sendo assim, veremos que o movimento negro apresentou-se em vários períodos, com lideranças diversificadas, que advém desde o seu surgimento até a conjuntura atual. Períodos estes, apontados por Petrônio Domingues (2007) em seu artigo denominado “Movimento Negro: alguns apontamentos históricos”. Esses períodos passam a ser classificados pelo autor, como “fases”, que serão abordadas a partir de 1889.

A população negra, após a Proclamação da República (1889), continua com a mesma configuração de antes, ou seja, marginalizada se sem ganhos materiais ou simbólicos. De acordo com Andrews (1985) a marginalização ocorre

[...] seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. (ANDREWS, 1985, p. 32)

Sendo assim, os libertos, ex-escravos e seus descendentes criam inicialmente vários grupos de inserção (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Surge, também, um Centro da Federação dos Homens de Cor, em 1914, em São Paulo, o que permite supor que essa entidade e aquela existente no Rio de Janeiro eram a mesma. Se essa suposição for confirmada, tratava-se da primeira entidade negra do país de abrangência interestadual

Além disso, em decorrência da criminalização dos libertos, ex-escravos e descendentes é criado o Movimento de Mobilização Racial Negra no Brasil, trazendo no ano de 1931 o grupo político Frente Negra Brasileira, posteriormente, transformado em partido político com ramificações em todo território nacional (DOMINGUES, 2007).

Outras conquistas fizeram parte deste período, tais como o aparecimento da imprensa negra, apresentando jornais⁴ publicados e elaborados pelos negros, trazendo reflexões sobre suas questões. Estes jornais, até 1930, atingiram uma proporção de 31⁵, em circulação no Estado de São Paulo, passando a combater o “preconceito de cor”, especialmente através da denúncia de regime de “segregação racial”, explica Petrônio Domingues (2007).

⁴ Surge em 1899, na cidade de São Paulo, o primeiro jornal denominado *A Pátria*, subtítulo *Órgãos dos Homens de Cor*, e em 1924, o *Clarim da Alvorada*.

⁵ Dentre os jornais mencionados temos *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Órgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918 e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar

Em 1931, foi criada na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e outros, a organização desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados

"Em pouco tempo, a Frente Negra Brasileira abriu dezenas de delegações em São Paulo e também em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ela foi a maior organização negra da história da República, a que teve maior projeção e repercussão", diz o historiador Petrônio Domingues⁶, professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e autor de livros sobre questões raciais, como *Protagonismo Negro em São Paulo* (Edições Sesc).

Então, à proporção que a FNB cresce, as mulheres vão ganhando voz, pois elas não tinham apenas importância simbólica nesta construção. Conforme aponta o ativista Francisco Lucrécio,⁷ elas eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”, assumindo diversas funções. Dentre os movimentos realizados, destaca-se A Cruzada Feminina, que mobilizava as negras em trabalhos assistencialistas, enquanto a comissão feminina, Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos.

Entretanto, a Frente Negra Brasil chegou ao seu final em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas ao dissolver partidos e organizações sociais. A entidade chegou até a se transformar em um partido político um ano antes — o primeiro e único partido negro da história do país. Mas nunca chegou a participar de uma eleição.

A segunda fase, que corresponde ao período da Segunda República à Ditadura civil-militar (1945-1964), causou o arrefecimento do movimento, embora, algumas dessas associações não tenham parado suas atividades, o movimento negro ficou “abandonado” durante muito tempo, em circunstância da forte repressão. Apesar disso a associação União dos Homens de Cor (UHC), com uma complexa estrutura administrativa e com o propósito de “[...] elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional para torna-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p. 108) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) ganharam grande visibilidade naquela época, especialmente por formar um grupo teatral com

⁶ MACHADO, L. **Frente negra**: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro no ativismo negro no país. São Paulo: BBC News, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>. Acesso em: 26 ago. 2021.

⁷ BARBOSA, M. **Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 37-38.

atores negros, por criar o jornal Quilombo, além de ofertar cursos de corte e costura, alfabetização e fundar o Instituto Nacional do Negro e defender os direitos civis dos negros na qualidade de Direitos Humanos, contribuindo assim, para a aprovação da primeira lei anti-discriminatória do país em 1951(DOMINGUES, 2007).

A terceira fase, correspondente aos anos de 1978-2000, ou seja, do início da República ao processo de redemocratização à República Nova. Perpassando pela história, é sabido que a partir de 1964, com o golpe militar, deu-se a primeira derrota política dos negros devido ao golpe de desarticulação da coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país, possibilitando que o movimento negro entrasse em refluxo. O papel naquele momento dos militares, era acusar os militantes de criarem problemas que supostamente não existiam no Brasil, o que nos remete ao conceito da censura, que conforme Orlandi (2007b) é um processo que é fruto da resistência e da mudança de posição do sujeito que se desidentifica e rompe como os saberes da FD racista e sexista, onde estavam inscritos sujeitos que buscavam silenciar os negros e as mulheres negras, a partir de um objeto notadamente do universo deles. Daí, entendermos, ainda segundo Orlandi (2016), que essa ruptura só foi possibilitada visto que a ideologia é tida como um ritual sujeito a falhas e “[...] a falha é o lugar do possível”:

Daí a contradição: o que segrega é o que torna possível a ruptura do processo de individuação, de identificação, na confluência da falha do Estado no processo de individuação e da falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva. [...] Na falha, ela se abre em ruptura onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, fazendo sentido no interior do não-sentido. (ORLANDI, 2016, p. 230-231)

Por conseguinte, uma vez que os sentidos estão sempre à deriva e os objetos discursivos passíveis de novas significações quando apropriados pelos sujeitos, a ver o funcionamento da ideologia, conforme aponta Filgueiras (2019), tornando possível uma mulher negra se tornar a primeira CEO brasileira de uma multinacional, como aconteceu com a Rachel Maia ou fazer com que uma mulher negra dite moda no mercado e mobilize jovens do Brasil para refletirem sobre, além de as incentivarem ao empreendedorismo, como a Luiza Brasil; o que faz fazer sentido no não-sentido, quando há a resignificação diante desses fatos, rompendo assim, em no século XXI, com o silenciamento/censura de sua identidade de mulher negra e de se posicionarem como militante da causa negro feminina, subjetivando-se e firmando a posição de mulher negra militante.

Em contrapartida, hoje, no Brasil, presenciamos marcas desse interdiscurso no atual governo brasileiro, um discurso negacionista, que aponta não haver racismo nem sexismo no Brasil, mesmo quando todas as estatísticas demonstram que há. Enunciados veiculados na mídia declarados pelo então presidente Jair Bolsonaro, quando ainda era candidato ao cargo de presidência afirmou que: “Aqui no Brasil não existe isso de racismo”, publicou o site UOL. Já em entrevista concedida no Dia da Consciência Negra, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) minimizou o racismo no Brasil, em um longo texto publicado nas redes sociais, ao dizer ser ele “daltônico” e alegar que “todos têm a mesma cor”, segundo site da UOL⁸.

Vimos que os discursos do então presidente Jair Messias Bolsonaro, nessas condições, de formações ideológicas políticas, funciona enquanto AIE e ARE (conjuntamente AIRE – Aparelhos ideológicos repressivos do Estado) com o propósito de impor uma ideologia dominante⁹ (materializada no discurso racista, sexista e antidemocrático) a esses sujeitos, ou seja, a sociedade mantém uma estrutura de classes composta por uma classe dominante, detentora da produção industrial, intelectual e manipuladora do poder estatal. O domínio do Estado está relacionado com os grandes interesses da burguesia, nesse sentido, o Estado utiliza-se de aparelhos ideológicos que servem para reprimir, manipular e controlar as massas.

Devemos considerar, entretanto, que o Estado não é formado apenas pelo aparelho repressivo, mas também, por instituições existentes na sociedade civil concebidos como aparelhos ideológicos de Estado (AIE), que são as igrejas, escolas, família, jurídico, político, sindical, cultural e outros. Sendo assim, faz-se importante, destacar que os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) fazem parte do poder público e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) do privado, sendo que o ARE atuam através da violência e os AIE através da ideologia. Uma ideologia, segundo Althusser (1970) da ideologia das elites dominantes, denominada como a ideologia burguesa capitalista. Sendo assim, o controle dos ARE e os AIE pertencem as elites capitalistas dominantes, o que promove o poder repressivo e ideológico existente a fim de manter a propriedade privada e o trabalho assalariado. Althusser (1970) ainda aponta que o papel do ARE consiste em garantir, pela força física ou não, as

⁸ UOL. ‘Sou daltônico: todos têm a mesma cor’ diz Bolsonaro sem citar morte no RS. São Paulo: Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/20/bolsonaro-ignora-racismo-no-brasil-sou-daltonico-todos-tem-a-mesma-cor.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

⁹ Althusser (1970) apresenta em sua obra importantes contribuições para a compreensão da realidade social e dos aparelhos repressivos e ideológicos que nela agem. Para ele, faz-se importante ressaltar que, que o Estado é um meio de repressão onde a burguesia assegura sua dominação frente à classe operária, para submetê-la ao processo da extorsão da “mais valia”, ao processo da exploração capitalista declarada. Assim, o Estado é um aparelho repressivo, executando a repressão por meio de seus mais variados órgãos como polícia, tribunais, presídios, a serviço das elites frente ao proletariado, tendo por função a reprodução do modo capitalista de produção.

condições apropriadas para a reprodução das relações de produção que nada mais são do que relações de exploração.

Os AIE mantém o modo de produção capitalista e incorpora na mente das pessoas uma ideologia de exclusão e desigualdade. Para Althusser (1970, p. 31-32) a ideologia na qual funcionam os aparelhos ideológicos de Estado, é unificada sob a ideologia dominante:

Todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas. Cada um deles concorre para esse resultado de uma maneira que lhe é própria, isto é, submetendo (sujeitando) os indivíduos a uma ideologia.

Tais aparelhos, para Pêcheux (2000, p. 9), são plurais e não homogêneos, existindo em relações desiguais, contraditórias e de subordinação tais que suas propriedades regionais “[...] contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção”.

Tais enunciados suscitam o negacionismo e buscam regular a constituição identitária dos sujeitos e blindar a classe dominante dos efeitos de sentido que podem ecoar a partir dos discursos que emergem, por exemplo, de sujeitos que sofreram discriminação de gênero, raça e classe, já que tais propagações discursivas representam uma ameaça ao que chamam de discursos que incitam o racismo e o sexismo, além de transgredir os valores tradicionais da sociedade.

Retornando Gonzalez (1982, p. 30), o momento apontado e citado anteriormente, fora considerado um momento de refluxo do Movimento Negro, de censura, que aponta que a repressão “[...] desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”, o que permitiu que a discussão pública da questão racial fosse quase banida, segundo aponta Cunha Júnior (1997, p. 65) “[...] tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro”. Entretanto, temos que considerar, que mesmo em meio às interrupções de suas lutas e conquistas devido ao momento político vivido, as conquistas aconteceram, mas de modo tímido, pelos negros, tais como: a substituição das comemorações de 13 de Maio para o 20 de Novembro (1971), a formação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em São Paulo, através de um grupo de estudantes e artistas; criação de novos jornais pela imprensa preta (1975) e a explosão do movimento Soul, no Rio de Janeiro, no ano de 1976.

As iniciativas criadas até então, eram fragmentadas, e por isso, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado.

Entretanto, fora do Brasil, surgia a ânsia por grandes conquistas, como a luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde grandes lideranças como Martin Luther King e Malcon X, surgiram para abalar com seus discursos inflamados ainda mais a luta a favor dos direitos civis. Era possível ver que a luta pelos direitos civis efervescia nos corações, fazendo com que a cada dia surgissem novos líderes e grupos militantes, como a organização negra marxista conhecida como os Panteras Negras; contribuindo para que no Brasil fosse pensado o Movimento Negro Unificado, assumindo um discurso radicalizado contra a discriminação racial, trazendo em suas raízes pensamentos marxistas, de orientação trotskista e de convergência socialista, sendo considerada a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Negros líderes que entendiam que a luta antirracista tinha que estar imbricada com a luta revolucionária anticapitalista, visto que o capitalismo alimentava o racismo.

A luta por uma junção igualitária entre raça e classe atraiu ativistas da fundação do MNU, como Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira.

A Convergência Socialista, entre os anos de 1977 e 1979, publicou um jornal chamado Versus que destinava uma coluna, a “Afro-Latino América”, para o núcleo socialista negro escrever seus artigos conclamando à “guerra” revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo. Segundo Hanchard, as posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “Afro-Latino América” foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral:

Pela primeira vez no Brasil a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e, na verdade, passou a suplantá-la os modelos conformistas e assimilacionistas como postura dominante do movimento negro. (GONZALEZ, 1982, p. 64)

Em relação a este período, houve um contexto de rearticulação do movimento negro, com um discurso de resistência, conforme demonstrado no quadro abaixo, e precisamos ressaltar que várias conquistas aconteceram.

Gonzalez (1982) aponta que o nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional, com o objetivo de

fortalecer o poder político do movimento negro, prevalecendo nesta fase, a combinação da luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. Dessa forma, houve também a contestação da ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. O movimento negro apregoava pela primeira vez na história as palavras de ordem: “negro no poder!”. Estes movimentos organizados fizeram com que o movimento negro passasse por uma visibilidade pública.

Daí Cunha Júnior (1997, p. 66) reitera que até “[...] a grande imprensa descobriu existir um movimento negro no Brasil”. Um outro fator importante é que o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Desta forma, o termo “negro”, deixa de ser considerado ofensivo e passa a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito.

Segundo Pereira (1982), além destas mudanças, podemos apontar que o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares.

Cruz (1989) aponta que neste período, ainda houve a reivindicação quanto à emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica. O movimento negro organizado “africanizou-se”, visando a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso militante volta-se tanto para a negritude quanto do resgate das raízes ancestrais. Além disso, houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana.

Maués (1991, p. 125) afirma que esta fase “[...] se caracteriza por um rompimento tanto no que se refere a uma adesão aos valores (brancos) da primeira, como à posição no mínimo vacilante da segunda”. A autora ainda aponta que neste período se desencadeou um processo de questionamento dos nomes adotados pelos pais para seus filhos, fazendo com que houvesse uma busca por referências de identidade dos negros brasileiros, sobretudo de origem iorubá. De acordo com Maués,

[...] trata-se da adesão a uma estética da negritude – vestuário, penteados, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da “cultura africana”, tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em

receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para as crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (MAUÉS, 1991, p. 127)

Notadamente, mudanças no terreno religioso também foram apontadas, pois o que anteriormente era um movimento cristão impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral. Houve de maneira acirrada, nesta terceira fase, uma campanha política contra a mestiçagem, apresentando-a como uma armadilha ideológica alienadora, pois os ativistas apontavam que a mestiçagem historicamente esteve a serviço do branqueamento, e o mestiço seria o primeiro passo desse processo.

Em contrapartida, os ativistas defendiam os casamentos endogâmicos e a constituição da família negra. Para eles o homem negro teria que, inexoravelmente, casar-se com a mulher do mesmo grupo racial e vice-versa. Por essa concepção, os casamentos interraciais produziam o fenômeno da mestiçagem que, por sua vez, redundariam, a longo prazo, em etnocídio. O discurso nacional pró-mestiçagem era, assim, concebido como uma estratégia da classe dominante para provocar o “genocídio” do negro no país, conforme aponta Nascimento (1978).

De acordo com Dantas (2003), os dois aspectos distintivos dessa fase foram de um lado, a introdução pelos movimentos negros, no ideário político da sociedade (brasileira), de reivindicações antirracistas e, de outro, a crescente consolidação de uma nova identidade racial e cultural para o negro no país.

Esse movimento foi marcado por contradições e foi demarcado por avanços, recuos e estagnações de diversas ordens. Alguns militantes, inclusive, atuaram ativamente em mais de uma fase, buscando apontar a ideologia e dinâmica interna, a atuação política, os métodos de luta e o discurso, daquele movimento. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de sinalizar as principais tendências que nortearam a luta antirracista no país.

Já a quarta fase do Movimento Negro, que abrange dos anos 2000-2020, o negro tem buscado a sua representatividade e tenta concretizar o seu lugar de fala, adquirindo, assim, uma grande dimensão social e que rompe com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. A autoestima do negro tem sido um motivo de discussão e busca entre os coletivos, combinando denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade, o que nos remete aos movimentos das mulheres negras que passaram a ser vivenciados na contemporaneidade. O processo de

resistência, já demarcado anteriormente, sobre o processo de individualização do sujeito, se estende a outras áreas do movimento negro, rompendo assim com o silêncio dos oprimidos, que segundo Orlandi (2007b, 2012), é responsável pelo discurso da resistência - “[...] uma forma de oposição ao poder” (ORLANDI, 2007b, p. 101):

i. Ele não é transparente, assim como as palavras em sua recorrente ambiguidade. Tampouco, ele é ausência de palavras. Elas são carregadas de silêncio já que, ao serem formuladas na enunciação, calam outros sentidos em um jogo de contradição e de identificação do sujeito.

ii. Como contradição e confronto de sentidos, trabalha ainda “[...] no confronto das diferentes formações discursivas em seus limites instáveis” (ORLANDI, 2007b, p. 108).

iii. É impossível traduzi-lo em palavras, já que ele não fala, significa. Todavia, é possível compreender seu sentido a partir do funcionamento do discurso.

iv. Representa o que é colocado à margem, apagado, excluído, não podendo ser confundido com os implícitos, já que eles fazem menção ao não-dito que se relaciona com o dizer.

O que nos possibilita duas modalidades de silêncio: o fundador e a política do silêncio. A primeira faz referência ao silêncio “[...] que é necessário aos sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 128) e “[...] que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2012, p. 128). Já a política do silêncio é concretizada no momento em que a possibilidade de dizer algo significa também calar alguma informação: ao dizer, o sujeito não diz ou diz outros sentidos através de uma interdição. Esse rompimento com o silêncio nos remete ao movimento das mulheres negras e as tendências contemporâneas que veremos a seguir, reiterando o que nos aponta Jurema Werneck “nossos passos vêm de longe”, ou seja, nunca houve passividade ou silenciamento dos negros no que se refere o processo de escravidão, conforme aponta o imaginário coletivo, ao afirmarem que os negros demoraram muito a reagir e por isso, o processo escravocrata demorou tanto a ser “extinto” no Brasil.

2.2 O movimento das mulheres negras: tendências e dilemas contemporâneos

Entretanto, surge-nos a pergunta norteadora: onde se enquadra dentro desta revolução da militância negra, as mulheres e seus movimentos? É sabido que após anos de indiferença social e desigualdade de gênero, nasce o movimento pelo qual as mulheres se uniriam e

lutariam pelo crescimento delas próprias, buscando conquistar direitos já atribuídos a outros sujeitos da sociedade, os homens. O movimento feminista foi o grande momento em que se começou a libertação feminina, novas portas foram abertas para as mulheres, e com isso, novos obstáculos também surgiram. O início desse movimento ocorreu no final do século XIX quando as mulheres reconheceram que tinham capacidade e condições de ter direitos iguais aos homens, e por isso, lutavam pelo direito do sufrágio universal.

O movimento feminista, cujo nascimento se deu nos Estados Unidos e na Europa, tem a sua primeira onda feminista no final do século XIX e início do século XX, confrontando assim, com uma cultura social, na década de 60, em que as mulheres pertenciam somente ao lar, e de lá não poderiam sair, até mesmo porque jamais iriam querer fazê-lo, visto que seria o *locus* onde ser realizaria e se fazia mulher. Com o movimento feminista surge a propagação de que essas mulheres poderiam se traduzir na necessidade de igualdade entre os sexos.

Céli Pinto (2003) apresenta em seu livro intitulado 'Uma história do feminismo no Brasil', que o movimento feminista pode ser visto por duas vias de lutas e conquistas. A primeira onda do movimento se ocupou com as necessidades primárias de atuação social, o sufrágio universal e os direitos civis e políticos. A desigualdade era tamanha que as mulheres não poderiam nem sequer opinar seu entendimento político se não fosse através dos maridos, que sempre escolhiam quem ocuparia o lugar de destaque e poder na política, representando o grupo social. A conquista desse direito deu a voz que as mulheres precisavam para se expressarem e assim buscarem mais oportunidades por igualdade, fazendo desse momento apenas o início do movimento.

A autora ainda afirma que, a segunda onda do movimento feminista inicia na década de 60, a igualdade ainda é o objeto central desse movimento expandindo-se para novos horizontes. As pioneiras feministas Estadunidenses passam a reivindicar a prerrogativa de ter um trabalho fora do âmbito doméstico com atribuições remuneradas, também, a opção de estudar e formar uma carreira profissional começava a aparecer aos poucos, dando autoestima e independência para as mulheres. Com isso, o movimento feminista sofreu muita repressão e resistência pela parcela masculina e machista do grupo social que visava à manutenção do *status quo*.

Céli Pinto (2003) nos aponta que o movimento feminista nasceu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Com a criação do Partido Republicano Feminino fundado em 1910, tendo como presidente Leolinda Daltro, que se propunha promover a união feminina, reivindicando os direitos de voto, através de um projeto de lei que fosse criado e

apoiado por senadores, entretanto, sem sucesso. Neste período, as mulheres eram vistas e tidas como incapazes de participar da vida pública e de decisões políticas do país.

Surgem neste período duas correntes que representam o movimento no Brasil, a primeira delas, abarca o grupo de mulheres que lutavam pela conquista dos direitos políticos, como o direito de voto, de participar da cidadania, essa tendência era liderada por Bertha Lutz, o chamado feminismo “bem-comportado” abordava assuntos políticos e a necessidade de o sufrágio ser concedido às mulheres. Esse viés do feminismo era considerado a área conservadora do movimento, visto que não abordava a temática da repressão sobre a mulher, lutando por direitos somente porque a sociedade seria mais igualitária e se desenvolveria de forma satisfatória.

Entretanto, a segunda tendência do início do movimento no Brasil, seguiu o lado oposto, sendo denominado de feminismo “malcomportado”, pois neste período a luta das mulheres versava sobre os direitos pela educação, igualdade, sexualidade; assuntos esses, considerados tabus. Devemos considerar, contudo, que mulheres tidas como distintas, também faziam parte, desses grupos de feministas, dando um tom social à luta.

A autora ainda denomina a terceira tendência feminista de “o menos comportado dos feminismos” porque dele fazia parte um grupo de mulheres extremas, anarquistas e comunistas que combatiam as desigualdades de gênero, comandadas por Maria Lacerda de Moura. Além disso, a autora destaca que o movimento feminista brasileiro se diferencia do movimento feminista americano, porque precisou ultrapassar o momento em que o país vivia a ditadura, o que coloca as mulheres brasileiras em uma situação diferente de luta do cenário democrático estadunidense. Período considerado castrador para os movimentos feministas e marcado por grandes entraves, dentre ele, a falta de alimentos, devido ao período da recessão, bem como a falta de dinheiro para compra dos alimentos que apresentavam preços supervalorizados. Depois desse período de recessão, o feminismo retorna com novos objetivos, como propósito de lutar pelos direitos e igualdades, pontos cruciais que deram o pontapé inicial ao feminismo no Brasil.

Pinto (2003) ainda afirma que a consolidação do feminismo no Brasil está atrelada a modelos do movimento latino-americano, espelhando-se no que estava ocorrendo fora do país. A instauração do movimento no Brasil teve como pano de fundo a ditadura militar, entretanto, talvez esse não tenha sido o período mais flexível para seu nascimento. Contudo, o período oportunizou que a luta fosse ainda mais intensa contra as autoridades militares em prol dos direitos femininos.

Embora a censura operasse cada vez mais acirrada no país, proibindo as organizações coletivas de cunho político contrárias à militarização, o movimento feminista, assim como outros movimentos que existiam durante o período da ditadura, ocorria à surdina, na clandestinidade, com o propósito de manter a sua existência. A luta feminina estava atrelada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o único partido que poderia ser oposição. A união das mulheres durante a ditadura era o meio pelo qual elas poderiam buscar a igualdade e os direitos através da luta travada contra o próprio sistema ditatorial.

Helen Safa (1990) aponta que a luta do feminismo no Brasil se confunde com a luta contra a ditadura porque as mulheres aqui passavam por situações extremas que outros países em situação democrática não tiveram que ultrapassar. O Estado regia com punho forte, autoritarismo e crueldade todos os manifestos e operações reivindicatórias ligadas ao funcionamento político do país. Dessa forma, mesmo sendo perceptível que a luta das mulheres não estava totalmente ligada às suas necessidades nesse momento, a própria participação dessas mulheres, tidas como não políticas começam a transformar a sociedade que se formava a partir daí. Quando o sujeito mulher negra militante se coloca no centro da decisão de seu dizer e que este tem uma interpretação única. Estas transformações nos conduzem a refletirmos sobre a ideologia abordada na AD. Para Althusser, segundo as releituras que faz de Marx, “[...] a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe” (ALTHUSSER, 1974, p. 23). A ideologia que opera sob a forma dos ARE e dos AIE, representam uma forma de controle por parte da classe dominante ao operar sobre AEI/ARE.

Este fator faz com que pensemos sobre a releitura de Pêcheux a luz do que fora enunciado por Foucault (2000), onde ele faz uma releitura da supracitada noção a partir do conceito de ideologia de Althusser (1974) e as questões das lutas de classe, reformulando-a com a seguinte conceituação:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina *o que pode e dever ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc. (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Suscitando, assim, a noção de bom sujeito e mal sujeito, ao considerar o sujeito do discurso como fruto de um processo de interpelação do indivíduo por formações discursivas – na linguagem- as formações ideológicas correspondentes, que, segundo Filgueiras (2019) corresponde à instância ideológica sob a forma dos AIE. Como fruto dessa interpelação,

ocorre a identificação do sujeito (mulher negra) com uma FD, aqui tomada como dominante (PÊCHEUX, 2014).

Daí entendermos que em busca de seu espaço, as mulheres encabeçaram esse movimento em busca de igualdade de gênero, raça e classe, e para entendermos este processo à luz da AD, é preciso analisar como os estudos de Althusser ao classificarmos os AIE e os ARE podem atuar, de forma complementar, como AIRE, conforme Filgueiras (2019). E, de acordo com as análises que serão realizadas, veremos que infelizmente, há ainda setores da sociedade brasileira que têm regredido, quando o discurso aponta “gênero e raça”, materializando sobre a forma de AIE/ARE, discursos de ódio, preconceito e repressão que se projetem além dos parâmetros colonialistas e apoiados pela sociedade vigente.

Uma das conquistas que podemos apontar em relação à luta das mulheres no período da ditadura, um período de censura, em que o AIE e o ARE, desempenharam e delinearam o papel crucial das condições de produção do discurso, fundamental na sua luta de classes, e a sua entrada na política. Período esse, em que a mulher ainda era considerada a profissional do lar e estava lutando contra um regime imposto no país, indo contra sua função na sociedade, com o intuito de modificar o status que as cercavam.

Daí entendermos, que mesmo em sentido adversos, Pinto (2003) afirma que neste período ditatorial, dá-se, então, com a entrada da mulher na política em oposição à ditadura, o início da modificação e revisão da ordem de gênero que até então era consolidada. O movimento feminista no Brasil vem demonstrar para a sociedade que o ser mulher é um acontecimento. É um acontecimento de impacto tanto na vida pública, quanto na vida privada. Vamos presenciar ainda à ação dos aparelhos ideológicos, as tentativas de censurar e de punir os movimentos negros militantes por se significarem além das fronteiras imposto pela classe dominante.

Ainda segundo Pinto (2003), o ano de 1975 foi marcante para o movimento feminista, momento este, em que a ditadura ainda estava no auge. Neste ano, fundou-se o Movimento Feminista pela Anistia, sob o comando de Terezinha Zerbini, que fez com que as mulheres exiladas retornassem a sua pátria mãe, mostrando novas formas de pensar o papel feminino que não o de mãe e esposa e se unissem ao movimento que aqui existia e estava cada vez mais consolidado, trazendo a visão norte-americana e europeia. A declaração da ONU como o “Ano Internacional da Mulher”, também se deu no ano de 1975. Esta declaração marca o período de 75 como o marco do feminismo no Brasil, por ganhar maior visibilidade e notoriedade. No mesmo ano, foi realizado o congresso para comemorar o “Ano Internacional

da Mulher”, que tinha como objetivo, debater questões como “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, resultando na Criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira”.

Ao ver essa divisão da sociedade entre oprimidos (homens/mulheres negras (os)) e opressores (AIE/ARE), vimos atuar o papel da ideologia, em interpretar indivíduos em sujeitos através do discurso – o que Pêcheux (2014) classifica como materialidade ideológica. Segundo Gregolin, o conceito de ideologia, é apontado como:

[...] um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua. (GREGOLIN, 1995, p. 13)

O conjunto de ideologias que atuam em cada classe, Pêcheux e (2014) denomina de formações ideológicas, a ver, por exemplo, a atuação da religião cristã, da família, do Estado e do discurso negacionista que se conectam em torno de uma ideologia dominante (o complexo de tais formações ideológicas) a fim de anular a existência de sujeitos que ultrapassam a posição social além dos ‘muros da senzala’, que metaforicamente usamos, para expressar os limites que a sociedade impõem para as mulheres negras, impondo assim, um ideologia dominante¹⁰ (branquitude) a esses sujeitos negros.

Este avanço, contudo, não se deu apenas no contexto brasileiro, veremos através de um breve posicionamento, como se deu o colonialismo e o racismo nos Estados Unidos da América, visto que tanto no Brasil como nos Estados Unidos o crescimento do movimento feminista faz a promoção de debates abertos e populares, com o propósito de consolidar os seus discursos, mantendo-as informadas sobre às questões políticas e de gênero.

2.3 Colonização e Racismo nos Estados Unidos da América X Brasil

¹⁰ Até os dias atuais, o termo branquitude é utilizado para dar nome às práticas realizadas por portadores da brancura com o objetivo de manter o privilégio que o branco possui nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial. O branco assume a postura de ser humano ideal e cria condições para que o status seja mantido.

Em uma conferência¹¹ ministrada pela filósofa, ativista e militante feminista Angela Davis, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, ela sublinhou o quanto os Estados Unidos podem aprender com a luta das mulheres negras brasileiras, especialmente quando o assunto é organização contra o sistema carcerário, perda de direitos constitucionais e violência institucionalizada.

Segundo a filósofa, existe uma concepção de que as formas mais “avançadas” do feminismo negro estariam nos Estados Unidos, o que, para ela, não passa de uma concepção imperialista da própria luta. “De fato, há muitas figuras importantes por lá, mas deveríamos reconhecer que isso não é porque ‘somos mais avançadas’, mas porque as ideias viajam com muito mais facilidade dos Estados Unidos do que daqui”, colocou.

No Brasil e no resto do “sul mundial” é que se concentrariam, segundo ela, as mais fortes lutas das mulheres negras. Davis citou o poder feminista preservado na tradição do candomblé, os grupos de mulheres que têm se unido contra o aumento do encarceramento da população negra (que, em dez anos, subiu 500% no mundo inteiro, segundo a filósofa), os movimentos de empregadas domésticas que se organizam “de forma bem sucedida” na Bahia, e as mulheres que têm saído às ruas desde o impeachment de Dilma Rousseff.

Além disso, Davis homenageou brasileiras negras importantes para esses movimentos, como a presidente do sindicato das domésticas em Salvador, Marinalva Barbosa, e a escritora Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de despejo (1960), que “nos lembrou que a fome deveria nos fazer refletir sobre o futuro”. A feminista também lembrou da antropóloga baiana Lélia Gonzalez, co-fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), do Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga e do Olodum. “Muito antes do conceito de interseccionalidade ter sido utilizado, ela colocou em pauta a complexa relação entre raça, classe e gênero, incentivando também as conexões das comunidades negras e indígenas”, disse. “Os Estados Unidos têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro.”

O que nos reforça o quanto a nossa história de luta relacionada ao movimento negro reportam algumas semelhanças com a história norte-americana, visto que a aristocracia era forte, baseada no sistema escravista e controlava tanto a política, como a economia do Sul do

¹¹ ANGELA Davis no Brasil // Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. Tv Boitempo. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (2:30h). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_t_2ExQyV8. Acesso em: 25 abr. 2021.

país, dando ênfase a uma sociedade totalmente antagônica, composta por senhores e escravos; tendo, ainda ao seu lado o poder religioso. A Igreja, no Sul, por exemplo, tentava legitimar através do discurso a prática de dominação e submissão do escravo, atribuindo à "vontade de Deus" a situação, contrariando totalmente a idéia de condições igualitárias para todos os homens. Com isso, tentava-se dominar o negro para melhor servir o seu senhor, afastando-o de qualquer idéia de rebelião e fuga frente à condição existente, conforme exposto por Adas (1982):

Havendo mostrado quais os principais deveres para com o nosso grande mestre no céu, agora Ihes exporei quais os deveres para com os senhores e senhoras que vocês têm na terra. E para isto há uma única regra geral que devem levar sempre com vocês: e que é servi-los em tudo como se estivessem servindo ao próprio Deus [...] Os erros que vocês cometem contra seus patrões e patroas são erros que vocês cometem contra o próprio Deus, que Ihes envia essas pessoas para representá-los [...] Os patrões e patroas são capatazes de Deus, e, se vocês cometem faltas contra eles, Deus os punirá severamente no outro mundo. (ADAS, 1982, p. 148)

Tais fatores nos permitem analisar ainda o papel da Igreja enquanto AIE, no sentido mais estreito de um aparelho repressor das minorias que se divergem do modelo imposto pela matriz da sociedade, logo como um AIRE. Ser desviante do padrão imposto pela sociedade e pela igreja, significa se tornar alvo, legitimado pelas relações de poder que regulam quem na sociedade é a classe social regente e mais forte. Essas tentativas, são mediadas em meio às relações de forças, por parte dos religiosos, aqui representado pela igreja do Sul, ou seja,

Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim [...] o padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na "comunicação". (ORLANDI, 2015, p. 37)

Entendemos assim, que o lugar de fala de um cristão (da Igreja) é projetado a partir de sua percepção, ou seja, de que ele está falando de uma posição superior (de hierarquia espiritual) a uma mulher/homem negro. Observemos o fato de que até esse período, a "comunidade eclesial" é uma das mais importantes, posto ser um dos principais elementos singularizantes da identidade nacional e/ou espiritual – como formação imaginária.¹²

¹² Sobre o conceito de formações imaginárias, que será desenvolvido no capítulo 2.1.1, Pêcheux (2014) o define como as relações imaginárias que são estabelecidas entre os sujeitos do discurso, A e B, considerando, também, a imagem que eles constroem sobre um referente, que é consequência do efeito de antecipação.

Assim, foi inculcido no território norte-americano o racismo cultural, capaz não só de perpassar o tempo, como também inverter e moldar valores, obtendo uma maior legitimidade da coerção e da submissão do negro "inferior":

A cultura africana era vista como inferior na medida em que se desviava das normas inglesas; obtinha um modesto reconhecimento quanto a realizações que "se aproximavam" dessas mesmas normas. O aspecto importante disto é que todos os julgamentos da sociedade africana eram feitos com relação a normas inglesas e brancas. (JONES, 1973, p. 139).

Ao falarmos da inferiorização da cultura africana e da submissão do negro, suscitamos a necessidade de afirmar que a identidade acontece na negação de outras identidades que são inferiorizadas, numa relação de alteridade e afirmação do preconceito, que na AD é visto como conceito de identidade¹³, ou seja, segundo Filgueiras (2019, p. 33) “Como tais relações se fazem presentes na imposição das identidades consideradas hegemônicas a partir da negação de outras que são marginalizadas”. Como por exemplo, teríamos a relação desigual estabelecida entre sujeitos mulheres brancas (considerada como a norma) e sujeitos mulheres negras (consideradas a exceção da norma). Filgueiras ainda aponta que

As identidades são criadas por sistemas de representação (processos culturais) que produzem significados através das práticas de significação e dos sistemas simbólicos – responsáveis por nos referenciar sobre quem somos e quem/o que poderemos nos tornar. (FILGUEIRAS, 2019, p. 110)

As práticas nos conduzem as construções das referências sociais e culturais pelas quais podemos assumir determinadas posições e falar a partir delas – o que denominamos de lugar de fala¹⁴, como afirma Ribeiro¹⁵ (2017). Referimos-nos na atualidade a uma crise identitária

¹³ A Análise do Discurso de linha francesa², centrada nos estudos de Pêcheux (1990), na Europa e Orlandi (2001a) no Brasil, nos traz elementos teóricos e analíticos pertinentes em relação à identidade do sujeito docente analisada nesta pesquisa, ao papel da memória e ao discurso, considerado em suas condições de produção. Nós, todavia, o abordaremos e o desenvolveremos segundo uma perspectiva do discurso na seção 3.1 (Identidade e identificação: por um conceito de identidade na AD), que considera as influências dos fatores sociais e culturais em sua construção, como também o trabalho do inconsciente (sujeito desejante) e da ideologia (sujeito assujeitado). Deste modo, a presente proposta de investigação mostra-se crítica e militante, já que se inscreve na Análise do Discurso Francesa, tomando como objeto de análise os discursos que tematizam a identidade da mulher negra com vistas a contribuir para a legitimação de um discurso contra “[...] os estereótipos construídos social e historicamente, que estigmatizaram e reificaram a mulher negra, impondo-lhe um lugar de subalternidade e inferioridade.” (CEVA, 2012, p. 66)

¹⁴ Ver capítulo 2, seção 2.4 “Lugar de Fala”.

¹⁵ DJAMILA Ribeiro quebra a internet falando sobre lugar de fala | Tema da Semana | Saia Justa. Canal GNT. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (8 mim.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AINEmjM4Ki4>. Acesso em: 11 maio 2020.

que põe em xeque identidades e tomadas de posições sociais, até então, consideradas como fixas e estáveis, dando lugar a tantas outras com fronteiras difíceis de serem demarcadas e que podem ser ocupadas por nós, enquanto sujeitos em construção, clivados pela ideologia.

A esse respeito e fazendo um paralelo com ciências sociais, Munanga e Gomes (2006), apontam que a identidade negra não surge a partir da tomada de consciência da diferença no que diz respeito somente à pigmentação da pele. Resulta, no entanto, de um longo processo histórico exacerbado pelo tráfico negreiro e pela escravidão que transformou o negro em mão de obra para a manutenção da colonização no Brasil. É, dentro desse contexto histórico que o negro passa a ser visto como inferiorizado, sendo, muitas vezes, simbolizado a partir de estereótipos negativos associados tanto a sua cor de pele quanto à textura de seu cabelo. Desse modo, parece-nos válido acrescentar:

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato¹⁶ já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. (RIBEIRO, 1995, p. 225).

O que nos remete a uma análise mais acurada do contexto brasileiro, que segundo Figueiredo (2015, p. 157)

[...] mostrará como no Brasil a desconstrução do conceito de raça e sua desvinculação com a biologia/naturalização ocorreu há muitos anos atrás, talvez, antes mesmo da construção do sistema sexo/gênero. Do ponto de vista da desconstrução da raça e de sua conotação biológica, a experiência ocorreu logo após a abolição da escravatura, quando o Brasil viu o seu projeto de formação do estado nação moderno ameaçado pela massa de pessoas de origem negra-mestiça. Diferente do contexto americano, a definição de raça no Brasil reflete a aparência e não a ancestralidade como destacado por Oracy Nogueira.

Os dados que serão apresentados a seguir, nos fazem refletir que mesmo depois de um processo histórico de tentativas de desconstrução do discurso dominante que encerra o sujeito mulher negra sob a ótica da opressão e negacionismo, a história não tem avançado como deveria, criando assim, uma identidade de resistência, como processo de desconstrução, pelos sujeitos em condições desvalorizadas para resistir às identidades legitimadoras.

¹⁶ Estou ciente das implicações ideológicas relacionadas com a palavra “mulato” em nossa sociedade. Entretanto, tive o cuidado de utilizá-la posicionando-a de modo a não corroborar como qualquer discurso que colabore para depreciar pessoas negras de pele clara. Como analista de discurso, entendo que a resignificação é um processo possível e que as palavras podem, portanto, significar de modo diverso quando posicionadas em outro contexto diferente do habitual. Além disso, com as devidas ressalvas, nem sempre será possível prescindir da utilização de certos teóricos, considerados como autoridades dentro do campo das relações raciais, uma vez que estes nomes são necessários para validar e inscrever as discussões nos meios acadêmicos.

Ainda sobre o conceito de identidade, a partir dos estudos de Hall (2014) na obra *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, de Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward “[...] a identidade cultural não é dada e sim construída”, e “[...] a interação social está diretamente ligada a este processo”, assim, se infere que a alteridade pode ser um elemento a se considerar durante esse movimento constante de construção do “eu”. E, considerando este fator, vimos que o sujeito do discurso passa pelo processo de diáspora que está ligada a alteridade devido ao estranhamento vivido pelo indivíduo que enfrenta o desconhecido. A “diferença” pode estar presente no outro por meio de novos costumes, princípios, e barreiras culturais que vão desde a linguagem até questões religiosas. O sujeito diaspórico tem uma percepção maior do outro, pois sua ligação com a diferença é ampliada. Hall aponta como a diáspora surge como parte de uma série de fatores sociais, econômicos e psicológicos que influenciam as identidades culturais muitas vezes vistas como “fixas” a sofrerem mudanças:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor. (HALL, 2010, p. 28)

Daí compreendermos que o autor enfatiza que o contraste entre o “eu” e o “outro” faz com que o sujeito diaspórico seja mais enfático em relação a sua própria identidade cultural. Há uma nostalgia constante, e necessidade de afirmação. Entretanto, esse não percebe que gradativamente sua identidade é construída constantemente por meio do estranhamento. O surgimento das identidades híbridas está conectado diretamente aos processos diaspóricos. E, esse conceito mostra os processos de formação identitária, os quais o sujeito, neste caso, Alek quanto refugiada, atravessa sendo banido de seu território, sem ter a possibilidade, no período de um retorno. Essas identidades carregam consigo seus valores culturais, entretanto, não possuem a esperança de um dia voltar a sua terra natal.

Hall (2010) ainda aponta que os sujeitos da diáspora precisam lidar com os novos costumes em que vivem, contudo não são assimilados por eles, e assim, precisam negociar suas identidades. As culturas e as histórias interconectadas fazem com que essas pessoas sejam parte de dois mundos e várias “casas” ao mesmo tempo, conforme aponta Alek “O

lugar onde nascemos ditará sempre parte da nossa identidade, que se constrói e entrecruza, inevitavelmente, com a nossa origem genética” (LUCAS, 2019, p. 1).

Ao nos referirmos sobre as identidades culturais na contemporaneidade, Hall (2010) explica que as identidades pós-modernas não podem ser fixadas: “Nossos povos têm suas raízes nos – ou, mais precisamente, podem traçar suas rotas a partir dos – quatro cantos do globo, desde a Europa, África, Ásia; foram forçados a se juntar no quarto canto, na cena primária do Novo mundo. Suas rotas são tudo, menos puras” (HALL, 2010, p. 30). Neste caso, os sujeitos em deslocamento vivenciam a diáspora para a compreensão das realidades multifacetadas vividas pelos sujeitos em deslocamento.

É nesse aporte que Hall (1997, p. 4), afirma que a identidade “[...] é definida historicamente, e não biologicamente”. A identidade é uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, isto é, as identidades são posicionamentos assumidos, pois são históricas, materializadas em circunstâncias e experiências vividas. Desse modo, ela é relacional, pois elas existem em relação a algum algo, ou seja, em relação ao outro. Assim, a identidade se constitui no encontro com o diferente, depende de algo fora dela para ser percebida. Woodward (2000) afirma ser a identidade a diferença, componentes de um mesmo processo, são edificados através das representações coletivas.

É sabido que na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens quanto a suas funções e responsabilidades atribuídas, atividades desenvolvidas, acesso e controle dos recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão. Diferenças e desigualdades, que foram moldadas durante o processo histórico e perpassaram por décadas ao longo da história, mas que em algumas culturas sofreram grandes mudanças.

As mulheres tiveram o seu reconhecimento nas distintas dimensões de suas vidas públicas e privada que se refletem no processo histórico de abordagem da questão de gêneros advindos de tratados, acordos e convenções internacionais e na incorporação destes, na formulação de políticas nacionais que visem à realização desses direitos, que vem desde a Declaração dos Direitos Humanos (1948), as Conferências Mundiais sobre as Mulheres¹⁷ realizadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a adoção da Convenção sobre a

¹⁷ CONFERÊNCIAS mundiais das mulheres. Brasil: ONU mulheres Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e os Objetivos do Milênio (2000).

No Brasil, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, institucionalizou as questões de gênero no âmbito federal e permitiram impulsionar a implementação de ações, programas e políticas voltados à realização dos direitos das mulheres e ao combate às discriminações e desigualdades de gênero no País.

A partir das resoluções de diversas conferências nacionais e regionais sobre o tema, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres constituídos desde então (2004, 2011 e 2013)¹⁸ respondem à

[...] mobilização da sociedade brasileira para a ampliação da perspectiva de gênero e raça/etnia nas ações desenvolvidas pelo Estado [...] ao reconhecimento [...] de que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção, aperfeiçoamento, e se constituem em responsabilidade de todos os órgãos. (BRASIL, 2008, p. 24)

A demanda por informações que subsidiem a formulação e o monitoramento das informações e ações públicas quanto a sua veracidade e que venham a refletir as áreas críticas para as questões de gênero, conforme já foram apontadas pela Plataforma de Ação de Pequim, no documento *Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics* (2013), a saber:

[...] crescente pobreza feminina; acesso desigual à educação e formação; acesso desigual aos cuidados de saúde e serviços relacionados; violência contra as mulheres; efeitos dos conflitos armados ou outras formas de conflito sobre as mulheres, incluindo aquelas que vivem sob ocupação estrangeira; desigualdades nas estruturas econômicas e políticas, em todas as formas de atividades produtivas e no acesso aos recursos; desigualdade entre homens e mulheres na partilha de poder e tomada de decisões em todos os níveis; mecanismos institucionais insuficientes em todos os níveis para promover o avanço das mulheres; inadequada promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres; estereotipação das mulheres e desigualdade no acesso destas a todos os sistemas de comunicação, especialmente os meios de comunicação; desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente; e discriminação persistente e

¹⁸ BRASIL. **Monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e do Plano Nacional de Políticas para as mulheres**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

violação dos direitos das crianças do sexo feminino. (GENDER STATISTIC MANUAL, 2013, tradução nossa)¹⁹

Faz-se necessário entender-se a diferença existente entre as estatísticas relacionadas ao sexo e ao gênero, e, para esta esclarecer tal compreensão o documento *Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics*, da Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD), afirma que "sexo" refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, diferenças essas fixas e imutáveis, que não variam entre culturas e ao longo do tempo; "gênero", por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres, segundo o Manual de Estatística do Gênero de 2013. Além disso, segundo o Manual da ONU, há vários requisitos inerentes à definição de estatísticas de gênero, que devem refletir sobre as questões de gênero relacionadas com todos os aspectos das vidas das mulheres e dos homens, incluindo as suas necessidades específicas, oportunidades ou contribuição para a sociedade e podem determinar diferenças, por exemplo, na saúde, educação, trabalho e na vida familiar, ou no bem-estar geral de cada um.

Devemos considerar, portanto, que homens e mulheres não são grupos homogêneos e, para melhor entender suas dinâmicas, a interação com outras dimensões, grupos e categorias é de suma importância. Idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual, migração e status de cidadania, assim como viver em áreas urbanas e rurais, são interseções que influenciam a análise de gênero, reforçando as diversidades e podendo aumentar ou diminuir a desigualdade observada entre homens e mulheres, segundo o Manual da Unece²⁰.

Se considerarmos o Brasil, por exemplo, as mulheres pretas ou pardas, assim como aquelas residentes nas áreas rurais e na Região Nordeste, apresentam historicamente indicadores sociais mais desfavoráveis que mulheres brancas ou residentes nas áreas urbanas ou na Região Sudeste.

A igualdade de gênero é alcançada quando,

¹⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas – informação demográfica e socioeconômica**, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

²⁰ DUREN, N. *et al.* As Desigualdades de Gênero nas Cidades. **Urban 20**, Buenos Aires, p. 01-90, 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/desigualdades-de-genero-nas-cidades>. Acesso em: 20 mar. 2020.

[...] homens e mulheres gozam dos mesmos direitos e oportunidades em todos os setores da sociedade, incluindo participação econômica e tomada de decisão, e quando os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e homens são igualmente valorizados e favorecidos. (GENDER STATISTIC MANUAL, 2013, tradução nossa)

Dessa forma, a potencialização do papel da mulher e a plena participação da mulher em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, incluídos a participação nos processos de tomada de decisões e o acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, o desenvolvimento e a paz segundo apontado na Confederação Mundial das Mulheres em 1995.

Em suma, as estatísticas de gênero devem refletir sobre os problemas e questões relacionadas com as mulheres e homens na sociedade, considerando o enfoque em áreas de interesse nas quais mulheres e homens não podem desfrutar das mesmas oportunidades ou status (participação no mercado de trabalho ou no ensino superior, por exemplo) ou naquelas onde as vidas dos homens e das mulheres são afetadas de formas diferenciadas (mortalidade materna, violência doméstica, ou acidentes de trabalho, por exemplo); e grupos populacionais específicos em que a desigualdade de gênero é susceptível de estar presente ou mais pronunciada.

Apesar do Brasil ser o país com maior população negra do mundo, está longe de viver em uma democracia racial. Diversos indicadores disponíveis mostram que as condições de vida dos negros são muito inferiores àquelas dos brancos: ganham menos, habitam em áreas mais precárias, menos acesso à educação etc. considerando o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a população branca se qualifica em 46º lugar, enquanto a população negra em 108º, como se existissem dois países em um mesmo, o não – negro, desenvolvido, com acesso à educação, saúde, emprego, todos de boa qualidade, e o negro, subdesenvolvido, com altos índices de criminalidade, mortalidade (principalmente materna e infantil), desemprego, péssimas condições de saúde e moradia.

É notório que o Brasil foi à única grande nação moderna onde a escravidão ocupou todo o território, e essa realidade condicionou o comportamento das classes dominantes e dos segmentos livres da população em relação à ameaça representada pela presença de enormes contingentes escravizados, trazendo como consequência histórica, a marginalização dos ex-escravos e seus descendentes, criando desigualdades profundas entre os segmentos da população. Estes dados são renovados a cada divulgação de um novo censo ou novo levantamento de dados sobre a situação social do povo brasileiro, e que revelam invariavelmente a situação de opressão dos negros.

As pesquisas divulgadas pelo IBGE (2018) revelam que os percentuais relacionados ao grupo de mulheres têm sofrido algumas mudanças, o que já representa grandes avanços, de acordo com os dados seguintes, que fazem parte da pesquisa “Estatística de gênero” e resultados apontados em 25 de julho de 2018, pela revista Carta Capital.

Segundo os últimos dados coletados as mulheres estudam por mais anos que os homens. Entre as pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completou a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens. No entanto, o porcentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Entretanto, o estudo comprova, ainda, que embora as mulheres avancem mais nos estudos, elas seguem ganhando menos que os homens. As mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens.

Segundo o IBGE, vários fatores contribuem para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo, em 2016, as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens (10,5 horas). É possível perceber que essa diferença, apontada pelo IBGE (2010) chegava a 80% no Nordeste (19 contra 10,5). Isso explica, em parte, a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos por tempo parcial, de até 30 horas semanais, ser o dobro da de homens (28,2% das mulheres ocupadas, contra 14,1% dos homens).

“Em função da carga de afazeres e cuidados, muitas mulheres se sentem compelidas a buscar ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível”, explica a coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, Bárbara Cobo²¹, complementando que “[...] mesmo com trabalhos em tempo parcial, a mulher ainda trabalha mais. Combinando-se as horas de trabalhos remunerados com as de cuidados e afazeres, a mulher trabalha, em média, 54,4 horas semanais, contra 51,4 dos homens” Cobo (2018).

Mesmo trabalhando mais horas, a mulher segue ganhando menos. Apesar da diferença entre os rendimentos de homens e mulheres ter diminuído nos últimos anos, em 2016 elas

²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Observatório de Políticas Públicas. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. Ceará: UFC, 2018. Disponível em: <https://oppce.ufc.br/pt/mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem/#:~:text=%E2%80%9CEm%20fun%C3%A7%C3%A3o%20da%20carga%20de,parcial%2C%20a%20mulher%20ainda%20trabalha>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ainda recebiam o equivalente a 76,5% dos rendimentos dos homens. Uma combinação de fatores pode explicar essa diferença. Por exemplo, apenas 37,8% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres; essa diferença aumentava com a faixa etária, indo de 43,4% de mulheres em cargos de chefia no grupo até 29 anos de idade até 31,3% no grupo de 60 anos ou mais.

Outros aspectos, como a segregação ocupacional e a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho podem contribuir para a diferença de rendimentos. “Observamos o que se chama de teto de vidro, ou *glass ceiling*”, explica Cobo (2018): “A mulher tem a escolarização necessária ao exercício da função, consegue enxergar até onde poderia ir na carreira, mas se depara com uma ‘barreira invisível’ que a impede de alcançar seu potencial máximo”. Na categoria de ocupação com nível superior completo ou maior, a diferença era ainda mais evidente: as mulheres recebiam 63,4% do rendimento dos homens em 2016.

Segundo dados do IBGE (2010), a diferença entre homens e mulheres começa na infância e se aprofunda ao longo da vida escolar. Em 2016, as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida (proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária) de 73,5% para o ensino médio, contra 63,2% dos homens.

Isso significa que 36,8% dos homens estavam em situação de atraso escolar. Na desagregação por cor ou raça, 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar em relação ao ensino médio, ante 19,9% das mulheres brancas. Comparando-se gênero ou raça, o atraso escolar das mulheres brancas estava mais distante do registrado entre os homens pretos ou pardos (42,7%).

É a partir de Crenshaw (1989, 2004) que iremos descrever sobre a interseccionalidade e a sua relação com as mulheres negras e analisarmos as questões em torno da raça e do gênero, considerando também Sirma Bilge (2009); e enfim, discutirmos a discriminação por gênero e raça. Frisamos a importância da interlocução já desenvolvida e a ser mais explorada entre esses teóricos, a fim de que possamos trabalhar com uma noção de interseccionalidade e, a partir deles, convergindo à elaboração do conceito de interseccionalidade e promovendo, assim, um diálogo entre teóricos como Kimberlé e Belge, haja vista a contribuição de seus estudos para a compreensão da constituição da identidade dos sujeitos.

É sobre a construção da interseccionalidade e de seu conceito que nos ateremos na seguinte seção.

2.4 O que é interseccionalidade?

Sabemos que as questões de raça e gênero costumam ser bastante sensíveis e são essenciais para pensar a experiência social histórico-brasileira. Na memória coletiva, há algumas áreas; e neste trabalho, referimo-nos às áreas da educação, mídia, moda e literatura, que denominamos ser predominantemente ocupado por uma elite branca, em sua maioria. Muitas vezes, compartilhamos desta impressão quando adentramos algumas universidades, eventos, restaurantes, shows, seminários etc., porém, repetidas vezes a vivência diária nos faz enxergar uma realidade diferente.

Embora tenhamos visto que algumas áreas de emprego têm trabalhado de forma latente a inclusão, isso ainda representa o número mínimo de minorias étnicas na formação de sua equipe. O crescimento tem se dado de maneira muito tímida.

Segundo dados apontados pelo IBGE (2010) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pesquisas divulgadas pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2016²², os números das mulheres negras têm crescido, mas ainda de maneira muito tênue, embora haja algumas diversidades de raça, classe, sexualidade e gênero, essa diversidade não é grande o suficiente para atenuar as desigualdades de raça e gênero quando estas se interseccionam.

Ao olharmos as evoluções dos números, nos questionamos onde estão as mulheres negras e quais os papéis de militância/liderança que elas exercem. Além deste questionamento surgem outros, como: as mulheres negras são maioria nas áreas supracitadas, dentre as mulheres no Brasil? Ainda se mantém um espaço majoritariamente branco elitista? São questões assim, somadas as nossas experiências e as imagens publicizadas, que são perpetuadas até hoje, além do nosso interesse pessoal em relação às questões de gênero e raça que me motivaram a pesquisar a interseccionalidade: gênero e raça nas mulheres negras militantes contemporâneas.

Quando pensamos em interseccionalidade nos remetemos logo à ideia de que a discriminação por raça e gênero que estão relacionadas é em demasiado relevante para pensarmos a sub-representação feminina negra nas áreas supracitadas. O conceito de interseccionalidade, cunhado pela teórica de estudos críticos de raça e advogada Kimberlé Crenshaw, sugere que em contextos específicos, diferentes categorias sociais e biológicas,

²² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

como sexo, gênero, raça, sexualidade, religião e classe se intersectam e interagem, gerando um sistema de opressão que revela a interseção de múltiplas formas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

A jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a independência das relações de poder, raça, sexo e classe. Entretanto a origem desta intersecção remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido com Black Feminism (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2008; DAVIS, 2016; COLLINS, 1990; DORLIN, 2008), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo.

O conceito foi criado para suprir as diversas falhas-judiciais, teóricas e políticas – dentro do feminismo e do movimento negro que não dão conta de explicar por si sós as situações em que a discriminação não é só ao gênero ou à raça, mas à combinação destas duas categorias discriminatórias. Pois, normalmente os sistemas judiciários e políticos não são capazes de prever em todas as situações a condição de ser mulher negra sem dissociar uma identidade social da outra.

Muitas nações como o Brasil e os Estados Unidos, têm promovido discriminações racial e de gênero. No entanto quando as leis não prevêm que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas. (CRENSHAW, 2004, p. 8)

O Conceito foi utilizado por Crenshaw para repensar como o direito e a justiça respondem a questões que incluem discriminação de raça e gênero. Sempre quando nos reportamos a casos nestas esferas tendemos a observar as questões de raça e gênero individualmente, ignorando assim, que as mulheres de diversas etnias costumam sofrer discriminação baseada na sobreposição entre gênero e raça, tornando o sistema judiciário incapaz de combinar esses dois fatores de opressão, impossibilitando que a justiça seja feita para essas mulheres, se considerarmos que há discriminação que almejam remediar esse problema e punir quem comete estas práticas.

Segundo a autora, quando um caso de natureza interseccional aparece numa corte, o crime não pode ser julgado de uma forma acurada, pois estas leis operam através de uma perspectiva singular de discriminação, onde a diferenciação ocorre por um fator ou por outro. De acordo com a Lei, se a prática discriminatória em questão não puder ser comprovada como sendo ao gênero ou raça, então não houve um crime.

A teoria foi respaldada nas questões que incluem discriminação de raça e gênero, através do pensamento do direito e da justiça, pois as leis tendem geralmente examinar as questões de raça e gênero individualmente, ignorando, por vezes, que as mulheres de diversas etnias costumam sofrer discriminação baseada na sobreposição entre gênero e raça, tornando o sistema judiciário incapaz de combinar esses dois fatores de opressão, impossibilitando muitas vezes, que a justiça seja feita para essas mulheres. Sabemos, entretanto, que há leis específicas contra a discriminação, que visam à punição de quem comete essas práticas. Entretanto, quando consideramos um caso de natureza interseccional, o crime não pode ser julgado de uma forma acurada, pois estas leis operam através de uma perspectiva singular de discriminação, aonde a diferenciação ocorre por um fator ou por outro. E, de acordo com a Lei, fica dito que se a prática discriminatória posta em voga, não puder ser comprovada como sendo discriminação de raça ou gênero, não é computado crime.

Esta questão foi enfatizada por Crenshaw em um processo movido pela empresa *De Graffen Reed* contra a *General Motors* em 1976, nos Estados Unidos, quando diversas mulheres negras afirmavam terem sido discriminadas pela *General Motors* alegando que a empresa se recusava a contratar mulheres negras (CRENSHAW, 2004). O tribunal, segundo a jurista, não pôde compreender que este caso se tratava de uma discriminação interseccional, onde ocorria um processo misto de discriminação entre raça e gênero, conforme podemos verificar:

Havia emprego para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. Na *General Motors*, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. (CRENSHAW, 2004, p. 10)

Logo, a justiça concluiu que não havia nenhum tipo de discriminação de gênero, pois havia mulheres sendo contratadas; nem de raça, pois contratavam-se negros.

É interessante indagar se há algo análogo que se repete no contexto brasileiro e norte americano, particularmente no que vemos hoje, e aqui friso as áreas abordadas, por mim nesta pesquisa, tais como: ciência, mídia, moda e literatura. Nessas áreas há mulheres brancas atuantes, além de um pequeno contingente de homens negros. Contudo, dentre o número de

peessoas negras, a quantidade de mulheres negras aparenta ser ainda menor. Nesse caso, a interseccionalidade pode atuar como uma ferramenta que, quando evocada, nos permite encontrar as lacunas e os pontos aonde as diferentes categorias de discriminação se encontram, criam um problema singular, que muitas vezes não é obvio quando examinamos a situação por um viés ou outro. Assim, torna-se importante analisar o problema da pouca presença de mulheres negras através desse mecanismo, para compreender que sua condição mulher é influenciada também pela sua etnia e classe. Baseada em uma proposta que leva em conta as múltiplas fontes da identidade, a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (CRENSHAW, 2004). Essa formulação ganha respaldo também na definição de Sirma Bilge (2009), o conceito de Interseccionalidade é advindo dos Estados Unidos, entretanto, a ideia de que existe uma relação entre raça e gênero na discriminação sofrida pela mulher negra, precede a criação deste conceito. E, é baseada nesta afirmativa que o movimento feminista atual se respalda. Nos Estados Unidos diversas mulheres negras abolicionistas reconheciam a sobreposição da discriminação entre raça e gênero na vivência da mulher negra. E, quando mencionamos o século XIX, nos deparamos com discursos de mulheres que representam a mesma discriminação vivenciada há séculos atrás. Autoras como Anna Julia Cooper (antecessora a Kimberlé), Maria Stewart e Sojourner Truth, fizeram abordagens com pautas diferentes, mas convergiam sempre na discriminação de gênero e raça. Assim, a percepção de que a opressão não é um processo singular ou uma relação político binária, mas é constituída por um sistema múltiplo, que se entrelaça e converge, sendo a opressão feminina capturada apenas por uma análise de gênero (CARASTATHIS, 2016).

Logo, somos levados a pensar que o conceito de Interseccionalidade diz respeito às múltiplas categorias de subordinação ou identificação social e biológicas que se intersectam, gerando uma experiência de opressão específica para as pessoas que incorporam essas interseções. Além de ser uma ferramenta que pode ser mobilizada para encontrar situações em que o processo de discriminação é misto, a interseccionalidade também pode servir como uma ponte entre questões de gênero e raça nos discursos sobre direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos, e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos.

Segundo Crenshaw (2004), às questões de gênero, pela lente dos direitos humanos se desenvolve a partir do pensamento que os direitos das mulheres e os direitos humanos são

iguais e pertencentes um ao outro, fazendo parte de uma única estrutura. Essa premissa reflete o modo como, tradicionalmente, as mulheres vivenciam situações de violação dos direitos humanos semelhantes às vivenciadas por homens. Contudo, quando a infração passa a ser especificamente relacionada à questão de gênero, como é o caso de estupro e gravidez ou casamento forçado, os direitos humanos não davam conta de lidar com essas violações específicas. Posteriormente, após as conferências de Viena, em 1992, e Pequim, em 1995, passa-se a entender que as mulheres devem ser protegidas tanto em situações em que as violações de seus direitos são iguais às violações vividas por homens, quanto em ocasiões nas quais a experiência discriminatória é diferente e perpassa a questão de gênero.

O conceito de Interseccionalidade aborda as múltiplas categorias de subordinação ou identificação social e biológica que se intersectam, e faz com que uma experiência de opressão seja vivenciada pelas pessoas que incorporam essas interseções. Assim, esta ferramenta foi mobilizada para encontrar situações em que o processo de discriminação é misto, a interseccionalidade também pode servir como base a uma ponte entre questões de gênero e raça nos discursos sobre direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos, e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos, segundo Crenshaw (2004).

Segundo Crenshaw (2004, p. 9) "[...] o desafio era fazer com que essas diferenças nas formas pelas quais as pessoas negras sofriam violações de direitos humanos fossem consideradas à luz de um entendimento mais amplo dos direitos humanos". Fica pontuado que quando as mulheres negras sofrem o mesmo tipo de discriminação que as mulheres brancas, ambas devem ser protegidas igualmente. Contudo, elas também devem ser protegidas quando sofrem discriminações raciais e de gênero que as mulheres do grupo dominante não sofrem, e nesse ponto que se encontra o desafio da interseccionalidade: estabelecer mecanismos – que podem ser a instituição de políticas públicas ou legislações - que atendam a mulheres que incorporam diversas interseções, e situações específicas. Logo, a abordagem interseccional sugere que alguns casos não tratam de uma categoria específica de pessoas, mas com grupos que se sobrepõem.

Quando analisamos os direitos humanos e as suas práticas, torna-se perceptível, a visão tradicional de que as pessoas envolvidas ocupam diferentes categorias, fazendo com que as diversas discriminações sejam compreendidas como categorias individuais. Segundo Crenshaw (2004, p. 10) "[...] a discriminação de gênero é pertinente às mulheres, a racial diz

respeito apenas à raça e à etnicidade, e a discriminação de classe diz respeito apenas aos pobres". Isso nos leva a pensar que este processo de separação por grupos, considera que estas categorias de discriminação podem atuar concomitantemente, de uma maneira peculiar para as pessoas que se encontram no meio dessa interseção.

A autora faz uso das analogias para compreendermos melhor a operação deste conceito através da análise de possíveis colisões com a qual a mulher negra mulher negra pode se deparar, dividindo o processo discriminatório em três movimentos: a discriminação contra grupos específicos, a discriminação mista ou composta e a subordinação estrutural.

Crenshaw (2004, p. 11-12) descreve a interseccionalidade como ruas:

Se uma pessoa imaginar uma interseção ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste – e cruzam umas com as outras. Isso seria o que eu chamo de eixos da discriminação. Podemos pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte para o sul. E podemos pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui. O tráfego, os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, ou seja, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero.

Além disso, a autora também complementa a explicação fazendo uso da comparação com o *Grand Canyon* nos Estados Unidos, para que através destas analogias, o conceito que ela opera seja compreendido da melhor forma possível.

É um enorme desfiladeiro criado por fluxos d'água durante milhões de anos, pela pressão da água, fluindo numa determinada direção. Esse fluxo d'água criou sulcos profundos nos quais a água continua a correr. Vamos imaginar: os eixos seriam os sulcos profundos criados, ao longo de séculos, por políticas e práticas baseadas na raça e no gênero. A parte ativa é o contemporâneo, aquilo que passa por esses sulcos e efetivamente afeta os que estão na interseção. Se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá prever que ocorrerão colisões nessa interseção e que provavelmente estará no meio dessas colisões. (CRENSHAW, 2004, p. 11-12)

É possível considerar que só Crenshaw nos mostra a análise de possíveis colisões com a qual a mulher negra pode se deparar, e assim, divide o processo discriminatório designado como: a discriminação contra grupos específicos, a discriminação mista e ou composta e a subordinação estrutural. Ao combinarmos as estruturas de raça e de gênero, leva-nos a discriminação contra grupos específicos, marginalizando assim, as mulheres que já estão na base. Ao tratarmos da discriminação mista ou composta, ocorre ao combinarmos a discriminação racial e a discriminação de gênero, fazendo com que a mulher negra seja

afetada de modo específico, devido a confluência dessas duas categorias de discriminação, segundo o caso apontado da *General Motors*. Por fim, Crenshaw aponta a subordinação estrutural, pois neste caso, não há a figura de um discriminador ativo, ou seja, uma entidade ou força que esteja oprimindo diretamente. Essa subordinação não é resultante de políticas locais, mas de políticas internacionais, que tem um determinado impacto em certas mulheres de acordo com a posição ocupada na estrutura socioeconômica. Segundo a autora, as políticas de ajustes que alguns países adotam compulsoriamente, refletem esta essa subordinação.

A mulher negra ao sofrer o problema da discriminação interseccional, que resulta na subordinação e discriminação sofrida pela mulher negra, leva ao questionamento da discriminação em si e porque essa discriminação é inviabilizada dentro dos movimentos sociais, políticos e de políticas intervencionistas, pois devemos considerar que raça e gênero são questões mutuamente excludentes. Segundo Bruna da Silva (2016, p. 09-10),

[...] o movimento negro não costuma atender as demandas geradas pela discriminação de gênero, e o movimento feminista em diversos momentos da história de sua consolidação marginalizou as mulheres negras e falhou em reconhecer as peculiaridades do sexismo racializado que elas sofrem. Esse fenômeno ocorre porque as mobilizações ocorrem a partir do grupo racialmente dominante no movimento feminista – nesse caso, as mulheres brancas –, e do grupo dominante enquanto ao gênero no movimento negro. Essa situação contribui para a invisibilização da mulher negra. Embora, enquanto mulheres, sejam capazes de falar sobre os problemas comuns a todas as mulheres, suas necessidades específicas não são discutidas, o que torna as mulheres negras subincluídas, pois muitos dos problemas pertinentes às mulheres negras não são incluídos na pauta feminista, e as problemáticas levantadas pelas mulheres desse movimento nem sempre consideram categorias discriminatórias como raça e classe como um dos fatores contribuintes para a desigualdade social. Logo, o problema da subinclusão ocorre quando um problema de gênero não é anexado às pautas do movimento, por atingir apenas um grupo específico de mulheres. O mesmo ocorre dentro do movimento negro, quando problemas de mulheres negras, claramente relacionados ao gênero, não são discutidos como também sendo um problema racial.

A autora afirma que o reconhecimento dos aparatos existentes judicialmente ajuda a combater a discriminação interseccional, pois teoricamente as mulheres já estão protegidas contra qualquer discriminação racial, ainda que esta seja diferente do racismo sofrido pelos homens, e também temos mecanismos de combate à discriminação de gênero, ainda que a experiência da mulher negra seja diferente de uma mulher branca. Crenshaw (2016, p. 15) propõe que para minimizar a discriminação interseccional

[...] precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Isso inclui a integração dos diversos

movimentos e inclui a nomeação de uma mulher para chefiar a seção que cuida da discriminação racial e não considerar isso incomum de forma alguma

Assim, faz-se necessário que as mulheres passem de fato a ocupar os locais que lhes são devidos, pois a presença delas não indica apenas a normalidade de sua presença, mas também a possibilidade de que as vozes e as pautas dessas mulheres se façam ouvir nos espaços públicos. Além disso, no que tange a abordagem interseccional para a coleta de informações também é importante, ouvir essas mulheres e tentar compreender como esses fatores se relacionam e afetam a vida dessas mulheres negras e assim a interseccionalidade passaria a ser uma ferramenta que pode ser utilizada de modo a pensar políticas e práticas mais inclusivas.

Precisamos, todavia, abrir uma breve discussão sobre o processo de preconceito e resistência dentro do grupo de mulheres militantes. Falamos, até então, sobre o binarismo que legitima identidades de homem e mulher na sociedade, de negros e brancos. Mas, como esse preconceito pode acontecer dentro de um grupo de indivíduos que ocupam a mesma posição-sujeito na sociedade, ou seja, mulheres militantes? Este é um questionamento que nos inquieta, ao nos debruçarmos sobre o tema da interseccionalidade com o olhar discursivo. Há vários fatores nestes embates, tais como, os fatores socioeconômicos, no que tange a readequação da identidade de raça e gênero desses sujeitos. Cabe-nos verificar como esse fenômeno é discursivizado, a partir da heterogeneidade discursiva da posição-sujeito como proposto por Cazarin (2005).

Devemos considerar, que há, ainda, aquelas mulheres, na posição-sujeito mulher negra, que afirmam não ser militantes, nem feministas, marcando a heterogeneidade da posição sujeito mulher negra militante. Entendemos, assim, o que nos expõe Orlandi (ORLANDI, 2015, p. 47) ao se referir à formulação do sujeito do discurso como “[...] uma posição entre outras posições, dado o lugar que ocupa para ser sujeito do que diz” - o que o torna intercambiável em virtude da FD a qual está inscrito. Torna-se interessante sabermos como esse fenômeno é discursivizado, a partir da heterogeneidade discursiva da posição-sujeito como proposto por Cazarin (2005).

De acordo com Orlandi (1997), o sujeito discursivo é considerado uma posição entre outras. Uma posição que é marcada por uma forma-sujeito do discurso que é constitutivamente heterogênea. Logo, teremos FDs também heterogêneas e porosas na constituição da identidade desse sujeito, conseqüentemente heterogêneo, e que pode, a ver sua

posição social na sociedade, ocupar diferentes posições-sujeito quando inscrito em uma mesma FD.

Assim, somos levados a entender, segundo Cazarin (2005, p. 4), que a heterogeneidade resulta “[...] da coexistência de diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD [...] Trata-se também de pensar a heterogeneidade no interior de uma mesma posição-sujeito, porque, nela, há a possibilidade da diferença interna”. Assim, a necessária ilusão de homogeneidade, tanto da FD como da posição-sujeito para que o sujeito, sendo enunciador, tenha a possibilidade de organizar a sua discursividade, garantindo, assim, o efeito de unidade discursiva que esta posição representa. Consoante Pêcheux (2014), este é o resultado do processo de interpelação do indivíduo a partir do funcionamento da ideologia, o que faz com que o sujeito seja identificado a uma FD, garantindo esse efeito de ilusão/evidência sobre os sentidos.

Carazin (2005) aponta haver uma existência da diferença no interior de uma mesma posição-sujeito, a partir do efeito de unidade discursiva. Tal diferença é apresentada sob a forma do discurso-outro que é incorporado a partir da contradição (inerente a todo discurso) e também pela negação que convivem nessa mesma posição já que “[...] nem todos os sujeitos enunciativos, que nela se inscrevem, se relacionam de forma idêntica” (CAZARIN, 2005, p. 8) com o efeito de unidade discursiva. Durante a análise de nossa temática, este tema ganhará mais notoriedade, visto que, visto que iremos nos deparar com discursos contraditórios de sujeitos negras que ocupam a mesma posição-sujeito (de mulher negra militante, por exemplo) e se encontram inscritas em uma FD que iremos denominar de FD militante. Parafraseando Filgueiras (2019) tal como são porosas as fronteiras das FDs, possibilitando que o discurso de um sujeito militante, seja militante, assim também serão porosas e instáveis àquelas que delimitam a posição-sujeito ocupada por esse sujeito, podendo ele transitar para outra posição-sujeito, como veremos a seguir.

Esta transição acontece quando o sujeito enunciador extrapola os limites de uma posição sujeito em suas contradições internas, em relação à sua posição-sujeito ideologicamente sobre determinada, fazendo assim, com que a sua inscrição aconteça em outra posição-sujeito, o que Cazarin (2005) classifica como efeito de divergência, ou seja, as contradições passam a ser tomadas no campo de uma mesma FD, porém entre diferentes posições-sujeito. Segundo a autora, podemos sintetizar o conceito de divergência e de diferença, como

[...] a *diferença* como diversidade, variedade de pontos de vista que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito; e a *divergência* como

discordância, ou seja, como posições de sujeito que progressivamente se afastam e que, embora convivam no interior de um mesmo domínio de saber, isto é, de uma mesma FD, marcam essa convivência pela tensão. (CAZARIN, 2005, p. 8, grifo do autor)

Consideremos a relevância da conceituação acima, visto que ao longo desta pesquisa apreendemos as questões relativas ao preconceito e resistência em meio as próprias negras militantes.

Imaginemos que esse grupo se encontre inscrito em uma mesma FD (que aqui chamaremos de FD negro militante abordando o discurso fundante e outros discursos que perpassam esta FD e que nessa FD haja diferentes posições-sujeito ocupadas por elas. Logo, enquanto grupo que luta pelos mesmos direitos na sociedade, observamos uma homogeneidade ilusória da tomada de posição desses sujeitos discursivos na sociedade. Pode haver, pois, uma vasta heterogeneidade dentro da própria “posição-sujeito mulher negra/branca militante” a partir do momento em que diferentes sujeitos se colocam na posição de enunciadore do discurso de resistência, aqui tomado como os movimentos de embate de sujeitos mulheres negras militantes aos mecanismos de poder representados pela ideologia dominante nos AIRE.

Sendo assim, o discurso do outro (que emerge pela negação ou pela contradição) irá ganhar contornos que fogem da pseudo-homogeneidade da posição-sujeito, abrindo espaço para a possibilidade de diferentes pontos de vista que se digladiam em uma mesma posição-sujeito - seja sobre a posição social ou outros fatores, ou seja, heterogênea, o que significa estar dentro de uma mesma FD que ecoam discursos não só de resistência como também de preconceito.

Entretanto, ao mobilizarmos conceitos das ciências sociais ao falarmos sobre a posição-sujeito na interseccionalidade, consideraremos que, a interseccionalidade, defendida por Crenshaw, se estabelece como necessária para o feminismo, por este ter falhado em não considerar a intersecção de raça ao abordar as questões de gênero na composição de suas pautas gerais, sendo denominado muitas vezes como feminismo branco. E para o movimento racial por não destacar o gênero como categoria relevante na opressão racial, universalizando a realidade de homens negros na luta antirracal.

De acordo com Akotirene (2018) a interseccionalidade requer dos indivíduos oprimidos a instrumentalização conceitual de raça, gênero, classe a nação, evitando análise sob o mesmo eixo das opressões e dando atenção à matriz colonial moderna e a novas formas de interpretação para os efeitos identitários. Nesse sentido a constituição de uma posição-

sujeito interseccional requer os saberes relacionados aos âmbitos racial, econômico e de gênero para romper com a Formação Ideológica (FI) patriarcal e inscrever-se na feminista, como veremos na abordagem ‘O feminismo negro e a discriminação por gênero e raça’.

2.5 O feminismo negro e a discriminação por gênero e raça

O discurso feminista na atualidade se estabelece dentro de várias perspectivas políticas, de raça e gênero e não tem mais as mesmas reivindicações unificadas e, conseqüentemente, o mesmo perfil do século anterior. Ele é caracterizado pela heterogeneidade discursiva e pela multiplicidade de sujeitos, tanto do ponto de vista social quanto discursivo, como teoriza Grigoletto (2007, p. 125), já que entendemos que o “[...] lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer”. Desse modo, em nossa análise buscaremos compreender como se dá essa heterogeneidade e como ela constitui processos identitários para o sujeito mulher.

Novos aspectos passaram a fazer parte das demandas do movimento militantes, com o passar dos anos, tornando-o plural, e na atualidade ele é bem mais complexo do que quando se iniciou na luta pelo sufrágio. Para Castells (2018), a vitalidade do movimento está exatamente na sua capacidade de se adaptar as novas culturas e idades. Contudo, o que se mantém como premissa básica é “[...] o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 2018, p. 298). As conquistas dos direitos das mulheres do voto, trabalho regularizado e salário-mínimo proporcionaram condições de vida melhores para determinadas mulheres, mas ainda sem a igualdade plena de direitos em relação aos homens e ainda com forte desigualdade de raça e gênero, reforçando e criando pautas para o movimento na atualidade.

Devemos considerar também que há outra forma de desconstrução das identidades de mulheres nos discursos, como a teoria de gênero. Esta teoria, vista acima e que ela elevou o termo a uma categoria de análise importante para o estudo do corpo, como elemento constitutivo das relações sociais e da representação das relações de poder que normalizam rigorosamente os significados para homem e mulher (SCOTT, 1992). O gênero como categoria traz o corpo da mulher e os corpos subjugados, como do homossexual, para o campo da análise, oferecendo novas perspectivas e redefinindo novos termos as questões anteriormente reduzidas. Daí, entendermos que o termo gênero é mobilizado, dessa forma,

para substituir categorias como sexo ou diferença sexual, demonstrando o caráter social dessas categorias e para as relações de poder que determinam essas divisões.

Verikas (2016) aponta que o termo é emprestado da gramática na busca por restituir a dimensão humana das categoriais até outrora vistas como naturais. A autora propõe ainda que, assim como na questão gramatical, o gênero, como categoria de análise, seja visto como entremeio, pois ele permite “[...] pensar a diferença dos sexos como um processo, uma relação” (VERIKAS, 2016, p. 26). Conforme a autora, dessa forma o gênero veicula “[...] uma dupla conflitualidade, científica e política” (VERIKAS, 2016, p. 28). Científica na medida em que questiona, por meio do exame científico, a validade universal que coloca a categoria mulheres como contribuição ao corpus científico firmado. Político, pois, demonstra a arbitrariedade e convencionalidade da bicategorização do sexo.

Através do gênero é possível pensar a invisibilidade política de “[...] uma relação que, tendo sido pensada, durante séculos, em termos de hierarquia e dominação” (VERIKAS, 2016, p. 61), repeliu do âmbito político os questionamentos da autoridade arbitrária que decretava uma hierarquia ilegítima. A categoria gênero auxilia ainda o entendimento de como, pelo viés político, se inaugura conceitos como homem e mulher, uma vez que, nas palavras da autora, “[...] convém primeiro interrogar aquilo que faz de uma mulher uma mulher e (o que dá na mesma) faz de um homem um homem da perspectiva política” (VERIKAS, 2016, p. 62) do que examinar as diferenças entre cidadãos e cidadãs.

Judith Butler (2017) argumenta, perante a discussão do movimento feminista, a impossibilidade de haver um significante estável para a identidade feminina e uma base universal para se referir ao movimento feminista, considerando a impossibilidade de separar a noção de gênero de suas relações com fatores políticos e culturais. Acrescentando a isso que:

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2017, p. 21)

Daí, compreendermos, no sistema de gênero, conforme aponta a autora a impossibilidade de “engessar” as identidades ou estabilizar as noções de sexo e de gênero de forma linear, segundo afirmar a autora: “[...] não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” intérprete somente corpos femininos”. (BUTLER, 2017, p. 26)

Em detrimento da raça é sabido que ao longo das décadas as práticas discursivas de inferioridade das raças moldaram as formas de viver e representar dos sujeitos negros no percurso da história. Woodward (2014) afirma que toda prática de significação envolve relações de poder, definindo quem é ou não excluído, quem é ou não representado, levando determinados sujeitos ao silenciamento e privando-os de recursos simbólicos e materiais.

O discurso da escravidão, que representou a mulher negra durante séculos, despersonalizou a mulher negra, desumanizou e a inscreveu como propriedade e por isso o sujeito mulher negra não é representado na história pelos discursos mencionados acima, como nos fala Davis (2016).

O sistema escravocrata definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. (DAVIS, 2016, p. 17)

A paridade mostrada ao longo da história, entre homens e mulheres, produz processos identitários diferenciados para o sujeito mulher negra, e segundo Davis (2016), a construção da personalidade da mulher negra não acompanha a da branca, devido à complexidade da situação da mulher escravizada, e coloca em oposição as identidades não só construídas pelo discurso dominante que as representa, mas também pelas práticas dos dominados que tentam desconstruir essas representações, sendo o sujeito mulher representado ao longo dos séculos por discursos cristalizados e mantidos pelo poder dominante.

Entretanto, pesquisas nas áreas das Ciências humanas nacional e internacional (FIGUEIREDO; FURTADO, 2014; FIGUEIREDO, 2002, 2012; SANTANA, 2014) têm nos revelado que o cenário político e institucional das relações raciais, no Brasil, não é o de anos atrás. Se em um período da história do país seria impossível a existência de negros com privilégios econômicos; hoje, essa experiência não só é possível como tem se tornado um problema de pesquisa para as Ciências humanas nacionais e internacionais. Nessa direção, os estudos sobre raça e racismo deixaram de ser, apenas, uma forma de denúncia e produção de resistências de um sujeito negro universal e começam a se interseccionar com marcadores sociais diversos que, também, hierarquizam experiências outras; assim como é o gênero (CRENSHAW, 2004).

E, conforme mencionado anteriormente, o gênero, nesse sentido é uma categoria de análise fundamental visto que desvela um sistema de poder hierárquico que fomenta as desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres e se legitimam nos pensamentos, práticas e instituições sociais (SCOTT, 1990). Para além do gênero; o lugar e a experiência das mulheres negras é uma perspectiva necessária para se pensar uma produção de conhecimento engajada no descortinamento do racismo e do patriarcado brasileiro e nas possibilidades de seu combate.

Ao nos referirmos ao lugar, apontamos para a denúncia da dupla ou tripla opressão – quando consideramos a classe – que se inscreve nas vidas e corpos das mulheres negras na sociedade brasileira é, ainda, um campo de disputa de teóricas do feminismo negro, militantes, acadêmicas que apontam as incoerências tanto do movimento feminista hegemônico como do movimento negro (CARNEIRO, 1995; GONZALEZ, 1982).

Com o acréscimo nas últimas décadas dos movimentos feministas negros, é perceptível o reconhecimento por parte de algumas escritoras como: Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, da simultaneidade na discriminação de gênero e raça no Brasil, viabilizando-nos uma reflexão sobre a importância de se discutir racismo e sexismo, no mesmo âmbito, com o propósito de definir políticas contra discriminações sociais e repensar as o conceito de cidadania.

Sueli Carneiro (2005), entretanto, aponta a luta feminista, por não ser um movimento universal, como um “enegrecimento feminista”. Durante décadas, o movimento feminista costumava priorizar a fala das mulheres brancas e questões raciais costumavam ser deixadas de lado. Por outro lado, o movimento negro muitas vezes reproduzia o sexismo, o que dificultava as discussões referentes ao gênero. A expressão “enegrecimento feminista” é usada para descrever a luta das mulheres negras dentro deste movimento. A autora assinala também o recorte ocidental e branco das produções teóricas do feminismo hegemônico e aponta como essas produções não percebem as desigualdades de gênero e intragênero, justamente por não levar em consideração a condição específica de ser mulher, negra, e em geral, pobre.

Carneiro (2005, p. 118) ainda afirma que a ligação entre diferentes tipos de categorias de opressão pode ser vista, e isso é demonstrado em um trecho de *Mulheres em movimento*:

Feminismo esteve [...] prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino [...]. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de

outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. [...] Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. [...] uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre.

O feminismo negro começa a se desenvolver e desta forma passa a confrontar o feminismo branco. Entretanto, não podemos desconsiderar que o movimento feminista branco era o predominante, o que nos proporcionou diferentes categorias de discriminação e subordinação ao se cruzarem, pois o feminismo negro atua de forma a apreender as demandas de mulheres negras, cujos problemas costumam não ser atendidos pelo feminismo que reproduz o eurocentrismo e possui tendências individualistas, e assim passasse a não ter mais uma visão puramente homogênea, cultivando assim, um sentimento de alteridade e empatia por outras mulheres, mas reconhecendo também as diferenças existentes sem segregar as diferentes vozes, em especial os problemas que versam sobre as mulheres negras, grupo este, de mulheres já marginalizadas. Por isso, a necessidade de discutir questões de raça e gênero no movimento feminista no Brasil é semelhante ao processo de subinclusão mencionado por Crenshaw, e embora esteja se referindo ao contexto americano, o descaso com os problemas específicos às mulheres negras, decorrentes da sobreposição entre raça e gênero, no movimento negro e no movimento feminista também ocorre no contexto brasileiro.

O que nos faz compreender, dentro dos processos discursivos identitários a mudança de posição-sujeito em correlação com as modalidades discursivas do funcionamento subjetivo (PÊCHEUX, 2014; GRIGOLETTO, 2007) – ou seja, o sujeito passa por um processo de contra-identificação e desidentificação, ao romper com os sentidos dominantes sobre o sujeito mulher branca, assume-se uma posição de desidentificação com a forma-sujeito da FD feminista branca, e o sujeito mulher do discurso passa a se filiar a uma FD militante negra e, conseqüentemente, estabelece novas possibilidades de imagem para o sujeito.

A mudança do posição do sujeito, atrelada ao conceito de interseccionalidade vem reiterar que a falta de representatividade pode ser pensada não apenas como um problema de gênero, pois existe simultaneidade entre gênero, classe e raça na vida dos indivíduos, portanto, a discriminação não é apenas como um ato isolado, porquanto a sub-representação feminina também pode ser interpretada como um problema ocasionado pela masculinização dos espaços de poder e a estrutura patriarcal da sociedade ainda mantém excludente as mulheres e alimenta a permanência da dominação masculina vêm várias esferas da sociedade contribuindo para perpetuá-la. Segundo Miguel (2009), as disparidades nas relações de poder

entre homens e mulheres se manifestam de diferentes formas na convivência social diária, e estas desigualdades sustentam um sistema interações que faz com que as mulheres estejam em desvantagem perante os homens. A exposição a fatores como vulnerabilidade, pobreza e privação são responsáveis por manter as mulheres em círculos de precariedade, muitas vezes difíceis de serem rompidos.

E, para entendermos mais um pouco sobre as concepções da Análise do Discurso francesa que serão utilizados para analisar os discursos das mulheres negras militantes postas aqui em questão, prossigamos, no entendimento dessas outras questões, em torno de conceitos pecheutianos, que serão cruciais à compreensão dos sujeitos e de seus processos de busca identitária.

3 ANÁLISE DO DISCURSO DA LINHA FRANCESA E AS SUAS INTERFASES

Como nosso objeto de estudo é o discurso de sujeitos mulheres negras militantes, no que se refere à sua construção identitária (de gênero), então, sobre tais questões, nada seria mais promissor do que mobilizar conceitos como os de sujeito, interdiscurso, FD, memória, dentre outros, para que possamos compreender os efeitos de sentido que emergem quando sujeitos se identificam, desidentificam ou contra identificam requerendo o constructo social da identidade da mulher negra e o seu lugar de fala.

Para atender a essa perspectiva, diversos conceitos, aqui desenvolvidos, serão mobilizados, reconfigurados e/ou ainda ampliados para atender essa demanda analítica que tem tanta relevância social em nosso país. Isso será feito com bastante tranquilidade, respeito e consideração a toda uma produção teórica que a disciplina vem construindo no Brasil e no exterior, uma vez que a AD não pode ser configurada como uma teoria fechada e acabada em si mesma, estando aberta a novas interfaces, como a nossa, e a novas engrenagens teóricas. Sigamos com seu percurso de fundação.

Abordaremos neste capítulo a Análise do Discurso de linha francesa (AD), bem como seus postulados teóricos e analíticos, ao definirmos o que entendemos, nesta tese, por discurso, ideologia, sujeito, posição sujeito, condições de produção do discurso, formações discursivas e imaginárias, interdiscurso/memória discursiva, efeitos metafóricos e o discurso religioso na Análise do Discurso de linha francesa. Além disso, faremos uma abordagem sobre o conceito de identidade e a interseccionalidade. Esses postulados serão retomados no capítulo que analisará o corpus discursivo, contendo as entrevistas feitas as mulheres negras militantes no Brasil e nos Estados Unidos.

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) surgiu na década de 1960, e sem dúvida, hoje, atingiu sua maturidade teórica e metodológica e se consolidou como disciplina no cenário dos estudos da linguagem, deslocando-se, por assim dizer, da periferia para o centro.

Durante muito tempo, a lingüística exerceu o papel de ciência piloto, liderando as ciências humanas, fornecendo a partir de modelos fonológicos, uma espécie de passaporte para as ciências humanas, e assim, passamos a definir dois objetos científicos distintos, o de uma “lingüística da língua” que ele passa a examinar e o de uma “lingüística da fala” que ficava para ser explorada.

Embora, devamos considerar que língua e fala sejam recortes diferentes do mesmo objeto, ele opta pelo campo da língua porque categorizável, sistematizável, enquanto a fala está situada no nível da concretude, não é apresenta essas características.

Nesse modelo, a atividade “criadora” do sujeito individual, livre, é colocada como anterior à da linguagem e modificar o sistema considerado já equilibrado e estável da língua é inconcebível; excluindo-se, assim, os conceitos de fala e diacronia, exclui-se do âmbito da linguagem o conceito de linguagem enquanto trabalho produzido por sujeitos falantes.

Assim sendo, os estudos lingüísticos foram, dessa forma, durante um bom tempo balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma lingüística da língua. E assim, percebeu-se que uma lingüística imanente que se limitava ao estudo interno da língua não dava conta do seu objeto. O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas provoca um deslocamento nos estudos lingüísticos. Por este motivo, estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente lingüístico.

A busca por uma teoria que irrompesse à dicotomia língua/fala, deslocando a questão para o pólo da fala estava crescendo. Todavia, as várias tentativas iniciais de elaboração de uma teoria do discurso sofriam da ausência de definição do seu objeto, resultante de uma referência implícita ou explícita aos termos fala e diacronia.

Para Maldidier, a disciplina que passa a ser denominada Análise do Discurso de linha francesa tem uma dupla fundação, centrada na atuação de *Jean Dubois* e *Michael Pêcheux*.

Os anos 60 são os anos do estruturalismo triunfante. A lingüística, promovida a ciência piloto, está no centro do dispositivo das ciências (...) O projeto da AD nasce neste contexto (...) o liame entre a expansão da lingüística e a possibilidade de uma disciplina (nova) como a análise de discurso é explícita. (MALDIDIER, 1994, p. 175)

Considerando a conjuntura teórica da França nos anos 1968-70, em um momento em que emerge o sentimento dos limites e do relativo esgotamento do estruturalismo, nasce a AD, presidida pela lingüística e pelo marxismo, tendo inscrito no seu projeto um objetivo político: usar “[...] a arma científica da lingüística como um novo meio para abordar a política” (MALDIDIER, 1994, p. 175). Isso nos remete aos acontecimentos políticos ocorridos em 1968, em que as indagações e perplexidade diante dos fatos e dos discursos então produzidos fazem surgir um sentimento de urgência teórica e política que vai buscar na Análise do

Discurso um modo de leitura para interpretação desses eventos. Pêcheux, considerado um filósofo, situado no campo da história das ciências, influenciado mais tarde pelas idéias de Foucault, atua em um espaço comum: o do marxismo e da política.

Desse modo, em Pêcheux, a análise do discurso é pensada como uma ruptura epistemológica em relação ao que se fazia nas ciências humanas, articulando a questão do discurso com as do sujeito e da ideologia.

Novas discussões emergem e rupturas são realizadas em torno do Materialismo Histórico de Althusser, da Linguística Estrutural de Saussure e da Psicanálise, com a releitura de lacaniana de Freud. Ao considerar as três regiões do conhecimento científico já citados, somos condicionados a ver a Análise do Discurso (AD) como uma *desdisciplina*.

Contudo, Orlandi (2007b) recusa esta noção, e a substituiu por interdisciplinaridade, pois para a autora, uma disciplina precisa ser dominante em relação à outra para que a interdisciplinaridade se estabeleça, o que não se configura na Análise do Discurso de linha francesa, na qual as três teorias referenciadas a constituem, de forma prioritária. Configura-se assim, a AD um entremeio porque se movo no espaço entre a Linguística e as ciências sociais das formações sociais, trabalhando conceitos exteriores ao domínio da Linguística, interrogando a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo mundo como trabalha e ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2007b).

Assim, podemos afirmar que a AD é uma disciplina de entremeio, que promove uma releitura de conceitos trazidos da Linguística (mecanismo de enunciação), Teoria Materialista Histórico-dialética (formações sociais/Marxismo) e da Teoria do Discurso (semântica de base materialista), todos esses pressupostos atravessados por uma teoria da subjetividade de base lacaniana, ou seja, de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, preocupando-se com o funcionamento do processo de significação de sentidos e de sujeitos. Sendo, assim, possível afirmar que devido ao fato da Análise do Discurso se filiar a outras regiões do conhecimento, conforme apontado por Maldidier (2003). Para a autora supracitada, a Análise do Discurso passa a ter uma dupla fundação, centrada na atuação de Jean Dubois e Michel Pêcheux.

Os anos 60 são os anos do estruturalismo triunfante. A lingüística, promovida a ciência piloto, está no centro do dispositivo das ciências (...) O projeto da AD nasce neste contexto (...) O liame entre a expansão da lingüística e a possibilidade de uma disciplina (nova) como a análise de discurso é explícita. (MALDIDIER, 1994, p. 175)

Segundo Orlandi (2007b), este fato é recorrente, pois o discurso é visto com o movimento dos sentidos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, incerteza, de hábitos, de ancoragem e de vestígios.

Quando permeamos a ideologia, vimos que Althusser (1980), formula a teoria das ideologias, ao fazer uma releitura de Marx sob o viés da concepção materialista da história. Desta forma, há a formulação da teoria ideológica com base nas formações sociais, sem ignorar as formações imaginárias. Orlandi (2005, 2006), contudo, retrata a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência, como bem atesta Indursky (1997, p. 19): “[...] a relação imaginária com mundo real é que é o objeto da representação ideológica”. Nesse ponto, ao observar uma existência material à ideologia, Althusser (1980) defende que só há prática através e sob a ideologia, bem como, que só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Uma fase considerada importante para a história da análise do discurso, é o ano de 1952, pois é publicada a obra de Harris sob o título *Discourse Analysis*. A análise dos enunciados, sob a forma harrisiana, se apresenta como uma tentativa para elaborar um procedimento formal de análise dos segmentos superiores à frase, permitindo, com isso, levar em conta relações transfrásticas que podem ser observadas nos “textos”. Além disso, propõe a aplicabilidade do método distribucional que fora praticado pelos lingüistas descritivos ao nível da frase. Embora a obra de Harris tenha sido considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística. O procedimento analítico não visava a buscar pelo sentido do texto, o que levava a qualquer exclusão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção, que vão distinguir e marcar posteriormente a Análise do Discurso Francesa.

Apenas em 1969, houve a publicação do livro *Análise Automática do Discurso*, sendo uma obra acerca da tríade, Saussure-Marx-Freud, com a finalidade de apontar, segundo Michel Pêcheux a preocupação em fechar as brechas que o estruturalismo deixava quanto a análise das frases, abarcando a lingüística, o materialismo e a psicanálise. Logo após, no ano de 1969, com a edição da *Análise Automática do Discurso* (AAD), que apresenta uma ruptura epistemológica, ao apresentar o discurso como cerne nas questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito, inaugura-se por definitivo a AD na França.

O fato de acontecer esta ruptura é que ocorre a rejeição da concepção de sujeito enquanto entidade homogênea e estimula-se a valorização da compreensão de sujeito numa visão dispare do consciente e do inconsciente. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2006, p.

202): “[...] tratava-se de fazer o texto parecer uma plenitude enganadora cuja análise devia revelar a ‘incoerência’ fundamental, relacionando-a ao trabalho de forças inconscientes”.

Considerando a estrutura da conjuntura da França nos anos 1978-70, o estruturalismo estava chegando ao esgotamento, e surge então, uma nova fase, que presidia usar a linguística e o marxismo, sob o viés político: usar “[...] a arma científica da lingüística como um novo meio para abordar política” (MALDIDIER, 1994, p. 175), trazendo assim, um sentimento de urgência teórica e política que vai buscar na AD um modo de leitura para a interpretação desses eventos, compreendendo assim, que do ponto da Análise do Discurso francesa há um complemento entre o lingüístico e o histórico, sendo campos que se constituem no processo de significação dos sentidos, e por tal motivo, é que existem os deslocamentos de sentidos. Grigoletto (2013) retrata a concepção de sujeito cindido em sua estrutura, o que permite a AD de linha francesa não trabalhar com o que o texto quer dizer (posição tradicional da análise de conteúdo), mas sim, com o como o texto funciona (posição assumida pela AD).

Os discursos analisados pela AD versavam, sobretudo, entre os discursos políticos de esquerda e textos impressos. Com isso, a AD passa, a ser definida como o estudo lingüístico das condições de produção do enunciado, tendo como apoio conceitos e métodos da Linguística, enfatizando o estudo da língua em funcionamento para a produção de sentidos e análise do texto. De acordo com Silva (2018, p. 141): “[...] o sujeito fala a partir de uma posição, de um lugar social. O que nos conduz nesta pesquisa, pois o sujeito está sempre interpretando e ao interpretar produz sentidos, identificado à FD a partir da posição-sujeito que enuncia”. O homem é visto na sua história, desse modo, segundo a Análise do Discurso pecheutiana, pois considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela relação estabelecida da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que produz o dizer, como compreende Magalhães (2011).

Para Pêcheux (1988), o sujeito não é um dado a priori, mas é constituído no discurso, assim, sentido e sujeito se constituem num processo simultâneo através da figura da interpretação ideológica, conceito que empresta de Althusser (1974). E assim, Pêcheux (2014, p. 160) afirma que o

[...] sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo-sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas.

Devemos considerar a priori que a Análise do Discurso de linha francesa, é constituída por três épocas, sendo a primeira fase, conhecida como *Período das Máquinas Discursivas*,

apresentando umas posições ideológicas e lugares sociais menos vistos de maneira menos conflitantes. Esse período foi marcado pela análise automática do discurso (ADD-1969), que propõe através da linguística, estabelecer uma abordagem entre a língua e a história, ou seja, um modo de pensar a exterioridade no interior do objeto língua, deixando restrita a um conjunto de enunciados fechados, que se relacionam entre si através da justaposição, sendo passíveis de ser analisados por uma máquina lógico-semântica, em que o outro subordina-se ao mesmo, ou seja, o “[...] outro da alteridade discursiva empírica” é reduzido ao mesmo e o “[...] outro alteridade ‘estrutural’ só é (...) uma diferença entre mesmos” (PÊCHEUX, 2010, p. 313).

Para Pêcheux, o nascimento da AD veio presidido por uma “aliança tríplice”, conforme já fora citado: o materialismo histórico (para explicar os fenômenos das formações sociais); a Linguística (para explicar os processos de enunciação) e a teoria do Sujeito (para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico). O que reporta o discurso, como um objeto de estudo que não tem fronteiras definidas, por fazer a interseccionalidade do linguístico, do histórico e do ideológico.

O período que se estende de 1976 a 1979, denominada como a segunda época da AD, ficou conhecida como o *período das formações discursivas* (FD). De acordo com Mussalim e Bentes (2003, p. 120), “[...] adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso”. A visão existente até então, de uma ‘maquinaria discursiva’ foi desconstruída, pois as máquinas passam a ser vistas por Pêcheux como relação de forças desiguais entre os processos discursivos. Assim:

Fica evidente, portanto, que o conceito de formação discursiva aparece como elemento fundamental a partir da segunda fase da Análise do Discurso, elemento este que possibilita justamente a compreensão de que um discurso se mostra sempre irredutivelmente heterogêneo. (GRIGOLETTO, 2002, p. 31)

Devemos considerar também, além das alterações sofridas no conceito de formações discursivas, que noção de sujeito também é alterada, visto que a noção passa a não ser vista como uma ideia de unidade, sendo assim, compreendido, como disperso, como aquele que passa a ocupar diversos papéis, conforme as variadas posições-sujeito que ocupa no espaço interdiscursivo.

Sendo assim, a noção de sujeito pecheutiano, é determinada pela posição, pelo lugar de onde se fala. E ela fala do interior de uma FD, que é regulada por uma formação ideológica (FI). E isso leva a concepção de uma subjetividade assujeitada às coerções da FD e da FI.

As formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. Pêcheux (1997) explica que, para o materialismo histórico – região constituinte da fundação da teoria de Pêcheux, os AIE são lugares onde se dá a luta de classes e destacam que as posições políticas e ideológicas em confronto nesse embate organizam-se em formações denominadas formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.

Através da noção de formação ideológica, a tese althusseriana de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos também adquire mais minúcia, pois para Pêcheux e Fuchs (1997 p. 167), essa lei “[...] constitutiva da Ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas”.

Vimos entretanto, que as formações ideológicas caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social. Essas formações (FIs) são compostas pelas formações discursivas (FDs). As FDs definem-se como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] *determina o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160 grifo do autor).

Para Pêcheux, mais que analisar as formações ideológicas por sua relação de classes é preciso considerar seu caráter regionalizado, já que:

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas”. (PÊCHEUX, 1990, p. 259)

Logo, um sujeito marcado por uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela FD que define “o que pode e deve ser dito por um sujeito”. Em decorrência à nova forma de concepção de processo discursivo, a noção de sujeito da enunciação, por sua vez, sofre alteração, visto que esse sujeito exerce vários papéis em diferentes espaços discursivos, ele apresenta-se dividido e heterogêneo.

Os sujeitos são interpelados sujeitos do discurso na sua inscrição na FD, e tal interpelação acontece através de sua identificação com a forma-sujeito da FD na qual está

inscrito. Ao se identificar em uma FD, o sujeito toma uma posição e, conforme Pêcheux (2014), nesse processo, existem três modalidades de interpelação/identificação: superposição, contra-identificação e desidentificação.

A superposição do sujeito do discurso e o sujeito universal é a primeira tomada de posição, uma vez que há neste processo a realização do assujeitamento sob a forma “[...] do livremente consentido” (PÊCHEUX, 2004, p. 199), caracterizado como o discurso do “bom sujeito”, como chama o autor, *eu* reflete a identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o domina. Ao refletirmos sobre os discursos de/sobre mulheres, o “bom sujeito”, por exemplo, se consolida nos discursos que legitimam a representação histórica das mulheres, que mantêm sua submissão e tem como forma-sujeito a mulher de “natureza feminina”, que constrói um sujeito único, universal.

A segunda modalidade é o discurso do ‘mal sujeito’, no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, distanciando-se da forma-sujeito da FD que o domina, se permitindo ao questionamento, a dúvida, sendo caracterizado pelo “contradiscurso”, em que o sujeito se “contra-identifica”. Nessa modalidade, os discursos de/sobre as mulheres, por exemplo, se constituem como resistência, pois passam a questionar seu papel e a forma que foi e é representada, possibilitando uma desestabilização da forma-sujeito da FD machista através de questionamentos, mas sem, no entanto, romper com esse sujeito universal, sempre estabelecendo o sujeito mulher em dois pólos identificadores distintos, aquele que se pretende desfazer em um outro que ainda não constituiu.

A terceira modalidade abordada por Pêcheux é a desidentificação em que o sujeito não se identifica mais com a forma-sujeito da FD e se inscreve em outra FD, mostrando assim, sob determinadas condições históricas de produção, que o sujeito pode identificar/inscrever em outra FD, diferente da qual se identificava (PÊCHEUX, 2014). Nesta fase, o sujeito se reconstrói em outras práticas discursivas. Nos discursos de/sobre mulheres, por exemplo, essa desidentificação se dá nos discursos em que há o rompimento com a forma sujeito da ideologia patriarcal, inscrevendo numa nova FD, e ao projetar uma nova identificação para o sujeito em detrimento da anterior constitui outras posições. Essas posições (outras) se constituem pela transgressão com a Formação Ideológica patriarcal rompendo totalmente com a forma-sujeito dominante do discurso machista.

Essas posições (outras) são oriundas da transgressão com a Formação Ideológica patriarcal rompendo totalmente com a forma-sujeito dominante do discurso machista/sexista.

A FD passa a ser um espaço de possibilidades da diferença e da divergência, em consequência do desdobramento do sujeito nessas modalidades de identificação, tornando-se, assim, heterogênea, como aponta Indursky (2007). Ao mencionarmos a heterogeneidade da FD, conforme já visto no capítulo 1, é sabido que ela acontece a partir dos saberes de outras formações discursivas que se atravessam, fazendo assim um conjunto com igualdade, mas também com espaço para distinções, desacordos, diversidade. Esses saberes se configuram como outras posição-sujeito que passam a conviver na mesma FD, provocando a divisão do sujeito histórico, ainda conforme a autora.

Assim, sendo, dentro de uma formação feminina, por exemplo, como será o discurso analisado de Chimamanda Adichie (capítulo 5) temos várias posição-sujeito que se relacionam como forma-sujeito feminista de diferentes maneiras. Entretanto, é importante ressaltar que essas diferentes posições dentro da mesma FD não podem causar ruptura, antagonismo, pois aconteceria assim o que Pêcheux (2014) chamou de desidentificação, quando o sujeito se desidentifica com uma FD e passa a se inscrever em outra, reiterando que no interior de uma FD pode haver divergência, mas não antagonismo.

Nesta pesquisa, vimos que a hegemonia é sustentada pelo discurso; logo, não é difícil chegar à conclusão de que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar”, como aponta Foucault (1996, p. 10), o que nos conduz ao fato de que ao tomarmos a palavra jamais estamos representando um gesto ingênuo, visto que sempre haverá uma ligação com a relação de poder.

Desta forma, podemos apontar que a Análise do Discurso não é considerada apenas um campo de estudo, mas um instrumento de luta política, e para isso, é importante conhecer a produção, a circulação e a recepção dos discursos para que se torne uma Análise do Discurso, unindo assim, a relação do saber científico com as técnicas de poder e revelando a sua posição ideológica. E assim, entenderemos a importância de relacionar um acontecimento discursivo às condições históricas, econômicas e políticas de seu aparecimento.

Orlandi (2007b, p. 26), afirma que “A análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. O que aponta, que a AD não apresenta uma verdade nuclear do signo, por apresentar-se contra a imanência estruturalista, pretendendo, então reconstruir as falas que criam uma vontade de verdade científica em certos momentos históricos, verificando, assim, as condições que permitiram o aparecimento do discurso, relacionando as vertentes que os

levaram a determinados sentidos e não outro, combinando o linguístico com a história e com a ideologia.

Uma das mudanças visíveis na AD-2 é o conceito de FD, pois para Pêcheux,

[...] é possível observar que o conceito de formação discursiva formulado inicialmente por Michel Pêcheux como ‘aquilo que’ pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada’ (1971) se desloca, principalmente, a partir das contribuições de Jean-Jacques Courtine (1980) [...]. (BARONAS, 2007, p. 11)

Baronas (2007) nos aponta que nesta segunda fase, a FD não é mais vista agindo diretamente sobre a enunciação dos sujeitos, mas, por conta do caráter heterogêneo da discursividade, ela precisou ser (re) vista como “[...] a descrição do deslocamento realizado pelos sujeitos, de sua passagem de um lugar enunciativo para outro” Baronas (2007, p. 15). Concluimos com isso, que para se entender uma FD, devemos recorrer sempre a outras formações discursivas, fazendo-nos entender que sempre significaremos um texto partindo de outros textos já significados/existentes/cristalizados.

Além dessa mudança, ainda é possível apontar nesta segunda fase, a mudança quanto à noção de sujeito, por apresentar alterações, o sujeito passa, porém, a ser considerado disperso, e não mais único, ou seja, a ocupar diversos papéis, conforme as posições-sujeito que ocupa no espaço interdiscursivo, tais como moda, literatura, educação, e mídia, conforme mencionado no capítulo 3.

A terceira fase da AD foi marcada pela acentuação *do primado do outro sobre o mesmo e pela desconstrução das maquinarias discursivas*. Dúvidas e incerteza marcam esta nova fase, datada de 1980 a 1983. Nesta AD-3 nasce a ideia de sujeito essencialmente heterogêneo, clivado e dividido, além da desconstrução da maquinaria discursiva, pois se provou que uma FD se constitui por interdiscursividade, visto que, os discursos de uma FD não são independentes, mas inerentes a ela. E, esta heterogeneidade do discurso subdivide-se em constitutivas, quando há uma presença de vozes de maneira implícita, e em mostrada, quando as vozes marcadas no discurso de um sujeito, estão de forma explícita.

Segundo a linguísta Jacqueline Authier-Revuz (2004), conduzida pelos estudos de Bakhtin e Lacan a noção da heterogeneidade marcada e não marcada se torna também uma marca nesta fase. Esta noção trás a tona a ideia de maquinaria discursiva estrutural. A autora defende a teoria de que a homogeneidade do discurso é uma ilusão, sendo o mesmo atravessado por discursos outros que anunciam a presença de diversas vozes em uma só voz.

O sujeito, que dantes era visto de maneira única, constituindo-se pela heterogeneidade, afetado pelo primado do interdiscurso (memória discursiva), sendo visto, então, como um sujeito heterogêneo, dividido, clivado e cindido em sua estrutura, pois o eu, não é senhor de si, agora, ele é atravessado pelo “outro”, pelo “Outro” (²³Deus, inconsciente), pelo desconhecido, que passa a construir o sujeito em sua identificação à uma FD. E, nessa perspectiva Lacan (1998) pontua que em relação ao sujeito, não se trata de um fenômeno e sim, de algo que é estrutural, um sujeito é marcado pela linguagem, articulado à cadeia dos significantes, sendo no ato da fala que ele pode surgir, pois para o autor, é a partir da fala e do modo como esta é endereçada ao outro que é possível escutar e identificar o sujeito e, na medida em que o sujeito é falante, sua relação com “o outro” não se fecha numa relação dual, já que inclui um terceiro, o “grande outro”. Do exposto, segundo aponta Silva (2019), fica pontuado que o sujeito do discurso é um termo usado para especificar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito que fala com relação ao seu ato de linguagem.

É possível observarmos que, na posição interseccional, a cultura do racismo e do sexismo é problematizada por meio da caracterização de atitudes que sustentam essa violência simbólica. O efeito de responsabilização do sujeito mulher/negra perpassado desde a ideologia patriarcal, através do apagamento da autonomia sobre seu lugar de fala e da desvalorização do papel social da mulher negra. Isto demarca o lugar do sujeito mulher negra como sendo a responsável pela violência sofrida e é retomada para problematização pela posição interseccional como forma de desconstrução da identidade do sujeito mulher negra. A posição se constitui pela desestabilização dos sentidos que prendem a mulher nesse espiral de violência reproduzida pelo patriarcado e reclama a responsabilização do homem como mantenedor dessa estrutura. Entretanto, nas materialidades selecionadas no capítulo 5, observaremos que a questão raça, classe e/ou gênero e como o racismo e o sexismo agem a partir dessas intersecções não são postas em debate, por muitas vezes, apagando sentidos importantes da interseccionalidade.

Diante deste exposto, Indursky acrescenta que,

[...] para a AD, a categoria de sujeito não é idealista por ser interpelado ideologicamente, (...), o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de

²³ Valemo-nos da nota explicativa apresentada Agustini e Grigoletto (2008, p. 156) para marcar a diferença do outro ao Outro: “É necessário dizer que esse outro não se confunde ao Outro constitutivo do sujeito e que, também, não se confunde a pessoa imediata e empírica a que, por ventura, o sujeito possa se dirigir. Trata-se, com efeito, de uma representação que o sujeito faz do outro, seu interlocutor, seja este real ou virtual”. Acrescentamos ainda que, mesmo com o “Outro”, representando o inconsciente tal como postula Althier-Revuz (1990), no funcionamento do interdiscurso, que também possui, na representação do “Outro” a heterogeneidade discursiva, fazemos alusão às formações do inconsciente e da heterogeneidade enunciativa a partir da materialidade linguística que marca as postulações interdiscursivas.

determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantêm fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições. (INDURSKY, 1997, p. 27-28)

É possível verificarmos na AD de linha francesa que o sujeito não é de origem do sentido nem elementos de onde se origina o discurso, pois, fica observamos que ele não é único, por causa das diversas posições-sujeito que se relacionam com as formações discursivas determinadas e ideológicas, fazendo com que o sujeito esteja interpretando e produzindo sentido.

A AD passa a entender o sujeito, a linguagem e os sentidos como partes de um todo interacional e indissociável, sendo este sujeito, clivado porque é dividido entre o “eu” e o “outro”, e nisso o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos entendidos como aquilo que insere o lingüístico em articulação com a história, coma ideologia. Courtine e Mirandim (1981) vem reiterar que a AD concebe a linguagem como um lugar de conflito de opacidade que, com a conjunção da história, constitui, por sua vez, um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

Courtine (2009, 2017) traz para a AD o conceito de memória discursiva, a partir do conceito foucaultiano de *domínio de memória*. Courtine e Mirandim (1981) ressalta que *há sempre já um discurso*, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciator. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores, sendo ela quem possibilita perceber, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem ressignificados.

Lembremos que o interdiscurso é o “todo completo com dominante” das formações discursivas, portanto, é aquilo que está na diferença entre elas, que se situa em seus pontos de troca, de relação. A configuração do todo complexo com dominante é o interdiscurso e as regras do interdiscurso determinam as formações discursivas, e esta relação entre intradiscurso e o interdiscurso, ou seja, entre o sistema de língua e a discursividade, que segundo Gregolin (2005) entende que Pêcheux se deu conta da impossibilidade de olhar o discurso como uma máquina lógica (como era feito na primeira fase da análise do discurso). As fronteiras entre o intradiscurso e o interdiscursivo não são estanques e fixas, pelo contrário, são móveis e coloca o Outro em foco, dividindo lugar com o mesmo.

Desta forma, segundo Gregolin (2003, 2006) compreendemos o sujeito da AD de linha francesa como um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado por uma ideologia que o

interpela a ocupar uma posição social inscrita em uma FD e ideológica, que promovem nos sujeitos uma injunção à interpretação.

3.1 Discurso e Ideologia

Orlandi aponta que a Análise do Discurso estabelece outra forma de pensar a linguagem, enquanto lingüística, e é no intuito de mostrar que não é o que você diz, é como você diz que implica num sentido. As palavras escolhidas para uma mesma coisa, por sujeitos ou em situações diferentes, significam diferentemente umas das outras. Orlandi (2005) ainda define o discurso como a palavra em movimento, de modo que o estudioso do discurso observa o sujeito falando em um processo de historicização contínuo.

É inevitável pensarmos na palavra discurso e não nos reportarmos à política, em discurso político, ou seja, aos pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma. A análise do discurso é vista como um lugar teórico de rupturas. A noção de discurso não se configura um consenso entre os pesquisadores. Isto se deve aos diferentes campos de estudo onde esse conceito circula.

Fairclough (2001) retrata que o discurso se constitui de uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Forma disso é o duelo dialético da linguagem, concomitantemente à vida em sociedade, em práticas e temas políticos. Assim, é notório que o poder forja uma realidade social ao mesmo tempo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas.

Widdowson (1991) aponta que o sujeito não se constitui nessa sua noção de discurso, mas é integrante da prática do sentido volitivo, da vontade do indivíduo. Isso nos remete ao ponto de que se por um lado temos manifesto o sujeito estratégico, do outro, o sujeito é afetado por coerções que interferem em seu modo de agir. Em meio a não hegemonia de um conceito para discurso situam-se os estudos de Michel Pêcheux:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano de pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento. (MALDIDIER, 2003, p. 15-16)

Para Pêcheux o discurso é a história na língua, formando então, a tríade língua, sujeito e história na constituição de discurso, e, por tratar-se da materialidade lingüística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia, sendo também material e simbólico, a janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, confrontando o simbólico com a ideologia.

Ainda segundo Pêcheux e Fuchs (1993, p. 82), o discurso: “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. O autor ainda salienta que o discurso é estrutura e acontecimento.

Assim, o autor propõe que o discursivo seja entendido como uma das formas da materialidade das ideologias. Nesse ponto, o sujeito é compreendido como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, logo seu sujeito não é uno ou do cogito, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Pêcheux e Fuchs (1993, p. 82) também aborda que o discurso “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação.

Todavia, Fernandes (2007) atesta que devido ao fato de os discursos terem sua legitimidade assegurada no já-dito, na memória, eles não são fixos, mas se transformam e assumem outros valores, de acordo com a época, o lugar e a ideologia vigentes.

Para Foucault (2017), um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma FD, que consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem. Conforme o autor aponta, em *Arqueologia do Saber*, o discurso se constituiria da realidade e assim, produziria, com o poder, inúmeros saberes

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2010, p. 54-55).

É possível a partir destes pontos, vislumbrarmos que seu universo está imerso em relações de poder e saber e que se constituem em práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam, o que nos leva a entender que o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, pois o discurso existe além da mera utilização de frases.

Considera-se assim, que o discurso é a linguagem em interação, a linguagem em suas condições de produção, ou seja, a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto são constitutivos da significação do que se diz. Abarcando esta noção de discurso fica estabelecido que o modo de existência da linguagem é social e fica entre a língua (geral) e a fala (individual), sendo o discurso, o lugar social.

Ainda com base em Pêcheux, Orlandi (1987) afirma que as condições de produção são formações imaginárias que contam com relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), com a relação de sentido (o coro das vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros e a antecipação (entre os interlocutores)).

Neste contexto, o sujeito falante produz linguagem e também está reproduzido nela; assim, ao mesmo tempo em que acredita ser a fonte exclusiva de seu discurso, que é uma ilusão subjetiva que constitui o sujeito falante – pois o seu dizer tem origem em outros discursos. Na AD, podem-se observar palavras, frases e períodos, sem que essas unidades percam sua especificidade de nível lexical, morfológico, sintático e semântico, mas a perspectiva incidirá sobre aspectos discursivos dessas unidades, sendo assim o objeto da AD o discurso, enquanto a sua unidade é o texto.

O discurso implica uma exterioridade à língua, pois se presentifica no social, inscreve-se na história. Para Orlandi (2007b), ²⁴discurso não se trata de transmissão de informação (menção à teoria da comunicação). Não é simplesmente um processo linear, onde um fala e o outro assimila, não é sequencial, um fala o outro decodifica a mensagem. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso.

Considerando esta perspectiva, apontamos que a teoria discursiva nos fala de um sentido dividido. Segundo Pêcheux (2014), discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Assim sendo, não há intuito de transmissão de informações tão somente. Nesse processo de interlocução existem sujeitos se constituindo. São sujeitos e são sentidos afetados pela história

²⁴ O interdiscurso se constitui de um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2007b). Isso implica dizer que para que o que falamos faça sentido é necessário que já faça sentido antes.

no funcionamento da língua (gem) e não a língua como um estatuto multifuncional conforme supõe Fairclough (2001). Os efeitos de uma enunciação são múltiplos e diversos, já que o sentido diz e não diz, pois existem silenciamentos e o *non-sens*:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2007b, p. 15)

E por ser produzido de maneira social através da língua como base material, o objeto histórico-ideológico, o discurso, trata de uma produção social e as suas regularidades somente são aprendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seus produtos, pois é no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.

Quando adentramos na língua da AD, logo percebemos a opacidade da língua, por tratar-se de uma língua sujeita ao atravessamento do histórico e do social, pois o processo discursivo envolve critérios como a língua, história, ideologia e sujeito. Por isso, Pêcheux (1997) nos leva a pensar a língua afastada da unicidade, da completude e procurar mostrá-la como sendo atravessada pela falta, colocando-a, próxima ao sujeito, que é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia,

[...] o discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico à medida que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia. (COURTINE; MIRANDIM, 1981, p. 102)

Dessa forma, substitui-se, um processo mecânico e automático por um processo dinâmico que permite a compreensão da história das transformações do sentido, com o propósito de se chegar aos mecanismos de sua produção, fundado em determinações histórico-sociais. A AD nos proporciona através da sua língua sair do espaço que denominamos univocidade, completude, transparência e migrarmos para um língua opaca, sujeita ao atravessamento do histórico e do social, fazendo com que haja um convivência entre língua, história, ideologia e sujeito, nos processos discursivos, levando a um processo de dinamicidade ao permitir a compreensão da história das transformações do sentido, com a

finalidade de se chegar aos mecanismos de sua produção, fundado em determinações histórico-sociais.

Assim, corroborando com Pêcheux, Haroche (1992) afirma que o discurso é um fenômeno constituído não apenas por elementos “extralingüísticos”. Entretanto, Pêcheux propõe que o discursivo seja entendido como uma das formas da materialidade ideológica, concebendo, assim, as formações discursivas (FD) como elementos constitutivos das formações ideológicas (FI), as quais estão relacionadas à produção dos discursos.

Orlandi (2007b) observa que a língua é afetada pela ideologia²⁵, sendo vista como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, onde o discurso se materializa.

O sujeito do discurso é, portanto, constituído pela ideologia, sendo ela a responsável pelos sentidos que damos ao mundo, quem fala nos discursos, quem significa. A ideologia mascarada por uma falsa “transparência da linguagem”, é quem nos possibilita os sentidos sobre o “[...] que é um militante, operária, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). O ser mulher em nossa sociedade é então a imagem criada por uma ideologia patriarcal e fomentada nos discursos que a ela se filiam. Ao romper com os sentidos dominantes sobre o sujeito mulher, atrelado a posição-sujeito mulher feminista/militante branca, assume-se uma posição de desidentificação das mulheres negras militantes em relação a formação sujeito da FD mulher militante branca, e conseqüentemente, estabelece novas possibilidades de imagem do sujeito, o que nos impulsiona a refletirmos sobre o imaginário, que é o reflexo da relação entre linguagem e mundo materializado pela ideologia no discurso. Sendo assim, a ideologia na AD é prática constituída de interpretação, em que trabalha “[...] o equívoco, a incompletude, a opacidade e a falha” (ORLANDI, 2017, p. 26). E, este sujeito, visto na sua forma-sujeito histórica acredita ser o dono do dizer, a origem de todo o enunciado, pois uma vez interpelado pela ideologia, traz a ilusão de transparência e univocidade na relação pensamento, linguagem e mundo. O que acontece porque o sujeito é afetado duplamente, pela ideologia e pelo inconsciente, acreditando ser a

²⁵ O conceito de ideologia será discutido detalhadamente no capítulo 2, na sessão 2.2- Definindo Formações Ideológicas. Entretanto, lembramos, que o conceito de ideologia de acordo com Mariani e Magalhães (2013), a noção de ideologia desenvolvida por Pêcheux é alicerçada no materialismo histórico de Louis Althusser; configurando um sujeito que é clivado por ela, mas que também é da ordem do inconsciente - noção que é segmentada na Psicanálise de Jaques Lacan (numa releitura da Psicanálise de Sigmund Freud). Há, ainda, que se considerar, na formulação teórica da AD, as influências do Estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure com a noção de língua como sistema (SAUSSURE, 2006) que se inscreve entre a fundamentação teórica de Lacan e a de Althusser. Essa tríade proposta por Pêcheux, constitui-se na essência “[...] para a compreensão de sujeito dividido, da noção de língua como sujeita a falhas, de discurso como efeito de sentidos e da noção de real como o impossível de tudo dizer” (MARIANI; MAGALHAES, 2013, p. 100).

origem do seu dizer, consciente de suas motivações. Pêcheux (2014) chamou essa dupla interpelação de ‘teoria da não subjetiva da subjetividade do sujeito’ em que os sentidos daquilo que é dito são vistos como resultados da relação língua e história, e não mais objetos do livre desejo do sujeito. E, por ser o sujeito afetado pela relação língua e história, os sentidos só são possíveis pela memória²⁶, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já tenham sido usadas, como veremos em nossas análises, no capítulo 5.

Entretanto, para entendermos o conceito de ideologia, partimos do pressuposto que a noção de FD, elaborada por Foucault e depois reapropriada por Pêcheux (2001), onde ganha, de fato, uma aplicabilidade mais delimitada na análise de discurso. Em um primeiro momento, este autor considerava que toda formação social, caracterizada por relações entre classes sociais implicava na existência de posições políticas e ideológicas que não são individuais, mas se organizam em formações que mantêm diferentes relações entre si, como antagonismo, aliança e dominação.

As formações ideológicas carregam e organizam, ao redor de si, as formações discursivas que possuem relação com esta construção ideológica, determinando o que pode e o que deve ser dito, a partir de uma posição e uma conjuntura específicas. Esta complexa relação entre a formação ideológica e as formações discursivas apresenta influência sobre a semântica, uma vez que uma palavra só possui sentido no contexto de uma determinada FD, ao mesmo tempo em são estas formações que operam o assujeitamento e a interpelação do sujeito como sujeito ideológico (MAINGUENEAU, 2008; ORLANDI, 2001b; PECHEUX, 2001).

Para Pêcheux (1997) o texto é referido ao conjunto de discursos possíveis, sendo reportado como discurso, pois é impossível fazer a análise de um discurso como um texto, com uma sequência linguística fechada sobre si mesma, ou seja, representando por um começo, meio e fim. Logo, a relação entre texto e discurso não é biunívoca, ou seja, um discurso não é igual a um texto e vice-versa. O texto (a parte) é a manifestação material do discurso (o todo). Sendo assim, o discurso não é um conjunto de textos, mas sim um fenômeno social, a linguagem em interação. Assim sendo, o texto passa a ser visto como um lugar de produção de sentidos, sendo uma unidade complexa de significação, um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, e que estabelece, contato com o intertexto, a exterioridade.

²⁶ O conceito de memória será visto ao longo do capítulo 2 e com maior detalhe na sessão 2.1.2 – As Formações Imaginárias e a Memória Discursiva/Interdiscurso.

Orlandi (2005) aponta que o texto não é apenas um dado linguístico, mas um fato discursivo, pois traz em si a ótica da historicidade, funcionando como unidade de sentido em relação à situação, desse modo, importa o seu funcionamento. É nesse ponto que a Análise de Discurso pecheutiana, segundo Orlandi (2007b), observa que a língua é afetada pela ideologia, o que a faz significar muitas coisas diferentes. A AD vê a língua como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social e a mediação é o discurso, ou seja, onde o discurso se materializa, inscreve-se e determina o seu funcionamento, sendo através do discurso, também, que a sua inscrição na história se realiza, conforme aponta Orlandi (2017).

É através da historicidade que apontamos as pistas para entendermos as constituições ideológicas do sujeito e das palavras, seus atos, suas ações, e seu ideal de lutas, que contribui para a compreensão dos objetos simbólicos ao produzirem sentido. Pelo fato de considerarmos a língua ideológica, passamos também a considerarmos um sujeito ideológico – “eu”- que dialoga com outro sujeito – “tu”; então ideologia e história são as propriedades que atuam com o real do discurso, permitindo que se trabalhe a interpretação para entender o que se passa nele. Assim, passamos a constituir a tríade língua-discurso-história, pois segundo Orlandi (2005) o discurso é compreendido como um objeto sócio-histórico, em que o linguístico intervém como pressuposto, que aponta para a exterioridade constitutiva, fazendo com que o discurso funcione como um lugar de mediação, já que os sentidos são produzidos nele.

A AD fundada por Michel Pêcheux na França, e que tem na obra *Análise Automática do Discurso*, publicada em 1969, seu marco inicial e bases epistemológicas e operacional são analisadas e permite obter resultados empíricos, de maneira a propor uma alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo, cujo método de análise foi inspirado na linguística harrisiana. Em suas reflexões sobre o discurso, o autor quebra o paradigma de língua, forma e objeto, de linguagem e de forma de comunicação, como destacado abaixo: “Pêcheux propõe um esquema formal que permite chegar a uma definição operacional do estado das condições de produção de um discurso e descrever os requisitos teóricos e metodológicos do processo de produção do discurso.” (NASCIMENTO, 2008, p. 24)

De acordo com Pêcheux (1997) não há discurso sem sujeito, como não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido, visto que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia, pois ele é descentrado e afetado pelo real da história, não podendo controlar o modo como ela o afeta, como bem aponta Orlandi (2017), além de

apontar o discurso como instrumento da prática política, visto que a linguagem tem relação com o político e o histórico e sua preocupação era estabelecer um vínculo entre o discurso e a prática política que passa pela ideologia, pois a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história, pois de acordo com Lagazzi (1988, p. 51): “[...] é na linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa as marcas desse processo ideológico”.

3.1.1 As condições de produção do discurso, formações discursivas e ideológicas

Consideremos que estamos inscritos em um campo teórico que trabalha a língua ligada à produção de sentidos e à história, dos sujeitos e do dizer. Estas condições para que o analista seja orientado na teoria do discurso de Michel Pêcheux. Segundo Orlandi (2001a):

[...] pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo teórico que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando-os na relação com a língua, consigo mesmo e com a história. (ORLANDI, 2001a, p. 14)

De acordo com esta proposta teórica, o sujeito, que se encontra exposto à ideologia, constrói um saber que não é ensinado, mas que está em andamento e que produz seus efeitos. Este processo é determinado como constituição do saber e do esquecimento, e acontece através da exposição do sujeito às condições de produção de sentido, tanto restritas (que se limitam às circunstâncias da enunciação), chamada de contexto imediato, quanto abrangentes, das quais faz parte o contexto social, o histórico e o ideológico.

Ao pontuarmos nosso estudo em um campo de produção discursiva sócio-histórica e marcada pela ideologia, é possível entender que o trabalho em um *corpus* midiático implica, de acordo com a busca teórica mobilizada atrelada à parte analítica histórica e social da produção discursiva, nos traz grandes resultados, pois falar do discurso das mulheres negras militantes visíveis na mídia sem relacionar a historicidade e fatores sociais (raça, gênero e cultura) e aspectos retóricos antigos – como parte do desenvolvimento do domínio da linguagem da aparência, não tornaria este trabalho discursivo, mas segmentado.

Por isso, a análise das condições de produção, inscrita na constituição do que é dito – veiculado também na mídia, é determinante para compreensão do discurso, uma vez que o lugar de onde se fala é regulador de sentidos.

Partindo deste pressuposto, é possível apontarmos que o conceito abordado por Michel Pêcheux, de condição de produção, tem um lugar privilegiado, na medida em que não é mais

possível atribuir ao sujeito a produção de suas falas, ou seja, não é mais possível afirmar se o sujeito é a fonte do discurso.

O sujeito, as mulheres negras militantes, que será abordado nos capítulos 3 e 5²⁷, é um efeito ideológico elementar, considerado fruto da interpelação que recebe da ideologia. Referindo ao pensamento althusseriano, o sujeito concreto é sempre o resultado da interpelação de indivíduos concretos, ou seja, o sujeito é condição de existência da ideologia, ao mesmo tempo em que a ideologia interpela indivíduos para que se tornem sujeitos.

Segundo a abordagem althusseriana, quando um indivíduo (mulher negra militante) está protestando na rua e é parada pela polícia, que grita “Ei” Você!”, o indivíduo, como resposta a ação, se volta à polícia e se assume como sujeito daquela interpelação, mesmo se o grito não tenha sido para ela. O que a torna sujeito é o reconhecimento de que a interpelação se dirigia diretamente a ela e não a outra pessoa.

Para o autor, isso representa que:

Um indivíduo (90% das vezes é o chamado) volta-se, crendo-desconfiando-sabendo que é a ele que chamam, portanto reconhecendo que <<é efetivamente ele>> que é visado pela interpelação [...] *A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma única e mesma coisa.* (ALTHUSSER, 1985, p. 99-100, grifo nosso)

E nos faz refletir que à medida que a ideologia é eterna, pois para Althusser é a representação da relação imaginária do sujeito com o mundo e o sujeito só é sujeito enquanto houver ideologia para lhe interpelar como tal, então todos os indivíduos são sempre-já sujeitos e a noção de indivíduo, ou seja, a unidade humana que ainda estaria fora da ideologia, é uma noção abstrata em relação aos sujeitos concretos que já são.

Quando nos referimos ao estado de ser sempre-já sujeitos, lembramo-nos dos bebês negros que recebem nome, têm uma vida planejada pelos pais, antes mesmo de nascerem, por estar incluso dentro de um sistema de coisas da sociedade e, através da ideologia (agentes dos aparelhos de Estado), serão constantemente interpelados e assujeitados.

Pêcheux (1997) reafirma que a condição de sujeito, resultante da interpelação de indivíduos, gera dois esquecimentos que o autor explicita, sendo o primeiro referente à ilusão do sujeito de se considerar fonte do sentido de uma sequência de enunciados, já o segundo

²⁷ Como veremos no capítulo 3, na apresentação de cada sujeito mulher negra militante, bem como no capítulo 5 ao longo de toda a análise.

está na impressão de realidade que o sujeito tem daquilo que diz, enquanto desconsidera a existência de tudo aquilo que, inconscientemente, não seleciona como dizível.

Orlandi (2005) aponta que os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que os sentidos não estão apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois,

[...] os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de aprender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2005, p. 30)

Assim sendo, a autora reitera o que já fora dito por Pêcheux, que as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, sem, portanto, esquecer que a memória também está inclusa no processo de produção do discurso, pois a forma como a memória é ‘acionada’, faz valer as condições de produção em sentido estrito e têm-se as circunstâncias de enunciação pelo contexto (sócio-histórico-ideológico) imediato.

Consideramos, portanto, que o sentido não existe em si, pois ele é parte constitutiva do contexto-histórico-social, determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas e de que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam, sendo através da FD que se consegue compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia, sendo a FD que determina o que pode e deve ser dito.

Retomando Pêcheux (1997, p. 74) o processo de produção do discurso, passa a ser definido pelo autor como “[...] o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, sendo essas “circunstâncias” as suas condições de produção. Logo, o processo de produção do discurso é definido como o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de um tipo dado em condições de produção dadas. Daí a relevância, que

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a

mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 1997, p. 77)

Exemplificando essa assertiva, as condições de produção do discurso interligam o jogo de imagens (formação imaginária) que o sujeito está inserido, em relação a sua própria posição e da posição do outro e a situação concreta historicamente determinada. Entretanto, temos que considerar que segundo Pêcheux, as condições de produção não são resistências que impedem o livre fluxo das palavras (o funcionamento da linguagem), ou seja, não há uma semântica anterior ao discurso que seria castrada pelos filtros que as condições de produção impõem.

O que nos remete segundo Pêcheux, que as condições de produção de um discurso,

[...] pode apresentar certas ambiguidades: parece, efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as *determinações que caracterizam um processo discursivo*, sejam as *características múltiplas de uma “situação concreta”* que conduz à “produção”, no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo na superfície linguística de um discurso empírico concreto. (PECHÊUX, 1997, p. 182, grifo nosso)

Conforme verificaremos nas entrevistas realizadas neste trabalho, apontamos que as condições de produção do discurso incluem

[...] os sujeitos, a situação discursiva (as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato; o contexto sócio-histórico ideológico), a memória discursiva, o interdiscurso. O contexto imediato e o sócio-histórico ideológico estão separados a fim de explicação, pois na prática discursiva eles são indissociados. (SCHERMACK; FREITAS, 2012, p. 45-49)

Pois nas entrevistas é possível reconhecer uma iniciativa aguda em interferir nas esferas política, ao se preocupar com os problemas sociais vigentes, ou mesmo com fatos históricos que antecederam os seus antepassados, como a escravidão, que lhe é um tema caro. Nesse sentido, destacamos que a Análise do Discurso considera como constitutivo do sentido o contexto histórico-social em que o texto foi produzido. Assim, devemos considerar que o fato de ignorarmos essa realidade alteraria todo o sentido do enunciado.

Daí o autor afirma que as condições de produção do discurso não freiam uma liberdade metafísica anterior ao discurso, mas dão condições de possibilidade, determinam aquilo que pode ser dito, portanto, não só reprimem, como prescrevem, e esta inscrição do sujeito nem espaço, denominado sócio-ideológico o coloca num campo de posição que lhe dá

possibilidades determinadas de fala (que vão variar conforme sua posição em relação às formações ideológicas). Junto a isso, a transição do sujeito por diferentes formações discursivas o coloca num campo enunciativo daquilo que, na prática, pode ser dito. As condições de produção, então, envolvem o sujeito e suas contradições, que se impõem nos esquecimentos (acima ditos), e sua posição social, que depende da ideologia, de sua posição em relação ao modo de produção, de sua posição na esfera específica em que o discurso é praticado.

Criado por Foucault, nos anos sessenta, e deslocado com outros vieses por Pêcheux, o conceito de FD, foi consagrado por Foucault como um dos pioneiros a fazer uso do termo FD, termo presente em seu livro *Arqueologia do Saber*, onde aproxima objetos como discurso, sujeito, ideologia, pois,

[...] no caso em que puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos que convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2010, p. 43)

Daí a relevância de entendermos de acordo com a concepção de Pêcheux que a diferença entre duas formações discursivas está contemplada no elemento ideológico, nas lacunas que favorecem a movimentação e impedem a cristalização dos sentidos. Além disso, Pêcheux traz como abordagem a presença da heterogeneidade da FD, por comprovar que no interior de uma FD coexistem discursos provenientes de outras FDs, o que implica no favorecimento da diferença e da contradição, bem como na compreensão de que os discursos fazem parte de formações ideológicas e discursivas, associadas, sempre, a uma memória social, conforme apontado por Pêcheux,

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166)

O que implica dizer que uma FD sempre se baseia em outras formações discursivas, sendo atravessada pelo pré-construído, ou seja, segundo Pêcheux, são discursos advindos de outro lugar e que são incorporados por ela em uma relação de confronto ou aliança, sendo

também o lugar de articulação entre língua e discurso, e assim o autor explica como se dá a relação do sujeito com o discurso e ideologia.

Logo, somos levados a compreender que uma FD é governada por uma formação ideológica e como uma FD é um dos componentes de uma formação ideológica específica, ela é um espaço de embates, de lutas ideológicas. Isso significa que dentro de nosso âmbito de pesquisa, os discursos das mulheres negras militantes são governados por formações ideológicas diversas, pois a formação ideológica é composta por uma ou várias Formações Discursivas interligadas. Veremos vários embates, com discursos diferentes, mas que reverberam para um só ponto, que é são direitos que essas mulheres querem adquirir em áreas diversas.

Segundo Pêcheux (2014) é através da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso. Assim, o sujeito não pode ser concebido como um indivíduo que fala, pois a fala é representada pela instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia, pois o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo.

Esta concepção nos arremessa para outra, que é a noção de interpelação ou de assujeitamento. Entretanto, é importante definir a noção de sujeito nessa teoria, pois a mesma vai ser crucial para a compreensão do modo de funcionamento do discurso, sobretudo nesta pesquisa. O sujeito assujeitado (na teoria pecheutiana) é compreendido como aquele que se submete à língua, em primeiro lugar é aquele que é interpelado pela ideologia.

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX, 2010, p. 162)

Considerando esse sentido, podemos apontar que o sujeito se sente dono do seu dizer, sendo que o mesmo já se encontra interpelado pela ideologia, identificando-se ou não com a FD dominante. Porém, o mesmo, ao produzir “seu” discurso, pensa ser esse criado por ele naquele momento, esquecendo-se que, para que tal discurso tenha sido produzido, ele precisou se remeter aos já-ditos sobre aquele assunto. Tendo a ilusão de ser ele o criador do discurso, no momento em que o profere, esquece que o que diz já foi dito antes, já havia

formações discursivas regendo os ditos. Daí, é que Pêcheux, na citação acima, afirma que o sujeito “tem a impressão de estar exercendo sua livre vontade”.

Daí a relevância de entendermos que o sujeito da AD francesa é assujeitado e ao mesmo tempo livre, uma vez que pode se filiar a uma dada formação ideológica, porém devido às coerções sociais está preso a dadas FDS. Sendo assim, o sujeito é aquele que, efetivamente, se constrói nas práticas discursivas, como desdobramento contraditório das tensões e contradições da dominação ideológica (da Forma-Sujeito, o “todo com dominante do interdiscurso em suas reproduções e falhas). Ainda para Pêcheux (1998, p. 161), “[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seus discursos) pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes correspondem”. O sujeito não é completamente livre.

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que “a tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a FD com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade” (PECHEUX, 2010).

A primeira modalidade nos mostra o sujeito chamado de bom sujeito a reduplicação do sujeito e a superposição do mesmo à formação discursiva com a qual o mesmo se identifica. Ele se identifica completamente com a FD que o domina. Não há crítica, questionamento.

A segunda modalidade nos traz o mau sujeito, ou seja, aquele que se volta contra o sujeito universal. Esse mau sujeito passa a questionar e contestar alguns sentidos da FD que o domina. Ele, então, começa a oferecer resistência aos sentidos da FD, questionando-os, contestando-os, se afastando deles. O “mau sujeito” se contra-identifica com a FD que lhe é imposta. Ou seja, durante muitos anos, na história da mulher negra, ela se contra identifica com os discursos e histórias que eram escritas apenas pelas mulheres militantes brancas, passando então, a se identificar com os movimentos negros e as suas marchas, com o discurso que as representava, havendo assim uma identificação das mulheres negras militantes, com essas líderes que agora reverberam as suas realidades.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito” discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “ tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação

(distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno[...] Em suma, o sujeito, “ mau sujeito”, “ mau espírito”, se contra identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso contra (isto é, contradiscurso), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas. (PÊCHEUX, 2010, p. 200)

Ou seja, nesta segunda modalidade a forma-sujeito da FD com a qual o sujeito se identifica começa a ser questionada, pois ele passa a se afastar da FD dominante criticando-a, mas ainda não rompe completamente com ela.

Retomando as modalidades, veremos que na terceira, ocorre a desidentificação, nela é sugerido o rompimento com a FD que domina o sujeito, pois é nessa modalidade que ele deixa de se identificar com uma FD e passa a identificar-se com outra. Por exemplo, um sujeito que é uma mulher negra militante, mas começa a questionar e criticar alguns dogmas de sua militância está na posição da contra identificação, e se esse sujeito mulher negra militante passa a seguir outra militância, entra no processo de desidentificação com a primeira. Assim como uma mulher negra que passa a adotar para si o ideal de beleza europeu está se desidentificando com a FD do que é ser negra. Mas, vale ressaltar que não há sujeito desassujeitado. Há uma transformação do sujeito, uma negação à FD dominante. Como assevera Orlandi (2012, p. 50-51), “[...] o sujeito é dotado de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas.”

Dá a relevância de entendermos que,

Na realidade, o funcionamento dessa terceira modalidade constitui um trabalho (transformação – deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”. A ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do “desarranjo – rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo). (PÊCHEUX, 2010, p. 201-202)

Exemplificando essa assertiva, é importante constatar que, nessa modalidade, a interpelação dos indivíduos em sujeitos não desaparece como afirmam alguns pesquisadores, visto que na medida em que o sujeito se desidentifica com uma FD, saindo de terminada

formação ideológica, o mesmo já se encontra interpelado por outra, mesmo que ainda não completamente.

O discurso nos proporciona notarmos a relação entre língua e ideologia, visto que a ideologia tem no seu discurso, a materialidade específica. Orlandi (2012, p. 46-47) aponta que “[...] a ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos” e estes, por sua vez, indicam uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história”. Logo, este sujeito da AD é uma posição que pode ou não se relacionar com o lugar ocupado por ele na estrutura social. No discurso, o que vale é essa posição que o sujeito ocupa. É no discurso que os lugares dos sujeitos se representam, sendo que os interlocutores se atribuem, mutuamente, lugares discursivos. O sujeito é uma posição.

De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 79) “[...] é impossível analisar um discurso como texto, isto é, como uma sequência fechada em si mesmo, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido de condições de produção...” “Os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas se realizam nele: Estando os processos discursivos na fonte da produção de efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172)

Ainda dentro da abordagem de Pêcheux, duas ordens de pesquisa são pressupostas, como o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) e o estudo da ligação entre as circunstâncias do discurso e seu processo de produção. A estas circunstâncias, Pêcheux chama de condições de produção. “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. (ORLANDI, 2013, p. 30)

Daí observa-se que os sentidos deslizam dentro de condições de produção diferentes e dentro de formações discursivas diferentes. Todo discurso é pronunciado a partir de condições de produções dadas, em conjunturas sociais dadas. O discurso pauta-se em já-ditos, responde a outros discursos, o que pode ser entendido como relação de embate ou de reforço de ideias com outros discursos.

Os estudos relacionados à noção de discurso pecheutiano comunicação diferencia-se dos estudos até então postulados pelo Jakobson, incluindo o esquema de comunicação, que apontava o emissor como transmissor da informação e o receptor, como aquele que recebe a informação. Pêcheux e Fuchs (2014) contraria essa passividade presente no esquema de Jakobson, visto que quando se trata de condições de produção, não nos deparamos com

passividade. O autor afirma que não há também a transmissão da mensagem. O receptor não recebe a mensagem de forma neutra, pois ela, ao contrário, é alvo de disputas, de questionamentos, de concordância e de discordância, furto de um sujeito que não é dotado de passividade.

Um exemplo deste interdiscurso é o discurso de Isabella Baumfree, nascida em Swartekill, em um cativeiro em Nova York. Lembra dela? Isabella adotou o nome de Sojourner Truth a partir de 1843 e tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. O discurso que Truth proferiu, em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, conhecido como “E eu não sou uma mulher?” foi perpetuado até a nossa geração.

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer.²⁸

Tal discurso, feito de improviso, foi registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras do grande compêndio de materiais sobre a primeira onda feminista, denominado *The*

²⁸ TRUTH, S. **E eu não sou uma mulher?**. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://peita.me/blogs/news/e-eu-nao-sou-uma-mulher-por-sojourner-truth>. Acesso em: 30 jun. 2021.

History of Woman Suffrage, porém, a primeira versão registrada foi feita por Marcus Robinson, na edição de 21 de junho de 1851, no *The Anti-Slavery Bugle*, segundo aponta Ribeiro (2019).

Contudo, nos questionamos qual a relação presente deste discurso, um texto fundador dos movimentos feministas nestas terras tropicais brasileiras, proferido no século XIX.

Há vários discursos proferidos por feministas e militantes que nos reportam aos pensamentos de Truth, tais como:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista - as quais na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentre de um Estado racista, sexista e capitalista (...) As motivações das mulheres brancas, as quais têm estudo e privilégios materiais, uma variedade de opções de profissão e de estilo de vida, devem ser questionadas quando elas insistem em que “o sofrimento não pode ser medido. (HOOKS, 2015, p. 196-197)

Há uma crítica contra as mulheres brancas que dominam o discurso, bem como fez Truth ao se referir às senhoras brancas que discursavam pelas negras. Angela Davis (2016), em seu livro “Mulheres, Raça e Classe” nos remete a uma importante questão em relação às mulheres e escravidão, quando questiona uma das lutas combativas basilares do feminismo, a subserviência à família:

O sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatiza o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016, p. 17-18)

Como potência performativa, o discurso de Truth trouxe àquela ocasião de luta a dimensão dos estereótipos alimentados entre os estadunidenses sobre o corpo feminino e, por extensão, o corpo da mulher negra. Em uma época em que as mulheres negras eram comparadas às bestas de carga, o discurso de Truth exemplifica o racismo estrutural daquela sociedade e o quanto as mulheres negras estão marginalizadas nos movimentos feministas brancos do fim do século XIX.

Segundo Ribeiro (2019) esse discurso, ainda no século 19, já evidencia um grande dilema que o feminismo viria a enfrentar: o tema da interseccionalidade, ou seja, a renúncia

de uma suposta estrutura universal para levar em conta fatores como raça, orientação sexual, identidade de gênero – algo atribuído mais fortemente à terceira onda do movimento, sendo Judith Butler um dos grandes nomes. O que percebemos com o discurso de Truth e com as feministas negras estadunidenses, como Bell Hooks e Audre Lorde, é que na década de 1970 elas já denunciavam a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos do feminismo.

Falar sobre diferentes momentos do feminismo negro exige uma leitura para além do que encontramos em compêndios e obras sobre feminismo. Primeiro, porque em muitos destes ignora-se a contribuição das mulheres negras para a luta feminista. Segundo, porque é preciso também transcender o que se entende por um discurso legitimado.

Retomando o conceito do interdiscurso intrínsecos nos discursos feministas podemos apontar que só pode haver discurso, porque há interdiscurso e só há uma FD, porque há interdiscurso, no qual a FD é gestada. Dizemos, assim, que o interdiscurso é um dos principais fatores que determinam uma FD:

[...] é o interdiscurso que determina uma FD, ou seja, o interdiscurso contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD. Nas palavras de Pêcheux, o “interdiscurso é o exterior específico de uma FD”. Ainda citando Pêcheux, o interdiscurso é o complexo de FDs, ligadas entre si. E, diz Courtine (1981), a reconfiguração de uma FD se dá a partir do interdiscurso. Ou seja: saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-lo, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD. E é aí que as diferentes modalidades de tomada de posição assumem seu papel, produzindo o entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, vindo de outro lugar, de outro discurso, de outra FD. (INDURSKY, 2007, p. 6)

Para Indursky o interdiscurso é o todo, é amplo, pois possui todos os já-ditos, construídos historicamente. Além disso, ela estabelece uma importante diferença entre interdiscurso e memória. A memória é vista como o conjunto de discursos relacionados à uma determinada FD, não sendo assim saturada, por não possuir todos os discursos, mas apenas aqueles autorizados pela FD.

Entretanto, o interdiscurso é essencial quanto se trata da Análise do discurso, pois ele nos possibilita fazer a retomada de sentidos marcados pela história, nos permitindo, dizer, assim, que é semelhante à memória, contudo, não é igual.

Se a memória discursiva se refere à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, isto significa que ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FDs, no interior das quais eles recebem seu sentido. E mais: se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto significa que ela não cobre todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas apenas os

sentidos autorizados pela FormaSujeito no âmbito de uma formação discursiva. Mas não só: a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados. Ou seja: ao ser refutado um sentido, ele o é a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. A memória discursiva ainda tem um outro funcionamento: é em função dela que certos sentidos são “esquecidos”, ou seja, certos sentidos que em um determinado momento podiam ser produzidos no seio de uma FD, em função de mudanças conjunturais, não podem mais ser ditos, atualizados, lembrados. (INDURSKY, 2011, p. 8)

Daí a relevância de entendermos que há alguns discursos que já foram ditos ou esquecidos, mas que estão ligados a uma FD, autorizados por ela, e que são reativados através da memória, mas todos os sentidos, então apenas os autorizados e relacionados a uma FD caracterizam o interdiscurso. Por isso, podemos caracterizar que até mesmo os primeiros discursos, como o já citado discurso de Truth são reativados na memória sempre que citados, é caracterizado um interdiscurso. Entretanto, devemos ressaltar que a retomada do interdiscurso não acontece em sua totalidade, já que o mesmo é saturado, possuindo todos os sentidos. Isso nos leva a refletirmos que os discursos não surgem de forma aleatória, pois eles derivam do interdiscurso e são regulados por uma FD.

Devemos considerar que os discursos das mulheres negras militantes, bem como os outros que emergem, atualmente, não surgiram aleatoriamente, mas foram confirmados e reafirmados, nas relações do homem com o social, através de suas práticas lingüísticas diárias, ou até mesmo de suas reflexões sobre o mundo, baseadas em reflexões próprias ou não, em relação há alguns fatos. Logo, podemos afirmar só haver discurso porque há interdiscurso, e que este, é compreendido ora como memória, ora como o exterior de uma FD, denominado por Pêcheux como “o todo complexo”, e por isso é caracterizado como o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, sendo assim, inlocalizável, por se referir ao já dito e, muitas vezes esquecido.

Retomando Pêcheux, quanto ao conceito de interdiscurso, vimos que

[...] sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciadador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constituiu a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 2012, p. 89-90)

Ou seja, o interdiscurso é visto como *um* “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Pêcheux concebe o discurso como efeito de sentidos entre enunciadores. Segundo o autor, “[...] o termo discurso implica que não se trata necessariamente de transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B.” (PECHEUX, 1997, p. 82). Quando Pêcheux menciona o conceito de discurso, ressalta que o que está em jogo na atividade discursiva não são os sujeitos reais, mas as imagens que os enunciadores fazem de si e dos outros, o que ele chamou de formações imaginárias. Nesse caso, Pêcheux ressalta que A e B não são sujeitos empíricos, mas posições ocupadas pelos sujeitos no processo discursivo.

A partir dessa asserção, o autor ressalta que o que ocorre no discurso é que os pontos A e B projetam os referidos lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Assim, por exemplo, o que interessa na atividade discursiva são os lugares de patrão, empregado, que constituem as formações imaginárias. Por exemplo, na indústria da moda, do cinema e na mídia de um modo geral, a mulher negra é vista como um ser que precisa se impor, para se manter na sociedade. É preciso mais do que talento e inteligência, para que a mulher negra tenha algum destaque midiático. A mesma precisa ter alguns atributos físicos, que se aproximem daquele que é aceito pela sociedade. Como podemos notar no discurso de Rachel Maia, atual *CEO* da Lacoste e ex *CEO* da Pandora, ao mostrar a sua mentalidade em relação à liderança da mulher negra e ao uso de jóias da classe alta: “Eu me redescobri no universo do luxo, que achava que não era pra mim”. “Ainda hoje vejo olhares curiosos quando estou em um evento sentada à mesa de presidentes. Não vai ser a primeira nem a última vez. Temos de nos acostumar a ver negros em novos lugares”. (RODRIGUES, 2017, p. 27)

É possível percebermos que na Análise do discurso não existem sentidos fixos, mas os mesmos derivam das posições ideológicas dos sujeitos. O discurso materializa-se na língua, logo: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 2010, p. 53)

Sendo assim, o discurso é concebido como a relação intrinsecamente constitutiva entre língua, história e ideologia, ou seja, não há sentidos pautados na imanência da língua, mas estes são sempre derivados das formações discursivas que são elementos constitutivos das formações ideológicas nas quais os sujeitos se inscrevem. A língua não é transparente, mas opaca e marcada pela ideologia dos sujeitos que interagem construídos, socialmente.

3.1.2 As Formações Imaginárias e a Memória Discursiva/ Interdiscurso

A língua na AD é um sistema sujeito ao equívoco e ao deslizamento de sentidos, sendo o lugar onde se materializa o discurso. É o jogo de imagens: como o outro me vê e como eu vejo o outro, conforme exemplifica o quadro abaixo:

Figura 2 - Representação do jogo de formações

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A { I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou para lhe falar assim?"
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A
B { I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para ele me fale assim?"
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Fonte: Pêcheux (1997, p. 83)

É possível notar, por meio da tabela, que pensar na "[...] posição dos protagonistas do discurso no jogo de formações imaginárias", conforme definiu Pêcheux (1997, p. 83), é estabelecer as seguintes relações: a imagem do lugar de quem fala sobre si mesmo refere-se à indagação "Quem sou eu para que lhe fale assim?"; a imagem do lugar do ouvinte para o sujeito que fala corresponde ao questionamento "Quem é ele para que me fale assim?"; a pergunta "Quem sou eu para que ele me fale assim?" diz respeito à imagem do lugar do ouvinte em relação a si próprio; por fim, a imagem do lugar do falante para o sujeito ao qual o discurso é dirigido se coloca na pergunta: "Quem é ele para que eu lhe fale assim?".

Considerando o processo discursivo, "[...] o que é dito ou enunciado não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que os interlocutores ocupam" (BRITO, 2012, p. 550) e, da mesma maneira, conforme a imagem que criam do lugar ocupado por si e pelo outro. Desse modo, esse jogo imaginário produz diferentes efeitos de sentido em um discurso, como

consequência, define a forma como o discurso vai acontecer (motiva, mesmo que inconsciente, a seleção das palavras, da sequência argumentativa, do que é necessário para a produção do enunciado). Daí considerarmos que essas formações imaginárias ocorrem em todo processo discursivo, independente dos sujeitos em interação.

Segundo Pêcheux (1997) o sujeito atribui imagens ao destinatário, ao referente e a si mesmo. Tais imagens condicionam o processo de projeção discursiva e remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem estabelecendo uma relação de sentido, de força e antecipação. Quando nos reportamos à relação de sentido, vimos que há nela um discurso adâmico, ou seja, é possível perceber que todo discurso faz parte de um processo, pois ele é determinado por dizeres precedentes e assinala para dizeres não proferidos. Nesse sentido, o sujeito depara-se com dois tipos de esquecimentos, o número 1 e o número 2. No primeiro esquecimento, compreendemos que o sujeito esquece que está interpelado por uma ideologia e tem a ilusão de ser origem do dizer. Ele pensa que está falando a partir dele próprio. Segundo Orlandi (2012),

[...] o esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. (ORLANDI, 2012, p. 35)

Daí a relevância de acreditar ser origem do seu dizer. O sujeito esquece que está sendo interpelado, quando na verdade o é. Enquanto isso, no esquecimento número 2, o sujeito continua sendo interpelado pela ideologia, mas, no campo enunciativo é como se escolhesse uma palavra para “silenciar” ou camuflar algo, pois relaciona-se à escolha de palavras feitas pelos sujeitos. Orlandi classifica o esquecimento número dois, reportando que,

[...] é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Esse “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa.

Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. (ORLANDI, 2012, p. 35)

Daí, Orlandi faz referência ao fato de que o sujeito escolhe uma palavra esquecendo-se das outras, que também seria possível naquela situação discursiva, entretanto, essa escolha não é uma escolha intencional, visto que o sujeito continua a ser interpelado pela ideologia.

Segundo Pêcheux, o mesmo que está na zona do pré-consciente, refere-se, então ao esquecimento enunciativo. Nessa perspectiva, a posição ideológica ocupada pelo sujeito falante é essencial ao seu dizer. Alguns dizeres sobrepujam outros dizeres, segundo a representação que se tem do lugar social ocupado por aquele que emite – variação de dominância das palavras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

A partir dos mecanismos de funcionamento da linguagem, pode-se findar que não são os lugares empíricos, ocupados pelos sujeitos, que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito faz de si, do outro, do outro em relação a si e do referente. Portanto, o sujeito, quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo, que remete às formações imaginárias. A representação que o sujeito faz desse interlocutor direciona a produção de seu discurso (ORLANDI, 2005).

Na imagem abaixo, podemos destacar alguns discursos que se relacionam as formações imaginárias

Figura 3 - Entrevista de Rachel Maia à Revista Exame

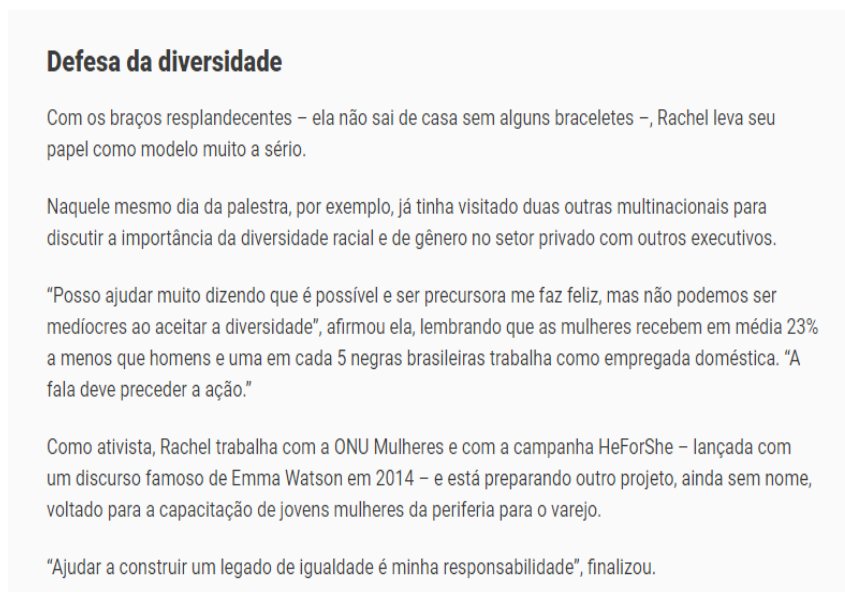


Fonte: Pinho (2017, p. 1)

Desta forma, Rachael Maia, que durante a entrevista dada, no ano de 2017 era *CEO* da Pandora, ela reporta que foi a primeira *CEO* mulher negra na indústria da moda, no ramo da joalheria de luxo, mudando o conceito de *CEO* no país ao colocar um ponto naquele momento na supremacia de loiras, magras com os olhos azuis, segundo reporta a entrevistada, ao se referir a um mercado seletivo, podemos notar através desta entrevista a imagem que as grandes indústrias da moda, neste caso de joalherias finas têm sobre a mulher negra, que é de um sujeito que precisa quebrar barreiras para se impor neste ramo e na sociedade. Por isso, a entrevista tem como chamada principal “Como vim parar aqui?”. Outro sentido possível é o de que a negra foi capaz de quebrar a supremacia das brancas, ou seja, o de que ela foi capaz de quebrar as barreiras estabelecidas que a colocava em posição de desigualdade com as brancas, ou até mesmo com os homens brancos, quiçá, os homens negros.

No entanto, apesar dos trechos da entrevista demonstrar haver essa possibilidade de sentidos, nota-se que a mulher negra, ainda é colocada como inferior. O fato de a Revista Exame reportar a entrevista e os dados afirmando que a *CEO* representa um universo de apenas 0.4% do universo de presidentes, a reportagem reitera que ainda existe no mundo da moda, um preconceito racial, tanto que, para chegar a ser *CEO*, a negra tem que quebrar barreiras, conforme trecho abaixo:

Figura 4 - Entrevista de Rachel Maia à Revista Exame



Fonte: Pinho (2017, p. 1)

Esta afirmação, apresentada pela entrevistada indica um funcionamento ideológico, que sugere uma forma de superação da mulher negra, para chegar às posições de destaque, quando fala que “Ajudar a construir um legado de igualdade é minha responsabilidade”. Digamos que esse jogo de imagem da Revista ocorre entre o Sujeito A, que é representado pela Revista e o sujeito B, que é representado pela *CEO* negra, presidente de uma grande joalheria mundial. Neste caso, há o funcionamento do modo como A vê B, de como essa imagem se constitui para a revista. O próprio título já nos revela um silenciamento por parte da Revista, em relação á entrevistada.

Outro sentido possível é o de que a negra foi capaz de quebrar a supremacia das brancas, ou até mesmo dos homens brancos e/ou negros, ou seja, ela foi capaz de quebrar as barreiras estabelecidas que a colocava em posição de desigualdade com as brancas e ou com

os homens negros e/ou brancos. No entanto, apesar das figuras 01 e 02 haver essa possibilidade de sentidos, nota-se que a mulher negra, ainda é colocada como inferior.

Por outro lado, a imagem que a presidente faz, a qual pode considerar como imagem de B para si mesma, se afasta do discurso adotado pela mídia, que está dentro do discurso do mundo *business* e que tenta homogeneizar os sujeitos através exclusivamente de seus atributos (cabelos, pele, corpo padronizados).

Assim, a própria *CEO* relata: “O luxo é loiro, magro e tem olhos azuis. Como eu vim parar aqui? O que causa um efeito de sentido de crítica ao padrão de beleza que abordaremos no capítulo 5. Não é fácil, mas tenho uma resposta”. Mesmo com todo o percurso vivido por Rachel Maia, acredita-se que o fator que mais chama atenção em sua entrevista é o fato de ser negra. Nesse discurso, nota-se, a priori que o discurso da *CEO* rompe com os saberes de uma FD branca elitista, de caráter eurocêntrico, sendo bem mais amplo que uma contra-identificação, visto que a *CEO* se contra-identifica ao questionar esses saberes. Entretanto, ao apontar que o luxo é loiro, magro e tem olhos azuis, ela marca uma posição de desidentificação com a FD dominante do mundo business da moda – uma vez que ressalta além da sua formação o fato de ser uma mulher negra no mundo dos negócios da moda mundial e de usar isso para encorajar outras mulheres a procurarem também o seu lugar de destaque. Nesse caso, a imagem que ela tem de si mesma é de uma mulher negra, inteligente e capaz de ocupar a posição de destaque que almejar.

No discurso midiático, há a FD dominante da beleza e do mundo dos negócios, que coage os sujeitos a terem corpos com determinadas características. Portanto, Orlandi (2012) assevera que:

Em relação a essas formações imaginárias e aos fatores que contam nelas, devemos lembrar a ilusão subjetiva que é constitutiva do sujeito falante, isto é, o fato de que ele produz linguagem e também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva do seu discurso quando, na verdade, o seu dizer nasce em outros discursos. Do ponto de vista discursivo, as palavras, os textos são partes de formações discursivas, que por sua vez, são partes de formação ideológica. Como as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, assim é que se considera o discurso como fenômeno social. (ORLANDI, 2012, p. 18)

Constatamos, portanto, que os discursos não são homogêneos. Os discursos são variados, mas os mesmos derivam de outros dizeres contidos na linguagem. Assim, é através desses dizeres (interdiscurso) que surgem as formações discursivas. As FDs regulam os

enunciados, a partir da posição que o sujeito ocupa em determinada “conjuntura”, isto é, na sociedade. Dessa forma, a entrevistada apenas reproduz discursos ditos anteriormente, em algum momento, em outro lugar.

Confirmamos assim que as formações imaginárias correspondem à imagem que um sujeito faz do outro para proferir tal discurso, ou seja, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, ele representa, em suas formações imaginárias, o outro, prevendo o efeito de suas palavras. O locutor regula seu discurso de acordo com os efeitos que espera reproduzir no interlocutor. Assim, fica evidente que na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante, sendo a posição ocupada por esse falante inerente ao seu dizer. Ou seja, de acordo com Pêcheux (1990) certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras.

Consideremos, portanto, inconcebível a existência de discursos não-ideológicos, pois, convém apontar que para os autores, “[...] é impossível identificar ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos)” (PÊCHEUX, 1990, p. 166). É possível verificar a relação ideologia/discurso na teoria pecheuxtiana no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, devemos considerar a ideologia e o discurso como instâncias diferentes, ou seja, que se interligam constantemente, mas não se confundem.

Outro elemento de destaque pertinente a este trabalho é o papel da memória discursiva à luz da Análise do Discurso, que passa a ser apontada por Pêcheux como:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Dáí observamos que para Pêcheux (1999, 1984) todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não se consegue recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente.

A memória é assim, apontada como o saber discursivo, o já-dito, os sentidos que já não se tem mais acesso, que foram construídos ao longo de uma história e que estão nos sujeitos, sem pedir licença. Orlandi (2001a) compreende a memória em relação ao discurso,

como sendo o interdiscurso, bem como Pêcheux (1999, 1984) que além de afirmar que a memória discursiva também é um interdiscurso, retrata-a como sendo um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos, sendo a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso responsável diretos pela constituição do sentido, conforme Orlandi (2001a, p. 33): “[...] a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso)”.

Podemos exemplificar essa assertiva a partir de certas dinâmicas discursivas que embasam estratégias de poder, no campo da militância negra, através dos movimentos, incluso o Movimento Negro, que considera o uso de categorias de pensamento para a criação de uma subjetividade que é ancorada no pertencimento, chamado convencionalmente de “identidade negra”, a busca pelo lugar de fala da mulher militante negra. Pensando sobre o funcionamento de tal processo e as formações discursivas que lhe são correlatas, faz-se mister refletir sobre o conceito de memória discursiva, posto que tal discurso, configura-se fundamental no processo referido. Entretanto, não se trata aqui de considerar essa memória como individual e subjetiva, nem como lastro identitário ou uma narrativa de tradições, mas como “[...] memória social inscrita no seio das práticas discursivas”. (INDURSKY, 1997, p. 43)

Desta forma, o interdiscurso que determina o que podemos dizer, é considerada a base sob o qual repousa o arcabouço de palavras que os sujeitos da linguagem utilizam, “[...] é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. (ORLANDI, 2009, p. 33)

É possível ver hoje um discurso militante com um amplo leque de conceitos e dizeres para instrumentalizar a mulher “negra”, alvo destes discursos políticos e que vem sendo amplamente utilizado na contemporaneidade pelas militantes dos Movimentos Negros. Afirma-se tratar de um discurso político baseado muitas vezes em resgate histórico de suas ancestralidades, ou em busca de um lugar de representatividade em áreas sociais diversas, ou seja, a busca pelo pertencimento e, desta forma, há uma interferência do discurso antirracista, que não poder deixar de essencializar as identificações étnicas.

Essa memória chamada de social ou interdiscurso – “negra” – constitui-se em um longo resgate histórico e mantém-se constantemente atualizada pela produção discursiva dos Movimentos das mulheres negras militantes. É possível constatar os inúmeros apelos pela

busca e preservação de uma “memória negra”, em áreas diversas. Todavia, no sentido da Análise do Discurso, muito mais interessante é considerarmos a produção de “efeito de memória” que incidem na criação e atualização de dizeres possíveis, bem como na constituição de formações discursivas. Assim,

[...] a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna. Tal efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo. (INDURSKY, 1997, p. 45)

E, isto já nos reporta, por outro lado a falta do “não debate”, ou seja, o silenciamento discursivo sobre certas questões que atingem as mulheres negras, pois devemos considerar que os negros foram considerados durante boa parte do século XIX e do XX, pela “intelectualidade”, como chagas sociais e históricas brasileiras, sendo tema de análises negativas, ou sendo simplesmente silenciados.

Há, por conseguinte, um contínuo silenciamento, por parte dos Movimentos das Mulheres Militantes, sobre as aflições que atingem as mulheres negras, em específico. A análise do discurso permite que se pense não só os dizeres e os discursos, mas também os “não-ditos” e os silenciamentos discursivos, como parece ser o caso, na medida em que o silêncio é o “[...] não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante.” (ORLANDI, 1993, p. 23). A autora, ainda considera que o silêncio

[...] pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam. (ORLANDI, 2009, p. 83)

Acerca disso, Pêcheux (1984) esclarece que a memória deve ser entendida como nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória do historiador. Para o autor, o discurso uma vez produzido, é objeto de retomada, que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo. Desta forma, o autor afirma que:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, ou já foi objeto do discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este

acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1997, p. 77)

Devemos lembrar, contudo, que o discurso não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos. Pêcheux (1997) afirma que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso; desta sorte, será o espaço de trocas em vários discursos. Ou seja, a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação, conforme se pode observar nesta tese, pois quando uma mulher negra militante produz um discurso, ele sempre o remete por meio de uma memória social ao discurso proferido pelas primeiras líderes militantes negras. Assim, os dizeres estão disponíveis, não no próprio sujeito, mas sim no outro, na memória discursiva, pois para Pêcheux (1999) a memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que o sujeito vive e que lhe permite a todo o momento, fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e futuras.

3.2 Definindo Formações Ideológicas

Althusser (1985), um filósofo e marxista concebe a ideologia como imaginário que intermedeia a relação das pessoas com suas condições de existência. No que concerne à produção econômica, devido à ideologia, os sujeitos percebem-se livres e com condições de alcançar posições mais altas na hierarquia social; todavia, não se dão conta de que o sistema capitalista os conduz a ocupar uma determinada função nas relações de produção (ou de exploração).

Para Althusser (1985, p. 93), a noção de ideologia está intrinsecamente relacionada à de sujeito, quando aborda as seguintes teses: “[...] só há prática através de e sob uma ideologia [...] só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, as quais levam à formulação central: “[...] a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”.

O conceito de ideologia Althusseriana é uma estrutura intrínseca a todos, um traço identitário comum aos diferentes sujeitos, os quais, por estarem interpelados, imaginam que as condições sociais vivenciadas lhes foram “espontaneamente” dadas. O autor aponta que o processo de interpelação ideológica produz duas evidências: a do sujeito e a do sentido, conforme podemos exposto no fragmento abaixo:

Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da

“transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985, p. 94)

Conforme mencionado pelo autor, a ideologia produz essas evidências discretamente, impondo-as de maneira que o sujeito não perceba que está sob o efeito do “reconhecimento ideológico”, ou seja, a ideologia faz com que os sujeitos se reconheçam como “concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis, sem pensarem no processo de interpelação ao qual estão sendo submetidos. Sendo assim, é possível a partir das evidências, concluir que a ideologia intervém não só na representação dos sujeitos em relação às suas condições sociais, mas também na imagem que os sujeitos têm das formulações lingüísticas recebidas ou produzidas.

É possível pensarmos também a respeito dos discursos, pois eles, não estão, segundo o filósofo, imunes à ideologia, pois a ideologia sempre determina a todos, incluindo também os discursos científicos.

É relevante abordar as reflexões althusserianas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, onde Marx é recobrado pela existência do Aparelho de Estado (AE), constituído pelo governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões etc., e o renomeia como “Aparelho Repressivo do Estado”. O termo, repressivo, especifica que o AE se vale da violência, física ou não. Althusser identifica outros aparelhos que se manifestam junto ao Aparelho de Estado marxista, mas que a este não se assemelham: são os AIE, cuja definição é assim expressa pelo teórico: “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). São exemplos de AIE: “AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes partidos), etc.” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Sendo assim, é possível identificar na perspectiva althusseriana, que todos os Aparelhos do Estado, repressivos ou ideológicos, funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia. Entretanto, o Aparelho (repressivo) de Estado funciona predominantemente através da repressão, enquanto os AIEs atuam principalmente através da ideologia. Estes têm a finalidade de “[...] reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

Cada aparelho ideológico do estado é visto como a realização de uma ideologia, podendo ser de cunho religiosa, moral, jurídica, político, dentre outras; e que a unidade dessas diferentes “ideologias regionais” é “assegurada por sua subordinação à ideologia dominante”,

ou seja, para Althusser, “[...] uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” e salienta: “esta existência é material”, ou seja, “as ‘ideias’ ou ‘representações’ etc., que compõem que a ideologia, não tem um existência ideal, espiritual, mas material” (ALTHUSSER, 1985, p. 88-89)

É a partir dessas considerações que Althusser (1985), contra-argumenta, em *Nota sobre os Aparelhos de Estado (AIE)*, afirmando que não é pertinente compreender ideologia dominante como algo estanque, que se dá independentemente da luta de classe, pois essa ideologia necessita continuamente entrar em conflito com a antiga ideologia dominante e com a ideologia da classe dominada, para assegurar a sua posição e reproduzir-se. Por isso, os AIE não são apenas o lugar de imposição de uma ideologia soberana, mas também são domínios onde há luta de classes, isto é, resistência. Por isso, vimos grupos e movimentos de mulheres negras militantes ganharem resistência por anos, com o propósito de imporem a nova sobre a velha ideologia, impondo-se também sobre o discurso das mulheres brancas que até poucas décadas as “representava”.

As observações supracitadas althusserianas foram retomadas e desenvolvidas por Pêcheux, e assim houve uma pretensão quanto à reformulação da base que constituiria a teoria materialista do discurso. É a partir dessa consideração que Pêcheux, aliado a Fuchs sistematizou a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, em seu texto *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b). Essa nova linha interliga em seu quadro epistemológico a ideologia, pelo viés do materialismo histórico, o discurso, por intermédio da teoria do discurso, e a língua, pela inclusão da linguística. Devemos considerar, contudo, que as três áreas são atravessadas pela concepção de sujeito clivado pelo inconsciente, advinda da Psicanálise.

Para Pêcheux e Fuchs (1997), no que tange o materialismo histórico, interessa a relação entre superestrutura ideológica e o modo de produção dominante em que uma determinada formação social. Esta relação destaca que a ideologia não é a expressão da base econômica, pois, se assim fosse, a concepção de ideologia subjacente seria a de conjunto de ideias. Entretanto, em conformidade com Althusser (1974), a ideologia é caracterizada como uma instância que tem uma existência material e se articula com o domínio da economia, ou seja, a ideologia é uma das condições não-econômicas de reprodução das relações de produção existentes.

Vemos, aqui, como as máximas, acima expostas, que quando Althusser (1974) abordou sobre as materialidades da ideologia, ele comentou que essas materialidades

apresentavam diferentes modalidades²⁹, dentre elas “um discurso verbal interno (a consciência) ou “um discurso verbal externo”. O autor aponta que o discurso era uma das formas de realização do ideológico. Entretanto, no âmbito da AD, essa tese foi reconsiderada, ao relacioná-la às noções de FI e FD.

Desde o período considerado escravocrata até a contemporaneidade, temos visto as mulheres negras observarem o Aparelho Ideológico do Estado, em busca de valores e direitos que lhes foram subtraídos por anos. É nesse aparelho ideológico, que as ideias se configuram, pois lá é o lugar, segundo Althusser (1974) que se dá a luta de classes e destacam que as posições políticas e ideológicas em confronto nesse embate organizam-se em formação denominadas *formações ideológicas*, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.

As formações ideológicas são “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166)

Dito isto, percebemos que as formações ideológicas (FIs), que são compostas pelas formações discursivas (FDs), caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social, como as lutas que acontecem ao vermos posicionadas dos discursos das mulheres militantes brancas, que se sobrepuseram sobre os discursos das mulheres militantes negras, por décadas, fazendo com que a fala e os direitos requeridos daquelas, representassem e sobrepusessem, estas.

As Formações Discursivas (FDs) são definidas como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

Podemos assim, observar que o sentido pode ser estabelecido na remissão da materialidade da linguagem às formações discursivas, que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Pêcheux (1995) leva esta discussão para um melhor

²⁹ Althusser cita diferentes modalidades da materialidade da ideologia: “[...] a materialidade de um deslocamento para a missa, de uma genuflexão, de um sinal da cruz ou de um mea culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal interno (a consciência) ou de um discurso verbal externo”. Ainda comenta que deixará “em suspenso a teoria da diferença das modalidades da materialidade” (ALTHUSSER, 1974, p. 92). Esse comentário evidencia a posição althusseriana de que o discurso seria uma das materialidades da ideologia, sendo Michel Pêcheux e Catherine Fuchs os responsáveis pelo desenvolvimento dessa temática

esclarecimento quando afirma que a língua é à base de processos discursivos que se inscrevem em relações ideológicas de classes. Assim, vimos que em Althusser, “[...] a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” e também adquire mais consistência quando Pêcheux e Fuchs (1997, p. 167) apontam que a lei “[...] constitutiva da Ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas”.

Assim, somos levados ao pensamento que o estudo sobre a FD e formação ideológica, nos aponta como a ideologia e o discurso estão ligados, e demonstra como o discurso, sob a ótica da AD, sempre se insere em uma FD, que, por sua vez, pertence a alguma FI.

A tese formulada por Althusser sobre o processo de interpelação ideológica produzindo duas evidências, a do sujeito e a do sentido, é o argumento-chave para contestar o idealismo enquanto posição epistemológica, segundo aponta Pêcheux (2014). Segundo o sentido, Althusser ofereceu as bases para a compreensão de que a transparência da linguagem defendida por linguistas não é uma propriedade do sistema, mas uma “evidência” gerada pela intervenção da ideologia em todos os discursos. No que concerne aos sujeitos, mostrou que onipotência e liberdade são ilusões produzidas pela ideologia.

Contudo, Michel Pêcheux tinha como foco teórico, o processo de produção de sentidos interligados à temática da subjetividade, ou seja, o autor queria aproximar a constituição do sentido e a constituição do sujeito e Althusser, através do processo de interpelação ideológica produzindo “evidências”, ofereceu a base através da qual essa associação pôde ser feita. O precursor da AD conclui, então, que o processo de interpelação ideológica, realizado pelas formações discursivas, representativas de formações ideológicas,

[...] fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b, p. 160)

Ou seja, o “caráter material do sentido”, velado pela impressão de limpidez da linguagem, é a filiação dos sentidos ao “todo complexo das formações ideológicas”. Devido a essa filiação, os sentidos não podem ser compreendidos presos aos significantes, mas constituídos a partir das “[...] posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b, p. 160).

Destacamos, ainda, que a ideologia é trabalhada em concomitância ao inconsciente por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso*, encontrando sua materialização no discurso, e estudada a sua relação com a língua. É, pois, na língua, que encontramos aquilo que Pêcheux descreve como efeito de evidência:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, devendo entender-se este último adjetivo não como que afetam o sujeito, mas nas quais se constitui o sujeito. (PÊCHEUX, 2014, p. 152)

O nosso objeto de estudo será o ponto pelo qual usaremos para confirmar esta assertiva, pois é nela que observamos o atravessamento do sujeito mulher negra militante pela ideologia dominante (como veremos mais ainda nesse capítulo e no capítulo 5) e que, através de sua inserção na linguagem, materializa, no discurso, sua resistência e discordância às tentativas de enquadramento dentro dos padrões sociais binários.

Nessas condições, a mulher negra militante acredita ter autonomia sobre seu dizer e sobre seu processo de subjetivação, o que é consequência do trabalho do inconsciente (sujeito desejante, marcado pela falta/falha) que o subjetiva e, juntamente com a ideologia, trabalha no apagamento necessário dos sentidos postos como evidentes.

Ao mencionarmos o sujeito desejante, segundo Lacan, afirmamos que o sujeito da AD é desejante por ser constituído pela falta, por uma incompletude inatingível e que é desvelada na linguagem, na ideologia e no inconsciente.

Gadet e Pêcheux (2004) afirmam, também, que o real na língua é cortado/ marcado por falhas e que essas falhas revelam-se nos lapsos e no Witz, por exemplo. É a presença da lalangue que fundamenta o espaço do repetível e do equívoco que afeta esse espaço. Cabe apontar a diferença entre as falhas da língua (ato falho, por exemplo) e a falta, que é constitutiva. Para Pêcheux (2014), só há causa daquilo que falha, ou seja, a língua fracassa em representar o real todo, momento em que o fio discursivo se rompe, trazendo à tona o sem sentido. Nessa perspectiva, é possível pensar que a falha é necessária para o funcionamento do sujeito falante, sendo nessa mesma falha que a falta constitutiva se manifesta, possibilitando a movimentação discursiva. Assim, afirma o autor que há uma “[...]divisão entre sujeito e eu na problemática da interpelação ideológica” (PÊCHEUX, 2014, p. 306) com relação ao sentido:

[...] o fato de que o non-sense do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-

centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma pulsação pela qual o non-sense inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar. (PÊCHEUX, 2014, p. 300)

Logo, vimos que o sujeito psicanalítico lacaniano é marcado pela falta, pela falha e pelo desejo, daí sua introdução no construto teórico de Pêcheux (2014, p. 277), ao retomar Lacan, ao afirmar que “Só há causa daquilo que falha”. É, pois, na falha do ritual ideológico, que se manifestam os traços do sujeito do inconsciente, como os chistes, atos falhos, lapsos e o recalque, que retornam ao consciente, através da linguagem, e ratificam a noção de sujeito dividido, falho, desejante, que busca uma completude inatingível. Além disso, somos levados a pensar sobre o sujeito inconsciente (desejante), clivado e assujeitado pela ideologia, sendo através do interdiscurso, denominado por Pêcheux, como memória discursiva, ao fazer referência aos discursos anteriores, veiculados a FD dominante e responsável por caracterizar a dominação da forma-sujeito do discurso.

Com isso, a afirmativa de uma identidade de gênero e raça imposta pela sociedade, lhe é evidente graças ao trabalho interpelador da ideologia e do inconsciente que reverbera efeitos de sentido quando busca enquadrar, no gênero oposto, seu lugar em uma sociedade não igualitária.

Consideraremos também que Ideologia e inconsciente serão, pois, materializados a partir da língua enquanto sistema em uma acepção diversa da proposta por Ferdinand de Saussure. Pêcheux, entretanto, faz uma crítica à noção de língua como sistema tal como proposta no Curso de Linguística Geral de Saussure:

[...] a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela se torna um objeto cujo funcionamento uma ciência pode descrever. [...] A consequência desse deslocamento é, como sabe a seguinte: o ‘texto’, de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência lingüística, pois ele não funciona [...]. (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b, p. 60)

É visto que a ideologia, segundo Althusser (1974), se materializa através da língua e da linguagem (sujeita a falhas), o que nos leva a compreendermos que o sujeito tomado como uma “[...] manifestação na cadeia significativa de algo que se revela a despeito do suposto ‘quer dizer’ de quem enuncia, algo que se mostra e diz diferente dos sentidos ‘evidentes’” (MARIANI; MAGALHAES, 2013, p. 104).

3.3 O Silenciamento da mulher negra e a perpetuação de locais de pertencimento

A necessidade de se pensar relações de gênero atreladas às temáticas raciais, assunto ainda pouco discutido nos círculos acadêmicos, nos leva a analisar a posição da mulher negra. Vê-se que este lugar ainda é permeado pelo estigma da escravidão, tanto nas suas próprias atitudes quanto nas atitudes dos sujeitos ao seu redor. Atitudes essas que são reforçadas ou refutadas por diversos veículos, sendo um deles as representações feitas pela moda, conforme fala da consultora Rombino (2018, p. 1) ao revelar que

O meu próprio modo de vestir se materializa nas formas e possibilidades de construção do meu corpo e da valorização da minha estética. Nunca fui de acompanhar as tendências ou os estilistas badalados ou a peça *must have* ou a modelo revelação da temporada. Em contrapartida me antecipava às tendências da moda, me destacando, visualmente, entre meus amigos. Hoje entendo que este fato se deve, não somente, ao meu gosto pelo ousado, inovador e único, mas como também, pela representação da minha identidade, minhas origens, raízes e ancestralidade afro brasileiras.

Segundo aponta Rombino (2018) o poder da comunicação pode criar realidades ou fazer com que elas desapareçam na medida em que são silenciadas. Realidade que em relação à mulher negra se traduzem pela representação estigmatizada de discursos, que por consequência, afetam a maneira como essas mulheres atuam na sociedade.

É perceptível que mesmo advinda de uma educação escolar privada, a figura dessa mulher relacionada ao seu passado histórico de negra e mulher, recai a memória da escravidão. É possível observar os discursos de raízes na ideologia do branqueamento abordado na virada do século XIX, que sobrepôs simbolicamente o padrão do branco como modelo a ser seguido, causando assim, a diluição do *ethos* afro-descendente da população negra do país, como consequência. Conforme afirma a influencer,

O preto precisa ser o protagonista de suas histórias. A forma como tudo nosso é recontado nos coloca como subalternos, sendo que, assim como a população indígena, fomos a grande força motriz para o crescimento desse país. Vivemos num eixo Sul-Sudeste e, muitas vezes, não nos damos conta do que está acontecendo. Precisamos ter conhecimento sobre temáticas importantes, como a cultura quilombola e a demarcação de territórios indígenas (Luiza Brasil – Digital Influencer e Jornalista³⁰).

³⁰ VANINI, E. **Luiza Brasil, uma das principais influenciadoras digitais do Rio, mostra que transitar é a palavra de ordem**. Rio de Janeiro: O globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/luiza-brasil-uma-das-principais-influenciadoras-digitais-do-rio-mostra-que-transitar-a-palavra-de-ordem-23414186>. Acesso em: 26 fev. 2019.

Para isso, é necessário segundo excerto acima, refletir sobre o lugar de fala do sujeito. De acordo com a entrevista concedida pela Luiza Brasil ao O Globo, o preto precisa se tornar protagonista de sua própria história.

Para entendermos o que é o lugar de fala, quem o representa e saber se todos têm o seu lugar de fala, analisemos a seção a seguir.

3.4 O Lugar de onde se fala – Mulheres Negras Militantes

Recorreremos, nessa seção, a uma breve discussão sobre o lugar de fala das mulheres negras militantes. A origem do termo “lugar de fala” não é precisa. Em geral, pesquisadores apontam que suas raízes estão no debate feminista americano, por volta dos anos 1980. O conceito, entretanto, de lugar de fala, utilizado por ativistas de movimentos feministas, negros, etc., confronta o conhecimento produzido pela epistemologia hegemônica. Esse confronto aparece em inúmeros debates no âmbito acadêmico e na sociedade, e com frequência está presente nas discussões em redes sociais onde os discursos são pautados e travados.

Vimos, no entanto, que não há uma epistemologia determinada sobre o conceito, como aponta Ribeiro. A hipótese mais provável é que este tenha surgido a partir da tradição da discussão sobre *feminist standpoint*, diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. A partir do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala e um dos objetivos do feminismo negro é marcar esse lugar, uma vez que as realidades permanecem subentendidas no interior da normatização hegemônica. As narrativas das mulheres negras como ato de restituir humanidades negadas estabelece uma crítica da hierarquização dos saberes como produto da classificação racial, demonstra que o modelo valorizado e universal de ciência é branco, eurocristão e patriarcal.

Segundo Gonzalez (2018), pensadora e feminista negra, quanto à hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população é importante sabermos quem possui o privilégio e quais as vozes legitimadas e quais não são, enfrentando um processo de resistência que vem desde a colonização. Então, torna-se essencial, segundo *bell hooks* unir o pensamento à prática, para entendermos a nossa realidade concreta, fazendo com que pensamento e prática, que não são realidades dicotômicas, conversem entre si.

Segundo Collins (2016), falar a partir das mulheres negras é uma premissa importante do feminismo negro, pois reflete a necessidade dessas mulheres se autodefinirem, ao se

identificarem e evidenciarem as experiências de outras mulheres negras. Como afirma Ribeiro (2019, p. 22) “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos”, visto que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação com o homem. Por isso, a autora afirma que

Mulheres negras, por exemplo, estão em uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade! - e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2019, p. 26)

Este processo de ressignificação das identidades e a necessidade da autodefinição das mulheres negras é abordada por Collins (2016) como,

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se, e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termo de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105)

Com isso, sabemos que definir-se é um status importante de fortalecimento e de demarcação de possibilidades de transcendência da norma colonizadora, e para isso, podem também, segundo Collins, fazer uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolverem teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas.

Ainda de acordo com Collins (2016) o objetivo do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem propõe, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica, e assim, não falarmos de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania, o que segundo a autora não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social

ocupado por certos grupos restringe oportunidades, ou seja, devemos considerar, por exemplo, que uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma.

Contudo, as condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções, pois é fácil apontarmos que são raros os casos de autores negros nos bancos acadêmicos, bem como de professores negros ou professoras negras, dentre outras áreas. Essas lacunas impedem que a população negra acesse certos espaços, e assim, entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*³¹, pois o fato de não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções epistemológicas desses grupos nesses espaços. Pois, segundo Ribeiro (2019, p. 36-37), “[...] não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até em relação a quem tem mais acesso à internet”, pois o ato de falar, não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Assim, pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.

Entretanto, quando mencionamos o direito à voz, nos reportamos de *locus social*, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcender, e isso não implica dizer que somente o negro pode falar sobre racismo, e Collins (2016) ainda refuta que mesmo se tratando de indivíduos do mesmo grupo, ocupar localização comum em relação de poder hierárquicos não implica em ter as mesmas experiências. Isso só representa o fato que por ocuparem a mesma localização social, esses indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder.

³¹ Segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461)

Entretanto, ainda segundo Collins (2016) à experiência de fulana (mulher negra militante) importa, sem dúvida, mas o foco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo do qual essa mulher faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha como grupo, então, segundo Ribeiro (2019), reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente as vivências seria um grande erro, pois ainda existem grupos de opressão estrutural que impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade, ou seja, o fato de uma mulher ser negra, não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências das militâncias, inclusive, ela poderá dizer que nunca sentiu racismo, conforme o discurso de Chimamanda quando ainda morava na Nigéria, e que sua vivência não se experiencia até a sua ida aos Estados Unidos. Entretanto, o fato da Chimamanda afirmar que não sentiu racismo não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidade e direitos, consideremos, portanto que a discussão é sobretudo estrutural e não “pós- moderna”, conforme aponta Ribeiro (2019).

Neste exemplo é possível vermos, de acordo com a Chimamanda, que o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ela ocupa socialmente a faz ter experiências distintas e outras perspectivas. Entretanto, de acordo com Ribeiro:

[...] a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. (RIBEIRO, 2019, p. 69)

Isso nos leva a pensar que as identidades são criadas por sistemas de representação (processos culturais) que produzem significados através das práticas de significação e dos sistemas simbólicos – responsáveis por nos referenciar sobre quem somos e quem/o que poderemos nos tornar. É através de tais práticas que são construídas as referências sociais e culturais pelas quais podemos assumir determinadas posições e falar a partir delas. No entanto, fica o questionamento: todos têm um lugar de fala?

Conforme Roseane Borges, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “[...] saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (MOREIRA; DIAS, 2017).

Lembre-mo-nos que lugar de fala se difere de representatividade. Uma militante negra pode não se sentir representada por uma militante branca, mas essa militante branca pode teorizar sobre a realidade das pessoas militantes e negras a partir do lugar que ela ocupa, assim como foi mencionado por Sojourner Truth, no discurso o qual denominamos nesta pesquisa de precursor, como podemos ver a seguir:

A beligerância dos homens foi aquietada, as mulheres estavam explodindo de orgulho, com o “coração batendo com gratidão”, e “várias de nós tinham os olhos cheios de lágrimas”. Frances Dana Gage, que presidia a convenção de Akron, continuou sua descrição do impacto do discurso de Sojourner Truth:

- Ela nos tomou em seus braços fortes e nos carregou de modo seguro sobre o lamaçal de dificuldades, fazendo a maré virar a nosso favor. Nunca em toda minha vida vi algo semelhante à mágica influência que dominou a atmosfera agressiva do dia e transformou as vaias em zombarias de uma multidão exasperada em manifestações de respeito e admiração.

O discurso “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, teve implicações ainda mais profundas, já que, ao que parece, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres reunidas em Akron que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagem desse racismo. Nas palavras de Frances Dana Gage:

- As líderes do movimento tremeram ao ver uma mulher negra alta, magra, usando um vestido cinza e um turbante branco sob um chapéu rústico, que se dirigia de forma decidida para o interior da igreja caminhando com ar de rainha pela nave, sentando-se aos pés do púlpito. Um burburinho de desaprovação foi percebido em todo o salão, e ouvidos apurados escutaram: “Coisa de abolicionista!”, “ Eu avisei!”, “Vá lá, nega!”.

No segundo dia da convenção, quando Sojourner Truth se levantou para responder aos ataques dos supremacistas masculinos, as líderes brancas tentaram convencer Gage a impedi-la de falar. (DAVIS, 2016, p.72)

Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A mulher militante negra fala a partir de sua localização social, assim como a mulher militante branca. Se existem poucas militantes negras em espaços privilegiados, é legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar; logo, é juta a luta por representação, apesar dos seus limites.

Mas, ainda como aponta Ribeiro (2019) falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem.

Assim, concluímos que é preciso que cada vez mais mulheres brancas militantes e acadêmicas estudem militância, raça, gênero, branquitude; pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo. Entendamos, portanto, que todas as pessoas possuem um lugar de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade, sendo, conforme Ribeiro (2019) primordial, que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados, ou seja, em nossa sociedade, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão, e pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Consideramos assim, que ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos.

3.5 O discurso negro militante e movimento das mulheres negras na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa

Desde a década de 1980, importantes iniciativas travadas pelo movimento social e político de mulheres negras brasileiras atreladas ao feminismo em busca de sua afirmação na esfera pública como sujeito autônomo vem acontecendo.

É possível verificarmos que o sistema denominado patriarcal-racista ainda suprime a humanidade das mulheres negras, lhes negando o direito de ser sujeito de seu próprio discurso e de sua própria história, e o feminismo não está ileso do racismo, como atesta seu esquecimento das desigualdades raciais e a construção que faz da mulher como sujeito universal abstrato. Quando “o feminismo” diz da opressão das “mulheres” e propõe um programa para sua libertação, dizem as “mulheres negras” não se reconhecerem nem no objeto “mulheres” nem no sujeito do “feminismo”, denunciando a exclusão das mulheres negras e indígenas no interior de muitos movimentos feminista latino-americano. Deste modo, contesta-se a legitimidade da vertente dominante do feminismo em falar pretensamente em nome de todas as “mulheres” e se trava uma luta por um lugar de dizer próprio *das, para e sobre* as “mulheres negras”.

Faz-se necessário refletir sobre as disputas pelos sentidos e memórias relacionadas às polêmicas com o feminismo hegemônico e às trajetórias de luta dos movimentos negros assim como a reflexividade sobre “ter a palavra” no campo político são constitutivas da identidade discursiva das “mulheres negras” no “movimento de mulheres negras” e se inserem na luta de mulheres negras por voz e visibilidade na política brasileira. Esse período nos proporcionou termos coletivos autônomos e institucionais em vários estados brasileiros, impulsionando o início dos “movimentos das mulheres negras”.

A partir dos anos 80, Lélia Gonzalez aponta este movimento, como sendo o movimento negro que as mulheres negras encontraram o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo, de suas práticas e articulações com a exploração de classe. Entretanto, além da discriminação racial, essas mulheres viviam o machismo dos homens brancos e dos homens negros, o que era tema de reuniões entre elas antes mesmo da formação do que se conheceu depois como organizações de mulheres negras (CARDOSO, 2014).

Por sua vez, o movimento de mulheres, na “universalização abstrata” que fazia de “mulheres”, reproduzia em suas práticas a “condição de invisibilidade do negro”. Um exemplo era que o movimento de mulheres no Brasil não tinha se dado conta que a modernização conservadora pós-1964 imposta pelos donos do poder tinha como grande excluída “a mulher negra”, ou seja, não implicava transformações na inserção da força de trabalho feminina uniformemente. De forma enfática, a Gonzalez afirma:

As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados. (GONZALEZ, 1982, p. 34)

Um outro ponto trazido por Zoppi-Fontana (2002) é a reflexão sobre as relações imaginárias de interlocução do sujeito do discurso no campo da política, considerando os processos de identificação que constituem esses sujeitos e sua posição na divisão social do direito de enunciar. E isso nos remete segundo Pêcheux (1997) a um jogo de projeções imaginárias da interlocução, ou seja, a imagem de si do locutor relaciona-se àquela que supõe ser a do seu interlocutor sobre sua posição.

O que nos reforça, conforme Carneiro (1995) que o movimento de mulheres negras é marcado pela necessidade de demarcar uma identidade política em relação aos movimentos sociais feministas e negros, os quais em última instância determinam sua existência e

ambigüidades. Através da projeção de diferentes interlocutoras e interlocutores, as mulheres negras brasileiras que mantinham relações de aproximação e negação com o feminismo - dividido em seus dizeres, por exemplo, pela adjetivação “ocidental” e “negro” – denunciavam sua posição de silêncio e invisibilidade na sociedade e na história brasileiras. Sendo assim, no campo feminista, na posição de sujeitas de seu dizer, pela diferenciação que faziam em relação principalmente às mulheres brancas, paradoxalmente se faziam visíveis e audíveis.

Logo, o movimento de mulheres negras pode ser tratado como um acontecimento histórico inscrito como acontecimento discursivo, segundo Pêcheux (1990, p. 17) “[...] um ponto de encontro entre uma realidade e uma memória”, que permite o deslocamento de uma rede histórica de sentidos. Lembrando que memória, tal qual Pêcheux (2007, p. 56) descreve “[...] é um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”.

A construção discursiva da memória de lutas do “movimento de mulheres negras” é algo muito relevante durante este processo, além da afirmação de suas identidades política autônoma em sua especificidade, tanto como mulheres negras brasileiras” quanto na identificação entre mulheres não-brancas.

É sabido que na década de 1970 há o ressurgimento do feminismo no Brasil, segundo aponta a feminista Joana Pedro (2006), retornando também as “narrativas de origem” do “movimento de mulheres negras”, conforme aponta a própria autora. E, é verificado em seus discursos o uso da primeira pessoa, que se torna uma marca para a inclusão da própria mulher negra nos movimentos, também no plural. “Mulheres negras” não são únicas e consequentemente seus movimentos são múltiplos em suas estratégias. A autora menciona exemplos de formas políticas e organizativas e de modelos de força feminina precedentes à invasão escravista e colonial, como as *ialodês*, divindades iorubanas e bantas, sociedades secretas femininas, que “reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o Ocidente.” De forma incisiva, contesta os que afirmam que a ação política das mulheres negras foi novidade inaugurada pela “invasão européia e instauração da hegemonia cristã” e indaga sobre a influência destas ações que precederam o feminismo na criação deste, invertendo de forma instigante os termos do debate dominante.

Há alguns pontos importantes que devem também ser posto em pauta, como as diferentes posições dos discursos, visto que ao mesmo tempo em que se constrói a narrativa

de origem do movimento de mulheres negras como emergente na tensão entre movimento feminista e movimento negro, com a conformação nessa tensão de um novo sujeito político – “as mulheres negras” –, afirma-se uma historicidade das “mulheres negras” como coletivo que antecede e extrapola o acontecimento da aparição organizada do que se autodenominou “movimento de mulheres negras”, ou seja, a narrativa da emergência do “movimento de mulheres negras” é acompanhada de uma outra narrativa de origem, a da experiência histórica comum da escravidão e da resistência a ela, assim como a ação política das mulheres africanas anterior ao colonialismo e ao escravismo.

Esta reivindicação de uma anterioridade da luta, de sua historicidade, de uma memória que circula de geração em geração de mulheres negras é uma regularidade nos discursos dos movimentos e faz parte da luta pela visibilização das mulheres negras na história e é em grande medida compartilhada com os movimentos negros de forma mais ampla, feita a ressalva do destaque para a participação feminina negra.

E, sobre o discurso Mazière (2007, p. 13) afirma que o discurso propriamente “[...] não é individual”. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual. Captar o funcionamento do discurso pode nos dizer algo do não visível nessa fala individual atravessada. Passando pelo caminho indivíduo (bio-psico) sujeito indivíduo (político social) proposto por Orlandi (2008).

É sabido que no discurso autoritário há um quase desaparecimento do “tu”. Isso posto, o discurso das mulheres negras militantes é o exemplo de manifestação na qual existe a predominância dos mecanismos polêmico e autoritário.

O discurso político das mulheres negras militantes, sem sua maioria sempre nos deixa margem para discursos posteriores, sendo assim, considerado polêmico, e às vezes se apresenta também autoritário, quando se refere à luta pelos seus direitos e a retomada do direito ao seu lugar de fala, conforme analisado nos exemplos dados, quando Truth em um dos seus discursos disse:

- “Nós fomos tão rebaixadas que ninguém pensou que iríamos nos levantar novamente; mas já fomos pisadas por tempo demais; vamos nos reerguer, e agora eu estou aqui.” Ela usa o seu discurso e a sua presença como armas para reerguer suas irmãs negras – tanto escravas como “livres” na campanha pelos direitos das mulheres.

Isso nos leva a indagar sobre o modo de produção do conhecimento no campo das humanidades, pois isto implica o comprometimento do pesquisador com o objeto/sujeito que estuda, esteja ou não o lugar de onde se enuncia explicitado, as suas redes de filiações

teóricas, o percurso metodológico, o projeto empreendido etc. E, esse questionamento se dá fora de uma relação de forças (também na academia), em que, segundo Orlandi (2012) retomando Pêcheux (2010), tomar uma posição ética e de responsabilidade diante desse confronto (do teórico com o político) é o que tem sido evitado.

Consideramos neste trabalho que “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe” (PÊCHEUX, 1995, p. 92), como, então, podemos pensar a luta ideológica pelos sentidos e, mais especificamente, a disputa pelos sentidos do lugar da Análise do Discurso? Considerando, claro, que falamos a partir de outros lugares de militância, mas por que (também) n(a) AD?

O Sentido (em movimento, em disputa) é o que analista sempre volta os olhos, é o que nos move a compreender a exterioridade constitutiva do discurso.

Assim, o sentido não é, definitivamente, só um dos níveis de análise linguística, dado que “[...] as contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas.” (PÊCHEUX, 2016, p. 272), ou seja, o discurso só pode ser compreendido na sua dupla materialidade (da língua e da história).

Vimos que o discurso como objeto teórico é uma aposta para uma intervenção na luta teórica e política. A noção de sujeito do/no discurso na relação com a teoria das ideologias possibilita tratar de posições sujeito nos movimentos de identificação na prática discursiva que não são nem individuais nem universais. Também não é o sujeito intencional que propõe outros sentidos para as palavras. A tomada de posição não é concebível com sua origem no sujeito e sim como “[...] efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é o efeito da ‘exterioridade’ do real-ideológico discursivo” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b, p. 159-160).

Então, como podemos refletir sobre a intervenção política militante a partir do funcionamento do discurso? “Como descrever os acontecimentos através dos quais o gesto de um militante encontra outros e torna-se um *grito coletivo que intervém no campo do político?*” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 143, grifo nosso). Além de propor, na teoria, uma descrição/interpretação materialista do funcionamento do simbólico das práticas sociais e políticas e dessa forma intervir, na política, compreendendo e interferindo nos processos de identificação que constituem os **sujeitos coletivos das práticas políticas proletárias**, conforme Pêcheux (ZOPPI-FONTANA, 2005), gostaríamos de pensar um pouco mais na noção mesma de militância.

Para pensar a noção de militância é interessante trazer a relação com as noções de acontecimento e encontro, a partir de Pêcheux e o Althusser do materialismo do encontro, nos apoiando no texto de Zoppi-Fontana (2009), para quem:

[...] reconhecer o contingente no acontecimento de discurso, suas diversas possibilidades de vir-a-ser-outro, abre um espaço produtivo para as práticas de resistência. É justamente nesses possíveis contingentes que constituem o próprio do real sócio-histórico (hoje e sempre) que “está la matéria real de la toma de partido, la chance de um militante” [De Ípola, 2007, p. 204], enfim, a prática política. (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 143)

E, considerando o discurso com um objeto paradoxal, como um espaço ideologicamente marcado para a interpretação (teórico-política), entendemos que “[...] se não há Sentido da história (um Fim que a transcenda, de suas origens até seu término), pode haver sentido na história, porque este sentido nasce de um encontro efetivo e efetivamente feliz ou catastrófico, que é, também sentido” (ALTHUSSER, 2005, p. 30). E acrescentaríamos: sentido(s) em disputa. É assim que compreendemos que o contingente no acontecimento de discurso existe, abrindo sempre a possibilidade para a prática da resistência (coletiva, de massas), já que não deixa de conter um convite à ação política. A disputa está ocorrendo o tempo todo, subordinada à relação de forças.

Portanto, não só o marxismo, mas a AD pode ser pensada como uma teoria das apostas, ainda que os resultados sejam imprevisíveis. Toda intervenção teórico-analítica nas ciências abre a possibilidade da militância, uma vez que é já intervenção. Recentemente pudemos ouvir o discurso de Marilena Chauí numa academia militar, a propósito dos “*blackblocks*”, os quais foram por ela designados como fascistas. Não se trata, aí, de apenas uma “interpretação histórico-filosófica”, mas de uma posição marcadamente política e militante, numa certa direção, numa certa conjuntura. O que nos leva a refletir sobre a luta pelos sentidos,

A luta pelos sentidos, a luta de classes no terreno da linguagem e esta, se constitui como um espaço de luta teórica e política.

Entendemos ainda, diante dessa compreensão discursiva, defendida por Pêcheux (1997) e assumida por Orlandi (2005) no Brasil, que o discurso político militante como um espaço onde a discursividade assume a função de significar o silêncio das mulheres negras não representadas, sendo as mulheres militantes negras edificadas pelo discursividade das que mantêm o lugar de fala, sendo essas representantes o lugar onde se concentram diferentes formas de discursividade. Sendo estes discursos permeados por questões como moral, ética

leis que representam as questões pelas quais as militantes lutam em prol, algo que verificaremos com maiores detalhes nas análises vindouras.

Prossigamos, a seguir, com a apresentação dos oito sujeitos envolvidos nesta pesquisa, a saber, oito mulheres negras militantes, sob a perspectiva de iniciarmos a *posteriore* as análises discursivas de cada uma delas.

4 AS VOZES NEGRAS QUE REVERBERAM OUTRAS VOZES

Durante décadas as mulheres negras resistiram a toda uma ideologia dominante que atravessa discursos e marca as formações discursivas de sujeitos que, de forma institucionalizada, buscam reprimir e silenciar suas vozes que, em resistência³² são subjetivados nas palavras de Foucault (1988), eles se autossubjetivam. E, mesmo quando esses sujeitos são silenciados/censurados, é possível identificar que os sentidos produzidos migram para objetos simbólicos/discursivos, já que se trata de uma necessidade histórica no processo de subjetivação do indivíduo, de acordo com Orlandi (2012). Todo este contexto foi alicerçado pela construção de uma sociedade machista, racista e que silenciou vozes, talentos e negou oportunidades de estudo às mulheres por serem consideradas incapazes para ocuparem determinadas posições sociais, anteriormente facultadas aos homens.

Logo, essas vozes, silenciadas e reprimidas e censuradas por décadas iniciam uma caminhada de desconstrução diante da posição em que a sociedades as tinha colocado, fazendo com que as suas vozes reverberassem (ecoassem, transmitisse, sobressaísse) e desconstruísse o posição sujeito da mulher negra que até então fora posta socialmente e marcada pro ser repleta de fissuras, ecoa efeitos de sentidos de negativos, ao afirmar que a mulher negra é preguiçosa, incapaz, deve ocupar uma posição inferior na sociedade e é menos capaz que o homem. Como afirma Woodward (2014), a identidade só pode ser construída se tomada em relação à diferença.

Em meio a esse aprofundamento e diálogo entre teóricos, iremos lançar mão, em alguns casos, da elaboração de novos conceitos em AD, como a relação ao processo de identificação, contra-identificação e silenciamento a uma FD, que é fruto dos fenômenos discursivos analisados, em meio à produção de efeitos de sentido do corpus obtermos a materialidade discursiva para as análises, selecionamos quatro sujeitos mulheres negras militantes norte-americanas e quatro mulheres brasileiras e quatro mulheres negras militantes brasileiras que tomaremos como grupo focal, conforme veremos com mais detalhes nos capítulos 3 e 5. Daí, selecionaremos as sequências discursivas que nos permitam atingir nosso objetivo maior que é analisar o movimento de embates entre as formações discursivas, no dizer desses sujeitos sobre sua subjetivação como mulheres negras militantes e com isso, “[...]”

³² Na AD, a resistência é um movimento que se contrapõe à censura e suas tentativas de silenciar dizeres, sujeitos e identidades. A partir disso, o sujeito é subjetivado na contramão do imposto pela ideologia da classe dominante. Para Foucault (1988), o movimento de resistência é consequência das relações de poder, levando o sujeito a uma autossubjetivação. O termo, tal como está posto, refere-se à noção trabalhada por Orlandi (2007b).

mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 61).

A ver todo esse contexto apresentado, veremos qual posição-sujeito, cada uma das entrevistadas abaixo representa.

4.1 Eu, mulher negra na moda

“Representatividade para mim é disputar sentido, criar referência, narrativa. O mundo em que vivemos é muito plural e cada vez mais a gente vai ter que lidar (ainda bem) com essa questão. Não vai dar para impor padrões goela abaixo sem alarde, sem luta!”

Silvana Bahia

É possível observar que nos últimos anos algumas mulheres negras conseguiram ultrapassar os bloqueios sociais impostos e conquistar espaços novos na sociedade, lutando contra as barreiras da discriminação de raça, gênero e cultura. Sabemos, entretanto, que muitos negros durante a história de nosso país, lutaram para alcançar uma posição de destaque embora tenham perpassado por vários obstáculos impostos até que a sua ascensão fosse atingida.

Muitos desses negros chegaram a internalização da inferioridade que a sociedade lhes impõe, resultando numa certa passividade diante do racismo sofrido, passando pela adesão do “lugar” que a mesma sociedade lhes reserva, conforme afirma SILVA (1999).

É sabido que os meios de comunicação referendam e reproduzem concepções do eu e do outro, do corpo e da alma, dos pertencimentos e das exclusões. Apesar do avanço das discussões de gênero e raça no âmbito acadêmico, a publicidade do século 21, com algumas exceções estratégicas, ainda é forjada a partir da concepção de um sujeito dominante, o homem-branco-ocidental, que redundava, na especificidade deste estudo, numa dupla exclusão: de gênero e de raça. Assim, a mulher negra entra em cena aqui como a marginal por excelência. Sua presença mínima emerge como a da protagonista branqueada ou, simplesmente, relegada a papéis subalternos.

Pensamos buscar a moda em relação ao envoltório sócio-discursivo acerca da mulher, e este texto, especificamente, carrega o desafio de falar sobre a mulher negra a partir da representação da moda, destacando a influenciadora digital Luiza Brasil e a ex-refugiada Sudanense Aleck Wek.

4.1.1 Luiza Brasil

Luiza Brasil tem uma agenda frenética. Aos 32 anos, a *influencer* e comunicadora divide o seu dia a dia entre palestras, presença nos mais conceituados eventos de moda, criação de conteúdo para sua plataforma de protagonismo negro Mequetrefismos, gravações de *podcast*, consultoria na área de pesquisa e inovação em moda, co-criação de coleções e muito mais. Queridinha de ícones da moda nacional, como Costanza Pascolato, ela também acumula premiações. Recebeu, em 2019, o Prêmio Geração Glamour – Women of the Year. Já no ano passado, foi contemplada na lista de “Influenciadores Sociais Contra o Racismo” (Influencers Against Racism), reconhecimento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Nascida em Niterói, a carioca sempre teve o sonho de estudar moda, muito antes de pensar em trabalhar com comunicação. “Até cheguei a cursar uma faculdade de moda. Mas eu vi que era uma área de criação e o meu lugar era mais no campo do pensamento, na escrita”, conta em entrevista exclusiva ao site MT. “Foi então que decidi migrar para o jornalismo, a melhor coisa que eu fiz. Entendi que jornalismo de moda era o caminho mais sensato para eu conseguir exercer o senso crítico, opiniões e a construção de pensamento”.

Formada em jornalismo pela PUC-Rio, Luiza faz parte da geração que teve o primeiro contato com a moda através da internet. “Sou de uma geração que começou a acompanhar moda pelo olhar de sites como os de Erika Palomino, Lilian Pacce, Glória Kallil...”. Naturalmente, o encanto pela moda virou trabalho. Sua primeira experiência na área foi em 2008, ao escrever para o RioETC, site de *streetstyle* do Rio. Em 2012, virou braço direito de Costanza Pascolato, em São Paulo, atuando em suas plataformas digitais. Até hoje, mantém contato com a papisa da moda, para quem oferece uma espécie de assessoria de contemporaneidades.

Seu maior orgulho enquanto comunicadora, no entanto, é a plataforma de conteúdo Mequetrefismos. O site nasceu com o objetivo de impulsionar, a partir da informação, pessoas, projetos e trabalhos com foco no protagonismo negro, principalmente na indústria da moda, música e artes. Orgulhosa, ela adianta novidades: “Ano que vem, o site vai ganhar novos colunistas, novas narrativas, novos olhares”.

Ela também é criadora do *podcast* “Hora da Brasil”, disponível no *Spotify*. Com uma linguagem clara e didática, a jornalista recebe convidados para falar sobre temas como *design thinking*, saúde mental negra, marketing de influência e racismo e muito mais. Em novembro, a série deve ganhar novos episódios na plataforma de *streaming*.

4.1.2 Alek Wek

Alek Wek é uma modelo sul-sudanesa e membro do *U.S. Committee for Refugees' Advisory Council*, ajudando a chamar atenção para a situação crítica no Sudão, bem como para a situação difícil dos refugiados em todo o mundo. Originária do grupo étnico sudanês *dinka*, sua família se refugiou na Inglaterra em 1991 para escapar da guerra civil entre o norte muçulmano e o sul cristão em seu país, tinha então 14 anos.

Sua casa foi atacada durante a guerra e, na fuga de barco, sua família se dividiu pelo. Cada um foi para um canto do mundo. Alek foi para Londres. Pouco depois, enquanto passava pelas gôndolas de um pequeno mercado britânico, um fotógrafo a encontrou e propôs o trabalho de modelo. Até então, ela levava uma vida muito humilde sem água encanada ou eletricidade.

A beleza da modelo Alek Wek arrebatou o mundo da moda. A sudanesa se tornou umas das top models, mas procuradas para desfilarem para marcas como Fendi, Gucci e Chanel. Mas sua história é mais do que isso. Ela é uma refugiada. Aos 14 anos teve que deixar o Sudão por causa do conflito civil que já matou quase 2 milhões de pessoas no país.

Ao chegar à capital inglesa com 14 anos, Alek e as irmãs frequentaram a Hackney Free & Parochial Cof Secondary School e aprenderam inglês. “Foi um período difícil, mas finalmente me sentia livre e estava feliz em poder ir à escola novamente. Foquei nisso.” Ela queria estudar arte, pintar, mas a virada que sua vida deu em 1996 adiou os planos – hoje a pintura é um de seus hobbies. Tão logo entrou para o casting da Ford Models de Nova York, Alek embarcou para os Estados Unidos e por lá fez história. Uma semana depois de chegar, pegou os desfiles de Ralph Lauren, Calvin Klein, Isaac Mizrahi, Todd Oldham e Anna Sui na semana de moda americana. Na sequência, foi escalada para o clipe da música tema de *007 Contra GoldenEye*, com Tina Turner, fotografou com Steven Meisel para a *Vogue Itália* e foi eleita modelo do ano com direito a capa na *i-D Magazine*. “Não havia revistas de moda ou desfiles em meu país, nunca tinha visto mulheres maquiadas ou com variados cortes de cabelo antes”, lembra. Esperta, ela sacou que era diferente de todas as grandes modelos da época e fez da autoconfiança a sua força. “Nunca me achei feia, isso não passa pela minha cabeça. Minha mãe sempre me disse que era preciso celebrar o fato de ser uma mulher – isso é o que nos tornaria belas.”

Alek já embelezou dezenas de passarelas disputadíssimas e as páginas das revistas de moda mais glamorosas. Também empreendedora, tem a própria linha de bolsas, a Wek 1933. Atualmente reside no Brooklyn, Nova York.

4.2 Eu, mulher negra na Literatura

Então, em sendo eu mulher negra, percorrer entre a literatura negra é também ter a alma aquecida pelo orgulho das lutas e resistências travadas no passado e no presente das quais emergimos, cada vez mais forte, como atesta o florescimento de organizações de mulheres negras por todo o país.

Shuma Schumacher e Vital Brazil

Ao longo da história, a mulher negra percorreu uma trilha de invisibilidade e silêncio. Ela viveu entre vozes que ecoavam nos grandes salões e vozes que eram abafadas nos grandes porões. E, esta caminhada não foi diferente, no que tange a Literatura Negra. Discutia-se na Europa do século XVIII, “[...] se as mulheres eram seres humanos ou se estavam mais próximas dos animais irracionais” (PERROT, 2008, p. 11). Esses pensamentos que perduraram décadas, limitaram a ação das mulheres no tempo e no espaço, colocando-as a margem da história.

Dentre essas limitações, alguns estereótipos literários foram suscitados ao longo do tempo, como os da donzela casadoura branca, da mulata sensual e ferosa, da negra abnegada, submissa, máquina de trabalhar, corresponderam, respectivamente, à procriação, à questão patrimonial, familiar e sucessória e à exploração da mão-de-obra, numa sociedade patriarcal, sexista e racista. Esse contexto impulsionou a luta da quebra destes estereótipos e a busca pelos lugares sociais assinalados ao gênero feminino e às chamadas raças.

A mulher negra, até então, rotulada e inferiorizada pelo “Rótulo Ideológico”, segundo (BURK, 1992), sem direito à instrução, segue lutando desde o período colonial e republicano por esses direitos. Lembremo-nos que a mulher negra era destinada para os serviços domésticos, muitas vezes, sem remuneração. O Estado, a quem de direito deveria dar o suporte devido a essas mulheres, não se importara com a causa negra, quiçá com a negação da instrução e igualdade de direitos revelados. Os avanços nas políticas públicas são mínimos, perante necessidades tão urgentes e dados demonstrados no capítulo 3.

4.2.1 Chimamanda Adichie

Chimamanda é nigeriana, de uma família da etnia *igbo* de classe média, filha de professor universitário e de administradora, cresceu no campus da Universidade da Nigéria e cedo se tornou uma leitora proficiente e conseqüentemente uma escritora criativa. Mudou-se para os Estados Unidos com o intuito de continuar sua formação em Estudos Africanos na Universidade de Yale. Sua formação e sua herança familiar permitiram-lhe o status de contadora de histórias. E dentre suas histórias publicadas no Brasil, estão “Hibisco Roxo”, “Meio Sol Amarelo” e “*Americanah*” todas pela Companhia das Letras. Embora ainda jovem, a escritora apresenta uma compreensão madura sobre as tensões políticas e sociais que envolvem sua nação de origem. Tal traço fica claro em sua produção quando vemos uma escritora que mesmo valorizando suas origens, não tem medo de trazer questões controversas como o machismo, política e a guerra para a discussão. Sua produção se apresenta de forma sutil e leve mesmo quando se trata de assuntos tão polêmicos.

4.2.2 *Conceição Evaristo*

“O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem”

Maria da de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto.

Participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra em nosso país, estreou na literatura em 1990, quando passou a publicar seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Escritora versátil, cultiva a poesia, a ficção e o ensaio. Desde então, seus textos vêm angariando cada vez mais leitores. A escritora participa de publicações na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Seus contos vêm sendo estudados em universidades brasileiras e do exterior, tendo, inclusive, sido objeto da tese de doutorado de Maria Aparecida Andrade Salgueiro, publicada em livro em 2004, que faz um estudo comparativo da autora com a americana Alice Walker. Em 2003, publicou o romance *Ponciá Vicêncio*, pela Editora Mazza, de Belo Horizonte.

Antes de procedermos com as análises do corpus, fruto das entrevistas, vejamos alguns dados biográficos da nossa entrevistada:

4.3 Eu, mulher negra na educação

“Essa precariedade que estamos vivendo no Brasil não vai nos impedir. Tem muito pouco tempo que a gente aproveita dessa possibilidade”, afirma. “Nessas horas, gosto de lembrar a história dos africanos e de seus descendentes. Quando fugiam pro quilombo, eles não tinham certeza nenhuma se alcançariam a liberdade. O que fortalecia esse sujeito? O desejo da liberdade e a crença nesse direito. Só isso, mais nada a favor. Pelo contrário. Se fosse recapturado, o castigo era pior. E, no entanto, ele fugia. Estamos numa situação de vulnerabilidade muito grande, mas, enquanto a gente tiver a certeza do direito à vida, isso nos mantém de pé”.

Conceição Evaristo

Partiremos, nesta etapa da análise, dos depoimentos de mulheres negras que foram silenciadas pela própria história durante anos, no âmbito da educação, especialmente porque ela era escrita sob a ótica masculina. Hoje, essas mulheres saem de um confinamento que durou séculos, e com discursos empoderados, mulheres se opuseram às restrições de suas épocas e abriram espaço para a voz ativa na sociedade no que diz respeito a educação, mercado de trabalho, ciência, política, etc. No entanto, sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer para que a tão sonhada igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade seja de fato alcançado, conforme todos os dados já citados no decorrer deste trabalho.

É através do uso da língua, aliado a outros aspectos do contexto social em que vive e atua, que o homem/mulher se constitui como sujeito que estabelece vínculos sociais com outros sujeitos e com outras culturas, construindo dessa forma, a sua história.

Segundo descrição de Angela Davis (2016, p. 116-117), em seu livro *Mulheres, raça e classe*

A população negra do sul dos Estados Unidos da América vivia esse euforismo quando “aquele enorme lamento humano lançou-se ao vento e atirou suas lágrimas ao mar – livre, livre, livre”, a população negra não estava dando vazão a um frenesi religioso. Essas pessoas sabiam exatamente o que queriam: mulheres e homens almejavam possuir terras, ansiavam votar e “estavam dominados pelo desejo por escolas”. Das 4 milhões de pessoas que comemoravam a emancipação, diversas, como o menino escravo Frederick Douglass³³, já haviam percebido muito antes que “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”. E tal qual o senhor de Douglass, os ex-proprietários de escravos perceberam que “se você der a

³³ DOUGLASS, F. **The Life and Times of Frederick Douglass: His Early Life as a Slave, His Escape from Bondage, and His Complete History.** New York: Dover Publications, 2003.

mão a um preto, ele vai pegar o braço. O estudo vai estragar até o melhor preto do mundo”. Apesar da proibição do seu senhor Hugh, Frederick Douglass continuou sua busca por conhecimento em segredo. Em pouco tempo, ele sabia escrever todas as palavras da cartilha *Webster*, aperfeiçoando sua habilidade por meio do estudo da Bíblia da família e de outros livros na clandestinidade da noite. Claro, Douglass era um ser humano excepcional e se tornou um pensador, escritor e orador brilhante. Mas seu anseio por conhecimento não era, de forma alguma, incomum entre a população negra, que sempre manifestou uma ânsia profunda pelo saber. Era grande o número de pessoas escravas que desejavam se tornar “inadequadas” para a angustiante existência que levavam.

Nos anos 1930, ao ser entrevistada, a ex-escrava Jenny Proctor³⁴ se lembrou da cartilha *Webster*, que ela e as amigas estudaram sorrateiramente.

Nenhum de nós tinha permissão para pegar um livro ou tentar aprender. Diziam que ficaríamos mais espertas do que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós circulávamos por ali, pegávamos aquela velha cartilha *Webster* de capa azul e a escondíamos até a noite e, então, acendíamos uma pequena tocha e estudávamos aquela cartilha. Nós também decoramos o livro. Agora sei ler e escrever um pouco. (DAVIS, 2016, p. 117)

O povo negro percebeu que os “quarenta acres e uma mula” da emancipação era um boato mal-intencionado. Teriam de lutar pela terra; teriam de lutar pelo poder político. E, depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo de aprender. Por isso, assim como suas irmãs e irmãos em todo o Sul, a população negra recentemente liberta de Memphis se reuniu e decidiu que a educação era sua maior prioridade.

A sororidade entre as mulheres negras e brancas era de fato possível e, desde que erguida sobre uma base firme, poderia levar ao nascimento de realizações transformadoras. As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade. Ao fim do primeiro ano de funcionamento de uma escola para crianças negras em *Cincinnati*, estudantes a quem foi feita a pergunta “sobre o que você mais pensa? deram as seguintes respostas?

1. Nós [...] seremos bons meninos e, quando nos tornarmos homens, vamos livrar os pobres escravos do cativoiro. Fiquei triste em ouvir que o barco de Tiskilwa afundou com duzentos pobres escravos [...] dói tanto em meu coração que eu poderia desmaiar em um minuto. (Sete anos de idade)

³⁴ Jenny Proctor was born in Alabama in 1850 and She was a slave of the Proctor family and began her duties about the house when a very young girl.

2. [...] Estamos estudando para tentar arrebentar o jugo da escravidão e partir as correntes em pedaços para que a posse de escravos termine para sempre. (Doze anos)
3. [...] Bendita seja a causa da abolição. [...] Minha mãe, meu padrasto, minha irmã e eu nascemos na escravidão. O Senhor permitiu que as pessoas oprimidas fossem libertadas. Que venha logo a época feliz em que todas as nações conheçam o Senhor. Agradecemos a ele por suas muitas bênçãos. (Onze anos)
4. [...] Isto é para informar vocês que tenho dois primos escravos que têm direito à liberdade. Eles fizeram tudo que é necessário, mas não deixam eles irem. Falam em vendê-los rio abaixo. Se fosse com vocês, o que vocês fariam? (Dez anos)³⁵

4.3.1 *Angela Davis*

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Angela Davis, em conferência na UFBA, em 2017.

Ângela Yvonne Davis, nascida no dia 26 de janeiro de 1944, em Birmingham, estado do Alabama. O fato que a tornou famosa, já aconteceu há quase 36 anos, em Marin County, estado da Califórnia, dia 7 de agosto de 1970. Ela foi acusada de fornecer as armas usadas pelos militantes dos Panteras Negras, nos protestos que fizeram da Assembléia Legislativa daquele estado.

Desde pequena Ângela revelou um alto grau de inteligência, e após a destacar-se já no colegial conseguindo uma bolsa de estudo para estudar Literatura Francesa, em Nova Iorque, ficando hospedada na casa de um pastor branco progressista, em 1959. Em 1960, foi até Frankfurt, Alemanha, onde ficou dois anos, sendo aluna dos reconhecidos professores Theodor Adorno e Oscar Negt. Depois, entre 1963 a 1964, ela foi privilegiada com aulas em Paris, na escola de Sorbonne, onde cursou Literatura.

No retorno aos Estados Unidos, Davis ainda continuou estudando, entrando na conceituada Universidade Brandeis, estado de Massachusetts, para fazer Filosofia. Terminado o curso ela retornou a Alemanha para fazer pesquisa de mestrado que fazia na Universidade de Califórnia, em San Diego, conseguindo o feito em 1968.

Por influência de um professor, Herbert Marcuse, Ângela filiou-se ao Partido Comunista dos Estados Unidos. Sim, até lá existia a lenda, entretanto seus militantes eram

³⁵ APTHEKER, H. **A Documentary History of the Negro People in the United States: From Colonial Times Through the Civil War** (From Colonial Times Through the Civil War). [S.l.]: Cidadela, 1960. v.1.

perseguidos, devido ao clima da Guerra Fria com a União Soviética. O ano era 1969, e ela acabou sendo discriminada na universidade, controlada por anti-comunista, sendo arbitrariamente proibida de ministrar aulas.

A atitude deixou Ângela, revoltada, que acabou aumentando sua ligação com a militância política, onde passou a militar no SNCC *Student Nonviolent Coordinating Committee* (Comitê Conjunto de Não Violência dos Estudantes). Depois se tornou simpatizante do grupo político e social de combate ao racismo, Panteras Negras. O grupo foi uma opção atraente para ela, pois não tinha uma abordagem machista junto as militantes, diferente de outras organizações afro-americanas. Além disso, os *Blacks Panthers* tinham uma ideologia de esquerda, a mesma que a dela.

Negra, mulher, ativista, marxista, feminista e, acima de tudo, lutadora, a educadora e professora americana Angela Davis certamente pertence ao segundo time – e não exatamente por escolha: mulheres negras que quiseram um mundo mais justo, especialmente no início dos anos 1960, não tinham outra possibilidade que não o árduo caminho da luta.

Quando Davis nasceu, uma das mais populares organizações civis da época era a Ku Klux Klan, simbolizava pelo hábito de perseguir, linchar e enforcar qualquer negro que lhe cruzasse o caminho. Assim, quando fala sobre as forças racistas, os extremistas conservadores e as consequências do racismo, machismo e da desigualdade social, Angela Davis sabe o que diz.

Ainda adolescente ela organizou grupos de estudo inter-raciais que acabaram perseguidos e proibidos pela polícia. Quando migrou para o norte dos EUA, Angela foi estudar filosofia na universidade de Brandeis, no estado de Massachussetts, onde calhou de ter como professor ninguém menos que Herbert Marcuse, o pai da “nova esquerda” americana, que advogava justamente em favor dos direitos civis, do movimento gay e da desigualdade de gêneros, entre outras causas.

Depois da explosão de uma igreja em um bairro negro de Birmingham, em 1963, e a morte de 4 jovens no atentado, que eram amigas de Angela, fez com que esse momento se tornasse o estopim necessário para que Angela tivesse certeza de que não poderia ser outra coisa que não uma ativista na luta por direitos iguais – pelas mulheres, as mulheres negras, as mulheres negras e pobres.

4.3.2 *Djamila Ribeiro*

Djamila Taís Ribeiro dos Santos é graduada em filosofia (2012) pela Universidade Federal de São Paulo e mestra em Filosofia política (2015) pela mesma instituição. Em maio de 2016, foi nomeada secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad. Em 2015, escreveu o prefácio do livro até então inédito no Brasil “Mulheres, raça e classe” da filósofa negra e feminista Angela Davis. É autora dos seguintes livros: “Lugar de fala” (2017), “Quem tem medo do feminismo negro?” (2018) e “Pequeno manual antirracista” (2019). Foi indicada ao prêmio Jabuti de Humanidades e agraciada com o prêmio Prince *Claus Award* 2019, devido à importância de sua produção cultural. Em 2019, foi eleita pela BBC uma das 100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo.

Djamila, natural da cidade de Santos, iniciou o contato com a militância ainda na infância. Uma das grandes influências foi o pai, estivador, militante e comunista, um homem que mesmo com pouco estudo formal, era culto. “Desde muito cedo, eu e meus dois irmãos vivemos nesse meio. Com seis anos, já íamos para atos. A gente debatia esses temas em casa, e meu pai nos fazia estudar a história do nosso povo”, lembra a ativista em entrevista à Revista Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia (2019)³⁶. O movimento feminista entrou na vida da filósofa aos 19 anos, quando conheceu a ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, onde trabalhou por cerca de quatro anos. Lá, teve contato com obras de feministas e de mulheres negras e passou a estudar temas relacionados a gênero e raça (Revista VICE - 18 de novembro, 2016).

Colunista e autora de textos publicados na Carta Capital, no Blogueiras Negras e na Folha de S. Paulo, Djamila possui forte presença no ambiente digital, onde se tornou uma importante referência do feminismo negro. Contra a estrutura hegemônica de informação que inviabiliza as vozes das mulheres negras, conseguiu usar a internet e os meios digitais para expandir sua voz e levá-la a inúmeros leitores e leitoras, além de ter assumido a tarefa fundamental de publicar, a partir do Selo Sueli Carneiro, casa da Coleção Feminismos Plurais, obras filosóficas e literárias brasileiras e de tradução de produções estrangeiras, sobretudo feita por mulheres, em especial negras, indígenas, LGBTQI+, latinas e caribenhas. Pensadora ativa participa constantemente de eventos, debates, entrevistas e outras ações que envolvam debates de raça e gênero.

³⁶ FERNANDES, C. C. M. *et al.* Djamila Ribeiro: uma voz para o nosso tempo. **Revista Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 278-291, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/49903/33628>. Acesso em: 20 jan. 2020.

4.4 Eu, mulher negra na mídia

Com o advento da globalização e a influência da mídia, a padronização e aprimoramento dos meios de comunicação e reprodução de certos conceitos criados socialmente, se estreitam. Essas padronizações têm impactado a vida de muitos indivíduos. Andrade (2007) ³⁷ afirma que ‘as tecnologias e as mídias correspondem a instrumentos de produção corporal, pois reproduzem uma pedagogia direcionada à educação dos corpos de todos os cidadãos’, o que comprova que esses instrumentos atuam no processo de educação, disciplina e regulamentação dos corpos, bem como em qualquer outra instância educativa (ANDRADE, 2007).

Daí a relevância de entendermos que a mídia é responsável por instituir padrões idealizados de comportamento e estética que devem ser adotados pelos corpos, e tudo o que foge a eles passa a ser discriminado socialmente.

A noção de “diferença” pode compreender mais de uma lógica: é uma realidade empírica que se manifesta no cotidiano-material, ou seja, uma lógica que organiza e que ocorre na vida concreta; e ao mesmo tempo pode ser uma atitude política presente que reivindica um projeto de mudança, com consequências positivas para a vida em geral. Ou ainda, pode ser um simples instrumento de manipulação ou de dominação. (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 126)

Retomando os autores supracitados, a diferença apontada atua como um mecanismo de reprodução da desigualdade e do preconceito, além de representar um instrumento de manipulação. Assim sendo, no momento em que a mídia estabelece um padrão de beleza e de um corpo que deve ser moldado de acordo com o que é preestabelecido por ela, também é estabelecida a noção de diferença que viabiliza o processo de dominação sobre o “diferente”, uma classe social mais privilegiada. Então, os outros indivíduos que não atendem a esses “requisitos” são colocados a margem e até mesmo desumanizados e estereotipados, sendo excluídos, o que reforça a opressão sobre eles.

De acordo com dados divulgados pela “É nois-inteligência jovem” ³⁸ em companhia com o Instituto Vladimir Herzog e Patrícia Galvão, a mídia se configura como um mecanismo de poder que reforça esse estereótipo machista e sexista e mantém os grupos oprimidos inferiorizados. A pesquisa comprova que 86% das 2.300 cidadãs entrevistadas não se sentem

³⁷ Sandra dos Santos Andrade (2007), em seu texto “Mídia impressa e educação de corpos femininos”.

³⁸ Coletivo jovem e agência-escola de jornalismo de São Paulo – SP, composta por jovens entre 14 e 21 anos.

representadas pela forma que a mídia retrata a população feminina. Exemplificamos essa assertiva, vimos que

A estereotipação não se limita ao corpo: “[Na mídia,] a mulher está sempre como a que gosta de casar-se, ter filhos, cuidar da casa, ‘faz coisas de mulher’. É a que não entende de ciências exatas e não sabe trocar uma lâmpada”, afirma a jovem de São Paulo. “Todas brancas são ricas. Pobre e/ou negra é a empregada”, comenta uma jovem de 21 anos, sobre o racismo na dramaturgia televisiva. Alimenta-se, então, um ideal de cor, cabelo e corpo que implicam um enorme sacrifício por parte das mulheres e problemas de autoestima (PENINA, 2015, p. 1).

O padrão midiático reproduz quase sempre uma trajetória decadente das mulheres negras. É possível observamos que nas telenovelas, as personagens negras quase sempre, ocupam um lugar subalterno e desprivilegiado, em relação à personagem branca. Geralmente, as mulheres negras, contracenam o papel de uma empregada doméstica e/ou escravas, dançarinas, prostitutas, e de modo geral, estão sempre à margem da história se comparadas aos outros personagens. Quando elas não interpretam papéis subalternos, tem os seus corpos hiperssexualizados, reforçando todos os estereótipos construídos e disseminados desde os períodos colonial e pós-colonial até a atualidade, de uma sociedade estruturalmente racista.

As representações globais das negras nos meios de comunicação de massa contemporâneos continuam a nos identificar como mais sexuais, como aberrações primitivas descontroladas. O sucesso popular de uma obra polêmica como *The Black's Man Guide to Understand the Black Woman*, de Shahrazad Ali, que reforça que as negras são intelectualmente inferiores aos negros, tem o cérebro menor etc., indica até onde muitas pessoas negras internalizam o pensamento sexista/racista sobre a identidade feminina negra. (HOOKS, 1995, p. 469)

Castro (2007) aponta que há uma relação entre mídia e sociedade que transmite tendências, padrões e valores aos indivíduos. Há uma espécie de “culto ao corpo” que, segundo a autora, leva a mulher à busca pela padronização da beleza, que muitas vezes vem sendo estabelecido pela mídia televisiva, ao reproduzir valores considerados dominantes e valores marginalizados, indicando cultura como modo de vida. Corroborando com esta perspectiva, Raymond Williams faz uso da noção gramsciniana de hegemonia que envolve dois importantes conceitos: cultura e ideologia.

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo... Constitui assim um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se na maioria das áreas da sua vida. Em outras

palavras, é no sentido mais forte uma cultura, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979 *apud* CASTRO, 2007, p. 4)

Castro (2007) reitera que o “culto ao corpo” como manifestação cultural conta com um apoio que sustenta o discurso hegemônico e que a mídia, como um dos “principais meios de difusão e capitalização do “culto ao corpo” como tendência comportamental, tem a capacidade de infiltrar em nosso cotidiano e disseminar conteúdos ideológicos, como algo ideal.

Arraes (2013) afirma que, quando as mulheres negras não são repudiadas por não atenderem ao padrão estético branco desejável, são classificadas como objetos sexuais ou inferiores em relação às pessoas brancas. A autora considera que, além de racistas, tais práticas também são dotadas de uma concepção colorista – o que, de acordo com Alice Walker, feminista negra interseccional influente entre os anos 1970 e 1980, corresponde a um vestígio do escravismo e se expressa de forma que pessoas negras “mais claras” são menos inferiorizadas que pessoas negras “mais escuras”. “Colorismo” esse, que representa a negação da identidade negra e a desumanização das mulheres negras, pois a hipersexualização dos seus corpos transmite a ideia de que essas mulheres são apenas objetos sexuais exóticos, fato que compromete a saúde psicológica, a autoestima e até mesmo o processo de inserção ou de crescimento profissional das cidadãs no mercado de trabalho. Daí a relevância das palavras de Lorde ao afirmar que “[...] as leituras referentes às mulheres negras estão cheias da dor da agressão frequente, não só por um patriarcado racista, mas também pela falta de empatia dos homens negros” (LORDE, 1984, p. 120).

É importante compreendermos que segundo Foucault (1979, p. 147-149), “[...] o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos AE a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. Sendo assim, tornou-se possível analisar que a mídia exerce poder dentro do sistema capitalista, de modo a reforçar opressões e contribuir com a manutenção das posições dos(as) dominantes e dos dominados(as), sendo os meios de comunicação de massa, os locais de competição entre indivíduos que ocupam posições desiguais socialmente.

Diante disso, como instrumento de poder capitalista, a mídia tende a “reiterar a ordem social instituída”, reproduzindo uma realidade em que grupos desprivilegiados são discriminados e submissos e grupos privilegiados ocupam lugares de destaque.

Temos construído em todos nós velhos modelos de expectativa e resposta. Velhas estruturas de opressão que devem ser alteradas ao mesmo tempo em que nós mudamos as condições de vida que são o resultado dessas estruturas. As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa grande. (LORDE, 1984, p. 123)

Dito isto, torna-se necessário vencer o racismo estrutural que há muito tempo vigora em nossa sociedade. Assim, mesmo vislumbrando a omissão de pautas responsáveis que nos permita debater as realidades sociais, de um sistema arcaico e patriarcal, que prima pelo privilégio branco relativas às mulheres negras, o movimento feminista negro interseccional, nos traz mulheres pioneiras que põem em pauta tais assuntos, como bell hooks, Patrícia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw.

Entretanto, quando deslocamos esse conceito de ideologia para a Análise do Discurso, vimos que,

A singularidade dessas lutas de deslocamento ideológico, que ocorrem nos mais diversos movimentos populares, consiste na apreensão de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) paradoxais, que são, simultaneamente, idênticos em si mesmos e se comportam antagonicamente em relação a si mesmos [...] Esses objetos paradoxais (com o nome de Povo, Direito, Trabalho, Gênero, Vida, Ciência, Natureza, Paz, Liberdade) funcionam em relações de força móveis, em transformações confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”. (PÊCHEUX, 2010, p. 115)

Esse discurso que foi silenciado por muitos anos, começa a incomodar e a ser tratado em um âmbito maior, sendo abordado também pela memória do discurso escravagista e das lutas do movimento negro e feminista, nos espaços de militância, contra a exploração e a posição da escolha por um lugar onde as mulheres negras desejam estar.

A prática da luta pela igualdade no universo midiático mobiliza a memória de diversas vozes, e as práticas ideológicas que atravessam esse debate reformulam enunciados presentes como memória discursiva, nas quais aparecem ressignificando as fronteiras entre o espaço ocupado pela mulher branca e pela mulher negra na mídia.

Além disso, a memória discursiva na língua é acionada e ocorre o que defende Pêcheux (1997) ao dizer que alguma coisa fala antes em outro lugar independentemente e diferentemente. Assim, o interdiscurso é acionado nessa relação constitutiva na historicidade, através dos fatos que serão brevemente apontados nas análises coletadas. Podemos dizer, assim, que há nessa rede de memórias, sentidos cristalizados que perpassaram por décadas, mas que ainda se reverbera nos discursos mais atuais conforme, podemos analisar em trechos da entrevista, cedida ao site Donna Gente, no dia 02 de fevereiro de 2018, cuja produção

discursiva dá-se pela própria Erika Janusa³⁹. Desse modo, a transcrição, que se dá a partir de uma entrevista, intenta conservar algumas marcas de oralidade, para os vindouros comentários.

4.4.1 Taís Araújo

Taís Bianca Gama de Araújo nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1978, de um parto normal prematuro, aos sete meses de gestação. A atriz possui ascendência afro-brasileira, austríaca e portuguesa, é filha do economista Ademir de Araújo, e da pedagoga Mercedes Gama de Araújo. A artista é a segunda filha do casal, tendo como única irmã a médica obstetra e ginecologista Cláudia Gama Araújo, que é sete anos mais velha.

Durante sua infância, viveu com a família no bairro do Méier, no subúrbio carioca, até seus oito anos de idade. Durante o fim de sua infância e por toda adolescência e juventude, Taís Araújo viveu na Barra da Tijuca. Em 2008, formou-se no curso jornalismo, pela Universidade Estácio de Sá, mas nunca chegou a exercer a profissão, uma vez que optou por dar continuidade a carreira de atriz.

Na noite de 31 de outubro de 2015, a página no Facebook da atriz foi alvo de comentários racistas, e ela declarou em uma postagem: "não vou me intimidar, tampouco baixar a cabeça". A hashtag #SomosTodosTaísAraújo virou trending topic na manhã de 1 de novembro do mesmo ano. O mesmo caso ocorreu com a jornalista Maria Júlia Coutinho e com as também atrizes Sheron Menezes e Cris Vianna, vítimas de racismo pela internet. A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática determinou um inquérito para a apuração do crime. No ano seguinte, em 2016, pela luta contra o racismo, recebeu a homenagem no Prêmio Trip Transformadores, da Revista Trip.

Em 2017 foi eleita uma das 100 personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo com menos de 40 anos pelo MIPAD, e por esta razão participou de um debate na Universidade de Columbia, em Nova York. Em 2015, em matéria do jornal inglês *The Guardian* sobre o seriado *Mister Brau*, o casal Taís Araújo e Lázaro Ramos foi citado como

³⁹ FONSECA, C. **Erika Januza**: "o papel de uma juíza negra na novela é um presente para mim e para todo o Brasil". Porto Alegre: GauchaZH, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2018/02/erika-januza-o-papel-de-uma-juiza-negra-na-novela-e-um-presente-para-mim-e-para-todo-o-brasil-cjqxx2g0u00pu0qcnw9phkd04.html>. Acesso em: 04 fev. 2020.

destaque na televisão brasileira. Também foi eleita uma das mulheres mais guerreiras e estilosas pela revista americana *Vogue América*. Em 2016, uma pesquisa de opinião (*Pesquisa Qualibest*) apontou Taís Araújo como a mulher mais admirada por jovens na faixa etária entre 13 e 20 anos, a quinta artista mais influente da televisão e internet no país, segundo o jornal *Meio & Mensagem* em parceria com o Instituto Datafolha em 2016, e a quarta mais influente em 2017. O casal Taís e Lázaro foi apontado como *o mais poderoso do showbizz nacional*, em matéria de capa da Revista *Veja* publicada em março de 2017. No dia 3 de julho de 2017, foi nomeada Defensora dos Direitos das Mulheres Negras pela ONU Mulheres Brasil, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Em 2017 foi convidada para participar de uma palestra da Tedx, em São Paulo, contando para uma audiência de cerca de nove mil pessoas, suas experiências no ativismo social na luta pela igualdade de direitos na sociedade. Ainda em 2017, foi eleita uma das 100 personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo abaixo dos 40 anos, e recebeu o prêmio em Nova York. Também em 2017 recebeu uma homenagem no Prêmio Claudia promovido pela Revista Claudia, da Editora Abril, em São Paulo, na categoria *hors concours*, honraria concedida às pessoas que atuam pela igualdade de direitos na sociedade.

4.4.2 Beyoncé

Beyoncé nasceu em Houston, no Texas. Seu pai é Mathew Knowles, um executivo musical e empresário, sua mãe é Tina Knowles, uma figurinista e estilista de cabelo. Seu pai é um afro-americano e sua mãe é descendente de crioulos da Luisiana.^[30] Beyoncé foi batizada com o nome de solteira de sua mãe, como uma forma de homenageá-la. Beyoncé tem uma irmã chamada Solange, que também é cantora e atriz.

Beyoncé foi educada na escola St. Mary's Elementary School, localizada no Texas, onde ela se matriculou em aulas de dança, incluindo o balé e jazz. Foi o seu professor de dança quem descobriu a vocação musical da garota. Seu interesse musical aconteceu aos 7 anos de idade, quando ela participou e venceu o seu primeiro show de talentos, cantando a música "Imagine", de John Lennon. A jovem cantora foi ganhando notoriedade, tanto que chegou a ser citada no jornal *Houston Chronicle*, como candidata da região para o prêmio de artes The Sammy.

Beyoncé nomeia Michael Jackson como sua maior influência musical. Com cinco anos, Beyoncé assistiu a seu primeiro concerto em que Jackson se apresentou e ela afirma ter realizado o seu propósito. Quando ela o presenteou com um prêmio de homenagem no World Music Awards em 2006, Beyoncé disse: "se não fosse por Michael Jackson, eu nunca teria me apresentado". Ela admira Diana Ross como uma "artista em torno de tudo" e Whitney Houston, que ela disse "me inspirou a chegar lá e fazer o que ela fez." Ela credita a canção de Mariah Carey e sua música "como influenciando-a a começar a praticar corridas vocais quando criança." Suas outras influências musicais incluem Aaliyah, Prince, Lauryn Hill, Sade Adu, Donna Summer, Mary J. Blige, Janet Jackson, Anita Baker e Rachelle Ferrell.

O feminismo e temas de empoderamento feminino no segundo álbum solo de Beyoncé, *B'Day*, foram inspirados por seu papel em *Dreamgirls* e pela cantora Josephine Baker. Beyoncé prestou homenagem a Baker, cantando "Déjà Vu" no concerto *Fashion Rocks* de 2006 usando a saia mini-hula de Baker embelezada com bananas falsas. O terceiro álbum solo de Beyoncé *I Am... Sasha Fierce*, foi inspirado por Jay-Z e especialmente por Etta James, cuja "ousadia" inspirou Beyoncé a explorar outros gêneros e estilos musicais. O seu quarto álbum solo, *4*, foi inspirado por Fela Kuti, R&B dos anos 1990, Earth, Wind & Fire, DeBarge, Lionel Richie, Teena Marie, The Jackson 5, New Edition, Adele, Florence and the Machine, e Prince.

Beyoncé afirmou que ela é pessoalmente inspirada por Michelle Obama (a 44ª primeira-dama dos Estados Unidos), dizendo "Ela prova que você pode fazer tudo" e ela descreveu Oprah Winfrey como "a definição de inspiração e um forte mulher". Ela também discutiu como Jay-Z é uma inspiração contínua para ela, tanto com o que ela descreve como seu gênio lírico e nos obstáculos que ele superou em sua vida. Beyoncé expressou admiração pelo artista Jean-Michel Basquiat, postando em uma carta "o que encontro na obra de Jean-Michel Basquiat, busco em todos os dias na música ... ele é lírico e cru".. Em fevereiro de 2013, Beyoncé disse que Madonna a inspirou para assumir o controle de sua própria carreira. Ela comentou: "Eu penso sobre Madonna e como ela levou todas as grandes coisas que ela conseguiu e começou a gravadora e desenvolveu outros artistas. Mas não há o suficiente dessas mulheres".

Tanto a Djamila Ribeiro, quanto os demais sujeitos aqui apresentados romperam o silêncio historicamente imposto às mulheres negras. Um silêncio que não foi construído de forma pacífica e subserviente. O movimento de mulheres foi uma construção histórica, como formas de resistências diferenciadas durante os séculos. Mesmo, quando a censura lhes eram

impostas, esta não pode ser lida como falta de mobilização e produção política, uma vez que houve mulheres ao longo dos anos que se opuseram de forma pública a determinados discursos de opressão machista/sexista, racista e classicista. Mulheres como Truth, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Chimamanda Adichie, Beyoncé e Alek Wek, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Taís Araújo e Luiza Brasil, dentre outras, provocaram debates, cada uma em sua época, e contribuíram para formulação do que hoje chamamos de feminismo, militância (ALVES; PITANGUY, 1985).

A relevância da nossa pesquisa recai também sobre a compreensão, recai sobre a análise do discurso negro militante na atualidade e como ele se estabelece dentro de várias perspectivas políticas, de raça e gênero, mesmo este discurso não tendo mais as mesmas reivindicações unificadas e, conseqüentemente, o mesmo perfil do século anterior. Este discurso é caracterizado pela heterogeneidade discursiva e pela multiplicidade de sujeitos, tanto do ponto de vista social quanto discursivo, como teoriza Grigoletto (2007, p. 125), já que entendemos que o “[...] lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer”. Desse modo, em nossa análise buscaremos compreender como se dá essa heterogeneidade e como ela constitui processos identificatórios para o sujeito mulher negra militante.

Ao analisarmos os discursos das posições sujeito dessas mulheres, no capítulo 5, vamos lembrar o que nos diz Woodward (2014) ao ponderar que a modernidade tem exigido que assumamos uma série de identidades que acabam por entrar em conflito, o que na AD, já descrevemos como a tomada de diferentes posições-sujeito em uma mesma FD. Além disso, consideraremos o lugar de fala, de cada sujeito analisado, considerando o que nos diz Ribeiro (2017)⁴⁰ “[...] é importante o lugar de fala, porque ele (o indivíduo) vai entender que ele fala de algum lugar”, o que não o desautoriza a falar sobre determinada questão por estar fora desse espaço discursivo e “[...] quando ele entende que ele fala a partir do grupo que é privilegiado, ele vai conseguir enxergar que o lugar dele impacta diretamente o nosso”, e assim, quem ocupa o lugar de fala, estando em uma posição privilegiada passa a reconhecer que necessita combater os privilégios. Todo este processo ocorre a partir da transformação de mentalidade social.

⁴⁰ RIBEIRO, D. **Feminismo negro**: para além de um discurso identitário. São Paulo: Cult, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/#:~:text=%E2%80%9CBem%2C%20minha%20gente%2C%20quando,em%20breve%2C%20ficar%C3%A3o%20em%20apuros>. Acesso em: 08 jul. 2021.

Refletiremos também sobre os efeitos produzidos pelos seus discursos considerando as posições interseccional possibilitados pela mobilização da memória, através do interdiscurso militantes e seus pré-construídos. Efeitos esses, que constituem modos de ocupar subjetivamente o lugar discursivo da mulher negra militante. Consequentemente, isso nos leva a reflexão de que o lugar social negro militante é determinado pelo lugar discursivo e vice-versa (GRIGOLETTO, 2007), uma vez que o lugar social que os sujeitos analisados ocupam ressoa em seu dizer pelo movimento de identificação do sujeito como a forma-sujeito da FD ao qual se inscreve.

Dentro desse processo, ainda vamos compreender os processos discursivos identitários por meio da relação entre forma-sujeito, lugar discursivo e posição sujeito em correlação com as modalidades discursivas do funcionamento subjetivo (PÊCHEUX, 2014; GRIGOLETTO, 2007) – identificação, contra-identificação e desidentificação, será o nosso foco em todas as análises vindouras.

As análises realizadas ao longo desta pesquisa nos fazem suscitar outros questionamentos.

Como reverter esse quadro de injustiça e desigualdades raciais e de gênero? Do ponto de vista conjuntural, a saída que se vislumbra é a defesa de um amplo programa de ações afirmativas. Expressão esta, criada pelo presidente norte-americano J.F. Kennedy, em 1963, significando “[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo e voluntário, concebidas com vista ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado” (GOMES, 2001, p. 6-7). Contudo, precisamos contextualizar o seu surgimento, uma vez que as ações afirmativas não foram dadas pela elite branca dos Estados Unidos; pelo contrário, elas foram conquistadas pelo movimento negro daquele país, após décadas de lutas pelos direitos civis.

Joaquim Barbosa Gomes (2001) ainda afirma que os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial *versus* subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo

às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação porque teriam espaço.

Alguns indicadores apontam que as ações afirmativas proporcionam benefícios insofismáveis. Edward Telles (2003) demonstra que, em razão de tais ações, houve uma diminuição da desigualdade racial nos Estados Unidos (entre 1960 e 1996) e, no Brasil, para o mesmo período, houve um aumento da distância entre negros e brancos, por exemplo, no mercado de trabalho.

Ao estabelecer um paralelo com a contemporaneidade, vimos que, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, a aproximação do Estado brasileiro com a temática racial, em consolidação desde 1990, sofreu uma ruptura. Desde o período eleitoral, Bolsonaro se coloca contra a política de cotas, dentre outras, prometendo alterá-la. O presidente já afirmou que políticas afirmativas são “coitadismo” e dividem a população. Além da retórica, ativistas e pesquisadores consideram que medidas propostas pelo governo são retrocessos para a agenda da igualdade racial, segundo afirma a socióloga e coordenadora do núcleo de combate ao enfrentamento a Revista eletrônica Nexo (2019).⁴¹

Então, todos os dados avaliados e após uma pesquisa acurada acerca de programas do mesmo gênero, os economistas H. Holzer e D. Newhart concluíram que:

a) a ação afirmativa promove uma justiça distributiva, ao aumentar o nível de emprego entre mulheres e minorias nas organizações que a utilizam;

b) padrões que utilizam a ação afirmativa recrutam e selecionam com mais cuidado, buscando empregados de modo mais amplo e avaliando-os segundo mais critérios;

c) padrões engajados na ação afirmativa não perdem em nada no grau de execução do trabalho pelos empregados. Se há alguma diferença, ela tende a ser que minorias e mulheres têm uma performance melhor, mesmo em casos em que as credenciais do homem branco eram superiores, pois ao utilizar uma gama mais ampla de critérios na contratação, outros atributos foram descobertos.⁴²

Após a realização da construção teórica apresentada nesse e nos capítulos anteriores, apresentaremos, a seguir, o percurso metodológico que irá guiar nossas análises sobre o discurso das mulheres negras militantes sobre aspectos da interseccionalidade e lugar de fala.

⁴¹ LIMA, J. D. **As ações afirmativas no Brasil hoje. E as estratégias para mantê-las.** [S.l.]: Nexo jornal, 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/11/As-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-no-Brasil- hoje.-E-as-estrat%C3%A9gias-para-mant%C3%AA-las>. Acesso em: 19 out. 2020.

⁴² *In*: Assessing affirmative action. Journal of Economic Literature, n. 38, 2000 (*apud* TELLES, 2003, p. 280).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

As análises discursivas que serão desenvolvidas no capítulo seguinte terão como aporte teórico-metodológico a AD (Análise de Discurso Francesa), o que demanda idas e vindas entre teoria, análise e (re) escrita desses preceitos teóricos e analíticos. Como nossa pesquisa trata da interface da AD com a área de gênero, raça, cultura e militância, iremos recorrer aos conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores sobre interseccionalidade, lugar de fala, raça e gênero, a história dos movimentos negros, e também às noções em torno do gênero e da raça como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade através dos discursos das mulheres negras militantes a partir de teóricos por Judith Butler, Djamila Ribeiro, Avtar Brah, Jurema Werneck, Bell Hooks, Sueli Carneiro, dentre outros. Além deles, recorreremos a outros estudiosos que trabalham a interface da AD com nossa temática pesquisada, com pesquisas acadêmicas em segmentos que tratam da mulher negra em militância, por exemplo, com as Ciências Sociais.

Ainda sobre as teorias em que iremos nos ancorar para as análises, é importante frisarmos que o espaço analítico do corpus selecionado irá se configurar como um momento oportuno para aprofundamento teórico do que fora apresentado nos três primeiros capítulos. Em meio a esse aprofundamento e diálogo entre teóricos, iremos lançar mão, em alguns casos, da elaboração de novos conceitos em AD, como a relação ao processo de identificação, contra-identificação e silenciamento a uma FD, que é fruto dos fenômenos discursivos analisados, em meio à produção de efeitos de sentido do corpus selecionado.

Assim como apresentamos no capítulo anterior, nossas análises também serão enriquecidas com a utilização de imagens publicadas online, bem como trechos de entrevistas a fim de facilitar a compreensão do nosso leitor e também para enriquecimento analítico sobre discursos que ganham repercussão midiática sobre a militância da mulher negra, o que ratifica a escolha do nosso tema em analisar o discurso de/sobre esses sujeitos. Como nossa temática está centrada na investigação de como o discurso desses sujeitos que são negras e militantes significa a partir da posição-sujeito na qual cada um deles enuncia as FDs que atravessam o discurso dos sujeitos entrevistados, resgatando as posições-sujeito que ocupam os entrevistados quando identificados, contra-identificados ou desidentificados a uma determinada FD.

Sobre a constituição do corpus, Orlandi (2015, p. 61) afirma que ela está intimamente ligada à análise: “[...] a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do

corpus” e “[...] decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas”. Para sua constituição, de modo a obtermos a materialidade discursiva para as análises, serão extraídas da internet quatro entrevistas que circulam online, composta de: uma mulher brasileira, três entrevistas realizadas de maneira online e quatro mulheres norte-americanas que tomaremos como grupo focal e cujas entrevistas também foram extraídas da internet. Daí, selecionaremos as sequências discursivas que nos permitam atingir nosso objetivo maior que é analisar o movimento de embates entre as formações discursivas, no dizer desses sujeitos sobre sua subjetivação como mulheres negras militantes e com isso, “[...] mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 61).

A coleta das entrevistas se dá em três níveis diferentes, a saber:

a. três entrevistas online, semi-estruturadas, com três militantes brasileiras, que são Taís Araújo (atriz global), Luiza Brasil (influencer e assessora de moda) e Djamila Ribeiro (Filósofa, professora e ativista). As três entrevistas foram realizadas e gravadas pela ferramenta digital Zoom.

b. uma entrevista extraída de sites em circulação, visto que por causa do período pandêmico, a entrevistada, Conceição Evaristo, não respondeu aos emails e mensagens enviadas.

c. quatro entrevistas extraídas de sites em circulação e de vídeos veiculados no Youtube, tendo como foco quatro mulheres negras militantes, a saber: Chimamanda Adichie⁴³, Angela Davis, Beyoncé Gisselle e Alek Wek, referentes aos quatro sujeitos norte-americanos, compondo assim os 8 sujeitos da pesquisa.

Frisamos, mais uma vez, que o período pandêmico nos impediu de prosseguir com as coletas presenciais, conforme previsto no projeto de pesquisa, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco (Anexo 03).

Sobre a preservação das identidades das mulheres negras militantes aqui apontadas, não haverá a preservação das identidades, visto que 5 das entrevistadas tiveram as suas coletas retiradas de sites em veiculação, entretanto as 3 mulheres negras que cederam as entrevistas pelo zoom, assinaram o termo concedendo permissão para o uso de seus nomes e imagens, o que para nós, torna o trabalho de pesquisa referente, mais autêntico para os resultados finais.

⁴³ Chimamanda Adichie, escritora e Nigeriana e Alek Wek, modelo Sul-sudanesa, são apontadas como *corpus* americanos, pois as entrevistas tiveram como foco o momento em que elas estavam residindo nos Estados Unidos da América.

Estas pesquisas foram relevantes para atingirmos os objetivos secundários da pesquisa, considerando as condições de produção em que o discurso fora enunciado pelos sujeitos e o funcionamento da ideologia na (res) significação de cada elemento analisado. Logo, para dar maior visibilidade a determinados enunciados onde poderemos mobilizar certos conceitos, em AD, e ver como eles produzem sentidos, iremos grafá-los em negrito e em itálico.

A escolha dos entrevistados ocorreu a partir dos seguintes critérios:

i. Oito mulheres negras militantes – essas mulheres deveriam participar das mídias sociais e se declararem negras, além disso, elas deveriam divulgar a causa da militância negra através de suas redes sociais, além de terem mais de 50 mil seguidores, cada uma. De acordo com as redes sociais, até a presente data, temos as referidas militantes brasileiras com os seguintes nomes e números de seguidores:

Militantes Brasileiras	
Conceição Evaristo	125 mil seguidores
Djamila Ribeiro	841 mil seguidores
Taís Araújo	10.2 milhões de seguidores
Luiza Brasil	91.5 mil seguidores

ii. E mesmo se por alguma eventualidade, não possuísse uma rede social própria, fosse uma das mais citadas nas mídias sociais no âmbito de sua militância e produção.

Em relação às militantes negras norte-americanas⁴⁴, temos os seguintes nomes e números de seguidores:

Militantes Norte Americanas	
Chimamanda Adichie	595 mil seguidores
Angela Davis	664 mil seguidores
Beyoncé Giselle	148 milhões de seguidores
Alek Wek	130 mil seguidores

Mulheres negras que se assumiram ou ressignificaram a sua identidade em um processo de (re) (des) construção de identidades, entendendo como o sujeito é constituído no interior dos discursos dominantes e quais movimentos de deslocamento desses discursos são responsáveis pela quebra dos sentidos cristalizados, assumindo também a sua militância recentemente ou que tem se declarado negra/preta e militante por um tempo mais longo.

⁴⁴ Chimamanda Adichie, escritora e Nigeriana e Alek Wek, modelo Sul-sudanesa, são apontadas como *corpus* americanos, pois as entrevistas tiveram como foco o momento em que elas estavam residindo nos Estados Unidos da América.

Todas elas já se afirmam como “mulheres negras que militam a causa da negritude”: têm convicção sobre sua identidade de gênero, o que é crucial em nossa pesquisa para compreendermos o trânsito das FDs que atua diretamente na subjetivação de cada uma delas. Uma mulher negra militante apenas que assumiu sua identidade de gênero como tal há poucos anos e se declarou feminista e militante da causa.

ii. As áreas de atuação de cada militante deveriam ser divergentes entre elas, mas semelhantes entre os dois países envolvidos. Deu-se a escolha por quatro áreas onde as mulheres negras têm se apresentado nas estatísticas em um número muito aquém do esperado, tais como: literatura, educação, mídia e moda.

Esses critérios de seleção não delimitam a idade dos sujeitos a serem selecionados para a entrevista, visto que a análise do discurso sobre a identidade de sujeitos militantes negros independe da idade biológica em que estes se encontrem. De toda forma, todas as entrevistas coletadas online fazem menção a mulheres com mais de 18 anos de idade. Coletadas as entrevistas, faremos um recorte das sequências discursivas que apresentem uma materialidade discursiva satisfatória para as análises, podendo reduzir ou ainda ampliar o número de sujeitos participantes no grupo focal.

Em meio às análises das sequências discursivas, faremos também a da memória que se constitui como uma forma perceptível que faz parte da produção do discurso, pois a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental.

Outro fator de análise discursiva realizada é a do silêncio que se constitui como uma forma de materialização discursiva dos “não-ditos” e que se caracteriza também como uma forma de resistência do sujeito mulher negra militante que é individuado pelo Estado e por suas instituições por meio de relações de poder. Como consequência, a censura é produzida, legitimando dizeres que silenciam outros (ORLANDI, 2015, 2016). Em nosso corpus, são tentativas de censurar discursividades no gênero, na raça, proibindo dizeres. Todavia, quando esses dizeres são proibidos, outros emergem, ressignificando esses elementos. É o momento em que analisaremos a produção de novos efeitos de sentidos no discurso sobre negritude, em meio à resistência a toda forma de silenciamento imposta por uma ideologia dominante.

Como o “não-dito” não se cala e produz sentidos, a partir do que é dito, tomamos, nas análises, como assevera Orlandi (2015, p. 82), todo um cuidado metodológico: “[...] partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente”, observando o que não está sendo dito e aquilo que é proibido de ser dito.

Como a língua é opaca, suscetível à falha, e o local onde se materializa o inconsciente, nossas análises irão considerar também os fenômenos lingüísticos em que o sujeito do inconsciente pode ser observado:

[...] o analista de discurso vai trabalhar com o logicamente estabilizado e desestabilizado e com as tensões entre o dito e o não-dito, compreendendo os processos envolvidos nos deslizos e pontos de deriva da língua, que produzem algum sentido no corpus analisado (que pode sempre ser outro, ainda que não qualquer um), considerando em sua análise o estatuto do real da língua. (JORDÃO; PETRI, 2018, 138-139)

Consideramos também o silêncio, que se constitui como uma forma de materialização discursiva dos “não-ditos” e que se caracteriza também como uma forma de do sujeito mulher negra militante que é individuado pelo Estado e por suas instituições por meio de relações de poder. Como consequência, a censura é produzida, legitimando dizeres que silenciam outros. (ORLANDI, 2015, 2016).

“Colocar o dito em relação ao não-dito”. Eis a proposição na construção de um dispositivo de interpretação, criada pela Análise do Discurso pecheutiana e assumida por essa pesquisa, conforme contribuiu Orlandi (2007b), este disposto tem como papel colocar o dito em relação ao não dito, o que é dito pelo sujeito em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo e, ainda, o que é dito de outro modo, sempre procurando ouvir naquilo que o sujeito diz, o que ele não diz, mas que constitui os sentidos de suas palavras.

Desse modo, a AD procura compreender o discurso no mundo, considerando as condições de produção e os sujeitos; não trabalha com a língua de forma estanque, acabada, mas com o dinamismo, com o discurso fazendo sentido no contexto social.

O analista do discurso procura perspectivar o caráter aparentemente opaco da linguagem, o que possibilita desconstruir a ilusão de transparência da linguagem. Ele não procura sentido “único” e “verdadeiro”, mas a relação deste com a ideologia, com o meio social e histórico:

[...] o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é objeto de sua compreensão. Ele procura distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto. Como os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca, assim, compreender os gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos. (ORLANDI, 2001a, p. 27-28)

Orlandi (2005), também destaca que a AD não procura o sentido “verdadeiro”, sentido em sua materialidade lingüística e histórica, como se o sentido estivesse colado no texto, mas compete ao analista explicitar os processos de identificação realizados pela sua análise,

buscando observar a relação do texto com a exterioridade. Orlandi (2005) afirma que interpretação está presente em dois pontos da análise. Isto é:

1. No primeiro momento, precisa-se considerar que a interpretação é parte constituinte do objeto da análise, ou seja, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever essa interpretação do sujeito que é responsável por constituir o sentido submetido à análise.

2. No segundo momento, é necessário entender que não pode existir descrição sem interpretação, sendo assim, o próprio analista está envolvido na interpretação, não sendo neutro. É devido a isso, que é necessário um dispositivo para intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que ele analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação.

Assim, dentre os procedimentos analíticos e o campo teórico da AD pecheutiana, essa pesquisa prioriza cotejar os discursos das mulheres negras militantes, privilegiando os conceitos que ficaram mais salientes nas análises, ou seja, como aparecem as posições-sujeito no discurso militante, como se faz essa realização, que efeitos de sentido estão ali presentificados, em que condições de produção ele se realiza.

Da mesma forma, analisamos as formações discursivas ideológicas em que estão identificados, contra-identificados ou, mesmo, desidentificados, os diferentes sujeitos pesquisados, todos participantes de militâncias no Brasil e nos Estados Unidos, em relação à *FD precursora de mulher negra militante*.

Destacamos também nesta pesquisa o papel da memória discursiva, como ela aparece no discurso militante, como se dá o efeito de sentido provocado pelo acionamento da memória discursiva, de que modo ela significa, pois ela traz aspectos históricos ressignificados dos discursos fundadores Negros Militantes, bem como, elementos do discurso político e do interdiscurso com outras FDs, cabendo ao analista observá-los. Assim, é, pois,

[...] impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção. (PÊCHEUX, 1990, p. 79)

Logo, ao analista cabe questionar a transparência da linguagem, o efeito de evidência e, para isso, precisa considerar a historicidade, vendo-a não como um pano de fundo, mas como constitutiva na produção de sentidos. Compreender a historicidade significa ir além do discurso, ou seja, observar os processos de constituição dos sentidos, desconstruindo as ilusões de clareza e certeza. Para isso, é importante seguir as pistas lingüísticas, traçando percursos que auxiliem na localização de deslocamento e rupturas.

Levando-se em consideração que se trata de uma pesquisa envolvendo seres humanos, está prevista a devolução dos resultados através de palestras para os sujeitos envolvidos no projeto e demais envolvidos.

Daí a relevância do aporte teórico das Ciências Sociais e Análise do Discurso francesa, e de recorrermos a conceitos já desenvolvidos, inserindo alguns termos e esmiuçando outros, como o lugar de fala e a interseccionalidade tão debatida nos dias atuais.

Desse modo, a escuta dos sujeitos mulheres negras militantes, desse universo de pesquisa, deu-se por meio de entrevista, por ser considerada um instrumento privilegiado de coleta de informações devido a:

[...] possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2008, p. 109-110)

Desse modo, elaboramos um roteiro para entrevista contendo quinze questionamentos relacionados à vivência militante desses sujeitos no Brasil ou Estados Unidos.

A análise das entrevistas, após a transcrição dos áudios e posterior seleção do material transcrito, será distribuída em quatro seções, a saber, mídia, moda, literatura e educação, considerando os objetivos inicialmente propostos na pesquisa, de modo que buscaremos compreender os efeitos de sentido produzidos no discurso dos sujeitos analisados, considerando sua inscrição em determinadas formações discursivas e as posições-sujeito que ocupam ao enunciar.

Os questionamentos, aplicados apenas as entrevistas realizadas presencialmente, serão centrados em temáticas sobre a militância, etnia, gênero, raça, discurso, racismo, preconceito racial, preconceito de gênero, movimento negro, o papel da mulher negra e políticas públicas, em um processo de escuta que nos permitiu ampliar e/ou redimensionar o leque de perguntas já elaboradas e anteriormente enviadas ao Comitê de Ética. Tais temas foram estruturados apenas para fins didáticos e metodológicos, o que significa que não iremos nos limitar a análise de determinados elementos quando emergirem em outras seções. Logo, delineado o corpus, partiremos em uma retomada de “[...] conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise [...] ao longo de todo trabalho”. (ORLANDI, 2014, p. 64-65)

Para cada entrevista realizada, far-se-á a análise do discurso do sujeito, levando em consideração os temas de questionamento que descrevemos anteriormente, e que se

encontram dispostos no apêndice I ⁴⁵da nossa tese. Em um primeiro momento, a análise discursiva transcorrerá por meio de uma tabela, na qual se poderá observar a FD precursora de mulher negra militante. É importante compreensão metodológica, pois, analisar-se-á, nesta tese, como os sujeitos atuais, inscritos nesta FD se encontram mulheres negras militantes em relação a essa FD precursora militante negra. Isto é, em identificados, contra-identificados ou desidentificados.

Depois, as quinze perguntas foram analisadas, com base no campo teórico e nos procedimentos analíticos da Análise do Discurso de linha francesa, destacados nessa pesquisa. A saber: ideologia, sujeito, posição-sujeito, condição de produção do discurso, formações discursivas, ideológicas, formações imaginárias, silenciamento e memória discursiva/interdiscurso de mulheres negras militantes no Brasil e nos Estados Unidos.

Será o momento de investigação do modo como a militância (re) significa a/na constituição da identidade do sujeito mulher negra a partir de sua posição e sua ressignificação como mulher negra e militante.

Em meio a cada análise, nos ateremos às marcas discursivas que atravessam cada um dos elementos, bem como as condições de produção em que esses discursos se materializam no momento de atravessamento das FDs na FD dominante, subjetivando o indivíduo mulher negra militante e marcando o seu pertencimento a um grupo.

É sob essa perspectiva que essa pesquisa se alicerça, por meio do campo teórico e dos procedimentos analíticos da Análise do Discurso de linha francesa, que foi sistematizada e defendida, na Europa, por Pêcheux (1997) e, assumida e rediscutida no Brasil, por seus principais representantes. Dentre eles, destacando-se: Orlandi (2005), Indursky (2001) e Brandão (1993).

Após toda essa descrição, é chegado o momento de nos debruçarmos sobre o corpus, foco do próximo capítulo.

⁴⁵ No apêndice I constarão as entrevistas concedidas online, num total de três. Entrevistas que não puderam ser realizadas presencialmente, por causa do período pandêmico.

6 ANÁLISE DISCURSIVA DE SUJEITOS MULHERES NEGRAS MILITANTES

6.1 O sujeito mulher negra militante

Iniciamos esse momento da pesquisa buscando entender o lugar onde o sujeito mulher negra militante ocupam, ou seja, a imagem que elas fazem da própria posição quando falam, no discurso militante no Brasil e nos Estados Unidos. Consideramos que segundo a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, um funcionamento discursivo que nos remete a formações imaginárias é mobilizado. De acordo com Pêcheux (2010) o discurso produzido por um sujeito pressupõe um destinatário que se encontra num lugar determinado na estrutura de uma formação social. Este lugar aparece representado no discurso de formações imaginárias que designam o lugar que o sujeito e o destinatário se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Além disso, abordaremos a presença da ideologia, a constituição do sujeito e posições-sujeito da mulher negra militante. E, para tal procedimento, analisamos o interdiscurso/memória discursiva, as condições de produção do discurso, as formações discursivas, ideológicas e imaginárias em que esses sujeitos se encontram identificados, contra-identificados ou, mesmo, desidentificados da FD precursora de mulher negra militante.

Os nomes dos sujeitos serão expostos nessa análise, uma vez que, as entrevistas foram coletadas online e todas elas circulam na mídia. Teremos dos grupos subdivididos em A e B, visto que o grupo A, se refere aos sujeitos mulheres negras militantes brasileiras e o grupo B, faz menção aos sujeitos mulheres negras americanas, perfazendo, assim, um total de oito sujeitos.

- a. Luiza Brasil, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Taís Araújo.
- b. Alek Wek, Chimamanda Adichie, Angela Davis e Beyoncé.

Trazemos aqui sequências discursivas constituídas de recortes de sessões coletados de sites veiculados nas mídias sociais, assumindo nesta tese a concepção de Orlandi acerca de recorte discursivo. Orlandi (2006, p. 139-140), aponta que “[...] o recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e - situação (...) os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia”. Nessa diretriz, seguem, abaixo, os recortes discursivos constituídos e suas análises:

Sequência discursiva 1

Por que estamos quase inexistentes dentro dos cargos de poder de decisão? A representatividade está muito bem pautada, mas ainda está nos cargos de entrada do mercado de trabalho. As pessoas estão pensando muito em colocar o preto na **publicidade**, mas pouco em colocá-los nos **departamentos de marketing e de pensamento**. Então, a gente precisa ter proporcionalidade para que essa pauta se naturalize e, na verdade, para que o assunto nem vire mais uma pauta, defende (LUIZA BRASIL).

Na SD1, o sujeito mulher negra militante durante o seu discurso, marca bem a sua posição-sujeito negra militante, bem como a formação discursiva de mulher negra militante. Mesmo não citando que é uma militante torna-se possível acionar a memória discursiva e percebemos a sua FD militante ao requerer proporcionalidade do preto nos departamentos de marketing e de pensamento, além do mercado da publicidade, para que haja a neutralidade da diferença de raça, conforme a *sequência discursiva 1*. Vimos que a memória discursiva é acionada para que novos dizeres sejam estabelecidos e é por isso, que ao usar o termo linguístico “inexistente”, aciona novos dizeres, ou seja, funciona como um busca pelo lugar que o negro(a) não tem ocupado ao longo de várias décadas, que é a posição de liderança no mundo da moda, ressoando ecos de memórias discursivas, que marca a sua posição anterior de sujeito na história, e é através dessa retomada de valores e busca pelo espaço representativo, que Luiza Brasil produz, via formações imaginárias, o efeito de sentido de diferenças entre o sujeito branco e o sujeito negro, quanto a sua posição social.

Com isso, é possível observarmos que a interpelação da SD1 em sujeito mulher negra militante ocorre de modo semelhante à interpelação dos sujeitos fundadores desta FD, representada nesta tese através do discurso fundante de Sojourner Truth, ocorrido em 1851, ao trazer em seu discurso questionamentos sobre a invisibilidade da mulher negra, visto que Truth viu mulheres falando sobre mulheres, mas algo naquelas mulheres brancas excluía Sojourner, ela não se via naqueles que se sucediam e quem discursava não a via. Isso nos conduz ao fato de que o sujeito fala de um lugar de memórias, segundo aponta Zoppi-Fontana (2014).

É visto que as interpelações de Luiza Brasil em sujeito negra militante se dá de modo semelhante à interpelação dos sujeitos fundadores da Movimentos das Mulheres Negras nos Estados Unidos, datado a partir do discurso de Truth (1851), que fez enunciar, ao dizer: “Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me

cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?”

Assim, através das formações imaginárias, Luiza mobiliza o mecanismo da antecipação e faz circular para o seu ouvinte, representações sobre a invisibilidade e representatividade da mulher negra, pois de acordo com Orlandi (2005), através do mecanismo de antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário “estamos quase inexistentes” e, dessa maneira, pode prever o efeito de suas palavras. O que corrobora com o fato de que a posição ocupada pela influencer, considerada o sujeito falante é inerente ao seu dizer.

Sequência Discursiva 2

uma das fadas sensatas que mais tenho acompanhado entre as intelectuais contemporâneas é Joice Berth (@joiceberth). Em suas redes, a arquiteta e escritora dá aula sobre proporcionalidade e argumenta os motivos de a representatividade só se fazer valer se for proporcional. “Uma pessoa negra não pode representar um grupo inteiro. Existe diversidade dentro da diversidade. É raro eu me sentir representada por figuras negras de notoriedade nas mídias, porque a maioria teve sua imagem distorcida para atender à narrativa da meritocracia, que elimina a humanidade e a originalidade dessas pessoas”, diz Joice (LUIZA BRASIL).

Assumimos nesta tese, em relação à memória discursiva/intradiscurso, os postulados teóricos defendidos por Orlandi, que aponta em todas as suas obras a memória discursiva como sinônimo de interdiscurso, e é dessa forma que o discurso produzido por Luiza é marcado pela presença do discurso negro militante, o discurso negro militante (ideal) e da interdiscursividade presente no discurso de Joice Berth, quando a influencer diz ser difícil uma pessoa negra representar um grupo inteiro, entretanto, cita Joice Berth como sendo aquela que a influencia ao citá-la em seu discurso, mesmo quando sugere que dentre as intelectuais contemporâneas, ela não sente representada por figuras negras de notoriedade nas mídias, mas mesmo assim, ela aponta Joice como a que representa o discurso verdadeiro, o ideal.

Podemos apontar na SD2 que o interdiscurso militante negro reconstrói o já-dito e nele se inscreve um novo dizer, um outro acontecimento discursivo e partir da memória discursiva

das militantes antigas, como Berth. Então, ao citar sua experiência pessoal sobre a militância negra, Luiza faz, via memória discursiva, ressoar ecos desses eventos militantes.

Daí relembarmos o que nos aponta Courtine (2009, 2017) ao trazer que para a AD o conceito de memória discursiva, a partir do conceito foucaultiano de *domínio de memória*. Courtine e Mirandim (1981) ressalta que *há sempre já um discurso*, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciator. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores, sendo ela quem possibilita perceber, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem ressignificados. Logo, a memória é armazenada com os acontecimentos discursivos vividos e agregados aos movimentos negros, racismo, gênero e (re) atualizada a partir de novos dizeres, a mobilização de novos conceitos.

Devemos considerar, contudo, que Luiza, de fato, não resiste ao discurso das mulheres negras militantes ao ser interpelada, mas resiste a discursos outros que qualifiquem o que ela denomina de “à narrativa da meritocracia, que elimina a humanidade e a originalidade dessas pessoas”.

Sendo assim, como sujeito do discurso interpelado pela ideologia negra militante, a influencer precisa ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras. Esse tipo de funcionamento subjetivo é visto por Pêcheux (2009) como resistência. Logo, Luiza não resiste ao discurso negro militante, mas resiste a outros discursos que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD, ou os negam, por exemplo, voltando-se para o discurso meritocrático, ou qualquer outro que desconstrua os preceitos abordados pelas mulheres negras militantes e seus movimentos.

Sequência discursiva 3

Não dá para falar em proporcionalidade se não puxarmos outro conceito importantíssimo que é o da equidade. Dentro do universo corporativo, tenho acompanhado cada vez mais o trabalho de consultorias como a *Empregue Afro* (@empregueafro) e a *Indique Uma Preta* (@indiqueumapreta), que mais do que importantes redes de apoio e empregabilidade são agentes transformadores dentro da cultura empresarial, desenvolvendo o real senso igualitário nesses espaços. Invista sua energia, tempo e carteira nessas iniciativas. Afinal, se representatividade importa, proporcionalidade humaniza (LUIZA BRASIL).

Nessa sequência, o discurso carrega em si uma noção binária ou dicotômica: estabelecendo o discurso do “eu” e do “nós”, fortemente marcado como uma construção territorial social, uma espécie de espaço que cada um pode ou não ocupar na sociedade dual. Querem fazer valer esse discurso. É o que evidenciamos no discurso em foco, no que trata o ramo da mulher negra na moda, ao apontarmos as marcas linguísticas, tais como

“proporcionalidade” e “igualitário”. É perceptível, nesta cadeia discursiva, a utilização de estratégias que privilegiam diferenças que estabelecem um padrão, numa tentativa de normalizar os tipos sociais, o sujeito contemporâneo. O discurso em voga colabora para a existência de uma identidade padronizada. Ao dominar falar sobre proporcionalidade e igualdade, pressupõe-se a existência da alternativa: desproporcionalidade e desigualdade. E no imaginário dos sujeitos sociais a quem se atribuiria essa desproporcionalidade e desigualdade? A resposta é óbvia, não só pela construção atual, mas pelas construções histórico-ideológicas de nossas raízes culturais.

O discurso é sempre sutil, praticamente silenciado por fatores histórico-social e cultural. Dentro desta conjuntura, Orlandi (1993, p. 15) aponta que:

Esse laço, assim compreendido, nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus conteúdos, mas falar *com* elas. Se assim podemos passar das palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora), fazemos ainda outra passagem mais radical, passando das palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” -, que o silêncio faz sua entrada. O não um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação. Desse modo é que se pode considerar que todo discurso já é uma fala com outras palavras, através de outras palavras.

Com esse discurso, as identidades vão se construindo em torno do que os discursos da beleza e estética pressupõem como normal. É preciso ressaltar que estas inferências acerca do normal também são possibilitadas por outra leitura, como apontam as discussões sobre os discursos da moda e o lugar da mulher negra nesse espaço. Geralmente há um aparecimento midiático frequente de uma das partes, o branco, quase como exclusividade do discurso imagético cultural. Assim sendo, se um dos sujeitos possui uma coercitividade que impele seu aparecimento como imagem predominante, torna-se normal, natural, corriqueiro; por seu turno, o contraponto passa desproporcional e desigual, que são adjetivações construídas, marcadas, pelas circunstâncias do aparecimento discursivo. Contudo, devemos considerar que um dos principais agravantes dessa cadeia discursiva é a tentativa de fixação de uma identidade como norma, por ser normalizado um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Isto porque normalizar é privilegiar, é deixar um à margem e outro no topo, é atribuir à marca da positividade a um e ao outro da negatividade. Ao parafrasearmos Silva *et al.* (2014), é possível entender que a identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a

identidade. Os efeitos de sentido da constituição do proporcional e igual ressoam no desproporcional e desigual, um existe para que a construção do outro ganhe vida, seja suscitado e ratificado pela sociedade. As estratégias parecem evidenciar práticas discursivas, discursos pós-modernos.

Entretanto, os discursos da moda que apelam para um padrão, em especial o do branqueamento, não são novidades do século XXI, o que nos leva a entender a partir da consideração pecheutiana quanto ao “discurso-outro” porque qualquer identificação nunca é plena (não sendo jamais “qualquer”), porque há deslizamentos, derivas (localizáveis, determináveis), e por que há injunção à interpretação, em todos os espaços sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos. Eis a passagem desse texto de Pêcheux que se tornou clássica, com justiça:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento nos eu espaço. (PÊCHEUX, 1997, p. 56)

Ou seja, quando Luiza interpela “*que mais do que importantes redes de apoio e empregabilidade são agentes transformadores dentro da cultura empresarial, desenvolvendo o real senso igualitário nesses espaços*”, consideramos que o discurso é efeito e trabalho, trabalho e efeito. Captura e deslocamento, filiação e militância. Esse duplo estatuto merece ser aprofundado nos estudos da discursividade, de modo a que a transformação não seja única e exclusivamente vista como um efeito, resultado de uma falha, de um acidente ou do desenvolvimento inexorável das forças produtivas. Podemos, inclusive, retornar uma das conceituações célebres de Pêcheux e dizer que o discurso também é trabalho de interlocutores sobre o sentido em uma conjuntura dada de uma determinada formação social.

Daí, verificamos que a Luiza Brasil se posiciona como mulher negra militante, pelas formações imaginárias, atravessadas pela ideologia, advinda desse lugar social que ocupa, e que aciona sempre a memória discursiva para significar, por meio da heterogeneidade discursiva na relação constitutiva, sempre estabelecida pelas mulheres negras militantes para com as FDs das negras militantes.

Não obstante, de acordo com o que já fora exposto, Luiza Brasil demonstra em sua posição-sujeito de mulher negra militante, uma identificação com a formação discursiva fundante abordada nesta tese, que é a luta pela ocupação igualitária do espaço que é devido à

todos, havendo uma identificação com os saberes presentes na formação discursiva precursora de mulher negra militante, apresentada nesta tese.

Na análise seguinte, abordaremos como se dará a interpelação das sequências discursivas de Alek Wek, refugiada, modelo, empresária e ativista que já embelezou dezenas de passarelas disputadíssimas e as páginas das revistas de moda mais glamorosas, em sujeito negro militante.

Sequência Discursiva 4

A busca pela nossa própria identidade passará sempre também pelas nossas raízes e pela nossa origem. A identidade é muito mais do que os elementos básicos que nos definem à nascença, como o gênero ou a cor da pele. E mesmo nestes pontos nem tudo é inato. Embora, obviamente, o ambiente social não determine o sexo, determina o seu significado. Nascer menina em Cabul não é o mesmo que nascer em Lisboa; a condição de ser mulher, como qualquer outro fator na identidade de alguém, é experimentada de forma diferente nos dois lugares. E o mesmo se passa com a cor da pele. Nascer negro em Lagos, Pretória ou Luanda não é o mesmo que nascer em Nova Iorque. O lugar onde nascemos ditará sempre parte da nossa identidade, que se constrói e entrecruza, inevitavelmente, com a nossa origem genética, que nos imprime as características físicas com que podemos nascer e crescer em geografias tão distintas quanto as diferenças socioeconômicas e emocionais, que nos tornam pessoas únicas, a ocupar o nosso lugar ímpar no mundo (ALEK WEK).

Mesmo estando inserida em outras condições de produção do discurso, mas com efeito de semelhança a Luiza Brasil, a interpelação de Alek Wek em sujeito negra militante, nos Estados Unidos, também apresenta uma injunção pela voz militante. A SD4 nos mostra pistas linguísticas que este posicionamento, tais como: “raízes”, “origem”, “identidade”, e expressões como “O lugar onde nascemos ditará sempre parte da nossa identidade”. Através dessas pistas linguísticas e expressão, recorreremos à algo dito noutra lugar, acerca da busca pela identidade, mesmo estando vivendo em outro país, Alek afirma que “a nossa identidade se constrói e entrecruza, inevitavelmente, com a nossa origem genética, que nos imprime as características físicas com que podemos nascer...”, vimos que há uma historicidade de quem é a mulher negra na história.

É preciso pontuar que os efeitos de sentido produzidos por Luiza Brasil e Alek Wek, ao serem interpeladas em sujeitos negros militantes, só se dão, porque ambas se inscrevem como identificadas a essa formação discursiva negro militante, enunciada por elas, pois de acordo com Indursky (2007, p. 79), “[...] é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso”. Nesse viés exposto, tanto Luiza, quanto Alek funcionam discursivamente nos seus enunciados produzidos, dominados

pela formação discursiva negro militante a qual estão inscritas. Pêcheux (2014, p. 161) afirma que “[...] os indivíduos são interpelados em sujeito de um discurso pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Assim, Luiza e Alek têm suas identificações nessa FD negro militantes, como sujeitos ativos, críticos e direcionados pela voz militante para ocuparem uma posição social de militantes negras, inseridas nessa mesma FD militante e identificadas à FD precursora de mulheres negras militantes. (Compreender as formas de opressão que recaem sobre as mulheres negras e como estas se articulam entre si tornando a condição destas mulheres específica; grande ênfase na identidade social da mulher negra, que pode ser centrais na convivência social, visto que a depender do local e da época, os sujeitos são construídos a partir de uma série de disputas de significados e busca pela identidade social respeitada em sua integralidade). Nesse ponto, Luiza é interpelada pelo discurso negro militante na área da moda, por meio da busca pela ocupação de seu lugar no mundo da moda - construção da identidade⁴⁶, enquanto Alek também tem a sua interpelação na voz militante, por meio da “identidade” e, ainda sua “experiência emocional” num momento de repatriação.

Percebemos que apesar dos discursos serem construídos parafraseando o vivido (ouvido, lido, aprendido, intuído e percebido, dentre outras ações), em alguns momentos consegue-se realizar uma ruptura e experimentar um sentido novo no dito cotidiano. E é nesse jogo que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos e significam ao mundo e a si mesmo. Ou seja, tanto os discursos da Luiza Brasil, quanto o de Alex Wek se movimentam em busca de uma construção da própria identidade através daquilo que elas representam.

Observemos na SD2 as construções simbólicas que são adquiridas como sendo próprias dos sujeitos, quando se inclui a expressão “*Nascer menina em Cabul não é o mesmo que nascer em Lisboa*”, ativa-se a representação de desprivilegio, racismo, dificuldades, de

⁴⁶ Trabalhos desenvolvidos nos estudos lacanianos com a psicanálise que Woodward (2014) deposita grande parte dos avanços sobre os estudos teóricos acerca da identidade e da subjetividade, afirmando que o início das construções da identidade do sujeito ocorre no momento exato de sua inserção na linguagem – quando ele se reconhece como diferente de sua mãe, a partir da ação do pai³⁸. É na falta do elo com a mãe, e no desejo de reestabelecer essa unidade, que se iniciam os processos de identificação, de constituição da identidade e do inconsciente do sujeito.

Segundo Filgueiras (2019, p. 112-113) construção da identidade é um processo contínuo e conjunto entre fatores socioculturais e a ação do inconsciente, cabendo-lhe, a explicação das razões pelas quais investimos e ocupamos certas posições de sujeitos. É a partir dele (do inconsciente), como enfatiza Woodward, que ocorre o processo de reconhecimento da diferença sexual, a partir da ação do pai (phallus – o primeiro significante), e da afirmação da identidade de gênero como “[...] uma construção simbólica da diferença e da identidade sexuada” (WOODWARD, 2014, p. 66). Na falta da mãe, a criança encontra, no simbólico (em sua entrada na linguagem), os elementos que dão sustentação à constituição de sua identidade.

toda uma história que foi vivida pela modelo, situação esta, presente no processo de construção simbólica como um interdiscurso que substitui, de maneira compacta, uma longa explicação e detalhamento de uma situação real de luta constante e superação.

Sequência Discursiva 5

Fiz amigos maravilhosos na moda, formei uma nova família, de pessoas que não me julgaram e enxergaram além da minha cor de pele. Sou grata por isso.” Ela tem consciência de quão inspiradora pode ser a sua trajetória para as novas gerações de mulheres, modelos ou não. “Não tenho uma cor, tenho uma voz. Fazemos parte da mesma humanidade, isso é mais valioso que um vestido glamoroso. É sobre ter orgulho de quem somos e do que representamos, especialmente os negros (ALEK WEK).

Identificada a FD negra militante na moda, Alek enuncia, na sequência discursiva “Fiz amigos maravilhosos na moda, formei uma nova família, de pessoas que não me julgaram e enxergaram além da minha cor de pele”. Do exposto, é através do histórico que o discurso materializa o ideológico, funcionando como unidade de sentido em relação à situação. Dessa forma, a ideologia de mulher negra se materializa no discurso de Wek sob o efeito de sentido de naturalidade, da evidência de que ela foi aceita, em um ambiente onde as mulheres negras são tidas como minoria. Agora, já pertencente ao universo da moda, a modelo conta como foi a sua experiência (formei uma nova família, de pessoas que não me julgaram e enxergaram além da minha cor de pele) e que acredita que o seu discurso pode ser usado em prol de uma luta social. Contudo, o sujeito ainda assume a posição sujeito de mulher negra ativista (Ela tem consciência de quão inspiradora pode ser a sua trajetória para as novas gerações de mulheres, modelos ou não). Desse modo, ela acredita que o seu discurso produz o efeito de atravessamento de sua condição mulher negra na moda, ao dizer que “*Não tenho uma cor, tenho uma voz. Fazemos parte da mesma humanidade, isso é mais valioso que um vestido glamoroso. É sobre ter orgulho de quem somos e do que representamos, especialmente os negros*”, permanecendo assim, identificada a FD mulher negra, tal qual Luiza Brasil.

O discurso apresentado por Alek Wek, também produz um efeito de semelhança com o discurso de Luiza Brasil, bem como, mostra-se identificado à formação discursiva precursora de negra militante, por ser marcado pela interdiscursividade militante, pelo acionamento frequente das lutas históricas, ou de mulheres negras que se destacaram durante a história por lutar pela causa negro militante, por meio da heterogeneidade discursiva, conforme se pode observar em seu enunciado seguinte: “*A viagem de descoberta, que por diversas razões tenho adiado, ao lugar onde parte de mim teve origem está na minha bucket*

list, onde quero ter o tempo para me perder a descobrir as minhas memórias, muito mais do que genéticas, que herdo das histórias de família e nas imagens desfocadas em tom sépia que guardo nos álbuns fotográficos antigos, e poder passá-las da mesma forma à minha filha como a herança e o legado preciosos que fazem da sua própria identidade”.

Do exposto, o termo linguístico “fazemos”, usado por Alek, mostra a importância da exterioridade, que segundo Authier-Revuz (1990, 2004), é sempre constitutiva de todo dizer. Logo, a exterioridade marca o funcionamento da ideologia no discurso produzido por Alek, pois é a ideologia que naturaliza os sentidos e promove um efeito de verdade, de evidência, para os sujeitos inseridos na FD negra militante. Assim, pela via da memória discursiva, esse termo linguístico assume concepção de inclusão, pois nessa FD, os saberes acerca do movimento negro militante, naturalizado pela ideologia negra militante. É nesse modo de funcionar que Pêcheux (2014, p. 146) afirma que “[...] é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., [...]”.

Ao mencionar não ter sido julgada em seu discurso “[...] enxergaram além da minha pele” é possível apontarmos que a cor da pele carrega um pré-construído que reverbera efeitos de sentido sobre a marginalização de mulheres negras. Esta construção discursiva se dá como resposta a uma afirmação anterior que se encontra na rede de possibilidades do pré-construído sobre o racismo, antecipando o sentido-lá na produção do efeito de exterioridade, como nos fala Orlandi (1987).

A autora nos fala que esse jogo argumentativo é derivado das posições sujeito assumidas nos discursos e a produção dos argumentos se dá através do “efeito de ilusão subjetiva” efetivada pelas evidências de sentidos, como produtos dos discursos historicamente determinados (ORLANDI, 1987).

De acordo com Silva (2019) ao observarmos de forma diferente, a ideologia se constitui materializada no discurso como o mecanismo que naturaliza sentidos para o sujeito, tornando-os evidentes, óbvios e naturais, produzindo evidências de que os sentidos desde sempre estão lá, por isso, Alek ao enunciar para os seus locutores nesta sequência: “Fazemos parte da mesma humanidade, isso é mais valioso que um vestido glamoroso. É sobre ter orgulho de quem somos e do que representamos, especialmente os negros”, marca a superfície textual com o termo verbal “fazemos”. Aqui, pergunta-se, fazemos o quê? Quem faz? As mulheres negras interpeladas pelo trabalho da ideologia.

Ainda é conveniente pontuarmos que a concepção de “fazer parte”, “integralidade”, “identidade” se constitui em Alek, como um já dito, marcado pelo esquecimento, como algo falado anteriormente, nessa construção imagética imersa em lutas, e que buscam atuações sociais (o grande outro).

Sendo assim, vimos que tanto Luiza, quanto Alek se mostram na busca incessante por esta completude, pelo preenchimento dos espaços sociais, que guia os seus passos para uma tomada de posição-sujeito (expandirem os seus discursos). Assim, em Luiza, vemos: “Então, a gente precisa ter proporcionalidade para que essa pauta se naturalize e, na verdade, para que o assunto nem vire mais uma pauta”. E em Alek, também observamos a busca pela completude e pelo preenchimento dos espaços sociais.

Sequência Discursiva 6

Nós temos muitos problemas na Nigéria, mas o racismo que é baseado na cor da pele, nós não temos. Até eu vir para os Estados Unidos, eu não pensava em mim como uma mulher negra. Porque eu não tinha que pensar sobre mim dessa maneira.

Mas quando cheguei aos EUA, isso veio como algo enorme para mim. A coisa interessante sobre o racismo aqui é que ele não se manifesta da forma dramática como é colocado nos filmes antes dos anos 1960. Agora, ele é muito sutil, às vezes ele acontece e você não se dá conta.

Pelo fato de ser negra, houve muitas conclusões prontas a meu respeito, sobre minha capacidade, por exemplo - quando o professor ficou surpreso quando escrevi o melhor trabalho da sala. E ele ficou surpreso porque sou negra, ele não esperava que o melhor trabalho fosse vir de uma pessoa negra.

Há outras coisas sutis, como entrar em uma loja de coisas caras e se deparar com as pessoas olhando para você de uma forma diferente. E isso acontece porque você é negro e porque eles provavelmente estão pensando que você não pertence a esse lugar ou que você vai roubar algo.

Ao tratar sobre o fato de ter sofrido algum tipo de preconceito racial, a escritora aponta que em seu país de origem ela não havia sofrido nenhum tipo de racismo, visto que todos eram da mesma raça e não se enxergavam como diferente (CHIMAMANDA ADICHIE).

Ao iniciar o seu discurso referente ao racismo na Nigéria, no tocante ao exposto “Nós temos muitos problemas na Nigéria, mas o racismo que é baseado na cor da pele, nós não temos. Até eu vir para os Estados Unidos, eu não pensava em mim como uma mulher negra. Porque eu não tinha que pensar sobre mim dessa maneira”, passamos a observar à heterogeneidade das formações discursivas, produzido nesta sequência do enunciado.

Vemos que por meio do discurso produzido por Adichie, enquanto ela morava na Nigéria, que, embora ela seja interpelada para se inscrever numa FD negra militante, os saberes que circulam nessa formação discursiva e ideológica, que lhe afetam na interpelação

apontam para algumas diferenças dos saberes que tocam Luiza e Alek, assujeitados à FD negro militantes, desde o início.

No tocante a esse exposto, enquanto Luiza e Alek são assujeitadas ao discurso que envolve a raça desde a sua infância “— Mas não fui uma menina que viveu isso e quis se enquadrar em algum padrão. Com 5 anos, via minha mãe de trança rastafári e queria fazer igual. Alisar o cabelo não era a minha onda. Ter sido essa criança me deu muita inspiração — comenta a jovem, que viu essa consciência se fortalecer ao frequentar, nos anos 1990, o salão Afro Dai com a mãe. — Era um lugar muito tradicional, que atendia a personalidades como Zezé Motta. Mas, sobretudo, era um reduto político e de acolhimento”, reporta Luiza Brasil neste enunciado; enquanto Alek Wek retrata que “Nascer menina em Cabul não é o mesmo que nascer em Lisboa; a condição de ser mulher, como qualquer outro fator na identidade de alguém, é experimentada de forma diferente nos dois lugares. E o mesmo se passa com a cor da pele. Nascer negro em Lagos, Pretória ou Luanda não é o mesmo que nascer em Nova Iorque”. Enquanto a interpelação inicial de Chimamanda se dá, de acordo com o início de sua infância por uma voz que não é atravessada pelo discurso racista ao falar que até ter chegado nos Estados Unidos ela não via o racismo baseado na cor da pele, nem pensava no fato de ser uma mulher negra, ou seja, em Nigéria todas as mulheres, por pertencerem a uma só raça, não viam diferença entre si, e por isso, talvez o racismo pela cor da pele seja não seja sentido, nem vivido, como nos Estados Unidos.

Nesse viés, convém mostrarmos que a presença da alteridade no interior da formação discursiva negro militante é marcada pelo próprio termo que identifica as mulheres negras militantes. É desse modo que as suas ramificações são mantidas pelo próprio nome, até mesmo em seus movimentos “Movimento Negro Militante”, que aponta para uma rede de memórias (discurso fundante, formação discursiva das mulheres negras militantes, busca pela própria identidade, luta envolvente das mulheres pela equidade quanto a raça, gênero e cultura), mas, o segundo termos linguístico acrescentado na sequência discursiva abaixo, acrescentado ao termos feminista, por Chimamanda, marcar o deslizamento de sentidos para o novo, o diferente, presente entre o movimento feminista sustentado por Luiza e Alek e o novo movimento feminista, dentro do âmbito negro militante, trazido por Chimamanda. Logo, o nome *ramificações*, presente nesta etapa, marca a presença do outro. Isto é, da alteridade constitutiva em todo o dizer, defendida por Authier-Révuz (2004) e retomada por Pêcheux (1997).

Sequência Discursiva 7

“I decided I would now call myself a Happy African Feminist. Then a dear friend told me that calling myself a feminist meant that I hated men. So I decided I would now be a Happy African Feminist Who Does Not Hate Men. At some point I was a Happy African Feminist Who Does Not Hate Men and Who Likes to Wear Lip Gloss and High Heels for Herself and Not For Men.” (CHIMAMANDA, 2017)⁴⁷

Do expostos, as militantes Luiza e Alek estão identificadas como mulheres negras militantes, contudo, ao mesmo tempo que o termo ramificações, também trabalhado e apontado por Silva (2019), é o resultado de uma rede de memórias, onde formulações anteriores são retomadas e o acréscimo de novos conceitos, como a forma de pensar o feminismo, são acrescidos ao primeiro, o que aponta para uma possibilidade de atualização, ou seja, para novas discursivizações a partir do diferente no interior da formação discursiva negro militante.

Ao focarmos sobre a alteridade, marcada pela diferença no interior da formação discursiva negra militante, ao que tange o feminismo, torna-se interessante ressaltarmos que na interpelação em sujeito negro militante, enquanto Luiza Brasil marca os lugares sociais pela tomada da posição-sujeito em “negra militante”, que luta para equiparar as diferenças raciais e de gênero, dentro do âmbito moda no mercado de trabalho, bem como a modelo Alek. Chimamanda, por outro lado, marca a tomada de posição-sujeito como “feminista feliz”, quebrando os estereótipos que cercam o Movimento Feminista e o conceito de ser feminista dentro desse âmbito. Ser feminista para Adichie, não implica o ser uma pessoa infeliz, que odeia homens e a posição em que eles se encontram, que se este bem para agradar os homens. O feminismo para Adichie se insere numa perspectiva de valorização de homens e mulheres. Ser feminista, nessa perspectiva, não é ser igual, do ponto de vista da aparência, mas do ponto de vista da diferença. “*My own definition is a feminist is a man or a woman who says, yes, there’s a problem with gender as it is today and we must fix it, we must do better. All of us, women and men, must do better.*”(The Guardian, 2014)⁴⁸. É desse modo que, ao migrar de posição-sujeito, pela interpelação ideológica, que de acordo com Mussalim e

⁴⁷ SILVA, A. F. **Chimamanda voz do feminismo critica o racismo e defende homens feministas**. Porto Alegre: Marie Claire, 2017. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/07/chimamanda-voz-do-feminismo-critica-o-racismo-e-defende-homens-feministas.html>. Acesso em: 23 set. 2018.

⁴⁸ ADICHIE, C. N. **Chimamanda Ngozi Adichie: 'Decidi me chamar de uma feminista feliz!**. Londres, The Guardian, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2014/oct/17/chimamanda-ngozi-adichie-extract-we-should-all-be-feminists>. Acesso em: 15 set. 2019.

Bentes (2003, p. 133): “[...] o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo”.

Ao considerarmos as modalidades discursivas de funcionamento subjetivo podemos observar que Luiza e Alek produzem efeitos de sentido iguais, por meio da imagem dos seus próprios lugares sociais (em busca de uma posição-sujeito no mundo da moda) e do lugar do outro (Não tenho uma cor, tenho uma voz. Fazemos parte da mesma humanidade, isso é mais valioso que um vestido glamoroso. É sobre ter orgulho de quem somos e do que representamos, especialmente os negros). É desse modo que Luiza e Alek promovem a migração de sentidos, ao migrar também para a formação discursiva de não militante, para militante. Então, percebemos que determinados saberes são movidos por uns e silenciados por outros. Isso se dá, porque de acordo com Orlandi (2007b, p.73), “[...] ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis”. Assim, “[...] todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzidas um silêncio sobre os outros sentidos”.

Nessa compreensão exposta por Orlandi (2007b), é possível percebermos, que recortes discursivos analisados até aqui, que enquanto Alek e Luiz mostram-se identificados aos saberes presentes na FD precursora de mulher negra militante, mesmo tendo Alek vivenciado esta experiência após a sua chegada aos Estados Unidos, Chimamanda demonstra trazer para o interior dessa FD, saberes advindos de outro lugar, de outras formações discursivas. Aqui, é preciso retomar os autores clássicos de Ciências Sociais e mostrar que:

[...] esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2001, p. 2)

Assim, não há de se falar em um perfil único de mulher, porque as identidades sociais das mulheres são complexas e possuem diversas características que, muitas vezes se contrapõem ou intensificam a experiência enquanto grupo oprimido, por isso, durante muito tempo, considerou-se a luta contra o machismo, pensou-se também na luta conjunta contra o racismo, segundo aponta Carneiro ao narrar a importância da construção feminista negra, dessa forma, a percepção da diferença levou as mulheres negras, após muitas tensões entre

suas demandas e as demandas hegemônicas dos movimentos, se auto organizarem para lutar por seus próprios direitos.

Seguindo esta mesma visão, temos Lélia Gonzalez. Conforme Gonzalez é possível perceber, teve uma atuação importante nos movimentos feministas nas décadas de 1970 e 1980, por ter colocado no centro das discussões as condições e lutas das mulheres negras. Foi uma crítica do movimento feminista branco:

[...] criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando. (ENTREVISTA, 1991, p. 8-9)

Os movimentos das mulheres negras têm um caráter contra-hegemônico (VELASCO, 2019). Entre as críticas dirigidas por Lélia Gonzalez (2003) ao feminismo representado pelas mulheres brancas de classe média está o fato de as análises dessas “sobre as desigualdades não apontarem para a dimensão racial das mesmas”. Esse posicionamento, segundo ela, ainda estava arraigado ao “mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento”.

Ou seja, o discurso de Chimamanda aciona dizeres, ao defender o feminismo feliz, bem como ao fato de todos serem feministas, ao fato de que as mulheres negras denominadas feministas não são “felizes”, o que leva a requerermos outros estereótipos sobre o movimento feminista e as feministas, segundo aponta Chimamanda, reiterando, assim, a posição sujeito mulher feminista, conforme vemos abaixo:

Você é feminista se reconhece que mulheres ainda não são iguais aos homens pelo mundo e você é feminista se você quer fazer algo para melhorar isso. Você pode mudar as mulheres o quanto quiser. Se homens não mudarem, nada muda. Porque nós compartilhamos o mundo. Eu penso no feminismo como um movimento de justiça. Eu o comparo a termos como, por exemplo, antirracismo. Eu não acho que só pessoas negras deveriam ser antirracistas. Aliás, devo dizer que não são só pessoas negras que sofrem racismo: latinos sofrem, asiáticos sofrem, indígenas sofrem. Falo sobre negros porque sou negra e é o que conheço melhor. Em termos de luta contra o racismo, eu não acho que só aqueles que sofrem de racismo deveriam ser contra ele. Qualquer ser humano que se importe com justiça deve ser contra o racismo. E é a mesma coisa com o feminismo. Então, homens devem ser pró-feminismo porque, no fundo, feminismo é sobre justiça e todos nós deveríamos querer viver num mundo justo. Quero viver num mundo onde eu não sinta que um grupo particular está sendo oprimido simplesmente por sua identidade. Nesse sentido, homens, sem dúvida, devem ser feministas. Homens também devem ser feministas porque homens escutam outros homens. Então, precisamos de homens feministas para fazer com que

homens que não são feministas se tornem feministas. (CHIMAMANDA, 2017, p. 01)

Esses saberes expostos se mostram presentes na produção do discurso, aqui, analisado, de Chimamanda Adichie, e nos aponta que o que está sendo colocado é, em primeiro lugar, que a “mulher” é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das mulheres se fundamentam, o que corrobora para o fato de que as análises e políticas feministas não podem estar engajadas a menos que se assumam uma posição “como mulher”, “negra” e “militante”, categorias, estas, utilizadas para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes, e corrobora para que entendamos que de acordo com as formações histórico-discursivas, a história de uma categoria deve ser compreendida à luz da história de várias outras categorias (classe, raça, etnia, sexualidade, nação, entre outras).

Dessa forma, o discurso analisado de Adichie nos mostra a formação discursiva negra militante invadida por saberes provenientes de outras formações discursivas, com o discurso das características das feministas brancas, que migra da formação discursivas das Feministas, por meio da porosidade que toda FD possui, para o interior da formação discursiva negra. Assim, o Feminismo Feliz, que não era um saber pertencente ao feminismo negro, passa a circular como o outro (o diferente), no interior dessa FD, como se pode observar nos enunciados produzidos por Adichie, ao dizer que se decidiu pelo feminismo feliz porque não odeia homens e que gosta de usar batom e salto, mas não por causa dos homens.

A partir da circulação dos saberes provenientes do Feminismo Feliz, presentes na formação discursiva abordada por Adichie, na produção do seu discurso, para o interior da FD negro militante, a literária marca o primado do outro sobre o mesmo e se posiciona como um sujeito desidentificados à FD precursora de mulher negra militante, atestando a porosidade das FDS que atravessam o discurso desse sujeito, de maneira que, em um determinado momento, ele pode, mediante o trabalho da ideologia, se desidentificar a FD que denominava seu discurso e se filiar a outra FD. Além disso, vimos aqui, que esses saberes são silenciados, interditados, para não circularem. Já o discurso apresentado por Luiza e Alek fazem ressoar saberes da memória do dizer negro militante já analisados conforme a FD precursora de mulheres negras militantes. Devemos contudo, considerar que não é possível considerar-se a formação discursiva como “[...] um espaço estrutural fechado, já que ela é constitutivamente ‘invadida’ por elementos provenientes de outros lugares (i.e., de outras formações discursivas) que nela se repetem”, afirma Pêcheux (2014, p. 297).

Por este fator que no discurso produzido por Adichie os sentidos filiados a partir do Feminismo Feliz e que invadem a formação discursiva negro militante no âmbito feminista, são atravessados pela fala do outro e, portanto, produzidos entre uma atualidade e uma memória, marcando no interior da FD negro militante, o caráter heterogêneo, pelo surgimento de novos sítios de significância dentro dessa FD.

Partimos de discurso fundador como “aquele que instaura a possibilidade de novos discursos, ou seja, aquele que cria novos “sítios de significância” (ORLANDI, 1993), e é nesse apontamento teórico, que Adichie está inserida, não pelas situações objetivamente definíveis, mas sim, pelas posições-sujeito ocupada por ela, pelas representações das situações analisadas.

Voltemos, contudo a análise de mais um sujeito, que de modo semelhante, funciona como os discursos de Luiza e Alek, observemos a próxima sequência discursiva.

Sequência Discursiva 8

Acho que escrevendo, contando essas histórias. Eu já tive oportunidade de cruzar com vários escritores brasileiros em eventos literários e poucos desses escritores me cumprimentam. E são meus pares. O prêmio Jabuti parece que me legitimou entre os autores. Alguns são gentis, independentemente de qualquer coisa, mas há outros que só passaram a me olhar depois do prêmio Jabuti. Por uma questão de racismo mesmo. De duvidar que uma mulher negra possa produzir literatura e possa estar no mesmo patamar que ele. E é um racismo que está na estrutura da sociedade brasileira. Há poucos negros no alto escalão da política brasileira, poucos negros dirigindo empresas, poucos negros no alto escalão do Exército. Há lugares que parece que são destinados para os sujeitos brancos. Nós, negros, acabamos sendo minoria quando chegamos a esses lugares (CONCEIÇÃO EVARISTO)

Na sequência discursiva 8, analisaremos como sujeito e sentido se constituem de maneira mútua pelo discurso (lugar de materialização ideológica). Destacamos, portanto o lugar social, do qual a escritora Conceição Evaristo se insere para enunciar, a partir da posição-sujeito de escritora, percebida através do discurso produzido por ela, e que é trazido, como o discurso outro, no discurso de Evaristo. A posição-sujeito de escritora, percebida através do discurso produzido por ela, nos leva mais uma vez a pontuarmos que a concepção de “fazer parte”, “integralidade”, “identidade” se constitui em Evaristo, como um já dito, marcado pelo esquecimento, como algo falado anteriormente, nessa construção imagética imersa em lutas, e que buscam atuações sociais (o grande outro).

Sendo assim, vimos que tanto Luiza, quanto Alek e Evaristo se mostram na busca incessante por esta completude, pelo preenchimento dos espaços sociais, que guia os seus passos para uma tomada de posição-sujeito (expandirem os seus discursos).

Ao considerarmos à interpelação de Conceição Evaristo, em sujeito inscrito na FD negro militante, torna-se pertinente mostrar como se dá o funcionamento da ideologia presente na produção do seu discurso. Como podemos observar nessa sequência discursiva: “O prêmio Jabuti parece que me legitimou entre os autores. Alguns são gentis, independentemente de qualquer coisa, mas há outros que só passaram a me olhar depois do prêmio Jabuti. Por uma questão de racismo mesmo’.

É importante pensarmos como numa injunção à interpretação, diante desse simbólico, que é o discurso negro militante, Conceição mobilizou o seu gesto de interpretação sobre o evento social no qual ela recebeu o prêmio Jabuti, passando a partir daí a ser olhada como mulher negra escritora. A cerca disso, como sujeito negro militante, afetado pela ideologia, tocado pelo inconsciente e descentrado de sua posição de controle, ela interpretou que só conseguiu mesmo ser vista pelos escritores brasileiros porque ganhou um prêmio de relevância na literatura, que é o prêmio Jabuti. Consideramos assim que:

[...] a ideologia, por sua vez, é a interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido de refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. (ORLANDI, 2005, p. 31)

Dessa forma, é constituído pelas formações imaginárias de quem é Conceição, de quem são os escritores, que a escritora interpreta ter tido atenção, após ter ganhado o referido prêmio. E, esse funcionar da ideologia se dá, porque diante de qualquer objeto simbólico, o homem é instado a interpretar e, ao interpretar, ele faz funcionar a ideologia que lhe interpela a ocupar uma posição social, inscrito numa formação discursiva. Assim, ao observar o funcionamento do discurso mobilizado por Evaristo, na produção de sentidos, pode-se explicar o mecanismo ideológico que o sustenta. Dito de outro modo vê-se como o discurso, apresentando em Evaristo, produz sentidos.

Contrário à Chimamanda, em sua interpelação a ocupar a FD negro militante, Evaristo, se mostra afetada pela FD negro militante, mas não foi afetada como a Chimamanda, com a qual estabelece uma filiação, que é trazida para o interior da FD negro militante, mostrando-se semelhantes ao discurso de Luiza e Alek, onde o ter para ser reconhecida como mulher e negra é inevitável.

Outro fator importante é que embora Evaristo se considere militante desde a juventude, a escritora, não se ver como uma líder, especialmente quando afirma “*Nunca fui filiada a nenhum partido nem tive “carteirinha” dessas organizações, mas falo de movimento negro*

no sentido amplo, de ser uma voz reivindicativa nos espaços que frequento”, fazendo com que ela saia da posição do anonimato, usando a linguagem, que é a excrecência da linguagem, que é uma maneira de significar, segundo, aponta Orlandi (2013) conforme aponta que nos remete ao silenciamento do sujeito, ou seja a maneira de ressignificar mesmo não se posicionando como uma mulher líder militante negra, mas sim como militante sem filiação, o que a tira de uma posição de silêncio.

De modo semelhante à Luiza e Alex; os gestos de interpretação presentes no discurso do sujeito em análise, deixa em evidência a sua militância, ou seja, a constituição de uma posição discursiva que se caracteriza pelo efeito de desconstrução da identidade do sujeito mulher alicerçada na FI patriarcal, bem como pela projeção de reconstrução dessa identidade, concedendo novas formas de constituição do sujeito mulher negra militante contemporânea.

Sequência Discursiva 9

AVA DuVERNAY: Como é o sentimento, para uma mulher que nasceu na segregação ver este momento? Que lições você recolheu sobre a luta?

ANGELA DAVIS: Essa é uma grande questão. Talvez eu possa responder dizendo que temos que ter uma espécie de otimismo. De uma forma ou de outra, estive envolvida em movimentos desde que era muito, muito jovem, e lembro que minha mãe nunca deixou de enfatizar que, por pior que fossem as coisas em nosso mundo segregado, a mudança era possível. Que o mundo mudaria. Aprendi a viver nessas circunstâncias e ao mesmo tempo habitando um mundo imaginário, reconhecendo que um dia as coisas seriam diferentes. Tive muita sorte que minha mãe fosse uma ativista com experiência em movimentos contra o racismo, o movimento de defesa, por exemplo, o Scottsboro Nine.

Sempre reconheci meu próprio papel como ativista, ajudando a criar condições de possibilidade de mudança. E isso significa expandir e aprofundar a consciência pública sobre a natureza do racismo, do heteropatriarcado, da poluição do planeta e de sua relação com o capitalismo global. Este é o trabalho que sempre fiz e sempre soube que faria a diferença. Não meu trabalho como indivíduo, mas meu trabalho com comunidades que enfrentaram dificuldades. Eu acredito que é assim que o mundo muda. Ele sempre muda como resultado da pressão que massas de pessoas, pessoas comuns, exercem sobre o estado de coisas existente. Sinto-me muito feliz por ainda estar viva hoje para testemunhar isso.

E estou tão feliz que alguém como John Lewis foi capaz de experimentar e ver isso antes de falecer, porque muitas vezes não podemos realmente testemunhar os frutos do nosso trabalho. Eles podem se materializar, mas pode ser 50 anos depois, pode ser 100 anos depois. Mas sempre enfatizei que temos que fazer o trabalho como se a mudança fosse possível e como se essa mudança acontecesse mais cedo ou mais tarde. Pode não ser; podemos não conseguir testemunhar isso. Mas se não fizermos o trabalho, ninguém jamais o testemunhará.

O sujeito mulher negra militante durante o seu discurso, marca bem a sua posição-sujeito negro militante, assim como a formação discursiva de mulher negra militante e ativista. Davis pontua sempre em seu discurso a sua posição-sujeito *“Sempre reconheci meu próprio papel como ativista, ajudando a criar condições de possibilidade de mudança. E isso*

significa expandir e aprofundar a consciência pública sobre a natureza do racismo, do heteropatriarcado, da poluição do planeta e de sua relação com o capitalismo global”, assim, torna-se possível acionar a memória discursiva e percebermos a sua FD militante formada desde a sua infância (Tive muita sorte que minha mãe fosse uma ativista com experiência em movimentos contra o racismo, o movimento de defesa, por exemplo, o Scottsboro Nine).

Além disso, o sujeito do discurso (Davis) é, portanto, constituído de ideologias, ideologias advindas de sua infância, de momentos e movimentos históricos (fatos apontados ao vivenciar a segregação racial) sendo ela a responsável pelos sentidos que damos ao mundo, quem fala nos discursos, quem os significa. A ideologia, mascarada por uma falsa “transparência da linguagem”, é quem nos possibilita os sentidos sobre o “

“[...] que é um soldado, operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc.” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). Davis rompe com a imagem do ser mulher criada por uma sociedade patriarcal, sexista, machista, racista e homofóbica, visto que Angela se declara lésbica, como o próprio período histórico pontua. Ela rompe com os sentidos dominantes sobre o sujeito mulher do discurso e passa a filiar-se a uma FD feminista, ativista e, conseqüentemente, estabelece novas possibilidades de imagem para o sujeito.

Outro fator, apontado no discurso de Davis, é o lugar de militância ocupado por ela. O discurso militante/ativista, em que o sujeito enunciador se inscreve se torna um ato revolucionário associado à quebra da estereotipação e desprezo do que pregava a sociedade neste período sobre o negro, a saber: a separação de indivíduos ou grupos de indivíduos de uma mesma sociedade por meio de critérios raciais (ou étnicos) e a luta contra a igualdade de justiça. No entanto, a discussão acerca da resistência do aceitar-se enquanto militante/ativista, estabelece-se no plano individual “*Sempre reconheci meu próprio papel como ativista*”, deslizando a palavra ativista também para o plano pessoal e subjetivo. Sendo assim, a palavra ativista se configura como o lugar de militância, ao reivindicar direitos e mobilizar as mulheres nessa luta, e como lugar de ensinar e aprender sobre, conforme aponta a própria Davis “[...] *ajudando a criar condições de possibilidade de mudança. E isso significa expandir e aprofundar a consciência pública sobre a natureza do racismo, do heteropatriarcado, da poluição do planeta e de sua relação com o capitalismo global. Este é o trabalho que sempre fiz e sempre soube que faria a diferença*”.

Ao afirmar que “*Sempre reconheci meu próprio papel como ativista, ajudando a criar condições de possibilidade de mudança*”, Davis resgata a memória acerca de sua história e da história de seu povo, por ser um sujeito mulher negra, imersa em uma sociedade segregalista e

também rompe com as filiações impostas até então, as mulheres negras deste período e assim, passa a assumir uma posição de desidentificação com a formação sujeito da FD machista, sexista e racista, e o sujeito mulher do discurso passa a se filiar a uma FD militante e, conseqüentemente, estabelece novas possibilidades de imagem para o sujeito.

O sujeito Davis recupera, pela memória discursiva, o discurso-outro que nega a prática da luta segregalista como uma realidade para confrontá-lo, ao afirmar que “*E estou tão feliz que alguém como John Lewis foi capaz de experimentar e ver isso antes de falecer, porque muitas vezes não podemos realmente testemunhar os frutos do nosso trabalho*”; marcando-o pela tensão com o discurso militante do combate a segregação racial e a tudo o que a segregação representa. Logo, o funcionamento discursivo se organiza pela rejeição desse discurso da FD externa e pela tentativa de validação do discurso de uma FD interna (FERREIRA, 2000).

É possível apontarmos que a memória discursiva é acionada para que novos dizeres sejam estabelecidos e para isso, o sujeito faz uso de alguns termos linguísticos como “criar”, “expandir”, “aprofundar”, que aciona novos dizeres, ou seja, funciona como uma busca pelo lugar que o negro ao longo da história americana vinha tentando demarcar, ou seja, Davis, reportar ser necessário ajudar a criar condições de possibilidade de mudança, o que significa expandir e aprofundar a consciência pública sobre a natureza do racismo, o que ressoa ecos de memórias discursivas, tais como nos discursos de Luiza, Alek e Evaristo, que marca a sua posição anterior de sujeito na história, fazendo com que através dessa retomada de valores e busca pela representatividade de seu espaço, produzindo via formações imaginárias, o efeito de sentido de diferenças entre o sujeito negro e o sujeito branco, e a sua posição social (Este é o trabalho que sempre fiz e sempre soube que faria a diferença).

Não obstante, observamos também que a interpelação da SD9 em sujeito mulher negra militante ocorre de modo semelhante à interpelação dos sujeitos fundadores desta FD (Sojourner Truth), que tal qual Luiza Brasil traz um discurso com questionamentos na invisibilidade da mulher negra, bem como a sua representação, e cuja interpelação mobiliza assim como em Luiza, Alek, Conceição e Chimamanda; mecanismos de antecipação que faz circular representações sobre esta invisibilidade e representatividade para os seus ouvintes “Mas sempre enfatizei que temos que fazer o trabalho como se a mudança fosse possível e como se essa mudança acontecesse mais cedo ou mais tarde. Pode não ser; podemos não conseguir testemunhar isso. Mas se não fizermos o trabalho, ninguém jamais o testemunhará” e, desta maneira, pode também prever o efeito de suas palavras, corroborando com o fato de

que a posição ocupada pela militante ativista, considerada o sujeito falante é inerente ao seu dizer.

Sequência discursiva 10

Throughout those years, I learned something about every Black person “respectable” enough to be allotted a place in the history books-or, as far as contemporary people were concerned, who made their way into “Who’s Who in Negro America” or Ebony magazine (ANGELA DAVIS).

Conforme a *sequência discursiva 10*, vimos que o discurso de Davis é atravessado por outros discursos, segundo aponta a escritora em sua autobiografia, sendo este discurso atravessado pelo discurso de Adorno e Marcuse para construir a relação entre a Academia e o ativismo. Além disso, é possível apontarmos que o discurso é atravessado pelo discurso fundante de Truth, ao apresentar como elementos convidativos a possibilidade de continuar a lutar pelos direitos igualitários e pelo espaço da mulher em uma sociedade não igualitária, bem como, em seu processo de identificação a uma FD feminista militante.

Observemos também que, Luiza Brasil afirma ter sido interpelada por questionamentos que ela fazia no momento em que se encontrava dentro da FD mulher negra militante, que ela denomina de “representatividade”. Assim, ela ratifica que nesse lugar identificado, encontrou respostas para os questionamentos feitos. Desse modo, Luiza se identifica com os saberes da FD negro militante por apresentar saberes que ela considera como respostas aos seus questionamentos. Em contrapartida, é possível vermos que Chimamanda Adichie se identifica aos saberes da FD negra militante a partir do momento em que conhece o racismo, nos Estados Unidos da América, depois passa a questioná-los, como contra-identificado a essa FD e, em seguida, desidentifica-se desses saberes, pertencentes à FD negro militante e, inscrever-se, como identificado, à FD feminista feliz. É justamente acerca desses modos do sujeito, que Pêcheux (1997) afirma que é possível constatar que esse desdobramento pode assumir essas diferentes modalidades, ou seja, identificação, contra-identificação e desidentificação.

Sequência Discursiva 11

Entrevistadora: Para iniciarmos a nossa conversa, o nosso bate papo, eu gostaria de saber em qual momento da sua vida, se na escola, no trabalho, na mídia, através da religião, você teve acesso ao tema militância?

Djamila: É... começa desde casa com o meu pai que era militante do movimento negro, então, o meu nome ele tirou de um jornal da militância negra chamado *Jornegro*. O meu e o da minha irmã. Eu sou a caçula de dois irmãos e uma irmã. Então, desde criança esses assuntos eram discutidos dentro de casa. O meu pai também era sindicalista, ele era estivador no Porto de Santos e que era uma categoria muito politizada na época e ele fez questão de apresentar pra nós essas discussões, levava a gente em manifestação, falava da importância da questão racial, levava a gente ao teatro, por exemplo, sempre fazia a gente se levantar e olhar - quantos negros tem aqui? A gente, ai... só a gente. Por isso tem que estudar e tal e pegava muito no nosso pé pra gente estudasse. Eu estudei numa escola em Santos, chamado Colégio Moderno dos Estivadores, que era um colégio para filhos e netos dos estivadores. Fui assistir a última geração aí, antes da privatização do porto, então, ainda era uma geração mais politizada. Então, desde cedo em casa foi o meu primeiro contato com esses temas. Depois, quando eu trabalhei na Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos que é uma ONG. Hoje ela não existe mais, mas foi uma ONG muito importante na Baixada Santista, é ... modernizaram muitos seminários, muitos eventos nacionais e internacionais. Ali elas tinham, forneciam atendimentos psicológico e jurídico para mulheres vítimas de violência doméstica. Tinha uma biblioteca muito importante chamada Carolina Maria de Jesus, que tinha um acervo vastíssimo de obras de mulheres negras e foi ali, eu acho, que foi o meu segundo divisor de águas, assim, de entender a perspectiva feminista negra a partir daquelas leituras, daquelas mulheres. Ali eu conheci Sueli Carneiro pra fazer um evento junto com GELEDÉS, participei do Fórum Social Mundial, participei de vários eventos e ali foi uma virada de chave importante na minha vida, quando eu me entendi como feminista negra.

A análise discursiva da sequência acima nos permite dizer, a partir das sequências destacadas, que o sujeito vivenciou em sua infância experiências prazerosas sobre a militância negra “*Então, desde criança esses assuntos eram discutidos dentro de casa*”. Tais experiências lhe permitiram aprender, desde cedo, a ter acesso ao tema da militância em casa e com o pai, ao afirmar “*começa desde casa com o meu pai que era militante do movimento negro, então, o meu nome ele tirou de um jornal da militância negra chamado Jornegro. O meu e o da minha irmã. Eu sou a caçula de dois irmãos e uma irmã*”. Essas vivências contribuíram para a construção de uma memória de sentidos em relação à leitura na qual o sujeito pôde ocupar a posição de um sujeito militante. Contudo, quando na posição de sujeito negro militante, Ribeiro vivencia experiências nas quais é levada a inscrever-se em formações discursivas caracterizada pelos ditames de um discurso militante, que valoriza, sobretudo, a igualdade entre gênero, raça e classe.

Ao ser interpelada sobre o papel de sua formação militante, a escritora nos remete a fatores históricos e a busca pela memória para mantermos viva a formação discursiva a qual tem o sentimento de pertencimento, tal qual a lembrança que mantém de seu pai “*Então, desde criança esses assuntos eram discutidos dentro de casa. O meu pai também era sindicalista, ele era estivador no Porto de Santos e que era uma categoria muito politizada na época e ele fez questão de apresentar pra nós essas discussões, levava a gente em manifestação, falava da importância da questão racial, levava a gente ao teatro, por*

exemplo, sempre fazia a gente se levantar e olhar - quantos egros tem aqui? A gente, aí... só a gente. Por isso tem que estudar e tal e pegava muito no nosso pé pra gente estudasse". Orlandi (2015, p. 53) aponta que "falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos". E, quando pensamos nos desafios vivenciados pelos negros ao longo da história, o que vem à frente da cena – política e histórica – é o silenciamento, são os sentidos que impõem limites. A censura, a agressão à sociedade minoritária, à cidadania e que desencadeou um processo de produção de sentidos, que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (anti) escravagista. Discurso que lutamos até a atualidade para mantermos latentes em nossa sociedade.

Assim, vimos que a memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres e é desse modo que ao mencionar a origem de seu nome "*o meu nome ele tirou de um jornal da militância negra chamado Jornegro. O meu e o da minha irmã*", vimos um pressuposto que aponta para a exterioridade e faz ressoar ecos da memória discursivas, que marca a sua posição sujeito militante, ou seja, o nome lhe é constitutivo da identidade, ou seja, lhe cliva desde o nascimento, o que aponta que somos clivados antes mesmo de nascermos pelo discurso que marca a exterioridade, os pré-construídos.

Sequência Discursiva 12

Entrevistadora: Há um ponto marcante em que sua vida, em que você tenha percebido que o seu discurso exercia tamanha influência na vida de outras mulheres e especialmente, na vida de outras mulheres negras?

Djamila: É.. eu acho que talvez... eu acho que eu demorei assim, pra cair essa ficha, porque como eu venho de uma origem militante, na minha casa era... ah... eu estou fazendo o que eu tenho que fazer. Eu acho que eu percebi isso, quando eu lancei a coleção, *Femininos Plurais*, que aí pra mim foi uma surpresa muito positiva ver o alcance que o projeto independente teve, desde o lançamento de *Lugar de Fala*, que foi o primeiro livro, lotado em São Paulo e depois a gente fechou uma rua no Rio de Janeiro com mais de mil pessoas. Acho que foi ali, pra mim foi um susto, porque quando eu pensei a coleção foi muito também por conta de tudo o que eu passei no processo de graduação e mestrado e foram processos muito dolorosos e hostis na academia, muita hostilidade. Isso não é filosofia, lá vem à militante que estuda gênero. Na minha banca de qualificação do mestrado, eu fui hostilizada por uma das professoras da banca. Então, eu tinha muitas dores desse processo da academia, desse não lugar, ainda mais na filosofia que é uma área onde as pessoas não falam o quanto à filosofia é elitista. Muitíssimo elitista! Então, é quando eu lanço a coleção, eu já era colunista da *Carta Capital*, eu escrevi lá até 2015 mais ou menos ..2016, começo de 2016. Quando eu lanço a coleção foi que eu levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas, porque a coleção agora a gente tem oito títulos e todos os autores pautando os debates, então, eu acho que foi quando a gente lançou o *Lugar de Fala* em novembro de 2017. Foi o primeiro baque. A Casa lotada e eu levei um susto, eu falei:-

gente, as pessoas vieram, e eu fiquei extremamente surpresa e depois no dia primeiro de dezembro, quando a gente lança, no Rio, e aí fechou uma Rua no Rio de Janeiro com milhares de pessoas... Conceição Evaristo, as mais velhas, pessoas jovens. Ali foi quando eu dei o meu primeiro baque de falar gente realmente às pessoas levam a sério o que eu falo, né? Até porque a gente dúvida muito da gente como mulher negra. Não diferente. Eu não sou diferente também dos ataques que a gente sofre, das deslegitimações que a gente passa. Eu acho que o baque primeiro foi quando eu lancei Lugar de Fala de ver milhares de pessoas indo lá prestigiar o lançamento de um livro.

A filósofa e ativista, Djamila, engajada nos estudos do feminismo negro inicia enfatizando em seu discurso, conforme podemos analisar na SD12⁴⁹, que ela rompe com a concepção de mulher negra ligada apenas ao ambiente doméstico. Ela se dissocia desse estigma, e se destaca no âmbito público e social, espaço que não são destinados a mulher negra. No discurso de Djamila, há a presença de trechos que descrevem sua trajetória de vida, e desconstroem a ideia da mulher frágil, remodelando esse perfil.

O uso do pronome pessoal “eu” são bastante freqüentes, e acredita-se que, neste contexto, é significativo:

1. **eu** acho que talvez... **eu** acho que eu demorei assim, pra cair essa ficha, porque **como eu** venho de uma origem militante, na minha casa era... ah... **eu** estou fazendo o que **eu** tenho que fazer. **Eu** acho que eu percebi isso, quando **eu** lancei a coleção, Femininos Plurais, que aí pra mim foi uma surpresa muito positiva ver o alcance que o projeto independente teve, desde o lançamento de Lugar de Fala, que foi o primeiro livro (...)

2. Acho que foi ali, pra mim foi um susto, porque quando **eu** pensei a coleção foi muito também por conta de tudo o que **eu** passei no processo de graduação e mestrado e foram processos muito dolorosos e hostis na academia, muita hostilidade. Isso não é filosofia, lá vem à militante que estuda gênero. Na minha banca de qualificação do mestrado, **eu** ser hostilizada por uma das professoras da banca. Então, **eu** tinha muitas dores desse processo da academia, desse não lugar, ainda mais na filosofia que é uma área onde as pessoas não falam o quanto à filosofia é elitista. Muitíssimo elitista! Então, é quando **eu** lanço a coleção, **eu** já era colunista da Carta Capital, **eu** escrevi lá até 2015 mais ou menos (...) 2016, começo de 2016. Quando **eu** lanço a coleção foi que **eu** levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas, porque na coleção agora, a

⁴⁹ Djamila Ribeiro em entrevista para a autora do trabalho no dia 03 de agosto 2020. Destaques nas falas realizado pela autora.

gente tem oito títulos e todos os autores pautando os debates, então, **eu** acho que foi quando a gente lançou o Lugar de Fala em novembro de 2017 (...)

Neste ponto da análise, quando fala de sua própria identidade, como mulher negra, militante, filósofa, escritora, Djamila está constituindo a sua identificação, a formação de sua identidade, conforme a ideia compartilhada por Orlandi (1988, p. 15) de que se pode falar do outros para falar de si, pode-se falar de si para falar de outros e pode-se falar de si para falar de si. Vejamos como o sujeito do discurso das sequências 1 e 2 acima, ao falar de sua prática e de sua vida, se enuncia como *eu*.

Em (1 e2), para iniciar o seu dizer, o sujeito-mulher negra militante enuncia-se como *eu*. De acordo com Pêcheux (1995), esse fator pode ser chamado de esquecimento número 1, segundo o qual o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz. O esquecimento número 1 “[...] dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995, p. 173).

Nas palavras de Authier-Revuz (1990), o *eu* tem um papel indispensável na reconstituição da imagem de um sujeito autônomo, anulando o descentramento real. Podemos observar que na sequências (1 e 2) o sujeito emprega o pronome eu ao fazer referência a questões bem específicas de sua prática, de seu trabalho, de sua formação, neste caso, com a militância.

Tem regularidade nesta sequência o uso do verbo achar, empregado no sentido de pensar (Eu penso que a leitura...) que também pode ser entendido como um conjunto de crenças sobre o fazer em sala de aula. Ao dizer “Eu acho que eu percebi” e “Eu acho que eu demorei”, os dois empregos do verbo achar ajudam a revelar duas crenças desse fazer: a importância da sua formação e a importância de caminhada na militância e descoberta de seu lugar de fala durante este processo de interseccionalidade, que inclui o imbricamento da militância quanto ao gênero, classe e raça.

É curioso observar que em (2) o sujeito parece querer marcar sua subjetividade pela repetição do eu, deixando atender que esta seria uma característica talvez não compartilhada pelas outros militantes, ou mulheres negras, já ele não tem como afirmar “então, **eu** acho que foi quando a gente lançou o Lugar de Fala em novembro de 2017” e se responsabilizar pela prática do outro. Temos aí um movimento interessante: a fala sobre influenciar o outro por meio dos seus discursos, mas parece não querer fazer o mesmo e responsabilizar-se pelo outro.

Ao dizer “então, **eu** acho que foi quando a gente lançou o Lugar de Fala em novembro de 2017”, temos um movimento discursivo que chama a atenção. Quando o sujeito diz que “a lançou...” o efeito de sentido pretendido parecer ser o de que o emprego de muitos faça referência aos outros e não ao eu: São os outros que dizem e não sou eu quem diz.

Lembramo-nos mais uma vez, de Orlandi, quando menciona que o texto não é apenas um dado lingüístico, mas um fato discursivo, pois traz em si a ótica da historicidade, funcionando como unidade de sentido em relação à situação, desse modo, importa o seu funcionamento. É nesse ponto que a Análise de Discurso pecheutiana, segundo Orlandi (2007b), observa que a língua é afetada pela ideologia, o que a faz significar muitas coisas diferentes, vendo a língua como uma realidade como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social e a mediação é o discurso, ou seja, onde o discurso se materializa, inscreve-se e determina o seu funcionamento, sendo através do discurso, também, que a sua inscrição na história se realiza, conforme aponta Orlandi (2017).

Além disso, podemos verificar que em uma sociedade estruturada pelo racismo patriarcal, raça e gênero são dois dos principais marcos imediatos de identificação – mas também de subalternização social – de uma pessoa. A forma como as opressões do racismo e do sexismo se interseccionam para produzir vulnerabilidades específicas contra mulheres negras. A mulher negra ressalta suas identidades de raça e de gênero para – a partir dessa encruzilhada identitária, marcada pelo *duplo fenômeno do racismo e do sexismo* (GONZALEZ, 1982) – lutar por seus direitos. A mulher branca, num contexto no qual a concepção de gênero é racializada, representa o padrão do que é ser mulher. Para proteger e promover seus direitos, ela sobreleva apenas sua identidade de gênero – origem da sua subjugação –, sem se racializar, já que sua raça enuncia o privilégio da sua branquitude, o que acontece com o sujeito do discurso ao referir que

Acho que foi ali, pra mim foi um susto, porque quando eu pensei a coleção foi muito também por conta de tudo o que eu passei no processo de graduação e mestrado e foram processos muito dolorosos e hostis na academia, muita hostilidade. Isso não é filosofia, lá vem à militante que estuda gênero. Na minha banca de qualificação do mestrado, eu fui hostilizada por uma das professoras da banca. Então, eu tinha muitas dores desse processo da academia, desse não lugar, ainda mais na filosofia que é uma área onde as pessoas não falam o quanto à filosofia é elitista. (GONZALEZ, 1982, p. 224, grifo nosso)

O homem branco, por sua vez, autoafirma-se uma pessoa. Ele não precisa se identificar, nem quanto ao gênero, nem quanto à raça, uma vez que representa a norma e a normalidade, o paradigma do *sujeito de direito*, a encarnação do *sujeito universal*.

No Brasil, talvez o Direito seja uma das áreas do conhecimento mais coloniais e epistemicidas. Esse *epistemicídio jurídico* configura-se, de um lado, pela manutenção das lógicas da modernidade/colonialidade e, de outro, pela invisibilização das contribuições oriundas dos processos de resistência e (re)existência das populações afrodiáspóricas, na produção do conhecimento. Logo, somos levados a pensar sobre a construção da identidade. Considerando o discurso fundador, de Sojourner alicerçado na desconstrução da mulher universal, explicitando diversos tipos de opressão e/ou desafios à emancipação feminina. Assim como os demais sujeitos analisados, a filósofa tem suas identificações nessa FD negro militantes, como sujeitos ativos, críticos e direcionados pela voz militante para ocuparem uma posição social de militantes negras, inseridas nessa mesma FD militante e identificadas à FD precursora de mulheres negras militantes.

Embora os discursos sejam construídos parafraseando o vivido (ouvido, lido, aprendido, intuído e percebido, dentre outras ações), em alguns momentos consegue-se realizar uma ruptura e experimentar um sentido novo no dito cotidiano. E é nesse jogo que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos e significam ao mundo e a si mesmo. Ou seja, tanto os discursos da Luiza Brasil, quanto o de Alex Wek e Djamilia, os sujeitos se movimentam em busca de uma construção da própria identidade através daquilo que elas representam “Quando eu lanço a coleção foi que eu levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas”, uma vez que a Universidade foi apontada pelo sujeito do discurso como sendo elitista e eurocêntrico.

Além dos fatores já mencionados, quando o sujeito do discurso faz menção ao seu período como estudante universitária “*Na minha banca de qualificação do mestrado, eu fui hostilizada por uma das professoras da banca. Então, eu tinha muitas dores desse processo da academia, desse não lugar, ainda mais na filosofia que é uma área onde as pessoas não falam o quanto à filosofia é elitista. MUITÍSSIMO elitista!*” Este período foi demarcado pelo sujeito como sendo um período de hostilização, de imposição do silêncio pelo fato do sujeito lutar pela causa de gênero, logo, lembrando assim, fatores históricos, nos quais essas vozes negras, silenciadas e reprimidas e censuradas por décadas iniciam uma caminhada de desconstrução diante da posição em que a sociedades as tinha colocado, fazendo com que as

suas vozes reverberassem (ecoassem, transmitisse, sobressaísse) e desconstruísse o posição sujeito da mulher negra que até então fora posta socialmente e marcada pro ser repleta de fissuras, ecoa efeitos de sentidos de negativos, ao afirmar que a mulher deve ocupar uma posição inferior na sociedade e é menos capaz que o homem, conforme o sujeito retrata em seu próprio discurso, ao descrever a sua figura paterna durante a entrevista *“Meu pai, por mais que ele fosse muito militante, era um homem, né? Com as suas limitações de homem, sobretudo em relação a minha mãe. Então, foram questionamentos que surgiram na minha adolescência, né? De algumas contradições, né? Porque ele era muito aguerrido por um lado, por outro lado, minha mãe era uma dona de casa e que meu pai mantinha um certo controle”*. Ou seja, mesmo militante, o pai do sujeito do discurso, tinha a posição-sujeito machista, por manter sob as suas rédeas a sua esposa. Este fator, lembra-nos um pouco sobre o questionamento sobre o Feminismo Feliz defendido por Beyoncé e Chimamanda. Pode um homem ser feminista? Como afirma Woodward (2014), a identidade só pode ser construída se tomada em relação à diferença.

Podemos refletir também, que o sujeito do discurso ao ser silenciado, ou seja, quando os seus dizeres foram proibidos, na Academia, outros emergem, ressignificando esses elementos, em meio à resistência de toda forma de silenciamento imposta pela ideologia dominante, conforme visto na SD12 *“(...) Acho que foi ali, pra mim foi um susto, porque quando eu pensei a coleção foi muito também por conta de tudo o que eu passei no processo de graduação e mestrado e foram processos muito dolorosos e hostis na academia, muita hostilidade”*, ou seja, a proibição dos dizeres, ressignificaram os elementos, a saber, com a Coleção Femininos Plurais.

Recorremos nesta sequência, também a uma breve análise sobre o lugar de fala. São, pois, questionamentos que já lançamos logo no início desse capítulo e que ecoam efeitos de sentido de censura, buscando autorizar quem pode (ou não) assumir o lugar de fala como mulher negra militante. A posição-sujeito refere-se à posição social que o sujeito do discurso ocupa na sociedade, sua análise e descrição precisa considerar também o lugar de fala dos sujeitos que enunciam, principalmente no momento em que ele for reivindicado por eles, como observaremos no caso do sujeito Djamilia. Reivindicação, essa que será de grande relevância para a compreensão do movimento de resistência desses sujeitos à ideologia dominante que atesta uma legitimidade para teorizar e legislar sobre eles, além do fato de marcar uma limitação ao nosso trabalho de pesquisa de campo já que enunciamos de um lugar de fala na posição-sujeito, e foi deste pensamento que o sujeito do discurso afirma ter escrito

sua obra de grande repercussão, que é o livro ‘O lugar de fala’. Segundo trecho da SD12, o lançamento do seu livro, a colocou na posição-sujeito negro militante, assumindo uma formação discursiva negra militante e que a levou milhares de pessoas a se identificarem com a sua FD militante, causando assim, um grande frison no dia do lançamento de sua obra, conforme visto a seguir: *“A Casa lotada e eu levei um susto, eu falei:- gente, as pessoas vieram, e eu fiquei extremamente surpresa e depois no dia primeiro de dezembro, quando a gente lança, no Rio, e ai fechou uma Rua no Rio de Janeiro com milhares de pessoas... Conceição Evaristo, as mais velhas, pessoas jovens. Ali foi quando eu dei o meu primeiro baque de falar gente realmente às pessoas levam a sério o que eu falo, né? Até porque a gente dúvida muito da gente como mulher negra.”*

Quando Djamila afirma: *“Quando eu lancei a coleção foi que eu levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas”*, reivindica e questiona alguém querer julgar sua construção identitária e sua posição-sujeito ocupada. Para ele, é essa posição que lhe autoriza a se colocar como militante e legitima seu dizer como detentor de uma essência verdadeira. Ter o direito a exercer e tomar posse desse lugar de fala é consequência de seu processo de subjetivação e ressignificação identitária que lhe é particular, fruto do inconsciente e do atravessamento ideológico.

Nesse momento, o sujeito do discurso denuncia o racismo e preconceito vivenciados por parte de pessoas que se inscrevem em uma mesma FD diferente da dele e que tentam lhe negar sua constituição como sujeito mulher negra militante: *“Isso não é filosofia, lá vem à militante que estuda gênero”*.

Segundo Collins (2016), falar a partir das mulheres negras é uma premissa importante do feminismo negro, pois reflete a necessidade dessas mulheres se autodefinirem, ao se identificarem e evidenciarem as experiências de outras mulheres negras. Como afirma Ribeiro (2019, p. 22, grifo do autor) *“Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos”*, visto que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação com o homem. Por isso, a autora afirma que

Mulheres negras, por exemplo, estão em uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade! - e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudesse

construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2019, p. 26)

Este processo de ressignificação das identidades e a necessidade da autodefinição das mulheres negras é apontada por Collins, como:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se, e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termo de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105)

Com isso, sabemos que definir-se é um *status* importante de fortalecimento e de demarcação de possibilidades de transcendência da norma colonizadora, e para isso, podem também, segundo Collins, fazer uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolverem teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas.

Sequência Discursiva 13

Entrevistadora: O que significa para ti, ser uma mulher e ser uma mulher negra?

Djamila: Eu partilho muito da Lélia Gonzalez que é uma das minhas referências de entender de entender um legado nosso, não só como de dor, mas de resistência. De luta e resistência. Durante muito tempo para mim esse foi só um lugar de dor. Eu acho que a Lélia, ela restitui a gente de humanidade ao mostrar que – não é um lugar de luta também, porque senão a gente só vai ser objeto da opressão e não um sujeito que resiste. Hoje para mim é muito esse lugar, claro ainda é esse lugar da dor porque nós sabemos que somos exceções dentro desse espaço ainda. A maioria das mulheres negras ainda passa por uma situação no Brasil de extrema violência e vulnerabilidade, mas também é um lugar da potência porque é um lugar das mulheres que são as guardiãs da resistência do povo negro no Brasil, de mulheres que, quando você olha as ialorixás, às vezes, eram mulheres que eram empregadas domésticas, mas no terreiro elas eram sacerdotas, elas eram mulheres que todo mundo escutava, elas eram mulheres que todo mundo reverenciava, né? Então, eu acho que esse lugar também da gente se constituir a partir desse lugar da resistência, ele é muito importante, que é hoje o lugar que eu me permito estar. Sim... nunca foi fácil para as nossas, muito pelo contrário. Como eu tenho muita relação com as mais velhas, isso também me põe perspectivas sempre. Às vezes quando eu reclamava, elas me davam um puxão de orelha, dizendo: - há você acha que é fácil? Você acha que para mim não foi? Você acha que na minha época era como?

Engole o choro. Um dia a Luiza Bairos falou para mim: - Engole o choro. Sua geração tem que ser a geração engole o choro. Deve fazer essas coisas. Imagina eu! E aí eu olhava isso e falava, pois, é! Porque para elas, imagina, elas foram importantes pra que a gente estivesse aqui hoje. E foram mulheres incríveis, nas suas áreas de atuação. Então, eu vejo muito com esse lugar da potência também, **esse lugar da restituição da humanidade, o lugar de me enxergar como ser humano e não como uma guerreira e não como uma pessoa que atende demandas de todo mundo, uma que tem que dar conta de tudo. Então para mim, hoje, esse lugar como mulher negra é me permitir dizer não, me permitir dizer ‘eu estou cansada’, hoje eu não vou conseguir. Porque esperam muito de nós.** Essa coisa da mulher guerreira é um lugar muito violento porque isso nos adoce especificamente. Muitas tombaram por conta dessas imposições. Então para mim é muito esse lugar de sim, eu ser uma pessoa que vou continuar militando, eu tenho um ativismo. Vou lançar agora o livro *Mulheres Quilombolas*, com 18 mulheres quilombolas. Eu tenho essa missão de publicar autoras negras, autores negros, mas eu sou um ser humano. Sou mãe, eu tenho uma filha de 15 anos, então tem momentos que eu quero ficar com a minha filha, tem momentos que eu não vou em ato. Vou dizer que não vou. Não vou mentir. Eu não vou porque que não vou! Vou ficar em casa. Me permitir o auto cuidado, como algo revolucionário para nós mulheres negras. Então, eu me entendo nesse lugar hoje de me humanizar, porque a sociedade nos desumaniza de todas as formas. Ou você é subalterna, ou você é guerreira. Então, quando você é humana? Isso também é importante pra mim nessa minha trajetória de mulher negra é me entender como ser humano e respeitar os meus limites, respeitar o meu passado e não querer ser uma pessoa que só atende demanda dos outros.

Assumimos nesta tese, em relação à memória discursiva/intradiscurso, os postulados teóricos defendidos, mais uma vez por Orlandi, que aponta em todas as suas obras a memória discursiva como sinônimo de interdiscurso, e é dessa forma que o discurso produzido por Djamila é marcado pela presença do discurso negro militante, o discurso negro militante (ideal) e da interdiscursividade presente no discurso de Lélia Gonzalez, quando a filósofa diz ser difícil uma pessoa negra representar um grupo inteiro, entretanto, cita Lélia Gonzalez como sendo aquela que a influencia ao citá-la em seu discurso “Eu partilho muito da Lélia Gonzalez que é uma das minhas referências de entender de entender um legado nosso, não só como de dor, mas de resistência”. O sujeito do discurso, traz para nós duas palavras carregadas de sentido: ‘dor’ e ‘resistência’. O lugar de dor e o lugar de resistência, que foi trilhado durante a sua trajetória como mulher e como negra, o que faz com que ela tome os discursos das mulheres negras como ações de resistências, ou melhor, de atitudes em projeções de realização social. Ao se identificar com a FD militante da Lélia Gonzalez, Djamila em seu discurso “*Eu acho que a Lélia, ela restitui a gente de humanidade ao mostrar que – não é um lugar de luta também, porque senão a gente só vai ser objeto da opressão e não um sujeito que resiste*”, afirma que a Lélia restitui um novo lugar, que é o de humanidade, de resistência a um sistema opressor, representando também, a voz que emerge de um lugar específico, o lugar de mulheres negras em busca de outros lugares, indica as possibilidades de valorização e de reconhecimento de esforços silenciados ou desvalorizados.

Nesta SD, estão em questão os modos de estabelecimento do verdadeiro sobre o saber histórico em dois campos precisos, a historiografia sobre a escravidão negra no Brasil em uma posição a favor do discurso da história de resistência e as práticas sociais (e discursivas) dos ativismos dos negros brasileiros em torno de sua afirmação.

O sujeito do discurso busca captar a possibilidade do estabelecimento entre as regras de formação e outros discursos, especialmente “[...] momento em que é possível estabelecer as regras de formação de outros discursos sobre o tema de Lugar de fala e o movimento negro no campo da história” (SANTOS, 2021, p. 157). Como vimos, em relação às posições sujeito de mulheres negras. É forte a produção acadêmica engajada e a figura da intelectual-militante nos estudos negros como um movimento de crítica e ocupação de um espaço de produção de verdades, que confere credibilidade aos discursos, em embate com dizeres sobre os negros que inviabilizam a resistência e com as vozes que contestam um trabalho explicitamente engajado politicamente. É possível pontuarmos toda esta evolução a partir do discurso do próprio sujeito. A identificação de outras mulheres, seja jovens ou velhas, se dá quando o sujeito na SD12 afirma: *“Quando eu lanço a coleção foi que eu levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas, porque a coleção agora a gente tem oito títulos e todos os autores pautando os debates, então, eu acho que foi quando a gente lançou o Lugar de Fala em novembro de 2017. Foi o primeiro baque”*. Além disso, o sujeito menciona também a importância de ver em seu lançamento sujeitos mulheres negras, como Conceição Evaristo e tantas outras jovens e velhas, compartilhando de seu lugar de fala, o que conferiu credibilidade ao seu discurso, em embate com um Estado.

Ao ver essa divisão da sociedade entre oprimidos (homens/mulheres negras (os)) e opressores (AIE/ARE), vimos atuar o papel da ideologia, em interpretar indivíduos em sujeitos através do discurso – o que Pêcheux e Fuchs (2014b) classificam como materialidade ideológica. Segundo Gregolin, o conceito de ideologia, é apontado como:

[...] um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua. (GREGOLIN, 1995, p. 13)

O conjunto de ideologias que atuam em cada classe, Pêcheux (2014) denomina de formações ideológicas, a ver, por exemplo, a atuação da religião cristã, da família, do Estado e do discurso negacionista que se conectam em torno de uma ideologia dominante (o complexo de tais formações ideológicas) a fim de anular a existência de sujeitos que ultrapassam a posição social além dos ‘muros da senzala’, que metaforicamente usamos, para expressar os limites que a sociedade impõem para as mulheres negras, impondo assim, um ideologia dominante ⁵⁰(branquitude) a esses sujeitos negros.

O sujeito do discurso, através de sua voz, de seu lugar dialoga com as mulheres negras afirmando que temos um lugar, *“esse lugar da restituição da humanidade, o lugar de me enxergar como ser humano e não como uma guerreira e não como uma pessoa que atende demandas de todo mundo, uma que tem que dar conta de tudo. Então para mim, hoje, esse lugar como mulher negra é me permitir dizer não, me permitir dizer ‘eu estou cansada’, hoje eu não vou conseguir. Porque esperam muito de nós”*. O sujeito faz referência a um lugar de humanização, sem que haja a desumanização imposta a mulher negra na sociedade em todo tempo e de todas as formas.

Dessa forma, podemos apontar na SD13 que o interdiscurso militante negro reconstrói o já-dito e nele se inscreve um novo dizer, um outro acontecimento discursivo e partir da memória discursiva das militantes antigas, como Gonzalez. Então, ao citar sua experiência pessoal sobre a militância negra, Djamilia faz, via memória discursiva, ressoar ecos desses eventos militantes.

Sequência Discursiva 14

Entrevistadora: Como se deu o encontro na questão do tema feminismo ou militância. Como você se encontrou neste universo?

Taís Araújo: Kelly, eu acho que foi uma tomada de consciência, na verdade eu já venho de uma formação (é). Eu sou neta de uma mulher que chegou o momento da vida dela em que ela tinha quatro filhos de um cara e que ela não vivia um relacionamento feliz e que ela abandonou tudo, pegou os filhos foi embora e não quis mais ficar, topar aquele tipo de relacionamento. Foi criar os quatro filhos dela sozinha e ainda começou um relacionamento com um rapaz bem mais novo que ela. Imagina isso lá nos anos 50, anos 60. Ou seja, a minha avó, eu costumo dizer que ela era feminista sem nem saber o sentido da palavra, o

⁵⁰ Para Althusser (1974), a ideologia dominante configura-se como uma forma de poder a partir da junção dos seus diversos aparelhos ideológicos materializados na/pela atuação das instituições, como é o caso da que promove à caça aos transgêneros. Ela é representada, conjuntamente, pela atuação da igreja, da família, do poder político e também do poder médico. Como veremos, nas seções de análise sobre preconceito e sociedade, há uma interseção, às vezes, difícil de ser explicitada, sobre onde começa e sobre onde termina a atuação de cada AIE. Eles atuam, muitas vezes, de forma conjunta, buscando a humilhação e submissão do sujeito trans aos padrões binários cis gêneros.

significado da palavra (choro). Sempre que eu falo dela eu me emociono muito. Então, eu venho dessa formação de mulheres de uma família muito feminina e filha dessa mulher, assim. Minha mãe, minhas tias. A minha avó só teve dois filhos homens. Um com nove anos, ela perdeu ele, ele sumiu e o meu outro tio, o Silvinho que a gente fica brincando de que ... gente o meu tio foi criado por muitas mulheres, então ele naturalmente, ele age como uma de nós, assim. A gente fica brincando. Então, eu sou fruto dessa linhagem, dessas mulheres muito independentes e feministas, sem saber que elas eram.

É interessante analisarmos como até a SD14 os sujeitos corpus destas análises são interpelados em mulheres negras que carregam em seu discurso de maneira latente a sua militância, mesmo que algumas vezes haja um deslize de sua FD inicial, além de vermos de que modo, numa injunção à interpretação, afetados por essa ideologia militante, eles se veem como sujeitos que ocupam uma posição social militante.

Taís Araújo marca bem, ao enunciar, a sua tomada de posição-sujeito de uma mulher negra militante feminina e feminista, para a sua inscrição na formação discursiva de mulher negra militante, conforme podemos observar na SD14. O sujeito cita na superfície do texto. A atriz marca bem como o seu discurso foi afetado por outros discursos, ao relatar que “*Então, eu sou fruto dessa linhagem, dessas mulheres muito independentes e feministas, sem saber que elas eram*”. Ou seja, o discurso do sujeito, passa a ser interpelado pelo discurso de sua avó, a quem a atriz tem grande admiração e se emociona (chora) ao lembrar “*a minha avó, eu costumo dizer que ela era feminista sem nem saber o sentido da palavra, o significado da palavra*”. Mesmo sem mencionar nesta sequência discursiva que era militante, torna-se possível pelo acionamento da memória discursiva percebermos que ela era uma militante feminista, pois a memória discursiva faz acionar saberes que nos mostram que por ser fruto de uma linhagem feminista, ela também era. Assim, a memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres e é desse modo que o termo “linhagem”, citado por Taís, funciona aqui, como pressuposto que aponta para a exterioridade e faz ressoar ecos da memória discursivas, que marca a sua posição sujeito militante.

Vivemos em uma sociedade em amplo movimento e que individualiza os sujeitos através das suas instituições e dos seus respectivos discursos, como afirma Orlandi (2016). Por outro lado, há os que buscam sua inclusão social através de um discurso de resistência a todo um aparato ideológico que sempre buscou qualificar como certas ou erradas determinadas práticas, comportamentos e condições humanas de existência e como fruto dessa resistência, podemos observar, nos últimos anos, uma crescente divulgação de relatos de mulheres militantes que passaram a reverberar um discurso de resistência contra as opressões de gênero, raça e classe; sofrida pela população negra.

Com isso, o sujeito do discurso tem a sua FD identificada a uma FD feminista e encontra, nas mídias sociais, um “porto seguro” para performar sua identidade. Ele pode significar todo um processo de resistência à FD racista e machista contra a qual luta desde a sua infância, daí a necessidade de buscar ser guerreira e segura de si para desbravar toda uma série de dificuldades que lhe angustiaram. Essa preocupação é latente, quando o sujeito do discurso reporta que “[...] *E, depois do nascimento da minha filha, a minha filha tem cinco anos. O nascimento da minha filha mexeu muito comigo nesse lugar. Eu fui obrigada a olhar pra mim novamente. Eu tenho menino, um filho mais velho de nove anos, que eu também tenho preocupações com ele também, é claro. Mas, o fato de eu ter tido uma menina me deixou bem abalado. O que me obrigou a olhar pra mim e me obrigou a olhar de fato para a condição da mulher no Brasil.*”

Este trecho da sequência discursiva nos traz à superfície discursiva a questão da maternidade e traz em sua rede de memórias a responsabilidade que o ato de ser mãe significa para o sujeito feminino, especialmente quando se é mãe de um sujeito feminino, colocando a maternidade como socialmente construída e naturalizada pelo discurso patriarcal, uma naturalização patriarcal da maternidade que transfere ao sujeito mãe toda a responsabilidade quanto a criação e formação da criança. Além disso a preocupação da atriz deixa claro em seu discurso a diferente preocupação entre os cuidados que deve ter entre a filha e o filho, ou seja, nesse viés, o sujeito do discurso evidencia a desigualdade de tratamentos entre mulheres e homens através do recorte gênero, uma vez que coloca na categoria homens, como aqueles sujeitos que se beneficiam. Tal recorte nos possibilita explicitar uma breve reflexão sobre a mobilização do efeito de oposição entre homens e mulheres, como descrito acima, ao evidenciar que, para o sujeito enunciador, a mulher necessita de maiores cuidados em sua criação, que o homem.

Dessa forma, a oposição se constrói sobre pares como: homens x mulheres, autonomia x submissão, legalizado x criminalizado, completude x instrumento. O sujeito homem é então construído por sua autonomia e por sua completude ao não ser construído enquanto objeto, mas como fim em si mesmo. Já o sujeito mulher é construído pela submissão às vontades outras (do patriarcado), a criminalização (da escolha, do seu corpo), e por ser instrumento (para reprodução, para o patriarcado), meio para algo e não fim em si mesmo, aponta, Sampaio (2020).

Percebemos que o processo identitário para o sujeito mulher militante se dá pelo confronto entre as posições assumidas pela ideologia patriarcal e pelas posições feministas.

Ele se constitui pela desconstrução das identidades legitimadoras da ideologia patriarcal através da resistência e pela reconstrução de novas identidades pelo discurso negro militante.

Tais constatações vão ao encontro das considerações teóricas que afirmam que os processos identitários são alicerçados em práticas discursivas e sociais. Não são elementos naturais e sim criações do mundo sociocultural. Elas só são possíveis através dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas por meio da linguagem. As identidades são, então, resultado das construções linguísticas produzidas nas relações socioculturais (HALL, 2014; CASTELLS, 2018). Outra característica da identidade é a sua sujeição às relações de poder, ou seja, elas são impostas e não convivem harmoniosamente, mas são sempre disputadas (SILVA, 2014).

Essas disputas, presentes nos funcionamentos destacados em nossos movimentos de análise, também corroboram as considerações teóricas de Castells (2018) no que concerne aos processos de construção, desconstrução e reconstrução das identidades.

Sequência discursiva 15

Entrevistadora: Você já sofreu algum tipo de preconceito racial no seu período de pré ou pós aparecimento na mídia?

Taís Araújo: Eu já passei algumas vezes, assim... eu tenho memória de passar quando era criança numa escola, que é o clássico, né? Eu estudava em uma escola particular e também muito tradicional e um cara perguntou... um menino perguntou se quem pagava a minha escola era a patroa da minha mãe. É... até um dia eu brincando de desfile no meu condomínio, um homem muito mais velho, que hoje em dia, deve ter uns 70 anos. Eu era uma criança. Ele... ele... A gente estava brincando de desfile. Ele falou do que você tava brincando? Eu dei um forinha nele porque eu era toda metidinha. Ele me chamou de macaca. Um velho que tinha idade pra ser o meu pai, né? Tipo, ridículo! Ridículo! Ridículo! Eu era uma criança. Tipo inaceitável.

Quando eu fiz Chica da Silva, que foi muito sucesso e na sequência eu fui pra Globo, eu fiquei sete anos lá sem fazer grandes personagens até fazer a preta de 'Da cor do pecado'. Eu fico pensando, se eu fosse uma atriz, uma artista branca que tivesse feito um sucesso tamanho do de Chica da Silva, se ela já não iria para a Rede Globo com o status de estrela, né? Fatalmente iria. Mas também tem uma coisa que nesse lado assim, eu acho que foi bom também. Porque eu era muito jovem, muito crua. Sete anos foi bom também para eu dar uma amadurecida até de interpretação e tudo... assim... Bom, e outras passagens, tantas outras, se você for ver o que aconteceu, a repercussão do TED, do meu TED também tem muito racismo embutido ali naquela repercussão. Pô, fizeram memes com o meu filho e o que eu falei é o que está acontecendo aí também você vê as notícias salpicando [...].

Os processos discursivos que produzem o efeito da interseccionalidade marcam a posição na sequência discursiva 15. Nelas o sujeito mulher negra é desconstruído pela intersecção dos saberes relacionados às diversas opressões que alicerçam as relações de

desigualdade social, evocando como aspectos para análise dessa assimetria social entre os gêneros as individualidades das mulheres que as colocam em posições diferentes em nossa sociedade. A identidade para a mulher é reconstruída a partir das novas identificações do sujeito mulher, pela raça, classe e/ou gênero. E, para entendermos essa posição-sujeito e compreendermos a rede de sentidos que constituem a interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense, e visa instrumentalizar teórica e metodologicamente a análise da opressão estrutural por meio da indissociabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, como nos fala Akotirene (2018). O feminismo incorpora a categoria interseccionalidade como forma de reivindicar e evidenciar os diversos tipos de opressões sofridas pelas mulheres negras, além daqueles relacionados ao gênero.

Enquanto, para Crenshaw, a interseccionalidade se estabelece como necessária para o feminismo, por este ter falhado em não considerar a intersecção de raça ao abordar as questões de gênero na composição de suas pautas gerais, sendo denominado muitas vezes como feminismo branco. E para o movimento racial por não destacar o gênero como categoria relevante na opressão racial, universalizando a realidade de homens negros na luta antirracista. Nesse sentido a constituição de uma posição sujeito interseccional requer os saberes relacionados aos âmbitos racial, econômico e de gênero para romper com a formação ideológica patriarcal e inscrever-se na militante.

É possível observarmos que a interpelação da SD 15 em sujeito mulher negra militante ocorre de modo semelhante à interpelação dos sujeitos fundadores desta FD, representada nesta tese através do discurso fundante de Sojourner Truth, ocorrido em 1851, ao trazer em seu discurso, desta feita, questionamentos sobre a busca da identidade social respeitada em sua integralidade, bem como a compreensão das forças de opressão que recaem sobre as mulheres negras e como estas se articulam entre si tornando as condições destas mulheres específicas, o que reitera mais uma vez o fato de que o sujeito fala de um lugar de memórias, segundo aponta Zoppi-Fontana (2014).

No questionamento feito, a atriz revela ter sofrido algumas formas de preconceito presentes em sua vida desde a infância, quando um menino de sua escola a interpela se quem pagava a sua escola era a patroa da sua mãe. Este fato, nos leva a refletir sobre o quadro atual, uma vez que na atualidade, esses discursos são questionáveis e desmontados por teorias novas de representação social, que através das falhas da ideologia dominante, se constitui como processos discursivos de resistências. Ao pensarmos as identidades como um movimento

histórico (ORLANDI, 1997), somos levados a entender que ela não é estática, que não é homogênea e que pode se transformar, pois onde há uma “[...] ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão” (ORLANDI, 1997, p. 204) há também resistência e transferência de sentidos. Podemos elencar dois momentos de ruptura dos sentidos estabilizados para o sujeito mulher que promovem a ideia de resistência: a ascensão do movimento negro militante e a inserção da teoria de gênero nos estudos sobre mulheres.

Com relação à visibilidade da mulher negra na mídia a atriz nos reporta “*Quando eu fiz Chica da Silva, que foi muito sucesso e na sequência eu fui pra Globo, eu fiquei sete anos lá sem fazer grandes personagens até fazer a preta de ‘Da cor do pecado’.* Eu fico pensando, se eu fosse uma atriz, uma artista branca que tivesse feito um sucesso tamanho do de Chica da Silva, se ela já não iria para a Rede Globo com o status de estrela, né? Fatalmente iria”. O sujeito do discurso nos traz a reflexão sobre como a mulher negra é representada na mídia, visto que a falta de representatividade e as representações estigmatizadas na mídia provocam impactos profundos na construção de identidades das pessoas negras. “[...] A comunicação não apenas nomeia o mundo, mas o institui. Ela é capaz de criar a realidade. É a partir de conteúdos simbólicos que se constrói o imaginário dos indivíduos e, conseqüentemente, da sua realidade” (SODRÉ, 2006, p. 76). Esta fala também nos faz refletir sobre a invisibilidade dos sujeitos mulheres negras como forma de racismo utilizada pela mídia brasileira, pois é cultural e natural que as mídias reproduzam as ideias de quem dominam esses meios.

Quando o sujeito do discurso, afirma: “*Quando eu fiz Chica da Silva, que foi muito sucesso e na sequência eu fui pra Globo, eu fiquei sete anos lá sem fazer grandes personagens até fazer a preta de ‘Da cor do pecado’*”, ela usa o termo “eu fiquei sete anos lá sem fazer grandes coisas”, depois de um enorme sucesso vivendo a grande personagem, Chica da Silva, em outra emissora. Ao fazer uso deste termo, há, nesse sentido um efeito de paráfrase (via intradiscursos – uma palavra é trocada por outra, mas os sentidos são os mesmos) que é de denunciar as condições sociais desiguais de raça que vivem as mulheres negras na mídia brasileira. O que é reiterado com o seu próprio discurso, ao afirmar logo em seguida “*Eu fico pensando, se eu fosse uma atriz, uma artista branca que tivesse feito um sucesso tamanho do de Chica da Silva, se ela já não iria para a Rede Globo com o status de estrela, né? Fatalmente iria*”. Não ser uma mulher branca ecoa um efeito de sentidos sobre o racismo, segregação e dificuldades de inserção no mundo midiático. Na contrapartida, ser

uma atriz negra na Rede Globo, uma emissora de grande porte, ecoa efeitos de sentido de se ter uma posição social privilegiada e de elevado status social.

Ao afirmar “*Mas também tem uma coisa que nesse lado assim, eu acho que foi bom também. Porque eu era muito jovem, muito crua. Sete anos foi bom também para eu dar uma amadurecida até de interpretação e tudo... assim...*”, o sujeito do discurso nos faz lembrar o papel da ideologia, que é interpelar o indivíduo em sujeito de forma inconsciente, de modo que haja a consequente constituição dos sentidos. Este sujeito é clivado pelo inconsciente, ou seja, há um efeito de sentido de cobrança em se afirmar como boa atriz, o suficiente para papéis maiores. Ela é negra e mulher, o que aponta uma cobrança maior, sem margem para erros profissionais. Para Orlandi (1994, p. 296), é ela que realiza o apagamento necessário para o sujeito, “[...] de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de dar sentido: a produção do efeito de evidência”, de modo que acredite estar no centro da decisão de seu dizer, e que este tem uma interpretação única, evidente e que não foge ao seu controle: “*Mas também tem uma coisa que nesse lado assim, eu acho que foi bom também. Porque eu era muito jovem, muito crua*”. Esse efeito é possível a partir da ação do interdiscurso: “[...] é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passado para o anonimato, possa fazer sentido em minhas palavras” (ORLANDI, 2015, p. 31-32).

Sequência discursiva 16

Entrevistadora: Você se considera uma militante? De que causa? Há alguma causa específica pela qual você milita?

Taís Araújo: Há algumas causas assim... Na verdade, eu milito por um mundo melhor pra todo mundo, mais justo e mais honesto pra todos, sabe? É claro que há uma causa que é minha diretamente que é a causa da mulher negra, né? É... mas, a causa LGBTQ+ também é minha apesar de eu não ser, não pertencer, mas eu quero vida plena para as pessoas, vida plena pra todo mundo, sabe? É a causa do meio ambiente pode dizer que é uma causa minha também, mas assim... por causa de Aruanas, da série que eu fiz, uma causa que eu tive mais conhecimento, mas ela tem que ser minha porque eu vivo nesse planeta. Eu respiro. A menos que a pessoa respire, ela tem que ser uma militante do meio ambiente, entendeu? Porque vai garantir a nossa continuidade, então, na verdade, eu não escolheria uma causa ou outra. Eu acho que eu sou uma militante pelo bem viver, pela vida plena, pelo respeito à vida e ao outro.

O discurso apresentado por Taís Araújo, também produz um efeito de semelhança com o discurso de Angela Davis, bem como, mostra-se identificado à formação discursiva precursora de negra militante, por ser marcado pela interdiscursividade negro militante, mas também à outra causa. Ao afirmar “*Sempre reconheci meu próprio papel como ativista,*

ajudando a criar condições de possibilidade de mudança. E isso significa expandir e aprofundar a consciência pública sobre a natureza do racismo, do heteropatriarcado, da poluição do planeta e de sua relação com o capitalismo global. Este é o trabalho que sempre fiz e sempre soube que faria a diferença”, Davis reitera o fato de não só pertencer à FD militante negra, mas de mostrar que o seu discurso tem um deslizamento noutras FDs, assim, como no discurso de Taís Araújo “Na verdade, eu milito por um mundo melhor pra todo mundo, mais justo e mais honesto pra todos, sabe? É claro que há uma causa que é minha diretamente que é a causa da mulher negra, né? É... mas, a causa LGBTQ+ também é minha apesar de eu não ser, não pertencer, mas eu quero vida plena para as pessoas, vida plena pra todo mundo, sabe? É a causa do meio ambiente pode dizer que é uma causa minha também, mas assim...”.

Conforme a SD13, ao ser interpelada pela entrevistadora e pesquisadora, vimos que o discurso de Taís Araújo é atravessado por outros discursos, inconsciente. Em vista disso, ainda de acordo com Orlandi (2001a), Lacan ao reler Freud busca no Estruturalismo, embasado em Saussure e Jakobson um novo conceito de Inconsciente, ou seja, para Lacan o Inconsciente se estrutura a partir de uma cadeia de significantes cuja principal característica seria a repetição e a interferência no discurso efetivo, como se houvesse sempre ali um já-dito, um discurso atravessado por outro discurso, isto é, o discurso Inconsciente.

Nesse direcionamento, é pertinente o cotejamento em todas as sequências discursivas analisadas até então, para observar que, na interpelação em sujeito mulher negra militante, elas marcam os lugares sociais, pela tomada de posição – sujeito, em militante negras, ativistas, feministas, ambientalista. Assim, ao trazerem para o interior da FD militante a presença de outras FDs, alguns sujeitos, mostram-se, em suas produções discursivas desidentificados, em algum ponto dos saberes filiados da FD precursora de mulher negra militante, enquanto outros, por meio dos saberes que ambos mobilizam na produção dos seus discursos, apresentam-se como identificados à FD precursora de mulher negra militante, pois permanecem fazendo ressoar, pelo viés da memória discursiva, ecos dos saberes que circulam nessa FD precursora, conforme já demonstrados, nesta tese, nas análises anteriores. Sigamos agora, para a análise de outro sujeito midiático, a Beyoncé.

Sequência Discursiva 17

Ancestralidade

Eu venho de uma linhagem de relacionamentos quebrados entre homem e mulher, abuso de

poder e desconfiança. Só quando vi isso claramente pude resolver esses conflitos em meu próprio relacionamento. Conectar-se ao passado e conhecer nossa história nos torna tanto machucados quanto lindos.

Eu pesquisei minha ascendência recentemente e aprendi que eu venho de um proprietário de escravos que se apaixonou e se casou com uma escrava. Eu tive que processar essa revelação ao longo do tempo. Eu questioneei o que significava e tentei colocar isso em perspectiva. Eu agora acredito que é por isso que Deus me abençoou com meus gêmeos. A energia masculina e feminina foi capaz de coexistir e crescer no meu sangue pela primeira vez. Oro para que eu seja capaz de quebrar as maldições geracionais da minha família e que meus filhos tenham vidas menos complicadas. (BEYONCÉ, 2018)⁵¹

Ao analisarmos a SD17, veremos que o sujeito do discurso suscita alguns pontos sobre a ancestralidade. É sabido que a questão da descendência tem um papel importante nos discursos acerca da questão racial, não só no Brasil, como nos Estados Unidos da América, nos anos de 1960 e 1970. Destarte, já podemos começar a observar um movimento importante na produção da identidade, visto que a sociedade norte-americana se dividia em duas partes: brancos e negros. Muito embora, a mulher possuísse cor da pele branca, sua identificação racial, caso tivesse alguma ancestralidade negra, seria identificada como uma mulher negra.

Tomemos como exemplo uma parte da SD17 *“Eu pesquisei minha ascendência recentemente e aprendi que eu venho de um proprietário de escravos que se apaixonou e se casou com uma escrava. Eu tive que processar essa revelação ao longo do tempo. Eu questioneei o que significava e tentei colocar isso em perspectiva”*. Nela, podemos perceber um agenciamento do sujeito, que se identificou a uma formação discursiva, da qual ele enuncia o seu pertencimento como “negro”. Acontece, também um processo de identificação a uma determinada posição-sujeito, uma vez que a identificação a essa posição se dá por meio da nomeação como procedimento de identificação. Assevera-se que “nomear” uma pessoa, um indivíduo, faz com que ele seja identificado socialmente a uma posição, inscreve-o em uma formação discursiva da qual ele deverá enunciar. Entretanto, essa identificação, a meu ver, é política, no sentido que demos a esse termo anteriormente, ou seja, os sentidos devidos.

Nesse ponto, quando o sujeito do discurso, fala ter pesquisado sobre a sua ascendência para *“consertar relacionamentos quebrados entre homens e mulheres, abuso de poder e desconfiança”*, lembramo-nos de uma definição de extrema importância para quem trabalha o discurso, qual seja, “[...] a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2008, p. 100).

⁵¹ BEYONCÉ em suas próprias palavras; tradução do artigo escrito pela cantora para a Vogue. [S.l.]: Beyhive, 2018. Disponível em: <https://www.beyhive.com.br/noticia/2018/08/beyonce-em-suas-p%C5%95oprias-palavras-traducao-do-artigo-escrito-pela-cantora-para-a-vogue.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Ao se identificar a formação discursiva de mulher negra, o indivíduo é tomado pela ideologia, é interpelado em sujeito, o sujeito passa a enunciar sua posição (músicas, discursos etc.), seu discurso, por meio do qual podemos encontrar vestígios da ideologia que permeia as relações desse tal sujeito com a sociedade em que vive. O sujeito do discurso, presente na SD17, é afetado pelo histórico e pelo ideológico, sendo um sujeito assujeitado.

Ainda, atendo-nos a mesma SD, observamos que a presença de outra posição-sujeito no discurso desse enunciatador. Ao enunciar “*eu venho de um proprietário de escravos que se apaixonou e se casou com uma escrava*”, o sujeito identifica-se, também, pela descendência, a uma formação discursiva negra, ou seja, a uma identificação que está sendo trabalhada nos limites dessa FD; o sujeito enunciatador admite ter vindo de um descendente de pele clara, proprietário de escravos. Não obstante, vale nos atermos à outra parte da SD em questão, qual seja, por isso, “*Eu venho de uma linhagem de relacionamentos quebrados entre homem e mulher, abuso de poder e desconfiança*”. Fica claro, por esta sequência, que o enunciatador se identifica a uma posição sujeito negro, no interior da FD que o domina.

Sequência Discursiva 18

Legado

Minha mãe me ensinou a importância não apenas de ser vista, mas de me ver. Como mãe de duas meninas, é importante para mim que elas também se vejam - em livros, filmes e em pistas de decolagem. É importante para mim que elas se vejam como CEOs, como chefes e que saibam que podem escrever o roteiro para suas próprias vidas - que elas possam falar o que pensam e não ter limites. Elas não precisam ser de um certo tipo ou se encaixar em uma categoria específica. Elas não precisam ser politicamente corretas, contanto que sejam autênticas, respeitadas, compassivas e empáticas. Elas podem explorar qualquer religião, se apaixonar por qualquer raça e amar quem elas querem amar.

Eu quero as mesmas coisas para o meu filho. Eu quero que ele saiba que ele pode ser forte e corajoso, mas que ele também pode ser sensível e gentil. Eu quero que meu filho tenha um QI emocional alto, onde ele é livre para ser cuidadoso, sincero e honesto. É tudo o que uma mulher quer em um homem, e ainda assim não ensinamos aos nossos meninos.

Eu espero ensinar meu filho a não ser vítima do que a internet diz que ele deveria ser ou como ele deveria amar. Eu quero criar melhores representações para ele, de modo que ele possa atingir seu pleno potencial como homem, e ensiná-lo que a verdadeira magia que ele possui no mundo é o poder de afirmar sua própria existência.

Eu estou em uma posição de gratidão agora.

Eu estou aceitando quem eu sou. Vou continuar a explorar cada centímetro da minha alma e cada parte da minha arte.

Eu quero aprender mais, ensinar mais e viver integralmente.

Eu trabalhei muito para conseguir chegar a um lugar onde eu possa escolher me cercar do que me satisfaz e me inspira.

A Sequência discursiva 18 nos traz a superfície, tal qual na análise discursiva de Taís Araújo a posição-sujeito de mulher negra mãe, para a sua inscrição na formação discursiva de mulher negra militante, conforme podemos observar na SD18. O sujeito marca como o seu discurso foi afetado por outros discursos, ao mencionar que “*Minha mãe me ensinou a importância não apenas de ser vista, mas de me ver*”. Logo, o discurso do sujeito, passa a ser interpelado pelo discurso de sua mãe, a quem a cantora tem grande admiração. E, mesmo sem mencionar nesta SD que era militante, torna-se possível pelo acionamento da memória discursiva de como fora criada e de como pretende criar seus filhos, ou seja, com uma educação sem amarras, onde eles serão livres para fazerem as suas opções.

Ainda sobre a análise da SD 17, ao observarmos a linguagem, conforme explica Leandro Ferreira (2004), a linguagem tem uma organização singular que não rejeita o que escapa às suas próprias regras de ordenamento: a falta (ou excesso) é constitutiva (o) desta estrutura heterogênea. Além disso, a língua é definida como um aparato formal, no sentido de ter uma espessura material enquanto sistema de significante, sendo o equívoco o lugar de resistência inerente à língua e à sua constituição, compatível com sua natureza instável, heterogênea, contraditória de sistema não fechado - o que lhe permite escapar, como demonstrou Haroche (1992), às tentativas de gramatização ou normatização.

Desta forma, Ferreira (2000) postula a ambigüidade como fundamento para se evidenciar um modo de ser da língua, trabalhando a noção de efeito/evidência da língua: esta existe como corpo/materialidade – o que não autoriza a equivalência ‘uma forma – um sentido’ (opacidade x transparência). O efeito de aparente transparência da língua se dá ligada a outras duas evidências: a do sentido (uma palavra significa “x e somente x”) e a do sujeito (“eu sou y” /origem de si próprio; “eu quero aprender x” /fonte do sentido; “eu aprendo z” / origem da linguagem).

Assim sendo, se admite um apagamento do fundamento ideológico nas discussões sobre a linguagem, esclarecendo que é isto que a AD tenta resgatar quando fala em resistência, concebendo-a como um trabalho que se situa na margem entre a dominação que se faz da linguagem e a que ela estabelece (língua ora como serva, ora como dona do pensamento), conforme aponta Garcia (2000). Desta forma, os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, uma vez que os “furos” e as “faltas” são próprias à ordem da língua, são dela estruturantes no sentido de constituírem-se em “[...] fatos lingüísticos estruturais implicados pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1990, p. 105).

Sequência Discursiva 19

Elle: During the Mrs. Carter Show tour, you seemed to embrace your power in a new way—blazing the word 'feminist' in bold pink letters across stadium screens. What made you decide to embrace the term?

Beyoncé: I put the definition of feminist in my song ["Flawless"] and on my tour, not for propaganda or to proclaim to the world that I'm a feminist, but to give clarity to the true meaning. I'm not really sure people know or understand what a feminist is, but it's very simple. It's someone who believes in equal rights for men and women. I don't understand the negative connotation of the word, or why it should exclude the opposite sex. If you are a man who believes your daughter should have the same opportunities and rights as your son, then you're a feminist. We need men and women to understand the double standards that still exist in this world, and we need to have a real conversation so we can begin to make changes. [...] I don't like or embrace any label. I don't want calling myself a feminist to make it feel like that's my one priority, over racism or sexism or anything else. I'm just exhausted by labels and tired of being boxed in. If you believe in equal rights, the same way society allows a man to express his darkness, to express his pain, to express his sexuality, to express his opinion—I feel that women have the same rights.

Com o relato acima, Beyoncé retoma, via interdiscurso, as práticas feministas que legitimam o movimento feminista abordando também por Chimamanda Adichie, e ao revisitar, via interdiscurso, canta sobre a definição do feminismo na música '*Flawless*'. Elas atribuem a mesma definição de feminismo, ou seja, "*It's someone who believes in equal rights for men and women*", ou seja, o feminismo, denominado de Feliz, por Adichie por colocarem os homens e mulheres tendo os mesmos direitos e deveres, sem qualificar os homens como superiores, mas mantendo uma relação de igualdade. Tais sentidos nos permitem atribuir, a essas mulheres sua inscrição em uma FD feminista, consequentemente segmentada na matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Além disso, o sujeito do discurso se apropria, de saberes de uma FD feminista, via interdiscurso, ou seja, o discurso feminista de Chimamanda veiculado em seu TED, cujo tema explorado foi " Todos devemos ser feministas", apresentando os sentidos filiados a partir do Feminismo Feliz e que invadem a formação discursiva negro militante no âmbito feminista, uma vez que são atravessados pela fala do outro e, portanto produzidos entre uma atualidade e uma memória, marcando no interior da FD negro militante, o caráter heterogêneo, pelo surgimento de novos sítios de significância dentro dessa FD.

Não obstante, outro fator analítico é a desidentificação de Beyoncé à FD militante/feminista, o que nos permite analisar o papel da militância enquanto combatente do AIE e ARE, no sentido mais estreito de um aparelho repressor das minorias que são divergentes do modelo imposto. Logo, ser desviante do padrão do movimento feminista e de suas lutas precursoras é se tornar alvo, de toda tentativa de anulação de uma identidade, ou

seja, o feminismo Feliz rompe com alguns preceitos vivenciados pelo Movimento Feminista, de que todos (homens e mulheres) devemos ser feministas. Lembremo-nos, portanto, que o Movimento Feminista reclama o reconhecimento do sujeito feminino, não inferior, nem superior, mas com igualdade. Conforme suas próprias falas, o movimento, não admite qualquer tipo de opressão. No entanto, ainda sobre o movimento feminista, o fato de as questões masculinas não serem bandeiras muito levantadas por feministas em manifestos não significa que este não se solidarize com muitas questões da sociedade patriarcal e machista que também oprimem os homens. O discurso feminista é, conforme suas ativistas, um movimento de luta por igualdade de gênero e que qualquer discurso que o caracterize como opressor corresponderiam a uma tentativa fracassada de deslegitimar a luta feminista sem necessariamente compreender quaisquer de seus argumentos.

O feminismo é descrito pela Revista Carta Capital (2015, p. 01), como:

[...]um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres e que existe desde o século XIX. [...] Enquanto o feminismo busca construir condições de igualdade entre os gêneros, o machismo é o comportamento que coloca o homem em posição de superioridade com relação à mulher.

Para as militantes feministas, ao concordar com essas afirmações, qualquer sujeito, feminino ou masculino, torna-se feminista. Mesmo tendo esse objetivo, muitas mulheres, ainda fortemente interpeladas pelo discurso ideológico da superioridade masculina, levantam suas vozes para atacar o Movimento que busca garantir seus direitos mínimos.

Nesse ponto, Beyoncé afirmar ter sido interpelada por questionamentos que se encontrava dentro da FD militante feminista, que ela considera “tradicional”, por afirmar “*I don't understand the negative connotation of the word, or why it should exclude the opposite sex. If you are a man who believes your daughter should have the same opportunities and rights as your son, then you're a feminist*”. Assim, ela ratifica que nesse lugar contra-identificado, não encontrou os argumentos necessários sobre o feminismo. Por tal motivo, a cantora se desidentifica da FD feminista militante e se identifica com a FD feminista feliz, por apresentar saberes que ela considera como respostas aos questionamentos feitos, mostra-nos como funciona o feminismo, ou seja, a igualdade entre os gêneros.

Nessa percepção, é possível verificar o funcionar dos sujeitos Chimmanda e Beyoncé discursivamente, que, primeiro se identifica aos saberes da FD feminista, depois passa a questioná-los, como contra-identificado a essa FD e, em seguida, desidentifica-se desses saberes, pertencentes à FD feminista e, inscreve-se, como identificado, à FD feminista feliz. É

justamente acerca desses modos de sujeito, que Pêcheux (1997) afirma que é possível constatar que esse desdobramento pode assumir essas diferentes modalidades, ou seja, identificação, contra-identificação e desidentificação.

Em 2014, escreveu um artigo, “Igualdade de Gênero é um Mito” (Gender Equality Is a Myth), que está no Relatório Shriver. De acordo com ela, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade, principalmente salarial, e isso só poderá ser revertido quando ambos os sexos usufruírem dos mesmos direitos.

Temos que ensinar aos nossos filhos as regras de igualdade e respeito, de modo que, à medida que crescerem, a igualdade de gênero vai se tornar um modo de viver natural. E nós temos que ensinar nossas meninas que elas podem ir tão alto quanto for humanamente possível (BEYONCÉ, 2014)⁵².

Beyoncé foi questionada diversas vezes sobre ser ou não uma ativista. Em uma entrevista a Vogue UK em 2013, declarou que defini-la como feminista era algo extremo, mas ao longo de sua trajetória artística inúmeras letras falam da importância da mulher se impor frente a sociedade machista, o que torna seu discurso confuso.

Entretanto, quando o sujeito do discurso afirma “*I don't like or embrace any label. I don't want calling myself a feminist to make it feel like that's my one priority, over racism or sexism or anything else. I'm just exhausted by labels and tired of being boxed in*”, no que se refere à heterogeneidade das formações discursivas, podemos verificar o seu funcionamento no enunciado produzido pelo sujeito, o que nos permite observar, por meio do discurso produzido por Beyoncé, que, embora ela seja interpelada para se inscrever numa FD militante (feminista), os saberes que circulam nessa formação discursiva e ideológica, que lhe afetam na interpelação apontam para algumas diferenças dos saberes que tocam Angela Davis, Alek Wek, Conceição Evaristo, Djamilá Ribeiro, Taís Araújo e Luiza Brasil, assujeitados à FD negro militante.

Do exposto, Beyoncé, se desidentifica como feminista e Chimamanda se identifica como uma feminista, contudo, ao mesmo tempo que esse termo é o resultado de uma rede memórias, onde formulações anteriores são retomadas, o acréscimo de “Feliz”, aponta para possibilidade de atualização, ou seja, para novas discursivizações a partir do diferente no interior da formação discursiva militante feminista.

⁵² WHO run the world? Beyoncé afirma que a igualdade de gênero ainda é mito. [S.l.]: FFW, 2014. Disponível em: <https://ffw.uol.com.br/noticias/gente/who-run-the-world-beyonce-afirma-que-a-igualdade-de-genero-ainda-e-mito/>. Acesso em: 08 jan. 2015.

Não obstante, Beyoncé é uma mulher sensual, com inúmeros prêmios, capas de revistas e holofotes, possui muita atenção para si e cada um de seus passos, mas o feminismo não tem uma linha-fina sobre padrões para classificar-se como uma mulher do movimento, ou exclui alguém por ser um símbolo sexual. Mesmo contradizendo-se em alguns momentos, a cantora utiliza, a mídia e as suas canções com frases e apelos ao público para a igualdade dos sexos o que não a coloca como totalmente adepta e também não a afasta.

À vista disso, os discursos analisados nos mostram que são oriundos de discursos pré existentes, ditos noutra lugar, mas resignificados dentro do discurso militante, fazendo com que os discursos sejam atravessados e às vezes silenciados, assim como o papel da memória.

Desse modo, ao cotejarmos os discursos produzidos por esses sujeitos analisados, percebemos que a resistência a determinados saberes europeu e colonialista é algo presente entre eles. Isso mostra a resistência, vista pela ótica da Análise do Discurso pecheutiana, não é apenas se opor, mas sim, ser o outro. Desta forma, ao analisar os sujeitos do discurso: Chimamanda, Davis, Beyoncé, Alek Wek, Evaristo, Djamila, Taís Araújo e Luiza Brasil veremos que eles são interpelados pela ideologia. É nesse ponto que Pêcheux (1997) compreende o sujeito como uma posição no discurso, o que implica deixar de lado a noção de indivíduo e considerar o sujeito discursivo determinado no/pelo dizer, ancorando-se em palavras já ditas e plenas de significados. Logo, é desse modo, que pelo funcionar da ideologia, o sujeito da AD se constitui como efeito da linguagem, segundo aponta Leandro Ferreira (2004), ao dizer que se trata de um sujeito desejante, sujeito inconsciente, materialmente constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia.

Assim sendo, compreendemos que ao analisar o discurso produzido pelos sujeitos previamente mencionados, é observar que os sentidos de uma palavra ou expressão não está já dado, como algo já lá, não é algo pré-existente, podendo sempre ser outro, à medida que se inscreve numa ou noutra formação ideológica, bem como, de onde o sujeito enuncia, ou seja, da posição-sujeito que ocupa socialmente.

Os discursos analisados até aqui, nos remetem ao discurso fundante. Vale à pena lembrarmos que em 1851, Sojourner Truth, abolicionista e ativista afro-americana dos direitos das mulheres, nascida em um cativeiro em Swartekill, Nova York, foi também a oradora do discurso mais conhecido, chamado ““E eu não sou uma mulher?” – que inspirou o primeiro livro da feminista negra bell hooks, publicado em 1981 – na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos. Feito de improviso, o discurso foi registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras de *The history of woman*

suffrage, de 1881, grande compêndio de materiais sobre a primeira onda feminista. Antes disso, no entanto, o discurso havia sido registrado por Marcus Robison na edição de 21 de junho de 1851 do jornal abolicionista *The Anti-Slavery Bugle*.

“Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir em uma carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir em carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! [...] Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?”⁵³

Aqui, neste discurso do século XIX, Truth já evidencia um grande dilema que a mulher negra militante/feministas viria a enfrentar: o tema da interseccionalidade, ou seja, a renúncia de uma suposta estrutura universal para levar em conta fatores como raça, orientação sexual, identidade de gênero – fatores estes, mais explorados na terceira onda do feminismo através de Judith Butler. O que podemos perceber com o discurso de Sojourner e com as feministas negras norte americanas, como bell hooks e Audre Lorde, é que elas já denunciavam a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos do feminismo desde a década de 70.

Embora, alguns teóricos não consideram Truth uma feminista na acepção do termo, entretanto, Sojourner é um exemplo de que a interseccionalidade existiu nas primeiras e segundas ondas do movimento feminista, embora ambas não sejam caracterizadas por este tipo de reivindicação. Lembro-vos, portanto, que nesta pesquisa, considero o discurso de Truth como fundante.

O que se pode dizer, afinal, é que não existem ondas específicas em relação ao feminismo negro porque as mulheres negras foram silenciadas no interior do movimento, já que suas lutas não eram consideradas feministas mesmo quando produziam e criavam, historicamente, formas de resistência. O peso de uma voz única e o não reconhecimento de outras vozes criam uma hierarquia de quem pode falar e de qual história merece ser ouvida e catalogada.

⁵³ RIBEIRO, D. **Feminismo negro**: para além de um discurso identitário. [S.l.]: Cult, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/#:~:text=%E2%80%9CBem%2C%20minha%20gente%2C%20quando,em%20breve%2C%20ficar%C3%A3o%20em%20apuros>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Segundo Criola (2010) *apud* Pereira (2013),

[...] ao incorporar a interseccionalidade como princípio normativo de seu projeto político, o feminismo negro molda uma visão de democracia que se demanda não apenas de instâncias representativas, como também requer a permeabilidade do Estado aos grupos subordinados para que eles participem de “iniciativas da sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos”. (CRIOLA, 2010, p. 12⁵⁴ *apud* PEREIRA, 2013, p. 7)

Além disso, quando usado como recurso descritivo, a interseccionalidade do feminismo negro amplia o campo de visão com base no qual o estudo das relações raciais tem se firmado, permitindo compreender como a opressão racial é dependente e combinada com opressões de gênero, heteronormatividade e exploração econômica.

A partir do exposto, é possível entendermos, que a construção de uma identidade pautada a partir das relações de gênero e raça se apresenta como um caminho mais descontínuo que linear. Nesse sentido, penso ser importante também frisar a fala Carneiro (2003), quando menciona que, “[...] ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra” (CARNEIRO, 2003, p. 57). Os dois eixos de subordinação utilizados (raça/negra) e (gênero/mulher) na compreensão de categorias identitárias é pensar num contingente de múltiplas análises que o campo social possibilita.

Diante do exposto, torna-se possível recuperar as marcas da historicidade do movimento negro militante a partir do discurso fundante “E eu não sou mulher?” e, nesse enfoque de tamanho efeito de semelhança, dá-se também a impressão de que, os discursos analisados nesta pesquisa reatualizam na atualidade o discurso fundante de Truth (memória militante) e o reconta atualizado a partir de suas vivências, como paráfrase (que retoma o já-dito) e polissemia (que apresenta o novo discurso, os sentidos que surgem).

Dessa forma, somos levados a observar que os relatos expostos pelas mulheres negras militantes, mobilizados na FD militante, trazem saberes que se mostram identificados, sob

⁵⁴ A ONG Criola, fundada em 1992, é uma organização da sociedade civil com mais de 25 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras. A organização atua na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. É uma organização preocupada com a condição de vida das mulheres negras, que atua para capacitar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia. Essas e outras informações encontram-se disponíveis no site: <https://criola.org.br/onepage/quem-somos/>

efeitos de sentidos de “resistência e censura”, como pontos de luta e de aprovação a esse discurso fundante, cristalizado na memória da mulher negra militante.

Nessa direção, entendemos que é constituída por esses postulados, que esta tese se movimenta e também produz sentidos, ao observar os sujeitos negro entrevistados aqui, (Chimamanda, Davis, Beyoncé, Alek Wek, Evaristo, Djamila, Taís Araújo e Luiza Brasil), analisados mutuamente (sujeito e sentido), por meio da produção de discursos militantes historicamente marcados, materializados em uma unidade discursiva que possibilita o já-dito ser inscrito em um novo acontecimento, promovendo descrições e reflexões.

No que se refere as condições de produção do discurso produzido por Djamila, ratificamos que o efeito de sentido de diferença que ela expôs, sobre gênero e raça, lugar de fala na militância, se dá porque pela percepção ótica da AD, o sujeito está assujeitado ideologicamente a essa específica conjuntura histórica e social do Brasil e dos Estados Unidos e isso configura o sujeito. Sendo assim, o dizer de Djamila, por exemplo, advém dessas condições, pois é constitutivo delas, já que as condições históricas e sociais determinam a sua interpelação em sujeito do discurso. É desse modo que o sujeito mobiliza a produção do seu discurso, já constituído por essas condições de produção, chamadas por Pêcheux (1997) de conjunturas.

Frisamos também que os sujeitos analisados nesta tese efetuam o discurso a partir de uma posição ligada às condições de produção do discurso que o representa (relações de trabalho, o regime político, a religião, as relações de produções culturais, relações familiares, das instituições, Estado). O olhar da Análise do Discurso de linha francesa é importante pra a compreendermos que os sujeitos analisados aqui e os demais sujeitos sociais, ao se posicionarem como sujeitos discursivos, não reconhecem que o dizer que eles sustentam é efeito do assujeitamento a que estão interpelados, resultante das condições históricas e sociais, que lhes favorecem uma injunção à interpretação pelo viés da ideologia, uma vez que a sociedade é formação ideológica. Ou seja, ao falarmos em condições de produção do discurso, somos lembrados sobre as circunstâncias da enunciação, seja no aspecto restrito, ou no contexto imediato: (Quem enuncia? Pra quem os sujeitos enunciam? Qual a posição social dos locutores que interagem? Que aparelho ideológico representa?), quanto sem seu sentido/aspecto amplo (o contexto histórico, social e ideológico). Tais circunstâncias, em uma sociedade, são determinantes, no que tange a materialidade do discurso dos oito sujeitos aqui analisados e dos sujeitos de um modo geral.

Sobre a *FD precursora de mulher negra militante*, é importante marcarmos o lugar de Djamila como identificado à essa FD, pois ela demonstra mobilizar saberes presentes na FD precursora. O sujeito do discurso afirma que a sua finalidade é ser resistente, assim como vemos nos demais discursos mobilizados nestas análises.

Outro ponto relevante nos discursos produzidos pelos sujeitos analisados, é que os discursos inscritos na FD militante, eles resistem a outros saberes que contradizem os saberes pertencentes a essa FD na qual eles estão inscritos e identificados. Djamila, por exemplo mobiliza um efeito de resistência a saberes contrários a esse. Isso implica dizer que, as pessoas (sujeitos) que não entendem esses saberes, não são vistas pelo sujeito do discurso na FD militante, com a qual se identifica.

Após feitas as análises acerca do discurso produzido pelos sujeitos selecionados para esta pesquisa, torna-se inexorável, aqui, a necessidade de estabelecer um diálogo com as Ciências Sociais para perceber como se mostra, a interseccionalidade e o lugar de fala, na contemporaneidade através dos oito sujeitos analisados, e se eles mantêm a identidade negro militante na atualidade e em cotejamento, relacionando-os à FD precursora negra militante.

Buscar as configurações positivas das mulheres negras em sua militância é desestabilizar os discursos androcêntricos e racistas e abrir caminhos para outras possibilidades como agentes políticos, entendendo a militância como a luta por uma causa e a participação efetiva em uma organização, no caso, nos grupos de mulheres e/ou nos movimentos negros, organizados em coletividade. É desconstruir as categorias que classificam, localizam e atribuem papéis sociais aos sujeitos e dar lugar às identidades móveis e provisórias que ultrapassam a subjetividade ancorada no gênero e suas intersecções.

Assim, voltei-me para um ponto essencial na existência destes grupos: a experiência, enquanto categoria de análise, de ser mulher e negra na sociedade brasileira e norte americana e suas implicações na construção das identidades individuais e coletivas das militantes.

Identities⁵⁵, essas, que são significadas, reinventadas e utilizadas pelos movimentos de mulheres negras no processo de busca pela visibilidade, como fundamental para

⁵⁵ A identidade envolve sistemas de representação que inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos em que estes significados são produzidos. Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem falar.

A categoria mulheres se apresenta não apenas em sua relação com o gênero, mas em termos de linguagem e representações culturais “engendradas” em outras experiências como as de raça e classe, entre outras que constituem sujeitos plurais, por vezes contraditórios e fragmentados.

desestabilizar a apropriação autoritária da produção do conhecimento e a construção de estereótipos e modelos.

Por isso, utilizo mulheres negras militantes no plural e não mulher negra no singular para assinalar, mesmo que de forma simples, a multiplicidade de papéis sociais desempenhados por cada uma delas e a existência de várias identidades imbricadas em suas representações e autorrepresentações: mães, educadoras, modelos, historiadoras, escritoras, solteiras, casadas, lésbicas, atrizes, cantoras, estudantes, além de outras que não comportaram uma categoria unificada de mulher. Isso ressalta dizermos que a identidade só ganha sentido se relacionada ao outro (alteridade), ao que está noutra lugar e aos outros discursos sociais em que é produzida, assim como se mostra sua indissociável relação com a historicidade. Do exposto, evidenciamos que tanto a AD, quanto as Ciências Sociais compreendem a identidade como uma construção discursiva, histórica e constitutiva, permitindo, assim, o amigável diálogo entre a AD e as Ciências Sociais.

As sequências analisadas dos sujeitos negros militantes envolvidos nesta pesquisa, considerando a percepção de identidade móvel, demonstrando que a identidade militante presente na FD precursora negra militante e os sujeitos militantes envolvidos na pesquisa, apresentam semelhanças, diferenças ou se apresentam uma identidade fixa.

Assim, as análises feitas sobre Djamila e Chimamanda mostram que elas apresentam uma identidade militante heterogênea, pois trazem traços de identificações diferentes que contraditam a maioria dos traços identitários negro militante, pela presença do atravessamento do discurso do Feminismo direcionado a todos (homens/mulheres). Logo, são apresentados por eles traços identitários contraditórios a identidade militante clássica, o que provoca uma desidentificação da *FD precursora negra militante*. Os antagonismos foram encontrados apenas nos discursos destes dois sujeitos. O “Feminismo Feliz” mistura à velha identidade militante, nos tempos atuais. Este processo de descentralização da velha identidade na contemporaneidade é descrito como:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2003, p. 7)

Logo, podemos afirmar que a identidade negro militante está imbricada em um processo de construção de sentidos e é concebida como um processo, algo móvel,

fragmentada e relacionada a movimentos na historicidade. Podemos, assim dizer, que a análise do discurso das mulheres negras militantes rememora os ensinamentos de Pêcheux, trazendo-os inscritos numa memória, para produzir esta tese, reatualizando-os pelos modos discursivos de funcionamento subjetivo, nos quais os sujeitos mulheres militantes negras da atualidade se encontram em relação à formação discursiva de negro militante e com o olhar de analista sob este trabalho, retrabalho-o, o que aqui, reverbera-se.

Como conclusão das análises realizadas, elaboramos um quadro, mostrando como se encontra a identidade da mulher negra militante na atualidade, considerando para isso, o lugar social que cada sujeito que faz parte dessa ramificação enuncia, pois, de acordo com Silva e Azevedo (2017a):”enunciados mostram-se nos sujeitos e sujeitos enunciam de um lugar social, inscritos numa formação discursiva e se constituem numa posição-sujeito”.

FORMAÇÃO DISCURSIVA DE MULHERES NEGRAS MILITANTES

- ✓ O sujeito está assujeitado à autoridade do discurso feminista;
 - ✓ Compreensão das formas de opressão que recaem sobre as mulheres negras e como estas se articulam entre si tornando a condição destas mulheres específica;
 - ✓ Grande ênfase na identidade social da mulher negra, que pode ser central na convivência social, visto que a depender do local e da época, os sujeitos são construídos a partir de uma série de disputas de significados;
 - ✓ Forte presença do discurso feminista e combate ao discurso machista (autoritário e patriarcal) sustentado, ainda, pela sociedade;
 - ✓ Luta contra o purismo moral (as mulheres devem ser submissas ao homem que é o cabeça da casa, muitas vezes).
 - ✓ Luta contra o enunciado de que a mulher deve silenciar-se quando há uma voz masculina no recinto.
 - ✓ A luta da mulher por uma posição na sociedade e pelo direito à educação, voto e lugar de trabalho de forma igualitária;
 - ✓ Busca pela identidade social respeitada em sua integralidade.
 - ✓ Luta contra o machismo e contra o racismo.
-

7 EFEITO DE CONCLUSÃO

Para compreendermos o sujeito mulher negra militante brasileira e americana, foi necessário analisarmos seu discurso, delimitando o lugar social que sua voz ocupa na posição-sujeito, que é entrecruzar por vozes integrantes de dada realidade social, no evento discursivo. Nesse viés, apontamos discursos de mulheres negras militantes historicamente marcados em uma unidade discursiva que possibilita o já-dito inscrito em um novo acontecimento, promovendo descrições e reflexões.

Discutimos também os efeitos de sentido entre locutores, que ecoam no dizer sobre o que cada sujeito representa e como se reporta perante a sociedade, bem como a análise da produção de efeitos de sentido no processo de militância e de embates entre as formações discursivas nas materialidades discursivas presentes nos relatos de histórias de vida. Não obstante, mostramos como o discurso das oito mulheres negras militantes analisadas produz sentidos. E, para obtermos tais resultados, dialogamos com os estudiosos das Ciências Sociais, em sua produção discursiva.

Ao considerarmos os diálogos estabelecidos entre autores clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais, procuramos compreendê-los na constituição dos movimentos negros militantes, em quatro fases. A primeira fase: **Primeira fase do Movimento Negro organizado no Período da República** (1889-1937); a segunda fase: **da Segunda República à ditadura militar** (1937-1945), a terceira fase: **a redemocratização à República Nova** (1978-2000) e a quarta fase : **Movimento Negro organizado na República** (2000-2020). Para entendermos todas as fases e a evolução dos movimentos militantes, faz-se necessário refletir sobre as principais mudanças ocorridas nos movimentos militantes, bem como as rupturas ocorridas, a partir de suas origens.

Desenvolvidas as discussões, não podemos deixar de mencionar que, tanto a questão do gênero, como raça e cultura, é considerada ao longo de toda a pesquisa, uma vez que a interseccionalidade está arraigada ao tema central desta pesquisa, tal como vimos nas análises já apresentadas.

Ao longo deste trabalho, mobilizamos saberes relacionados à Análise do Discurso de linha francesa, estabelecendo uma correlação com Pêcheux (1997, 2009). Assim, ao observar como se desloca o discurso militantes no decorrer dos anos, recorreremos à apresentação da primeira etapa: Discurso fundador (momento fundante em que as mulheres estadunidenses começam a reivindicar pelos seus direitos, a começar pelo sufrágio universal – século XIX.

Temos a segunda etapa com destaque para a Formação dos primeiros movimentos negros militantes, com o propósito de demarcar estruturalmente a evolução dos movimentos, finalizando com o Discurso heterogêneo, por apresentar entre os movimentos diferentes ramificações, assim como o feminismo que engloba a homens e mulheres, que devem compartilhar os mesmos direitos e deveres, causando assim uma desidentificação de dois sujeitos negros militantes.

Para fundamentar toda a evolução dos estudos propostos, nos baseamos em Orlandi (1987, 1989, 2006, 2008, 2010, 2011, 2012, 2014, 2017), Indursky (1997, 2000a, 2000b, 2001, 2005, 2007). Indursky *et al* (2013) e por demais estudiosos da AD. Observamos as modalidades discursivas de funcionamento subjetivo de oito mulheres negras militantes analisadas e, ao procedermos a esta investigação, percebemos que esses sujeitos analisados se encontram na maior parte do tempo na mesma modalidade, identificados à FD de mulheres negras militantes, e em poucos momentos, há algum tipo de contra-identificação ou desidentificação, ao produzirem diferentes movimentos de sentido num mesmo objeto simbólico, que é o discurso militante negro, tomado como objeto de estudo sócio-histórico nesta tese.

Destarte, analisamos de que posição-sujeito cada uma das militantes negras pertencentes ao Brasil ou EUA se posiciona. Assim, vimos que Angela Davis e Djamila Ribeiro se apresentam como mulheres negras militantes ativistas, bem como Alek Wek, contudo, Alek demonstra lutar pela causa dos refugiados de forma mais acirrada, enquanto Davis e Ribeiro lutam de forma geral pelas causas sociais, fazendo frente às causas que envolvem a interseccionalidade, ou seja, raça, gênero e classe, contudo sem perder a identidade militante negra.

Enquanto, isso, Conceição Evaristo se coloca também como militante “*E estou inserida em movimentos de mulheres negras sempre, mas como militante, não como liderança*”. Os sujeitos que apresentam um grau maior de deslocamento, como uma desidentificação, no discurso foram a Chimamanda e a Beyoncé, mas mantiveram os principais aspectos identitários, trazendo novos traços, que para os movimentos de mulheres negras mais radicais, podem ser antagônicos, como o fato de que todos podem ser feministas (homens ou mulheres), conforme já explicitado durante a análise de seus discursos, favorecendo, assim, o surgimento de uma identidade feminista nova, encontrando-se assim, contra-identificado na FD feminista apresentada até então, pois apenas, questionam alguns saberes presentes nessa FD, retornando-os e estabelecendo novos sentidos, mas

permanecendo identificada a outros saberes da FD da mulher negra militante, mas não a ponto de dizermos que se trata de uma nova identidade ou de uma desidentificação, segundo análise pecheutiana.

Assim, apontamos nessa tese a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar a busca pela identidade e revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes nuances do feminismo construído em uma sociedade multirracial e pluricultural. Essa busca nos levou a engendrar uma agenda específica de combate à desigualdade de gênero, raça e cultura. Afirmamos e viabilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre. Delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil e nos EUA.

Consideramos que ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular.

Desse modo, quando Isabella Van Wagenen, nascida escrava e tornada livre em 1787, pregadora pentecostal, ativista abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, muda seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade), marcando com esta mudança de nome sua identidade e subjetividade, faz o seu discurso ‘E não sou uma mulher?’ aos 54 anos de idade, na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, apontamos ao movimento feminismo clássico, em suas características fundantes. Esta tese aponta para a compreensão de que há, na atualidade, a mesma ânsia por igualdade entre gêneros, de combate ao racismo e para que todos tenham acesso à cultura, surgindo uma identidade relacionada às mulheres negras militantes.

Nessa etapa, é numa interface entre a Análise do Discurso de linha Francesa e os Estudos das Ciências Sociais, baseados principalmente nos estudos de Bell Hooks (2015), Djamila Ribeiro (2013,2019), Lélia Gonzalez (1982, 1984, 2008, 2018), Sueli Carneiro (2003, 2005), dentre outros, permitindo que a tomada de posição desses sujeitos analisados promove efeitos de sentidos diversos, tais como submissão, passividade, usos e costumes mantidos etc. Para tal, a memória discursiva ocupa papel constitutivo ao recuperar o que está na exterioridade, no já dito noutro lugar, conforme Pêcheux (1997), ao dizer que alguma coisa fala antes em outro lugar independente e diferentemente.

Observamos nos sujeitos analisados que a identidade da mulher militante negra mostrou-se determinada pela busca de seus ideais, que é romper com qualquer tipo de preconceito. Essa identidade possibilita, desde a análise do discurso fundante, o já-dito ser inscrito em um novo acontecimento, promovendo uma auto-reflexão, bem como das mulheres que as seguem. Destacamos, contudo, que a identidade da mulher negra militante analisada nessa pesquisa mostrou-se estar se fortalecendo cada vez mais. Além disso, os sujeitos analisados apresentam saberes cristalizados, recorrentes dessa formação discursiva, contudo a sua identidade está sempre em movimento, mas sem se deslocar para outras ramificações.

Objetivamos, assim, contribuir para os estudos relacionados às Ciências da Linguagem e Ciências Sociais, visto que apontamos para a reflexão sobre a militância voltada ao 'Feminismo Feliz', que se opõe a saberes da FD precursora negra militante, que possuía menos flexibilidade a este respeito.

Após feitas as análises acerca do discurso produzido pelos sujeitos selecionados para esta pesquisa, torna-se inexorável, aqui, a necessidade de estabelecer um diálogo com as Ciências Sociais para perceber como se mostram a interseccionalidade e o lugar de fala, na contemporaneidade, a partir dos oito sujeitos analisados, e se eles mantêm a identidade de sujeito negro militante na atualidade e em cotejamento, relacionando-os à FD precursora mulher negra militante.

Apesar de tudo o que foi dito sobre o discurso do sujeito negro militante sob os gestos interpretativos e leitura das Mulheres negras militantes, sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, ainda há muito o que ser dito, escrito nas entrelinhas da historicidade, sob o apagamento e o silenciamento de muitas produções realizadas pelas mulheres negras militantes, mas que não aparecem nas publicações oficiais, nas quais podemos observar as vitórias e evoluções realizados pelas lideranças negras militantes.

Finalmente, reafirmamos o interesse de que nosso trabalho possa iluminar os estudos sobre a mulher negra na Análise do Discurso de linha francesa e nas Ciências Sociais e que, principalmente, gere outras questões que encaminharão novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ADAS, M. **Geografia da América**: aspectos físicos e sociais. São Paulo: Moderna, 1982.
- AGUSTINI, C. L.; GRIGOLETTO, E. Escrita, alteridade e autoria em análise do discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 145-156, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga22/arqs/matraga22a08.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ALTHUSSER, L. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 9-48, 2005.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDRADE, S. S. Mídia impressa e educação dos corpos femininos: *In*: LOURO, G. L. *et al.* (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 108-123.
- ANDREWS, G. R. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 52-56.
- ARRAES, J. G. **A carne mais exótica do mercado**. [S.l.]: Portal Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carne-mais-exotica-mercado-por-jarid-arraes/>. Acesso em: 20 ago. 2019
- AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-RÉVUZ, J. (org.). **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.
- AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidades(s) Enunciativas(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p.25-41, 1990.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista estudos feministas**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-140, 2002.

BARONAS, R. L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BRANDÃO, M. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1993.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRITO, L. A. N. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?. **Eutomia**, Recife, p. 542-562, 2012.

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. 3. ed. São Paulo: Universidade Federal Paulista, 1992.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão de identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

CARASTATHIS, A. The Concept of Intersectionality in Feminist Theory. **Philosophy Compass**, Los Angeles, v. 9, n. 5, p. 306, 2016.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Rev. Estud. Fem.**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARDOSO, C. P. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/enegrecendo-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CARNEIRO, S. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFÓBIA E GÊNERO, 3., 2001, Durban. Anais [...]. África do Sul: CMCRDXI, 2001.

CARNEIRO, S. *Gênero, raça e ascensão social*. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

CARTA capital. O que é feminismo?. São Paulo: Carta Capital, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-feminismo-2198/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, A. L. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

CAZARIN, E. A Heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: SEAD, 2005.

CEVA, A. L. A. Intelectuais não canônicas: Mulheres negras militantes antirracismo. *In*: FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. (org.). **Outras Mulheres**: Mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2012. p. 59-77.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Chapman and Hall, 1990.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective statement [1978]. *In*: SMITH, B. (org.). **Home girls**: a black feminist anthology. New Jersey: Rutgers University Press, 2008. p. 264-274.

CONVENÇÃO Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979). Cedaw: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1979. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 18 de abr. 2020.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: UFSCar, 2009.

COURTINE, J.-J. **Decifrar o corpo**: pensar como Foucault. Petrópolis: Vozes, 2017.

COURTINE, J.-J.; MIRANDIM, J. M. **Quel Object pour l'analyse du discours? Materialités discursives**. Lille: Press Universitaires, 1981.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 14, p. 538–54, 1989.

CRUZ, M. A. **Alternativas para combater o racismo**. Salvador: Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, 1989.

CUNHA JÚNIOR, H. A História Africana e os elementos básicos para o seu ensino. *In*: Lima, I. C.; Romão, J. (org.). **Negro e Currículo**. Florianópolis: NEN, 1997. Série pensamento Negro em Educação.

DANTAS, P. S. **Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990**. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (1948). Paris: Assembleia Geral da Nações Unidas, 1948. Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/2decla.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DORLIN, E. **Sexe, Genre et Sexualités**. Paris: PUF, 2008.

ENTREVISTA Lélia González. **Jornal Movimento Negro Unificado**, São Paulo, n. 19, p. 08-09, maio/jul. 1991. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, L. M. C. Análise do Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 131, dez. 2004.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da Língua nos limites da sintaxe e do discurso**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FIGUEIREDO, A. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, A. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

FIGUEIREDO, A.; FURTADO, C. A. As elites negras. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 131-149.

FILGUEIRA, A. A. **Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADET; F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. São Paulo: Pontes, 2004.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negro no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2013.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, L. “Mulher negra”. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (org.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marcozero, 1982. p. 24.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, L. (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 190-214.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GREGOLIN, M. R. **Formação Discursiva, Redes de Memória e Trajetos Sociais de Sentido: Mídia e Produção de Identidade**. *In*: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?. *In:* GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. (org.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Paulo: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. R. A Análise do Discurso: Conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, n. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>. Acesso em 10 jun. 2014.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In:* FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

GRIGOLETTO, M. **A resistência das palavras**: discurso e colonização na Índia. Campinas: UNICAMP, 2002.

GRIGOLETTO, M. Sujeito, subjetivação, inconsciente e ideologia. *In:* GRIGOLETTO, M.; CARMAGNANI, A. M. (org.). **Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade**. São Paulo: Humanitas, 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, S. **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: SAGE Publications, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, S. "El espectáculo del "Otro"". *In:* RESTREPO, E.; WALSH, C.; VICH, V. (ed.). **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Colombia: IESCP, 2010. p. 419-446.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-78, 1995.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: UNICAMP, 1997.

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. *In:* INDURSKY, F.; CAMPOS, M. C. **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000b.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In:* INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, F. **A noção de sujeito em AD**: do desdobramento à fragmentação. Porto Alegre: ANPOLL, 2000a.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no Processo da Leitura. *In*: ERNEST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (org.). **A escrita e a leitura como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

INDURSKY, F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-88.

INDURSKY, F. *et al.* **O acontecimento do discurso no Brasil**: AD. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In*: INDURSKY, F. (org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Estatísticas de Gênero, 2010: uma análise do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas – informação demográfica e socioeconômica**, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

JONES, J. M. **Racismo e preconceito**. São Paulo: EDUSP, 1973.

JORDÃO, A. B.; PETRI, V. No entremeio da Análise de Discurso e da psicanálise: as bordas do Real. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, v. 16, jan./jun. 2018. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 1 mai. 2019.

KADER, C. C. C. A heterogeneidade enunciativa: um entrelugar. *In*: REUNIÃO NACIONAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9., 2012, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 01-15.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**, [S.l.], p. 7-16, 2016.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, J. (org.). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LIE, J.; BRYM, R. J.; HAML, C. L. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

LORDE, A. Age, race, class and sex: women redefining difference. **Sister outsider: essays and speech**, p. 114-123. 1984.

- LUCAS, S. **Todos nós estamos ligados à África, todos nós temos origem em África, quer saibamos ou não.** Portugal: Vogue, 2019. Disponível em: <https://www.vogue.pt/abril-2019>. Acesso em: 03 jan. 2021.
- MAGALHÃES, B. **Contradição social e representação do feminino.** Maceió: EDUFAL, 2011.
- MAINGUENEAU, D. Interdiscurso. *In*: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (org.). **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 286-291.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje.** Campinas: Pontes, 2003.
- MALDIDIER, D. Éléments pour une histoire de l'analyse du discours en France. *In*: GUILHAUMOU, J. *et al.* (org.). **Discours et archive. Expérimentations en analyse du discours.** Liège: Mardaga éd, 1994.
- MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. L. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** São Paulo: Parábola, 2013. p. 101-121.
- MAUÉS, M. A. M. Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 119-129, 1991.
- MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso: História e Práticas.** São Paulo: Parábola, 2007.
- MIGUEL, L. F. **Mulheres nos espaços de poder e decisão.** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 09-29.
- MOREIRA, M.; DIAS, T. **O que é 'lugar de fala' e como ele é aplicado no debate público.** [S.l.]: Nexo Jornal, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%ABblico>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. A resistência negra: das revoltas ao movimento negro contemporâneo. *In*: MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2006. p. 107-133.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2003. v. 3.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: o processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Paz e terra, 1978.

NASCIMENTO, M. E. F. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2007a.

ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**. Campinas: Unicamp, 2010.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO*, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2001a.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulações e circulações dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **Eu, Tu, Ele. Discurso e real da história**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. P. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, Campinas, n. 4, p. 09-19, 1998.

ORLANDI, E. P. Texto e discurso. **Organon**, Rio Grande do Sul, p. 111-118, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29365/18055>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ORLANDI, E. P. **Vozes e contraste**. São Paulo: Cortez, 1989.

ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura**: da história do discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

OS OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio. Brasil: ODM Brasil. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2001. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado?. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 251-273.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 08-24, jul./dez., 1990.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, P. (org.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2010. p. 56.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Rôle de la mémoire. *In*: MALDIDIER, D. (org.). **Histoire et linguistique**. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. 4, p. 35-55, out. 1998.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HACK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 171-176.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A. A propósito da análise do discurso: atualizações e perspectivas. *In*: GADET, F.; HARK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

PEDRO, J. Narrativas fundadoras do feminismo. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PENINA, M. **Pesquisa revela que 86% das mulheres pobres não se sentem representadas na mídia**. [S.l.]: Nós Mulheres da Periferia, 2015. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/pesquisa-revela-que-86-das-mulheres-pobresnao-se-sentem-representadas-na-midia/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PEREIRA, J. B. B. Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio da antropologia política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 24, p. 53-61, 1982.

PEREIRA, A. C. J. Feminismo Negro no Brasil: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336312_ARQUIV_O_fazendogenero_trabalhofinal2013.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINHO, A. **“Como vim parar aqui? Tenho uma resposta”, diz CEO da Pandora**. São Paulo: Exame, 2017. Disponível em: <https://exame.com/carreira/como-vim-parar-aqui-tenho-uma-resposta-diz-ceo-da-pandora/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

QUARTA conferência mundial sobre a mulher (1995). Pequim: ONU, 1995. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/fwcwn.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo; Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RODRIGUES, A. C. **Por que executivos negros ainda são exceção?**. São Paulo: Vc S/A, 2017. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/por-que-executivos-negros-ainda-sao-excecao/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ROMBINO, A. **A síndrome do Negro único na moda**. São Paulo: O Estadão, 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/moda-estadao/a-sindrome-do-negro-unico-na-moda/>. Acesso em: 08 set. 2020.

SAFA, H. (ed.). **Feminism Postmodernism Development**. Londres: Routledge, 1990.

SAMPAIO, A. S. C. **(Re)(des)construção das identidades do sujeito mulher no facebook: o corpo em (dis)curso**. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

SANTANA, I. Negros em colarinhos brancos: estilos de vida, identidades e ascensão social no serviço público I. **Cadernos de Estudos Sociais**, v.1, n.29, 2014.

SANTANA, J. R. G. **Análise dos discursos acadêmicos da/sobre a voz cantada no processo de ensino-aprendizagem**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 1.

SAUSSURRE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: E. Cultrix, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.

SCOTT, J. W. História das Mulheres. In: BURKE, P. **A escrita na história**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUSA, L. M. A. O real e a poesia nos entremeios litorâneos de Pêcheux e Lacan. *Fragmentum*. **Programa de Pós-graduação em Letras**, Santa Maria, n. 47, jan./jun. 2016.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Florianópolis: EDUFSC, 1987.

SCHERMACK, K. Q.; FREITAS, E. C. A formação discursiva e as condições de produção no discurso vieiriano: uma análise do sermão de Santo Antônio. **Revista MOARA**, n. 37, p. 45-59, jan./jun., 2012.

SANTOS, J. R. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, J. R.; BARBOSA, W. N. (org.). **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, B. S. **A Interseccionalidade e a discriminação de raça e gênero no ensino superior**: o caso da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 2016. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/producao-nucleo/pibic/interseccionalidade-discriminacao-raca-genero-ensino/relatorio-interseccionalidade-discriminacao-raca-genero.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2020.

SILVA, D. S. **Nasceste da divisão e ela te divide mais**: análise do discurso religioso de membros de ramificações da Assembléia de Deus no Brasil e em Portugal. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, D. S. Ratos governadores? Memória discursiva, posições-sujeito e ideologia na produção de sentidos numa charge política. **Revista Dissol**, Pouso Alegre, ano IV, n. 7, jan./jun., 2018.

SILVA, M. N. **A mulher negra**: o preço de uma trajetória de sucesso. 1999. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, T. T. *et al.* **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TRUTH, S. **Ain't I A Woman?**. Ohio: Convenção dos Direitos da Mulher, 1851.

VANINI, E. **Luiza Brasil, uma das principais influenciadoras digitais do Rio, mostra que transitar é a palavra de ordem**. Rio de Janeiro: O globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/luiza-brasil-uma-das-principais-influenciadoras-digitais-do-rio-mostra-que-transitar-a-palavra-de-ordem-23414186>. Acesso em: 26 fev. 2019.

VARIKAS, E. **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas: Unicamp, 2016.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 89–114, 2019.

WATKINS, M.; DAVID, J. **To Be a Black Woman: Portraits in Fact and Fiction**. New York: William Morrow, 1970.

WIDDOWSON, H. G. **O Ensino de Línguas para a Comunicação**. Campinas: Pontes, 1991.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. *et al.* (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: UNICAMP, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Leitura*, v. 23, p. 15-24, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Objetos paradoxais e ideologia. **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, p. 41-59, 2005.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O acontecimento do discurso na contingência da História. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). **O Discurso na Contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-144.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

01. Para iniciarmos a nossa conversa, o nosso bate papo, eu gostaria de saber em qual momento da sua vida, se na escola, no trabalho, na mídia, através da religião, você teve acesso ao tema militância?
02. Há um ponto marcante em que sua vida, em que você tenha percebido que o seu discurso exercia tamanha influência na vida de outras mulheres e especialmente, na vida de outras mulheres negras?
03. Houve algum período, na sua vida, em que você sofreu tenha sofrido alguma forma de preconceito latente e que te marcou?
04. Hoje no Brasil o que significa ser uma mulher, e em específico, ser uma mulher negra?
05. Há alguma causa específica que você milite por ela ou você engajada em várias causas?
06. Existem algumas falhas, rachaduras, dentro do Movimento Feminista. Trazendo para os dias atuais quais são as principais diferenças entre as bandeiras dentro desses movimentos?
07. Qual é o papel das mídias sociais para o movimento feminista? Na sua opinião o papel social que a mídia exerce é positivo para a militância?
08. Como é possível descolonizar os nossos pensamentos, em uma sociedade que ainda não nos vê como sujeito?
09. Como você avalia as políticas públicas do governo atual voltada a promoção das mulheres e o enfrentamento ao racismo?
10. Vivemos um mito no Brasil de que não há racismo no Brasil e dentro desta esfera, temos uma parcela de pessoas que são negras, mas não se veem como tal. Como podemos lidar com o racismo nesta situação?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS AOS SUJEITOS DA PESQUISA:

SUJEITOS MULHERES NEGRAS MILITANTES NO BRASIL

Entrevistada: Taís Araújo

Entrevistadora: Como se deu o encontro na questão do tema feminismo ou militância. Como você se encontrou neste universo?

Taís Araújo: Kelly, eu acho que foi uma tomada de consciência, na verdade eu já venho de uma formação (é). Eu sou neta de uma mulher que chegou o momento da vida dela em que ela tinha quatro filhos de um cara e que ela não vivia um relacionamento feliz e que ela abandonou tudo, pegou os filhos foi embora e não quis mais ficar, topar aquele tipo de relacionamento. Foi criar os quatro filhos dela sozinha e ainda começou um relacionamento com um rapaz bem mais novo que ela. Imagina isso lá nos anos 50, anos 60. Ou seja, a minha avó, eu costumo dizer que ela era feminista sem nem saber o sentido da palavra, o significado da palavra (choro). Sempre que eu falo dela eu me emociono muito. Então, eu venho dessa formação de mulheres de uma família muito feminina e filha dessa mulher, assim. Minha mãe, minhas tias. A minha avó só teve dois filhos homens. Um com nove anos, ela perdeu ele, ele sumiu e o meu outro tio, o Silvinho que a gente fica brincando de que ... gente o meu tio foi criado por muitas mulheres, então ele naturalmente, ele age como uma de nós, assim. A gente fica brincando. Então, eu sou fruto dessa linhagem, dessas mulheres muito independentes e feministas, sem saber que elas eram. Claro que em algum momento é ... ter uma sociedade muito forjada em cima do machismo, claro que em muitos momentos a minha educação passou por uma educação machista, assim como a da minha mãe e a das minhas tias, que não tem como escapar, é muito a base do país. Mas eu acho que o fato de vir dessa linhagem, dessas mulheres, facilita muito assim... Agora quando eu acordei pra vida mesmo... não, e eu sempre fui criada pela minha mãe da seguinte maneira. Olha, eu vou te criar para ser uma excelente profissional e não depender de homem, não depender de homem. Isso era na minha cabeça, assim, martelada, minha e na da minha irmã. Não pode depender de homem, não pode depender de homem, tem que ser profissional, tem que ser independente, tem que ser independente. E, o que te já é uma educação bem feminista, assim, ter a sua independência acima de qualquer coisa. E, depois do nascimento da minha filha, a minha filha tem cinco

anos. O nascimento da minha filha mexeu muito comigo nesse lugar. Eu fui obrigada a olhar pra mim novamente. Eu tenho menino, um filho mais velho de nove anos, que eu também tenho preocupações com ele também, é claro. Mas, o fato de eu ter tido uma menina me deixou bem abalado. O que me obrigou a olhar pra mim e me obrigou a olhar de fato para a condição da mulher no Brasil. E que tipo de Brasil eu quero pra minha filha, que tipo de país eu quero, que sociedade eu quero pra ela. E foi aonde eu vi que eu preciso de fato trabalhar, para que a minha filha tenha uma sociedade que seja mais gentil e que haja de maneira justa e honesta com todas as mulheres. E também de perceber que não passa só por mim que sou uma mulher cheia de privilégios, sabe? E que essas melhorias têm que vir da base. De quem está na base da sociedade, na base da pirâmide. E, que naturalmente as melhorias vão chegar para todos, mas se não mudar pra quem está na base, não é uma mudança real. A partir desse pensamento, que também é difícil pra gente, porque a gente vive numa sociedade difícilíssima em que o trabalho doméstico, por exemplo, a gente precisa do trabalho doméstico, como é esse trabalho doméstico? Como é a sua relação com essas pessoas? A gente teve que rever, a gente está nesse exercício, né? Como são muitos anos vivendo numa mesma forma, mas acho que só o fato de a gente está aberta a olhar pra si e se reeducar pra que a gente tenha de fato um país mais justo pra todas as mulheres, eu acho que já é muito importante.

Entrevistadora: Você já sofreu algum tipo de preconceito racial no seu período de pré ou pós aparecimento na mídia?

Taís Araújo: Eu já passei algumas vezes, assim... eu tenho memória de passar quando era criança numa escola, que é o clássico, né? Eu estudava em uma escola particular e também muito tradicional e um cara perguntou... um menino perguntou se quem pagava a minha escolha era a patroa da minha mãe. É... até um dia eu brincando de desfile no meu condomínio, um homem muito mais velho, que hoje em dia, deve ter uns 70 anos. Eu era uma criança. Ele... ele... A gente estava brincando de desfile. Ele falou do que você tava brincando? Eu dei um forinha nele porque eu era toda metidinha. Ele me chamou de macaca. Um velho que tinha idade pra ser o meu pai, né? Tipo, ridículo! Ridículo! Ridículo! Eu era uma criança. Tipo inaceitável.

Quando eu fiz Chica da Silva, que foi muito sucesso e na sequência eu fui pra Globo, eu fiquei sete anos lá sem fazer grandes personagens até fazer a preta de 'Da cor do pecado'. Eu fico pensando, se eu fosse uma atriz, uma artista branca que tivesse feito um sucesso tamanho do de Chica da Silva, se ela já não iria para a Rede Globo com o status de estrela, né? Fatalmente iria. Mas também tem uma coisa que nesse lado assim, eu acho que foi bom

também. Porque eu era muito jovem, muito crua. Sete anos foi bom também para eu dar uma amadurecida até de interpretação e tudo... assim... Bom, e outras passagens, tantas outras, se você for ver o que aconteceu, a repercussão do TED, do meu TED também tem muito racismo embutido ali naquela repercursão. Pô, fizeram memes com o meu filho e o que eu falei é o que está acontecendo aí também você vê as notícias salpicando.

Ah, o caso de injúria racial, que eles chamam de injuria racial pra não dá cadeia, porque racismo é crime inafiançável, mas o fato que aconteceu comigo na internet foi crime de racismo. Aí é o racismo agindo sobre o racismo porque assim, foi um crime de racismo, e eles não enquadram enquanto racismo. Eles enquadram como injúria racial pra que a pessoa não seja presa. E aí é o ciclo da impunidade no país também e de desmerecer, de enfraquecer as leis nesse sentido, né? As leis que protegem a gente. Enfim, já passei inúmeras vezes.

Entrevistadora: Você se considera uma militante? De que causa? Há alguma causa específica pela qual você milita?

Tais Araújo: Há algumas causas assim... Na verdade, eu milito por um mundo melhor pra todo mundo, mais justo e mais honesto pra todos, sabe? É claro que há uma causa que é minha diretamente que é a causa da mulher negra, né? É... mas, a causa LGBTQ+ também é minha apesar de eu não ser, não pertencer, mas eu quero vida plena para as pessoas, vida plena pra todo mundo, sabe? É a causa do meio ambiente pode dizer que é uma causa minha também, mas assim... por causa de Aruanas, da série que eu fiz, uma causa que eu tive mais conhecimento, mas ela tem que ser minha porque eu vivo nesse planeta. Eu respiro. A menos que a pessoa respire, ela tem que ser uma militante do meio ambiente, entendeu? Porque vai garantir a nossa continuidade, então, na verdade, eu não escolheria uma causa ou outra. Eu acho que eu sou uma militante pelo bem viver, pela vida plena, pelo respeito à vida e ao outro.

Entrevistada: Djamila Ribeiro

Entrevistadora: Para iniciarmos a nossa conversa, o nosso bate papo, eu gostaria de saber em qual momento da sua vida, se na escola, no trabalho, na mídia, através da religião, você teve acesso ao tema militância?

Djamila: É... começa desde casa com o meu pai que era militante do movimento negro, então, o meu nome ele tirou de um jornal da militância negra chamado *Jornegro*. O meu e o da minha irmã. Eu sou a caçula de dois irmãos e uma irmã. Então, desde criança esses assuntos

eram discutidos dentro de casa. O meu também era sindicalista, ele era estivador no Porto de Santos e que era uma categoria muito politizada na época e ele fez questão de apresentar pra nós essas discussões, levava a gente em manifestação, falava da importância da questão racial, levava a gente ao teatro, por exemplo, sempre fazia a gente se levantar e olhar - quantos negros tem aqui? A gente, aí... só a gente. Por isso tem que estudar e tal e pegava muito no nosso pé pra gente estudasse. Eu estudei numa escola em Santos, chamado Colégio Moderno dos Estivadores, que era um colégio para filhos e netos dos estivadores. Fui assistir a última geração aí, antes da privatização do porto, então, ainda era uma geração mais politizada. Então, desde cedo em casa foi o meu primeiro contato com esses temas. Depois, quando eu trabalhei na Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos que é uma ONG. Hoje ela não existe mais, mas foi uma ONG muito importante na Baixada Santista, é ... modernizaram muitos seminários, muitos eventos nacionais e internacionais. Ali elas tinham, forneciam atendimentos psicológico e jurídico para mulheres vítimas de violência doméstica. Tinha uma biblioteca muito importante chamada Carolina Maria de Jesus, que tinha um acervo vastíssimo de obras de mulheres negras e foi ali, eu acho, que foi o meu segundo divisor de águas, assim, de entender a perspectiva feminista negra a partir daquelas leituras daquelas mulheres. Ali eu conheci Sueli Carneiro pra fazer um evento junto com GELEDÉS, participei do Fórum Social Mundial, participei de vários eventos e ali foi uma virada de chave importante na minha vida, quando eu me entendi como feminista negra.

Entrevistadora: Há alguma causa específica que você milite por ela ou você engajada em várias causas?

Djamila: É... eu acho que ali na Casa de Cultura foi um direcionamento, porque eu já me entendia militante, mas eu sentia falta da discussão de gênero em casa. Meu pai, por mais que ele fosse muito militante, era um homem, né? Com as suas limitações de homem, sobretudo em relação a minha mãe. Então, foram questionamentos que surgiram na minha adolescência, né? De algumas contradições, né? Porque ele era muito aguerrido por um lado, por outro lado, minha mãe era uma dona de casa e que meu pai mantinha um certo controle. Então, por mais que meu pai seja uma grande inspiração pra mim e ele é, a minha mãe também, muitíssimo, porque a minha mãe me introduz na religião afro-brasileira. Eu fui iniciada com oito anos de idade, por conta de minha mãe. Então a minha mãe tem essa presença forte na minha na minha construção religiosa, de uma mulher que tentou dentro dos seus limites transcender essas questões, mas não tinha ali condições concretas, muitas vezes para, e a religião também

é algo muito importante na minha vida. Muitíssimo importante e fundamental parte constituinte de quem eu sou porque me apresenta uma outra visão de mundo, uma outra geografia da razão, uma outra construção do feminismo. O que eu de repente eu não tinha em casa, por conta do meu pai manter uma coisa machista, a religião me proporcionava quando eu tinha contato com os arquétipos feminismo, que não eram esses arquétipos submissos necessariamente. Então, eu acho que a Casa de Cultura me põe em contato com mulheres que estavam discutindo isso, né? Eu começo a ler sobre isso, então eu percebo que não é só uma coisa da minha cabeça, de eu admirar, de chegar numa roda de NoXiré e achar aquilo lindo. Aquilo fazia sentido. Então, direcionou muito das minhas escolhas acadêmicas, por exemplo, ter trabalhado lá. Eu fui professora voluntária da Educafro, um núcleo em Santos, durante muitos anos eu fui coordenadora do núcleo. Dei aula nesse núcleo de educação popular. Então, eu acho que tanto em casa como a Casa de Cultura direcionaram muito de minhas escolhas e mesmo na Universidade quando eu passo no vestibular para filosofia na Unifesp, eu já tinha 28 anos e uma filha de 3 anos, lá na Unifesp junto com outros colegas a gente criou um grupo chamado MAPOU, que era um núcleo de estudos de interdisciplinaridade em raça, gênero e sexualidade e a gente organizava eventos dentro da universidade, uma vez que nas disciplinas não eram apresentadas para nós autoras negras, autores latinos, só autores homens brancos europeus. Então, dentro da Universidade a gente militou, fez esse grupo que a gente fez muito barulho, um grupo discente durante anos na Universidade, mas eu sinto que tudo isso, veio dessa minha formação de base.

Entrevistadora: Há um ponto marcante em que sua vida, em que você tenha percebido que o seu discurso exercia tamanha influência na vida de outras mulheres e especialmente, na vida de outras mulheres negras?

Djamila: É.. eu acho que talvez... eu acho que eu demorei assim, pra cair essa ficha, porque como eu venho de uma origem militante, na minha casa era... ah... eu estou fazendo o que eu tenho que fazer. Eu acho que eu percebi isso, quando eu lancei a coleção, Femininos Plurais, que aí pra mim foi uma surpresa muito positiva ver o alcance que o projeto independente teve, desde o lançamento de Lugar de Fala, que foi o primeiro livro, lotado em São Paulo e depois a gente fechou uma rua no Rio de Janeiro com mais de mil pessoas. Acho que foi ali, pra mim foi um susto, porque quando eu pensei a coleção foi muito também por conta de tudo o que eu passei no processo de graduação e mestrado e foram processos muito dolorosos e hostis na academia, muita hostilidade. Isso não é filosofia, lá vem à militante que estuda gênero. Na minha banca de qualificação do mestrado, eu ser hostilizada por uma das professoras da

banca. Então, eu tinha muitas dores desse processo da academia, desse não lugar, ainda mais na filosofia que é uma área onde as pessoas não falam o quanto à filosofia é elitista. Muitíssimo elitista! Então, é quando eu lanço a coleção, eu já era colunista da Carta Capital, eu escrevi lá até 2015 mais ou menos ...2016, começo de 2016. Quando eu lanço a coleção foi que eu levei esse susto de que esses anos como colunista, como uma pessoa que estava escrevendo, disputando uma narrativa dentro daquele espaço, tinha tido de fato uma influência na vida das pessoas, porque a coleção agora a gente tem oito títulos e todos os autores pautando os debates, então, eu acho que foi quando a gente lançou o Lugar de Fala em novembro de 2017. Foi o primeiro baque. A Casa lotada e eu levei um susto, eu falei:- gente, as pessoas vieram, e eu fiquei extremamente surpresa e depois no dia primeiro de dezembro, quando a gente lança, no Rio, e aí fechou uma Rua no Rio de Janeiro com milhares de pessoas... Conceição Evaristo, as mais velhas, pessoas jovens. Ali foi quando eu dei o meu primeiro baque de falar gente realmente às pessoas levam a sério o que eu falo, né? Até porque a gente dúvida muito da gente como mulher negra. Não diferente. Eu não sou diferente também dos ataques que a gente sofre, das deslegitimações que a gente passa. Eu acho que o baque primeiro foi quando eu lancei Lugar de Fala de ver milhares de pessoas indo lá prestigiar o lançamento de um livro. Foi muito interessante os relatos das companheiras do Rio de Janeiro que foram de taxi até o local. Era uma rua na Lapa que a gente fechou e várias delas disseram que os taxistas falaram: - Nossa, o que é que está acontecendo aqui? É algum bloco de Carnaval? É alguma festa? E elas: - Não! É um lançamento de um livro de uma das nossas. E surpresa das pessoas dizendo tudo isso para um lançamento de um livro? - É o lançamento de um livro. E aquilo não deixa de ser festa, né? Eu que sou uma pessoa do candomblé a gente não faz essas separações tão eurocêntricas, mas acho que foi sobretudo o lançamento do Rio de Janeiro, em dezembro de 2017, que me deu esse baque assim, Uau, que responsabilidade.

Entrevistadora: O que significa pra ti, ser uma mulher e ser uma mulher negra?

Djamila: Eu partilho muito da Lélia Gonzalez que é uma das minhas referências de entender de entender um legado nosso, não só como de dor, mas de resistência. De luta e resistência. Durante muito tempo pra mim esse foi só um lugar de dor. Eu acho que a Lélia, ela restitui a gente de humanidade ao mostrar que – não é um lugar de luta também, porque senão a gente só vai ser objeto da opressão e não um sujeito que resiste. Hoje pra mim é muito esse lugar, claro ainda é esse lugar da dor porque nós sabemos que somos exceções dentro desse espaço

ainda. A maioria das mulheres negras ainda passa por uma situação no Brasil de extrema violência e vulnerabilidade, mas também é um lugar da potência porque é um lugar das mulheres que são as guardiãs da resistência do povo negro no Brasil, de mulheres que, quando você olha as ialorixás, às vezes, eram mulheres que eram empregadas domésticas, mas no terreiro elas eram sacerdotas, elas eram mulheres que todo mundo escutava, elas eram mulheres que todo mundo reverenciava, né? Então, eu acho que esse lugar também da gente se constituir a partir desse lugar da resistência, ele é muito importante, que é hoje o lugar que eu me permito estar. Sim... nunca foi fácil para as nossas, muito pelo contrário. Como eu tenho muita relação com as mais velhas, isso também me põe perspectivas sempre. As vezes quando eu reclamava elas me davam um puxão de orelha, dizendo: - há você acha que é fácil? Você acha que pra mim não foi? Você acha que na minha época era como? Engole o choro. Um dia a Luiza Bairros falou pra mim: - Engole o choro. Sua geração tem que ser a geração engole o choro. Deve fazer essas coisas. Imagina eu! E aí eu olhava isso e falava, pois, é! Porque pra elas, imagina, elas foram importantes pra que a gente estivesse aqui hoje. E foram mulheres incríveis, nas suas áreas de atuação. Então, eu vejo muito com esse lugar da potência também, esse lugar da restituição da humanidade, o lugar de me enxergar como ser humano e não como uma guerreira e não como uma pessoa que atende demandas de todo mundo, uma que tem que dar conta de tudo. Então pra mim, hoje, esse lugar como mulher negra é me permitir dizer não, me permitir dizer 'eu estou cansada', hoje eu não vou conseguir. Porque esperam muito de nós. Essa coisa da mulher guerreira é um lugar muito violento porque isso nos adocece especificamente. Muitas tombaram por conta dessas imposições. Então pra mim é muito esse lugar de sim, eu ser uma pessoa que vou continuar militando, eu tenho um ativismo. Vou lançar agora o livro Mulheres Quilombolas, com 18 mulheres quilombolas. Eu tenho essa missão de publicar autoras negras, autores negros, mas eu sou um ser humano. Sou mãe, eu tenho uma filha de 15 anos, então tem momentos que eu quero ficar com a minha filha, tem momentos que eu não vou em ato. Vou dizer que não vou. Não vou mentir. Eu não vou porque que não vou! Vou ficar em casa. Me permitir o auto cuidado, como algo revolucionário para nós mulheres negras. Então, eu me entendo nesse lugar hoje de me humanizar, porque a sociedade nos desumaniza de todas as formas. Ou você é subalterna, ou você é guerreira. Então, quando você é humana? Isso também é importante pra mim nessa minha trajetória de mulher negra é me entender como ser humano e respeitar os meus limites, respeitar o meu passado e não querer ser uma pessoa que só atende demanda dos outros.

Entrevistada: Luiza Brasil

Entrevistadora: Como é possível descolonizar o nosso pensamento em uma sociedade que ainda nos vê como sujeito?

Luiza Brasil: No meu caso que é moda e comunicação, que é um dos principais territórios. Ele vem como um ponto de unificação. É como um ponto muito importante para unificar produções, porque eu acho que todos nós, em termos de moda e comunicação, principalmente, a gente se via como ilhas. E esse lugar do indivíduo nos coloca muito isolados e aí talvez isso dá a entender que, (caramba!) eu sou Luiz mais existe a Magá Moura, Juliana Lunes, existe uma Suriane, enfim, existem outro nomes que fazem esse pensamento de moda de um lugar que não é inspirado nas visões que a moda que o Brasil tem como norte, que é eurocêntrica, né? Embranquecido, Hemisfério Norte. Então, é assim... faz com que a gente comece a criar um espaço de coletividade e entender, que realmente, o que a gente pode fazer, o que a gente pode produzir, até enquanto particularidade, porque todas nós somos muito plurais nesse universo. Eu posso dizer, que assim, todas muito diferentes da forma como trabalham, estilo e até construções imagéticas, não é? Agora termos nós mesmas, nos unificando, como digital, faz com que a gente se fortaleça. Faz também com as nossas produções, que a gente produz enquanto conteúdo digital, ele se reverbera pra outras mulheres, que também, por muito tempo, só se viam pautadas numa moda das revistas e até mesmo da blogosfera, durante um dado momento, e que só tinham pessoas brancas, mulheres brancas, magras, um padrão dito como universal. Então, assim, o que eu acredito muito é que realmente, a decolonidade ela dá ao universal digital pra moda, que é o campo que eu tenho mais propriedade, ele vem como, realmente, esse lugar de construção do coletivo, né? A gente tem que entender que existem muitas forças negras, de mulheres negras, muitos movimentos estéticos de pesquisa que fazem entender que não existe só... o eixo não é só a Europa e os Estados Unidos. Existe muito, existe para além disso tudo, existe uma construção, até mesmo, do lugar da África, que para a moda, e quando ela chega no Brasil, a África, tem um lugar de tradução, enquanto parece que é um país só e a África tem lugar no continente que tem muitas narrativas. Então, realmente ... eu, no meu caso, tenho que fazer essa conexão com influenciadoras, ou com forças da moda, do continente africano, né? E começar a criar as minhas aspirações de moda e entender que no Brasil existem outros nomes que estão fazendo o seu papel e juntar essas pessoas nas suas pluralidades. Isso faz com que a gente, realmente, comece a criar o

pensamento decolonial, um pensamento de que a gente consegue fazer as nossas próprias produções, construir a nossa própria imagem e fazer, mesmo, até em termo de Brasil, pra este tempo, um trabalho que tenha haver com uma construção que talvez, agora, era percebida como uma inspiração de *look*, como um lugar importante, mas que daqui há vinte anos, eu acho que isso vai ter uma história, isso vai ser contado, isso vai ser narrado, isso vai ser um momento, sabe? Esses personagens vão ser agente de uma transformação que daqui há vinte anos a gente vai entender o que foi esse momento e decodificar direitinho, sabe?

Entrevistadora: Como é possível descolonizar os nossos pensamentos, em uma sociedade que ainda não nos vê como sujeito?

Luiza Brasil: Eu até gosto muito quando me vem uma pergunta como essa, de traçar um pequeno túnel do tempo do contemporâneo, é claro! Porque acho, que assim, quando a gente vem mais bem pra traz, né? Na década de 80, 90, 70 e um pouquinho mais, a gente tem o enegrecimento, Lélia Gonzalez, são intelectuais muito fortes e que fazem parte da imagem da constituição preta, mas eu vejo muito que quando a gente fala da década de 2010 e 2020, e aí quando a gente fala de meia década, cinco anos, mais ou menos pra cá, de 2014 até agora, a gente viveu 50 anos em 5, sabe? São processos que já tem evoluções muito notórias porque eu acho que de 2014, 2015 pra cá, eu acho que teve um primeiro momento que foi pontuar o lugar identitário do ser negro, para aquele momento, que não é mais a mesma coisa da década de 60, de 70. Não é o mesmo repertório. O que eu digo de repertório? De construção de imagem, dos referenciais, dos ídolos, né? A gente cativa esse nomes, mas a gente quer construir uma nova história, um outro lugar disso tudo, então assim... eu acho que 2015, 2104 foi um lugar crucial para gente se reafirmar identitariamente, em termos de imagem, em termos de look, é quando começa a acontecer de fato, vira uma força, movimentos culturais como o afro-punk da vida, que vira um irradiador de tendências, e não só de tendências, mas começa a entrar no mapa de comportamentos, inclusive os perrots de estilo de tendências para negros e não negros, dos comportamentos globais enquanto cultura. A gente começa a ver o lugar de mulheres como Karol com K, emergindo, né? Dentro da esfera cultura com notoriedade, dentro da cultura brasileira. A gente começa a ver a ascensão de blogueiras negras e de todo movimento de Beatshop, transição capitalar, tudo isso com mais força. Não que isso não existisse anteriormente. Isso existia, mas começou-se a dar nomes. Começou-se a ser identificado. Então, eu acho que esse processo começa nesse lugar imagético identitário, pra depois, em 2016, de repente, a gente começa a ressignificar a nossa presença nesses

espaços. E aí os espaços que foram favorecendo a nossa significação é porque a gente durante esse dois anos, a gente virou imagem. Viramos um pouco mais capas de revistas, estávamos um pouco mais nas passarelas, sendo uma pessoa ou outra ali, marcando presença em grandes trabalhos publicitários, né? E aí a gente começa a ressignificar esse lugar... é... tipo, não! A gente não quer ser só a imagem, a gente não quer ser só o 'close', o lacre, o na frente das lentes. Queremos ser atrás das lentes. Nós queremos ocupar espaços. Nós queremos liderar, penetrar nessas engrenagens. Não somos um elemento de fora. Fazemos parte. Então, eu acho que a gente começa a falar de ocupação, de representatividade, que representatividade importa, não só na imagem, mas dentro de toda a estrutura. E aí depois disso a gente parte para esse lugar do empoderamento. Em 2018, de repente, dois anos depois, que é um outro que é financeiro mesmo, né? Que é de falar das escolhas. Estamos nesses espaços, mas a gente está nesses espaços e qual é a nossa estrutura diante disso tudo? Recebendo menos? Ganhando menos? Por permuta, enquanto as outras pessoas ganham, sabe? É ... baixa remunerações dos seus honorários? A gente começa a entender o outro momento desse empoderar-se. Empoderamento. E aí eu acho que agora, quando eu entrasse na moda, em 2020, com essas infelizes agendas norte-americanas e brasileiras de assassinatos de jovens pretos e de todo esse debate antirracista, né? A gente tem falado da decolonialidade, de como sair do eixo, né? De um eixo cultura universal, que é a Europa, o Hemisfério Norte, como um todo, e vamos trazer isso para outros focos de cultura, para que não sejamos só o exótico, para que não sejamos apenas o de fora, sabe? Então, a gente passa para esse lugar de decolonialidade, né? E até mesmo de uma normatização de uma cultura dentro de um espaço. Ela não é uma cultura do exótico, ou gueto. Não! Ela é uma cultura tanto quanto, então isso na moda também se reflete, sabe? Dentro dos espaços do símbolo, né? E aí tem um Rihanna numa Vogue Britânica com um durag, porque o Eduardo Enniful, que é diretor da Vogue traz isso como símbolo, dentro de um espaço de moda supremo, então e assim a gente começa, realmente, a ter uma construção que não nos coloca como no momento anterior, como algo exótico ou estereotipado, ou como um momento da moda. Não! Nós agora somos partes de uma engrenagem. Precisamos ser! A nossa voz importa. Vidas negras importam em todos os setores.

Entrevistadora: Para iniciarmos a nossa conversa, o nosso bate papo, eu gostaria de saber em qual momento da sua vida, se na escola, no trabalho, na mídia, através da religião, você teve acesso ao tema militância?

Luiza Brasil: Eu acredito que esse processo de militância, não foi uma busca. Eu não busquei esse espaço, mas foi algo construído em mim. Eu tenho pais que tiveram o ensino superior, pós-graduados, que tiveram acesso a faculdade e ascensão social, tá? Meu pai saiu de um lugar de extrema pobreza para um lugar de classe média. A minha mãe de um lugar de classe média baixa para a classe média e os dois eram conscientes. Nem digo que tinham um lugar de ativismo. Eles pouco leram sobre autores negros. Eu acho que não tinha esse espaço intelectualizado do que é um ativismo e do que é uma militância, mas eu sempre fui criada com muita consciência dentro de casa pelos dois. E eu sempre lembro um lugar, de uma memória afetiva que me remete algo ancestral e algo de muito aprendizado nesse lugar da militância, que foi quando eu comecei a frequentar salões afros. Eu tinha em torno dos meus cinco anos. Isso foi em 92, 93. E os salões afros naquele momento ainda não tinham esse *glamour* e não era essa coisa como existe opções de salões que tem franquias. Eram espaços mesmo, de aquilombamento, eram espaços de troca e de mulheres negras contando as suas histórias, das suas angústias e toda essa coisa do cabelo pra mim, tem uma relação que vem muito afetivamente com esse lugar da militância, porque realmente, eu nunca alisei o meu cabelo, eu nunca fiz nenhuma prática de alisamento, nenhuma técnica. Eu usei muito o cabelo afro porque eu tava ali no salão e isso já era uma resposta do que a gente conversava ali sobre a nossa beleza, sobre o nosso enaltecimento, dos nossos traços, do nosso cabelo, da nossa pele; e então assim, era o que foi muito construído a partir de uma imagem, mas que dizia muito sobre outras coisas, não é? E foi aonde eu comecei a trabalhar o lugar de autoestima, até mesmo para os espaços que eu ocupava. O que eu dizia de ocupação era – poxa, eu era uma criança que estudei em escolas de classe média alta, particulares e de lugares muito privilegiados, sendo uma ou duas crianças negras nesse lugar. Então assim, tudo isso foi aonde foi me dando esse senso, essa consciência de militância, até mesmo de questionar: - Caramba! Por que só tem eu aqui? O que é que acontece? Que mundo é esse? Por que a maioria dos que eu vejo preta estão servindo? Estão trabalhando numa casa de família? Então esse lugar foi o meu lugar de provocação e questionamento e isso surgiu muito até do espaço do salão de beleza. E, é até engraçado, porque foi um dos lugares de mais aquilombamento e das questões mais profundas que eu tinha de ver as mulheres conversando, e eu fui levando essas questões para a minha vida. Aí o tempo foi passando, até que, com o digital e como eu trabalho com moda. Trabalhei durante muitos anos com a Costanza Pascolato e trabalho muito com o seguimento luxo e premium no Brasil e de marcas globais, eu comecei a ver, que realmente, esse espaço único, e por mais que eu fosse ser uma mulher negra, e por mais que

eu fosse classe média, com privilégios adquiridos diante dessa questão social, por que que eu sofria racismo? E as pessoas falavam: - Ah não! Não sofre! Não tem nada não! Tem uma boa condição. E aí, eu ia numa loja esperar a minha chefe, as pessoas pensavam que eu era babá, ou era cuidadora de criança ou de cachorro, entendeu? E aí eu comecei a virar essa chave e comecei a entender que dentro das inspirações de moda, do lugar das referências de moda, que as marcas, que as publicidades, que as revistas trabalhavam, não tinham pessoas pretas. Elas não olhavam para essas pessoas como uma referência, uma inspiração, porque tinha um lugar eurocêntrico que regia o que era a inspiração do momento. Então, tudo isso eu fui começando a questionar. Eu fazia uma coluna para um blog de moda importante da época – Nudices – virei colunista e comecei a pautar esse lugar representatividade, dos agentes de moda e das pessoas dentro desse espaço, porque as pessoas negras não tinham a mesma relevância. Não tinham essa visibilidade. Então, eu acho que essa minha militância veio muito desses lugares mesmo, dos questionamentos, dos meus espaços de solidão, de todas as escolhas que eu fiz na minha vida, das escolhas profissionais e também dos caminhos pessoais que ser uma mulher de classe média, ele nos mostra sempre.

Entrevistadora: Vivemos um mito no Brasil de que não há racismo no Brasil e dentro desta esfera, temos uma parcela de pessoas que são negras, mas não se veem como tal. Como podemos lidar com o racismo nesta situação?

Luiza Brasil: É extremamente complexo esse lugar, desse mito da democracia racial e óbvio que somos um país muito diverso e miscigenado, mas como toda essa cultura ela vai se vendendo, não é? Como vai tendo uma publicidade em torno dessa democracia. Falando de mim, eu sempre tive essa percepção enquanto mulher negra. Eu não tive esse lugar da descoberta em si, eu acho que foi um processo de conscientização dos meus pais durante muito tempo e acredito sim, que tenha um lugar racial, ou de consciência, de construção de consciência que hoje em dia a gente vem exercendo e acho que muito disso, tem haver sim com as políticas de inclusão e de acesso a educação. Há espaços de liderança pública e espaço de poder, que foi feito isso em governos como do Lula e da Dilma, do governo do PT. E eu acho que tudo isso foi aonde a gente começou a ter uma virada do governo de consciência racial. Eu ainda acho que é um processo inicial de tudo, mas já é pra mim algo muito importante quando você ver que existe um salto de 32%, que eu ainda não tenho o percentual, mas de pessoas que se declaram negras, entre pretas e pardas, né? Existe um salto imenso do

censo de tempos pra cá. Eu acho que foi o de 2018, o publicado. Então, assim, eu acho que a população brasileira é muito recente. Nós somos um país de 520 anos, um país que “aboliu-se” a escravidão num papel, no papel, porque eu acho que existem vários termos, vários diálogos na nossa sociedade. Eu acho que “aboliu-se” em papel há 132 anos, e assim, e agora, vivemos num mar de imaginação da nossa existência por muitos anos, até que começou-se a existir política das cotas e dos acessos. Então eu acho que isso vai ser um grande impulsionador mesmo dessa identificação racial, dessa conscientização racial, que vai começando a ter representatividade, você vai começando a se ver em pessoas e aí pessoas pardas e negras assumem um espaço, ocupação, papel, porque eu acho que não tinha muito referencial pra muita gente. As pessoas não se viam representadas em muitos pontos e essa falta de referencial, de fato afeta a nossa percepção de mundo. Então, muitas pessoas achavam que o caminho mais simples era se auto declarar branco, porque ser branco, a gente sabe que abre-se portas, oportunidades. Quando temos essa leitura de negritude, algumas coisas já são mais dificultadas. E eu acho que essa conscientização, esse espaço de ocupação que a gente começa a ter de lideranças e de representatividades, eu acho que isso vai ser realmente um processo que quando temos mais mulheres ocupando cargos de liderança, como nós temos, mulheres no espaço acadêmico, quando temos negros na política, negros assumindo lugares muito importantes dentro da sociedade, isso ajuda a construir essa conscientização. Por que estamos quase inexistentes dentro dos cargos de poder de decisão? A representatividade está muito bem pautada, mas ainda está nos cargos de entrada do mercado de trabalho. As pessoas estão pensando muito em colocar o preto na publicidade, mas pouco em colocá-los nos departamentos de marketing e de pensamento. Então, a gente precisa ter proporcionalidade para que essa pauta se naturalize e, na verdade, para que o assunto nem vire mais uma pauta. Tá muito inicial? Eu acho que tá. Mas eu acho que é um processo que já tem dado resultado, sabe? Da percepção de negritude de muita gente, até porque o Brasil tem esse lugar de colorismo como um detalhe da nossa população, esse lugar do tom da pele em si, é algo que margeia muito coisa e a gente vai se identificando com a nossa cultura e trazendo isso pra um campo de conhecimento, e conhecimento a gente só tem realmente com mais educação, sabe? E isso vai ser empoderador mesmo quando essas pessoas se perceberem enquanto pretas na sociedade.

Entrevistadora: Há um ponto marcante em que sua vida, em que você tenha percebido que o seu discurso exercia tamanha influência na vida de outras mulheres e especialmente, na vida de outras mulheres negras?

Luiza Brasil: (...) Uma pessoa negra não pode representar um grupo inteiro. Existe diversidade dentro da diversidade. É raro eu me sentir representada por figuras negras de notoriedade nas mídias, porque a maioria teve sua imagem distorcida para atender à narrativa da meritocracia, que elimina a humanidade e a originalidade dessas pessoas (...) Assim, Kelly, tem um ponto muito importante nisso tudo e até da minha construção profissional. Eu me vejo como mulher preta, fazedora, articuladora de muitos pontos, mas volta e meia eu me questiono, se tudo o que eu fizesse, fosse uma mulher não negra fazendo, como seria o retorno? Porque, assim, eu exprimo toda a minha cultura intelectual, minha estrutura de equipe, minha estrutura de uma série de coisa, que eu consigo colocar tudo isso no ar e assim, com talvez metade de recursos, que as pessoas olham e devem achar que são mil coisas e que não são, sabe? Mas, às vezes, o que eu vejo da mulher não negra é quando tem esse espaço é que ela ganha muito mais visibilidade, ela ganha muito mais apoio, ela ganha muito mais alcance, sabe? Óbvio que eu estou reconhecendo aqui todas as coisas boas. Eu tenho recebido muita repercussão boa e mulheres como você que reconhecem esse espaço, mas assim, eu vejo que mulheres não negras produzem, às vezes, pela metade do que eu faço e ganham muito mais em termos de dinheiro, fazendo muito menos e com alcance em proporções exponenciais. Então, assim, tem um lugar no racismo que é estruturante dentro das métricas dos nossos trabalhos, dos nossos reconhecimentos e das nossas conquistas mesmo, sabe? Óbvio que eu fico muito feliz e muito honrada, mas eu acho que um dos lugares que eu quero batalhar dentro desse meu trabalho com o digital e dentro da minha carreira como comunicadora é sobre esse espaço, dele ser um pouco mais justo e mais igualitário, porque, sei lá, é sobre isso. Eu vejo que, às vezes, a gente não ganha o reconhecimento devido, mesmo fazendo tanto.